

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO

GESSI PEREIRA NUNES

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM
CELSO FURTADO.

SÃO LUÍS

2023

GESSI PEREIRA NUNES

***FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM
CELSO FURTADO.***

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

SÃO LUÍS

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a). Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

PEREIRA NUNES, GESSI.

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM CELSO FURTADO / GESSI PEREIRA NUNES. - 2023.
195 f.

Orientador(a): LUIZ EDUARDO SIMÕES DE SOUZA.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, SÃO LUÍS, 2023.

1. ANÁLISE DO DISCURSO. 2. CELSO FURTADO. 3. DESENVOLVIMENTO. 4. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL. 5. SUBDESENVOLVIMENTO. I. SIMÕES DE SOUZA, LUIZ EDUARDO. II. Título.

GESSI PEREIRA NUNES

***FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM
CELSO FURTADO.***

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza.

Em São Luís: 05/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza (orientador)

Prof. Dr. Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Prof. Dr. Cesar Augustus Labre Lemos de Freitas

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi escrito em meio a um período tortuoso. A dor dilacerante de perder aqueles que amamos me foi apresentada.

Dedico esse trabalho a um ser que só me pedia amor, carinho e cuidado.

Para ti, entrego todas as minhas conquistas.

A ti, entrego todo meu amor e saudade.

Dom.

O que não provoca minha morte faz com que eu fique mais forte.
Friedrich Nietzsche

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo analisar o discurso histórico-estruturalista utilizada por Celso Furtado em sua obra "*Formação Econômica do Brasil*", identificando a estrutura adotada pelo autor e destacando suas influências para fundamentar suas obras, bem como sua abordagem teórica sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem biográfica, bibliográfica e documental, que compreende desde o início da trajetória intelectual de Furtado, com foco na publicação de "*Formação Econômica do Brasil*" em 1959, período que abrange suas primeiras reflexões teóricas e ações públicas efetivas, até o ano de seu falecimento em 2004. Esta pesquisa considera que a contribuição de Celso Furtado para a historiografia econômica brasileira é dupla, já que sua relevância se dá tanto em sua trajetória intelectual como em sua obra mais conhecida. Seu estudo contribuiu significativamente para a compreensão das causas e propostas para superação do subdesenvolvimento no Brasil e na América Latina, o que evidencia sua importância e seu legado para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A condução do presente estudo dar-se-á pela análise da trajetória intelectual e política do autor, objetivando a abordagem dos principais conceitos por trás da *Análise do Discurso - AD*. Em seguida, será conduzido estudo detalhado da principal obra de Celso Furtado, FEB, conferindo destaque as características gerais da economia brasileira dentro do discurso do autor.

Palavras-Chave: Formação Econômica do Brasil. Celso Furtado. Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Análise do Discurso.

ABSTRACT

This master's thesis aims to analyze the historical-structuralist discourse used by Celso Furtado in his work "The Economic Development of Brazil", identifying the structure adopted by the author and highlighting his influences to substantiate his works, as well as his theoretical approach to development and underdevelopment. The research was carried out through a biographical, bibliographical, and documentary approach, which covers the beginning of Furtado's intellectual trajectory, focusing on the publication of "The Economic Development of Brazil" in 1959, a period that includes his first theoretical reflections and effective public actions, until the year of his death in 2004. This research considers that Celso Furtado's contribution to Brazilian economic historiography is twofold, as his relevance lies in both his intellectual trajectory and his best-known work. His study significantly contributed to understanding the causes and proposals for overcoming underdevelopment in Brazil and Latin America, which highlights his importance and legacy for the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). The present study will be conducted through the analysis of the author's intellectual and political trajectory, aiming to approach the main concepts behind Discourse Analysis (DA). Next, a detailed study of Furtado's main work, "The Economic Development of Brazil", will be carried out, highlighting the general characteristics of the Brazilian economy within the author's discourse.

Keywords: Economic Formation of Brazil. Celso Furtado. Development. Underdevelopment. Discourse Analysis.

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Formação Econômica do Brasil

GTND – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP – Universidade de Campinas

Sumário	Página
Introdução	12
2. O Autor e a Obra	21
2.1. Notas Biográficas	21
2.2. Notas Bibliográficas	26
2.2.1. Primeira Fase: 1944 – 1959	27
2.2.2. Segunda Fase: 1959 – 1973	29
2.2.3. Terceira Fase: 1973 – 1986	31
2.2.4. Quarta Fase: 1986 – 2005	34
2.3. A Importância de Celso Furtado no Pensamento Econômico e Social	37
3. Sobre a Análise do Discurso – Aspectos Teóricos	43
3.1. Sobre a Questão da Análise do Discurso: Origem e Importância	45
3.2. Contribuições da Linguística e da Ideologia para a Análise do Discurso	49
3.2.1. A Linguística na Análise do Discurso	
3.2.2. A Ideologia na Análise do Discurso	49
3.3 Análise do Discurso Sob uma Perspectiva Histórico-Estruturalista	51
3.4. O contexto sócio-histórico na investigação do discurso em Celso Furtado	57
4. Formação Econômica do Brasil, o livro	68
4.1. O contexto	69
4.2. O método em Celso Furtado e suas controvérsias	72
4.3. Estrutura da Obra	80
4.3.1. Parte I – Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial	82
4.3.2. Parte II – Economia Escravista e Agricultura Tropical – séculos XVI e XVII	89
4.3.3. Parte III – Economia Escravista Mineira – século XVII	99
4.3.4. Parte IV – Economia de Transição para o Trabalho Assalariado – século XIX	105
4.3.5. Parte V – Economia de Transição para um Sistema Industrial – século XX	128

5. Celso Furtado: a formação de Formação Econômica do Brasil	144
5.1 – Contexto sócio-histórico da Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII	146
5.1.1. O Ciclo do Açúcar	152
5.1.2. O Ciclo do Ouro	155
5.1.3. O Ciclo do Café	157
5.2 – Características Gerais da Economia Brasileira dentro do discurso de Celso Furtado	160
5.3. – Caráter Geral da Obra: <i>Formação Econômica do Brasil</i>	175
6. Considerações Finais	186
Referências	190

1. INTRODUÇÃO

A obra "*Formação Econômica do Brasil*", escrita pelo economista Celso Furtado (1920-2004), pode ser considerada uma das mais importantes obras em língua portuguesa. Reconhecida por intelectuais como Fernand Braudel por seu caráter único de interpretação econômica contemporânea da formação histórica da economia brasileira, a obra foi escrita em Cambridge, entre o final da Segunda Guerra e meados dos anos 1950, como parte do trabalho de doutorado de Celso Furtado. Desde então, adquiriu uma dimensão própria, definindo não apenas paradigmas interpretativos da formação econômica brasileira, mas também agendas de pesquisa e até mesmo grades curriculares de ensino superior nos países de língua latina.

Caracterizada como um ensaio de aplicação do estado-da-arte da teoria econômica de sua época (1958) à história econômica do Brasil, a obra mais conhecida de Celso Furtado marca também a consolidação do discurso econômico de cunho estruturalista, que marcaria não apenas toda a obra do autor, mas também uma escola de pensamento econômico - a Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (CEPAL) - e uma maneira singular de expressão do discurso da análise e política econômica. Estudar o papel da "*Formação Econômica do Brasil*" na constituição desse discurso em Celso Furtado e na área de influência que o economista exerceu ao longo de sua trajetória intelectual é a proposta desta dissertação.

De acordo com Vera Alves Cêpeda¹, a obra de Celso Furtado pode ser posta como um exponencial no grupo de autores que podem ser nomeados como interpretes do Brasil:

A obra de Furtado é considerada como exponencial no grupo daqueles autores que ficaram conhecidos como intérpretes do Brasil, como clássicos do pensamento social brasileiro ou expoentes da intelligentsia. Os elementos que levam ao reconhecimento do destaque intelectual de Celso Furtado nesse cenário são muitos e modificaram-se, também, ao longo de mais de meio século de produção acadêmica, ajustando-se ao contexto histórico e ao papel passível de ser desempenhado pela teoria de Celso Furtado em cada situação. (CÊPEDA, 2012, p. 90).

Segundo a autora, há um momento importante da recepção da obra de Celso Furtado no ambiente das ciências sociais brasileiras. Esse momento seria de grande valia para o que se pretende estudar. Nele, situado entre as décadas de 1950 e 1960, estaria uma

1 Sinais Sociais | RIO DE JANEIRO | v.7 n°19 | p. 88-119 | maio > agosto 2012.

primeira fase da produção intelectual de Celso Furtado, na qual ele se apresenta como um intérprete do Brasil e propositor de mudanças sociais. (CEPÊDA, 2012, p. 91).

Sabe-se que a "*Formação Econômica do Brasil*" foi uma obra concebida entre 1940 e 1950 no *King's College*, em Cambridge, na Inglaterra, mas que carrega reflexões e estudos de Furtado ao longo dos anos, como mostram as notas de rodapé presentes nos diversos capítulos da referida obra. Furtado sempre foi, assim, um intérprete da realidade brasileira, a partir das perspectivas de sua história e economia.

Celso Furtado pode ser considerado um dos fundadores da historiografia brasileira moderna, juntamente com Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior e Alice P. Canabrava (SZMRECSÁNYI, 2005), não somente por sua obra "*Formação Econômica do Brasil*", mas também por vários outros trabalhos. Furtado foi um escritor prolífico, tendo se tornado, em 1997, membro da Academia Brasileira de Letras.

"*Formação Econômica do Brasil*" é considerada um marco da literatura econômica, dada sua combinação de história e economia a fim de fornecer uma ampla visão da sociedade brasileira. Uma das primeiras publicações no exterior a respeito da "*Formação Econômica do Brasil*" foi a resenha da obra feita por Allen H. Lester, em 1960, e publicada na *American Economic Review*. É interessante observar as impressões do autor a respeito da obra de Furtado, já que ele considera que para os economistas de língua inglesa, o interesse do livro reside na apreciação da influência de vários fatores (políticos, sociais, geográficos, fiscais, monetários) sobre o crescimento econômico e a formação de capital no Brasil.

Existe também uma surpresa por parte de Lester com a engenhosidade de Celso Furtado no que diz respeito ao desenvolvimento de estimativas estatísticas a partir de dados existentes (com suas lacunas), mas indica que elas são explicadas, mesmo que isso demande um pouco mais de empenho na leitura. É interessante observar, também, como o autor da resenha deu valor às inúmeras notas de rodapé colocadas por Furtado ao longo de todo o livro, indicando que o detalhamento das fontes nas notas mostra o zelo de Furtado ao escrever o livro.

"*Formação Econômica do Brasil*" obteve, assim, alcance internacional com traduções para diversas línguas: espanhol (1962), inglês (1963), polonês (1967, com prefácio do economista Ignacy Sachs), italiano (1970, com prefácio do historiador Ruggiero Romano), japonês (1972), francês (1972, com prefácio do historiador Frederick Mauro), alemão (1975), romeno (2000) e mandarim (2002).

O reconhecimento do lugar e do papel da obra mais conhecida de Celso Furtado dentro da historiografia econômica é, portanto, de ampla ciência. Como exemplo desse reconhecimento, é possível citar-se a referência de Francisco Iglésias:

Tratando de História Econômica, o autor usa o aparelho conceitual da economia, com notável resultado. Mais interpretativo que informativo, dá uma visão profunda da evolução do país sob o ângulo econômico, com boas inclinações políticas. (IGLÉSIAS, 1995, p. 302).

Historiadores e economistas reconhecem, há muito tempo, a importância do conhecimento e de novas ideias para a discussão de tópicos em História, Economia e demais humanidades e ciências sociais que abordem os temas do crescimento e desenvolvimento econômicos em perspectiva histórico-econômica.

A historiografia econômica e o pensamento econômico brasileiros merecem, assim, um estudo a respeito de como as ideias de Celso Furtado, com ênfase na obra *Formação Econômica do Brasil*, foram recebidas, enquanto discurso econômico e construção cultural, sob o dialeto do *desenvolvimentismo*.

A obra de Celso Furtado está estruturada na historiografia econômica brasileira, dentro do método histórico-estrutural, como afirma Bielschowsky:

El sistema analítico de la CEPAL se basa em el método “histórico-estructural”, dedicado al examen de las especificidades productivas, sociales, institucionales y de inserción internacional de los países de América Latina y el Caribe, em su carácter de “periféricos”, examinadas em contraposición com las características de las economías “centrales”, y observadas desde la perspectiva prioritária de su transformación a mediano y largo plazo[...]. (BIELSCHOWSKY, 1998-2008, p.20).²

Dentre as considerações sobre sua relevância, ele pontua:

El método histórico-estructural permite una fértil interacción entre los enfoques deductivo e histórico-interpretativo, atento a las trayectorias de los agentes y las instituciones, y al diálogo permanente entre las formulaciones teóricas y los cambios históricos. El libro de Furtado (1959) sobre la formación económica de Brasil es, posiblemente, la referencia más importante em cuanto

2 O sistema analítico da CEPAL baseia-se no método "histórico-estructural", dedicado ao exame das características produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e do Caribe, como "periféricas", examinados em contraste com as características das economias "centrais", e observadas a partir da perspectiva primária de sua transformação em médio e longo prazo [...].(BIELSCHOWSKY, 1998-2008, p.20, tradução nossa).

a la utilización del método em el estudio de la historia. (BIELSCHOWSKY ,1998-2008, p.20).³

Sobre o Discurso Econômico, presente na construção do pensamento intelectual de Celso Furtado, o autor menciona no capítulo "*Aventuras de um economista brasileiro*", do livro *Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, que foi na região do Nordeste brasileiro, onde nasceu, que descobriu a biblioteca paterna, despertando assim seu primeiro fascínio intelectual: a História.

Mediante tal encantamento, Furtado levou a História como base para os seus estudos, uma permanência metodológica perceptível em toda sua produção. A influência foi considerada intensa pelo próprio autor, que chegou a afirmar que “o contato com a Sociologia norte-americana corrigiu os excessos do meu historicismo.” (FURTADO, 1998, p. 9).

Em sua obra autobiográfica, Furtado indica que foi durante a leitura da História do Socialismo e das Lutas Sociais, de Max Beer, que se deu conta pela primeira vez de que a busca de um sentido para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida:

Foi lendo a História do Socialismo e das Lutas Sociais, de Max Beer, que me dei conta pela primeira vez de que a busca de um sentido para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida. Na sociedade estratificada e parada do tempo em que eu vivia, a ideia de que as formas sociais são históricas, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. Essa ideia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava numa responsabilidade moral. (FURTADO, 1997, p. 15).

Sobre a perspectiva histórica na construção do discurso econômico, cabe destacar Leda Maria Paulani⁴, em sua análise sobre a ciência econômica e os modelos de explicação científica, para além da dicotomia da dedução *versus* indução:

3 O método histórico-estrutural permite uma interação fértil entre abordagens dedutivas e histórico-interpretativas, atentas aos traços de agentes e instituições, e ao diálogo permanente entre as formulações teóricas e as mudanças históricas. O livro de Furtado (1959) sobre a formação econômica do Brasil é, possivelmente, a referência mais importante sobre o uso do método na história da história. (BIELSCHOWSKY ,1998-2008, p.20, tradução nossa).

4 Revista de Economia Política 30 (1), 2010.

[...]portanto, trazer para o centro do debate as raízes materiais da produção do discurso econômico. Elas nos mostrarão os vínculos entre esse tipo de conhecimento e o solo social que o produziu. Essa mudança de paradigma em direção ao materialismo permite-nos ir além da dicotomia “dedução x indução” e trazer outros elementos para a análise da questão. (PAULANI, 2010, p. 38).

De acordo com Paulani (2010, p. 38), Marx foi o fundador do materialismo histórico por enfrentar a fragmentação do homem novo que surgia e implicava criticar o discurso do entendimento, bem como as oposições filosóficas típicas dos sistemas modernos, tais como natureza e espírito, eu e não eu, finito e infinito. Conclui ainda que o conhecimento produzido por meio desse modelo:

[...]nunca pode ser visto como produto de si mesmo ou do desenvolvimento geral do espírito humano. Ele tem que ser visto, antes de mais nada, como produto social, como produto histórico, de modo que a ideologia pode tanto ser uma visão distorcida dessa história quanto uma abstração completa dela. (PAULANI, 2010, p. 39).

Sobre o Positivismo, segundo pilar influenciador de Furtado, o autor inferiu que:

A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como conhecimento científico, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso se me impregnou como evidente. (FURTADO, 1997, p. 15).

Acerca dos modelos de argumentos que podem ser considerados científicos dentro da perspectiva do positivismo, cabe destacar, segundo Leda Maria Paulani:

O modelo dedutivo-nomológico, típico da lógica e da matemática, o modelo indutivo-probabilístico, típico da química, o modelo funcional ou teleológico, típico da biologia, e o modelo genético, típico da linguística e da história. O modelo indutivo-probabilístico é visto também como um corpo de regras que deve ordenar toda a atividade experimental das chamadas ciências. Não por acaso, esse modelo praticamente se fundiu com o primeiro, gerando o modelo hipotético-dedutivo, que é hoje tomado como o paradigma maior das explicações científicas. (PAULANI, 2010, p. 28-29).

Assim, é possível afirmar que *Formação Econômica do Brasil* apoia-se em três pilares fundamentais, os quais iniciam pela referência à teoria econômica de sua época,

marcada pelas contribuições não apenas neoclássicas, mas marxistas, keynesianas e schumpeterianas, tendo Marx não exercido no campo histórico influência tão grande quanto Keynes exerceu no campo econômico:

A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder – é algo que derivei das reflexões de Marx. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento neoclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural. (FURTADO, 1997, p. 21).

Em seguida, tem-se a incorporação do sistema de pensamento estruturalista, consolidado nas Humanidades e Ciências Sociais desde o início do século XX, com uma profunda influência da sociologia compreensiva alemã weberiana:

A sociologia do conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história. Com efeito, o desejo de vincular a atividade intelectual criadora à história será o ponto de partida de meu interesse pelas ciências sociais. Já não se tratava de ler livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios para atuar. Contudo, essa influência não anulará a outra, de raiz positivista, segundo a qual grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser objeto de conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem. Assim, a ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico sempre me pareceu clara. (FURTADO, 1997, p. 16-17).

Informa ainda que o enfoque da sociologia tornava possível a "utilização de esquemas teóricos sem preconceitos de raça, clima e cultura, ao contrário de modelos conservadores que solidificavam o fatalismo isento de mobilidade" (FURTADO, 1997, p. 17).

Por fim, tem-se a problematização da questão nacional brasileira, não mais como um projeto de integração nacional, mas sim como uma iniciativa de compreensão da realidade econômica e social brasileira a partir de sua história. Dessa forma, Furtado demonstra que buscava estudar as causas que impediam o processo de desenvolvimento

da nação, em consonância com as medidas de superação do subdesenvolvimento e alcance do desenvolvimento. Tal argumento pode ser solidificado na medida em que se analisa seu discurso, além de sua colocação como homem atuante na esfera pública. De acordo com o intelectual:

Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Byé na Faculdade de Direito da Universidade de Paris e defendida em 1948. Um ano depois da tese, a qual se limitara a estudar a fase açucareira da economia colonial brasileira, publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século atual [século XX]. Nesse ensaio estão os germes do que seria, dez anos depois, meu Formação Econômica do Brasil. O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar na especificidade do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil. (FURTADO, 1997, p. 21-22).

Para Vera Alves Cêpeda, o método utilizado por Furtado expressa um momento específico na produção científica:

O modelo teórico-metodológico da Cepal e de Celso Furtado, as correntes marxistas brasileiras, a assimilação dos postulados keynesianos e a aplicação do modelo de sociologia do desenvolvimento de base mannheimiana (sociologia sistemática) são expressões de um momento da produção científica brasileira e latino-americana em que o problema da formação só podia ser alcançado por uma história que se debruçasse sobre cenários, alternativas e escolhas políticas especiais para o contexto periférico. (CÊPEDA, 2012, p. 102).

Sobre o alcance do método utilizado por Celso Furtado, Ricardo Bielschowsky diz que o autor alcançou um resultado duplamente feliz culminando na criação de uma metodologia estruturalista de análise da história de países periféricos:

Ao aceitar o desafio de responder esse tipo de questão, aprofundando-se no estudo da história econômica do Brasil, Furtado alcançou um resultado duplamente feliz: em primeiro lugar, deu uma resposta a essa e outras indagações básicas, através de uma abrangente explicação estruturalista da formação econômica do país; e, em segundo, ao fazê-lo, conferiu definitiva legitimidade à abordagem no Brasil. Mais ainda, criou uma metodologia estruturalista de análise da história de países periféricos, desvendando um alcance analítico da abordagem estruturalista que causou admiração aos próprios economistas da escola cepalina. (BIELSCHOWSKY, 1988, p.163).

Enquanto historiador econômico, conforme Bresser-Pereira e Rego, Celso Furtado foi o analista da história da economia brasileira:

(...) um economista do que um historiador. Ele não narra a história da economia brasileira, ele a analisa. Ninguém fez com mais brilho o uso da teoria econômica para entender a evolução da economia brasileira do que Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959). (L.C BRESSER-PEREIRA e J.M. REGO, 2001 p. 30).

Após a exposição da hipótese, o objetivo geral da dissertação é estabelecido como a análise do discurso econômico presente em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, e sua influência nos campos das ciências econômicas e historiográficas. Acredita-se que a obra possui um caráter pioneiro na política econômica e, portanto, torna-se única na produção do autor e na historiografia econômica por ser a primeira a apresentar as bases de sua abordagem voltada aos países periféricos. Para isso, utilizar-se-á uma metodologia histórico-estrutural para a elaboração da análise do discurso. Estabelecida a hipótese norteadora do trabalho, os objetivos específicos, avançam pelos seguintes caminhos investigativos:

- Estudo investigativo da biografia técnico-econômica do autor para a construção do seu pensamento;
- Investigar o discurso empregado por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*;
- Analisar os prováveis e “improváveis” efeitos de sentidos do discurso de *Formação Econômica do Brasil* através da compreensão e do entendimento das relações de inserção e de interação estabelecidas do sujeito com o contexto sócio-histórico-ideológico;
- Averiguar a relevância de *Formação Econômica do Brasil* no legado literário e intelectual de Celso Furtado;
- Tecer algumas considerações sobre as causas e as formas de superação do subdesenvolvimento nacional utilizando as contribuições do discurso de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*.

A pesquisa se justifica pela necessidade de investigar o discurso econômico de Celso Furtado e sua influência no pensamento político dominante no Brasil e na América Latina, especialmente no que diz respeito aos fatores que causam o subdesenvolvimento das nações, semelhantes ao Brasil. A contribuição teórica da pesquisa se estende também

ao campo da ação, pois busca fornecer reflexões à política econômica sobre os meios propostos por Furtado para alcançar os processos de modernização e desenvolvimento, diferenciando seus estudos do pensamento econômico nacional estabelecido até então.

A metodologia de abordagem utilizada envolve pesquisa bibliográfica do autor, bem como de obras especializadas em economia, monografias, teses, dissertações, artigos e ensaios que analisam a temática do discurso econômico e o discurso furtadiano. O método básico a ser adotado é o da análise histórica e historiográfica. Sobre isso, diz François Simiand:

“Considerado em sua essência, o chamado método histórico é um processo de conhecimento experimental *indireto* no tempo ou no espaço, de conhecimento de um fato obtido por intermédio de um outro espírito. Ele pode ser indireto no espaço ou no tempo, embora o processo lógico seja o mesmo nos dois casos. É desta forma que o método é entendido e empregado em todas as ciências positivas, mas com a particularidade que, nestas últimas, ele não é o único e comporta um procedimento seguro de controle do início do trabalho ou da constatação primeira.” (SIMIAND, 2003, p. 27-28):

A definição desse método como histórico, para Simiand, se dá pela sua relação com os acontecimentos passados, produzidos uma única vez e que não se repetem. Isso faz com que esse modo de conhecimento, para Simiand, torne-se “o único possível”, excetuando-se os fatos constatados diretamente pelo próprio historiador, através das fontes documentais. No caso do presente trabalho, foram utilizadas a bibliografia de Celso Furtado, as biografias a seu respeito e as obras que estudam historiograficamente sua produção intelectual.

Para alcançar os objetivos almejados, a dissertação estrutura-se da seguinte forma: na introdução, juntamente com a apresentação do problema a ser estudado, destaca-se a posição de *Formação Econômica do Brasil* no cenário político, social e estrutural do país e da América Latina.

No segundo capítulo, em sua primeira parte, é exposta a biografia de Celso Furtado, constatando que desde o início de sua trajetória intelectual, o autor já vislumbrava a necessidade de reformas na esfera política como forma de superar as condições impostas pelo subdesenvolvimento, além de sua preocupação com as diferenças econômicas regionais, que esboçavam as bases para a criação de projetos de desenvolvimento voltados à região Nordeste e à igualdade social.

Na segunda parte do segundo capítulo, é apresentado um apanhado das obras publicadas pelo autor, bem como descrito os momentos de influência do seu referencial

teórico nas concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Dar-se-á destaque, nesse sentido, à dimensão de *Formação Econômica do Brasil* na bibliografia técnico-científica do intelectual, ressaltando os pontos que o tornam relevante para o pensamento econômico e social.

No terceiro capítulo, é realizada uma abordagem teórica sobre os diversos segmentos abordados na Análise do Discurso, percorrendo desde sua origem e relevância dentro do círculo acadêmico, além de traçar conexões com as contribuições da linguística e do marxismo. Além disso, será feita uma abordagem mais aprofundada sobre a Análise do Discurso, explorando seus aspectos discursivos e dialógicos, culminando em sua representatividade como obra literária dentro da perspectiva histórico-estruturalista e dentro da investigação do discurso de Celso Furtado.

Na quarta parte, serão aplicados os aspectos e abordagens da Análise do Discurso na obra de Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, dialogando com seu contexto e controvérsias, além de analisar toda a estrutura da obra apresentada pelo autor.

Na quinta parte desta pesquisa, será apresentada a formação da Formação Econômica do Brasil. A pesquisa abordará o contexto sócio-histórico da Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII, bem como as características gerais da economia brasileira dentro do discurso de Celso Furtado. Por fim, serão apresentadas algumas considerações sobre a obra *Formação Econômica do Brasil* e suas contribuições para a compreensão das causas do subdesenvolvimento no país, por meio do discurso precursor elaborado pelo autor.

2. O AUTOR E O LIVRO

2.1. NOTAS BIOGRÁFICAS

Celso Monteiro Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 em Pombal, no sertão da Paraíba. O Nordeste, onde nasceu e viveu a sua infância e adolescência, era configurado como uma região marcada por conflitos e rivalidades entre grupos políticos e famílias locais dominantes. Região caracterizada por histórias de violência, de arbitrariedades, fatalidades e incertezas, além dos problemas climáticos marcados pela seca e estiagem.

Filho de Maria Alice Monteiro Furtado e Maurício de Medeiros Furtado, concluiu seus estudos secundários no Liceu Paraibano e no Ginásio Pernambucano do Recife, chegando ao Rio de Janeiro em 1939, onde entrou para a Faculdade Nacional de Direito e começou a trabalhar como jornalista na Revista da Semana.

Em 1943, foi aprovado no concurso do Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP para assistente de organização, indo trabalhar na cidade do Rio de Janeiro e em Niterói. No ano seguinte, cursou o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR, concluiu o curso de Direito e foi convocado para a Força Expedicionária Brasileira. Com a patente de aspirante a oficial, seguiu para a Itália, servindo na Toscana como oficial de ligação junto ao V Exército norte-americano, e sofreu um acidente em missão durante a ofensiva final dos aliados no Norte da Itália.

Em 1946, Celso Monteiro Furtado ganhou o prêmio Franklin D. Roosevelt do Instituto Brasil-Estados Unidos com o ensaio "*Trajectoria da democracia na América*". Foi nesse período que ele se dedicou aos estudos de ciência que marcariam sua carreira profissional, ingressando no doutorado em Economia na Universidade de Sorbonne, em Paris, onde defendeu sua tese "*A Economia Brasileira no Período Colonial*" em 1948. Após retornar ao Brasil, começou a trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, além de retomar o trabalho no DASP e juntar-se ao quadro de economistas da revista Conjuntura Econômica.

Em 1949, Furtado mudou-se para Santiago do Chile para integrar a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas que se transformaria na única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo. No ano seguinte, quando o economista argentino Raúl Prebisch assumiu a secretaria-executiva da CEPAL, Furtado foi nomeado Diretor da Divisão de Desenvolvimento. Até 1957, ele cumpriu missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica, e visitou universidades norte-americanas, onde se iniciou o debate sobre os aspectos teóricos do desenvolvimento.

Em 1950, foi publicado "*Características Gerais da Economia Brasileira*" na Revista Brasileira de Economia, da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 1952, "*Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico*" foi o primeiro artigo de Furtado a ter circulação internacional, sendo traduzido para o *International Economic Papers*, da Associação Internacional de Economia.

Em 1953, preside no Rio de Janeiro o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira com ênfase especial nas técnicas de planejamento. O relatório do Grupo Misto, editado em 1955, serviria posteriormente de base para o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek.

Em 1954, faz parte da criação do Clube de Economistas, que lança a revista Econômica Brasileira. Em 1956, Furtado reside na Cidade do México em missão da

CEPAL. Ainda em 1957, ingressa na Pós-Graduação no *King's College* da Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde escreve *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959, originária de uma análise de dez anos sobre a realidade econômica brasileira:

Quando fui para Cambridge poderia ter feito outro doutorado, mas preferi aproveitar meu tempo fazendo outra coisa. Foi nas horas vagas que escrevi a *Formação Econômica do Brasil* [1959], quer dizer, aproveitei meu tempo. [...]. (BIDERMAN, COZAC e REGO, 1997 p. 71)

De volta ao Brasil, desligou-se em definitivo da CEPAL e assumiu uma diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDE. Foi nomeado pelo presidente Kubitschek interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e elaborou para o governo federal o estudo "*Uma política de desenvolvimento para o Nordeste*". Esse estudo originou a criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede na cidade de Recife.

Em 1961, como superintendente da SUDENE, encontrou-se em Washington com o presidente John Kennedy, cujo governo decidiu apoiar um programa de cooperação com o órgão. Poucas semanas depois, encontrou-se com o ministro Ernesto Che Guevara, chefe da delegação cubana à conferência de Punta del Este, para discutir o programa da Aliança para o Progresso.

Em 1962, foi nomeado o primeiro titular do Ministério do Planejamento no regime parlamentar. Foi nessa posição que elaborou o Plano Trienal apresentado ao país pelo presidente João Goulart. No ano seguinte, deixou o Ministério do Planejamento e retornou à Superintendência da SUDENE, onde concebeu e implantou a política de incentivos fiscais para os investimentos na região.

Três dias depois do golpe militar de 31 de março de 1964, o Ato Institucional nº 1 cassou seus direitos políticos por dez anos. Iniciaram-se seus anos de exílio. Aceitou, portanto, um convite para dar seminários em Santiago do Chile. Meses depois, em New Haven, Estados Unidos, tornou-se pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale. Fez conferências em universidades norteamericanas e participou de congressos sobre a problemática do Terceiro Mundo.

Em 1965, mudou-se para a França, a convite da Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, assumindo a cátedra de professor de Desenvolvimento Econômico. Foi o primeiro estrangeiro nomeado para uma

universidade francesa, por decreto presidencial do General De Gaulle. Permaneceu nos quadros da Sorbonne por vinte anos.

Em junho de 1968, veio ao Brasil pela primeira vez após sua cassação, a convite da Câmara dos Deputados. No decorrer da década de 1970, fez diversas viagens a países da África, Ásia e América Latina, em missão de agências das Nações Unidas. No mesmo período, foi professor-visitante da *American University*, em Washington, da Columbia University, em Nova York, da Universidade Católica de São Paulo e da Universidade de Cambridge, onde foi o primeiro ocupante da cátedra Simon Bolívar e foi feito Fellow⁵ do *King's College*.

Entre o final da década de 1970 e o início de 1980, integrou o Conselho Acadêmico da recém-criada Universidade das Nações Unidas, em Tóquio. A partir de 1979, quando foi votada a Lei da Anistia, retornou com frequência ao Brasil, reintegrou-se na vida política e foi eleito membro do Diretório Nacional do PMDB. No mesmo período, recebeu um mandato do *Committee for Development Planning*, da ONU. Entre 1982 e 1985, como diretor de pesquisas da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, dirigiu em Paris seminários sobre a economia brasileira e internacional.

Em janeiro de 1985, foi convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. Foi nomeado embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas, assumindo o posto em setembro. Integrou a Comissão de Estudos Constitucionais, presidida por Afonso Arinos, para elaborar um projeto de nova Constituição.

Em março de 1986, foi nomeado ministro da Cultura do governo do presidente José Sarney. Sob sua iniciativa, foi aprovada a primeira lei de incentivos fiscais à cultura, tendo nessa oportunidade criado aquela que foi a primeira legislação de incentivos culturais e fiscais na cultura brasileira. Em julho de 1988, pediu demissão do cargo, retornando às atividades acadêmicas no Brasil e no exterior.

De 1987 a 1990, integrou a South Commission, criada e presidida pelo presidente Julius Nyerere e formada por países do Terceiro Mundo para formular uma política para o Sul. Entre 1993 e 1995, foi um dos doze membros da Comissão Mundial para a Cultura

⁵ A *Fellowship of King's College London* é o prêmio de maior prestígio que o *King's College* pode conceder e reflete serviços distintos prestados por um membro da equipe, serviço notável prestado ou a obtenção de distinção por aqueles que já estiveram intimamente associados a instituição.

e o Desenvolvimento da ONU/UNESCO, presidida por Javier Pérez de Cuéllar. Entre 1996 e 1998, integrou a Comissão Internacional de Bioética da UNESCO.

Em 1997, foi organizado em Paris, pela *Maison des Sciences de l'Homme* e a UNESCO, o congresso internacional "*A contribuição de Celso Furtado para os estudos do desenvolvimento*", reunindo especialistas do Brasil, Estados Unidos, França, Itália, México, Polônia e Suíça. No mesmo ano, foi criado pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo, com sede em Trieste, na Itália, o Prêmio Internacional Celso Furtado, conferido a cada dois anos ao melhor trabalho de um cientista do Terceiro Mundo no campo da economia política.

Sua atuação nas academias mundo afora levou-o a ser doutor Honoris Causa nas seguintes instituições: Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, em 1987; na Universidade de Campinas (UNICAMP), em 1990; na Universidade Federal no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 1994; Universidade de Brasília, em 1991; na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, em 1996; na Universidade de Pierre Mendès-France, em Grenoble, na França, em 1996; na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza, em 2001; na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em 2002; e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2002.

Em 2001, criou-se o prêmio “Celso Furtado de Desenvolvimento” na Fundação Carlos Chagas, localizada no estado do Rio de Janeiro. Em agosto de 1997, foi eleito para a cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras. Segundo Francisco Iglésias (1997) no capítulo de apresentação *da Obra Autobiográfica de Celso Furtado*, tratou de caracterizar o autor não apenas como um homem de letras, mas sim como um homem de pensamento que se debruçou sobre a obstinação de entender o Brasil e as condições que o guiaram à mecânica do subdesenvolvimento, elucidando que sua carreira foi:

[...]Demais, valem para caracterizar com o rigor de uma carreira que foi sempre eficiente e lúcida, em compreensão do regional e do nacional, nos planos teórico e prático – coisa bastante rara na perspectiva brasileira. Valem para a o política e para o entendimento dessa prática da qual tanto se fala e tão pouco de fato se conhece. O memorialismo de Celso Furtado é um marco para melhor compreensão da vida nacional em todos os seus aspectos e aumenta o patrimônio cultural do país neste fim de século em que ele teve tão relevante papel.” (IGLÉSIAS apud FURTADO, 1997, p. IX).

Em 2004, o cineasta e economista José Mariani elaboraria um documentário sobre a vida e obra de Celso Furtado, intitulada “*O Longo Amanhecer*”. No mesmo ano, Furtado faleceria vítima de problemas cardíacos, no Rio de Janeiro, aos 84 anos.

2.2. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

Celso Furtado lançou ideias que serviram de base para a elaboração de um projeto de crescimento econômico que abrangesse a igualdade social e almejasse a melhoria na qualidade de vida da nação brasileira. A determinação em elaborar um projeto para o Brasil é evidente em toda a sua trajetória intelectual. Nesse sentido, é possível observar momentos distintos ao longo de toda a sua obra, destacando-se três movimentos principais: uma fase otimista, um período de pessimismo profundo e um momento crítico espantoso.

Na primeira fase otimista, englobam-se os trabalhos e a participação política do autor desde o início de sua carreira até o golpe militar de 1964. Foi um período caracterizado por um sentimento de esperança e confiança, reconhecendo-se os limites estabelecidos pela herança colonial no desenvolvimento nacional. Nos anos 1950 e 1960, Furtado vislumbrava uma possibilidade de passagem para a modernização.

Durante esse período, segundo Furtado, seria necessário adotar estratégias a partir das mudanças ocorridas dentro do sistema econômico nacional que apresentaria um crescimento e desenvolvimento econômico de base industrial. Na sua expansão consequente, seria necessária proteção, planificação e incentivo do Estado em relação ao setor, além da geração de políticas econômicas que estimulassem mudanças nos hábitos de consumo, a superação da arcaica ocupação fundiária e mudanças na distribuição da riqueza como forma de alavancar o mercado interno, atrelado à redução de desigualdades regionais. Dessa forma, a questão do planejamento regional obteve influência significativa de Furtado, quando ele se desligou definitivamente da CEPAL e assumiu uma diretoria do BNDES, no período de setembro de 1958 a julho de 1959.

A visão do autor a partir da década de 1970 até o final da década de 1980 sofre mudanças e passa a avaliar o crescimento da economia brasileira durante e após o regime militar. Tal ponto de partida introduz a temática diversos aspectos do capitalismo contemporâneo, como novos padrões de consumo, urbanização e surgimento de determinados segmentos produtivos. Nos aspectos fundamentais, os padrões tecnológicos

e a modernização da produção permaneceram defasados e sem transformações profundas, distantes dos padrões de modernidade as questões dos direitos sociais, da participação política, da função social do Estado e o problema da democracia.

Para Cepêda (1998), na visão de Furtado não seria possível o desenvolvimento sem a realização de reformas políticas, sendo a democracia o principal recurso para a constituição do projeto social e para a superação dos empecilhos do subdesenvolvimento.

Não obstante essas observações, o início da década de 1990 marcava o começo do processo crítico de Celso Furtado, onde este confronta-se com suas ideias e as ajusta no contexto da globalização inerente as nações no período, tal como observado por Cêpeda (1998), com Furtado organizando seu passado e ajustando as contas com a memória, a sua e a da geração desenvolvimentista, e partindo novamente para retomar os temas dos anos 1950-1960, ajustando-os mediante os desafios e a aparência de progresso unânime apresentados pelo capitalismo globalizado.

A década de 1990, portanto, é marcada pelo passo de Furtado em abordar os limites da globalização e sua questão corriqueira em abranger a temática do desenvolvimento brasileiro. Isso pode ser observado no texto publicado pelo autor no ano 2000, pela Revista da Cepal, onde ele observa que a via brasileira de desenvolvimento não tem que ser uma “terceira via”, mas tem que ser uma via própria, resultado de um projeto nacional derivado das especificidades do país, recuperando o mercado interno como o centro dinâmico da economia. Assim, será realizado a seguir uma análise a respeito das etapas da produção intelectual de Celso Furtado, dividida em quatro partes, abordando desde sua avaliação otimista no contexto do desenvolvimentismo, no início de seus escritos, até seu pessimismo perplexo nos seus últimos dias de vida.

2.2.1. PRIMEIRA FASE: 1944 – 1959

Dentro aquilo que vem a ser uma primeira fase da produção intelectual de Celso Furtado, inicia-se a passagem temporal no ano de 1944, a tomar partida com sua conclusão na Faculdade de Direito e convocação para compor a Força Expedicionária Brasileira na Itália. Assim, o autor tem como pano de fundo o cenário para escrever seu primeiro livro, *De Nápoles a Paris – Contos da Vida Expedicionária*, publicado em 1946, onde retrata a presença brasileira em solo italiano durante o período da Segunda Guerra.

Ainda em 1946, inicia seus estudos na Universidade de Paris, no curso de doutoramento em economia, tornando-se doutor em 1948. Em fevereiro de 1949, reside

em Santiago, no Chile para unir-se à recém-criada CEPAL, única escola de pensamento econômico voltada aos países no Terceiro Mundo.

Já na década de 1950, Furtado dá seus primeiros passos rumo às publicações voltadas à análise econômica, na *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, intituladas “*Características gerais da econômica brasileira*” e “*Formação de capital e desenvolvimento econômico*”, tendo este último atingido circulação internacional.

Em 1953 se dedica a estudar a aplicação dos métodos desenvolvidos na CEPAL ao Brasil e em 1954 publica sua primeira obra completamente voltada a economia, sobre a teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento, intitulada de *A economia Brasileira*, debruçando-se no debate sobre os rumos da economia nacional.

Em 1956, publica *Uma economia dependente*, onde explora o aspecto do subdesenvolvimento e da dependência, contribuindo com a tese da dominação cultural exercida pelos países centrais na conformação de uma cultura de dependência, realçando as especificidades dos países subdesenvolvidos. Segue para a Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde se instala em 1957, para efetuar sua pós-graduação. Inicia a produção de uma reflexão que durou dez anos sobre as bases da economia brasileira. Escreve *Formação Econômica do Brasil*, sua mais importante e relevante obra, tratada aqui mais profundamente.

Não é exagerado mencionar que o livro *Formação Econômica do Brasil* se sedimentou desde cedo como uma grande referência na historiografia econômica nacional. A obra em questão menciona já na sua introdução que se lançará apenas a um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira, não se ocupando o autor em esmiuçar referências à bibliografia histórica nacional, onde também se percebe clara influência de sua publicação anterior, *A Economia Brasileira*, publicada em 1954.

A contribuição de Celso Furtado com *Formação Econômica do Brasil*, além de buscar as origens do atraso do país e a estruturação do mercado interno após o processo que o autor denomina de “deslocamento do centro dinâmico” da econômica cafeeira-exportadora para a economia urbano-industrial⁶, foi também de executar a junção da teoria estruturalista cepalina com a história e o pensamento social brasileiro, conforme

⁶ Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado esclarece que o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno após a crise de 1929 foi um mecanismo de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a demanda efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia. (FURTADO, 2007, p. 274).

exposto no decorrer de sua abordagem ao longo do tempo entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Isso é observado em:

Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu *Chile: un Caso de Desarrollo Frustrado* (1956), Celso Furtado (1959) e seu *Formação econômica do Brasil*, e Aldo Ferrer (1979) e seu *La Economía Argentina*. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20).

No ano de 1959, retorna ao Brasil e começa a atuar sob contexto de administrador na esfera pública junto ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTND, além estrategista e teórico do desenvolvimento. Elabora, no mesmo ano, *A Operação Nordeste* e *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, como um conjunto de análises e projeto de desenvolvimento capitalista para a região nordestina, respectivamente, que mudaram de modo significativo o tratamento da questão regional no país e deslocando a tradicional ênfase de abordagem, relendo as razões da miséria e da estagnação.

Ainda em 1959, em meio ao trabalho em torno da região nordestina, se torna membro da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a obter como função o cargo de primeiro superintendente. Sobre seu trabalho desenvolvido no órgão, afirma:

[...]O resultado positivo da SUDENE é que o Nordeste passou a crescer mais ou igual ao sul do Brasil. Criaram-se transferências inversas, do Sul para o Nordeste. Com a política de incentivos, muita gente foi investir no Nordeste. O Estado também investiu muito. A infraestrutura nordestina também é razoavelmente boa e talvez melhor que a do sul do Brasil, em matéria de eletricidade, de portos e de estradas pavimentadas. Isso foi feito, mas não se tocou na estrutura social, na agrária particularmente[...]. (BIDERMAN, COZAC e REGO. 1996 p. 81).

2.2.2. SEGUNDA FASE: 1959 – 1973

No ano de 1961, Furtado publica outro relevante e imensurável obra, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, onde já na *Apresentação* do livro, Rosa Freire d’Aguiar (1961) ressalta que Celso estava mergulhado na ação, “em plena batalha para implantar as reformas da Sudene, consolidando a instituição que se propunha a acelerar o desenvolvimento do Nordeste. A atividade política e administrativa era intensa”.

Furtado elabora, em seguida, *Subdesenvolvimento e Estado democrático* (1962), onde sugere uma revisão das bases históricas de heteronômica em que se deram as relações do Brasil com o centro capitalista, em particular com os Estados Unidos:

Por fim, a proposta de Celso Furtado sugere uma revisão das bases históricas de heteronômica em que se deram as relações do Brasil com o centro capitalista, em particular com os Estados Unidos. Autonomia sobre as decisões, criação de uma sinergia positiva entre acumulação e expansão do mercado interno, integração latino-americana, exploração das possibilidades do policentrismo e luta pela democratização dos fundamentos da ordem internacional são temas amplamente desenvolvidos em sua obra. Esta refundação republicana reivindica a formação de uma vontade nacional reformadora que solicita e, ao mesmo tempo, questiona as próprias tradições políticas brasileiras. (TAVARES, 2000, p.30).

Furtado publica no mesmo ano, *A pré-revolução brasileira*, livro dirigido à juventude universitária, observando a necessidade de se dedicar à causa nacional de ruptura com o passado oligárquico. Destaca na produção, que o Brasil havia alcançado uma grande diferenciação que tornaria possível transferir os principais centros de decisão de sua vida econômica, porém ainda identificada por um nível de renda per capita subdesenvolvida.

É nomeado Ministro de Planejamento, em 1962, momento de absoluta crise política no país. Em 1963, elaborou e propôs o Plano Trienal, que não chegou a ser implementado. Com o Golpe Militar de 1964, é baixado o Ato Institucional nº 1, que cassa seus direitos políticos. Furtado deixa o país em meados de abril do mesmo ano e firma residência em Paris, dedicando-se ao ensino e pesquisa.

Exilado, continuou no exterior seu trabalho teórico e sua análise crítica da economia brasileira. *Dialética do Desenvolvimento*, publicado em 1964 e *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina*, publicado em 1966, são obras fundamentais do autor durante sua passagem pela Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, onde se tornou importante professor da disciplina de economia e desenvolvimento. Foi o primeiro estrangeiro nomeado em uma universidade francesa, fato ocorrido mediante decreto presidencial do General De Gaulle.

Em 1968, a convite da Câmara dos Deputados, vem ao Brasil pela primeira vez após seu exílio para debater sobre o planejamento da economia brasileira. Sua série de palestras durante a visita resulta no livro *Um Projeto para o Brasil*. Segundo o autor, “o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de

acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana.” Nesse momento, cabe destacar que Furtado ainda acreditava na possibilidade de reversão do subdesenvolvimento mediante reformas na estrutura social e econômica, que proporcionariam à camada menos favorecida entrada no mercado de consumo.

Já no final da década de 1960, Furtado inicia uma profunda reflexão do que viu com os resultados primários do processo de industrialização dos anos 1950, deparando-se com o chamado “milagre econômico”. O autor inicia uma mudança em seu pensamento, conforme apresenta em sua obra. Foi um primeiro ensaio em direção às mudanças que Furtado assumiria mais tarde em *Análise do modelo brasileiro* e em *O mito do desenvolvimento econômico*. Nesse livro, Furtado começou a revisar suas ideias em relação às questões relativas ao subdesenvolvimento nos países periféricos, incorporando fatores não-econômicos e ligados às esferas cultural, social e política.

No ano 1969 publica *Formação econômica da América Latina*, obra dedicada aos seus alunos na França, propondo ser fonte de consulta à estudiosos estrangeiros. Soma às funções de professor, no início da década de 70, viagens a países da África, América Latina e Ásia, consolidando sua participação com trabalhos relacionados à Organização das Nações Unidas – ONU. No início do mesmo período, leciona na American University, em Washington D.C., passando pela Universidade de Cambridge e Columbia.

2.2.3. TERCEIRA FASE: 1973 – 1986

Dando continuidade aos seus projetos, Celso Furtado, em 1973 ocupou a cátedra Simon Bolívar da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e foi nomeado como Fellow do *King's College*. Publica o título *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, seguido de *O mito do desenvolvimento econômico* em 1974. Nesse período, o pensamento furtadiano conclui que:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa de exploração. (FURTADO, 1974 p. 94).

Em 1978, passou a integrar o conselho acadêmico da Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, realizando durante três anos viagens regulares ao Japão. Antes do início dos anos 1980, recém-casado com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar, Furtado havia ainda publicado *Prefácio à nova economia política* em 1976 e *Criatividade e dependência* em 1978. Nesses livros, Furtado mostra sua contínua preocupação com o desenvolvimento econômico e com o próprio destino do homem enquanto agente ativo de seus anseios de liberdade. Discorre acerca de uma tendência estrutural a formação de grandes conglomerados empresárias e com isso ressalta que todos os mercados são “imperfeitos” decorrendo em atividades de troca que geram efeito concentrador de riqueza. A partir dessa ideia, o autor afirma em trecho de sua obra republicada em 2008:

[...] a evolução social, nos países capitalistas que lideram a civilização industrial, opôs ao crescente poder das empresas formas cada vez mais eficazes de organização social que pressionam no sentido de uma distribuição mais próxima de uma renda igualitária. Essa evolução aparece com transparência em países como a Suécia, onde ao lado de gigantescas empresas que comandam os setores mais dinâmicos da vida econômica perfilam-se poderosas organizações sociais com ponderáveis projeções políticas (FURTADO, 2008, p.47).

Com a chegada da década de 1980, Celso Furtado, retorna ao Brasil beneficiado pela anistia decretada pelo governo militar em agosto de 1979. Edita, no mesmo período, “*Pequena introdução ao desenvolvimento*”, defendendo a tese de que o desenvolvimento deveria ser apreendido como um processo global.

Em 1981, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁷. No mesmo ano, publica *O Brasil pós-“milagre”*, onde trata do desenvolvimento até então recente do país e de seus consequentes problemas, tais como a inflação, a dívida externa, a crise energética, o caráter antissocial do modelo econômico e o papel das empresas transnacionais.

Em 1982, assume como diretor de pesquisas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais seminários sobre economia internacional e brasileira, em Paris. Nesse mesmo ano publica *A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Publica, em seguida *Não à recessão e ao desemprego* (1983). Tal obra é fundamental na defesa de

⁷ O Partido do Movimento Democrático Brasileiro tem origem no contexto do Regime Militar de 1964. A sigla nasceu como MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em março de 1966, para fazer oposição à Arena, partido que apoiava a ditadura militar. Em 2017, o PMDB voltou a ser MDB. Fonte: <https://www.mdb.org.br/conheca/historia/> Acesso em 21/05/2019.

seu ponto de vista, quando o intelectual encaminha à direção do PMDB um conjunto de diretrizes que defendiam uma política econômica alternativa ao padrão estabelecido pelos países ricos, como ressaltado em *O mito do desenvolvimento econômico (1974)*, tendo como foco o reforço das forças produtivas, da evolução no campo tecnológico, do investimento e do crescimento econômico.

Em 1984 participa intensamente da campanha do então candidato do PMDB à presidência da República, Tancredo Neves. Publica o livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, no mesmo ano, sendo a obra fruto de debates e discussões com Tancredo e aliados do PMDB sobre as relações de cultura e desenvolvimento, com finalidade de retornar os holofotes a discussão do desenvolvimento no Brasil.

No início de 1985 é convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. Contudo, Tancredo Neves não chegou a ser empossado na presidência, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Já no governo Sarney, Furtado foi indicado como embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, sediada em Bruxelas, na Bélgica. No mesmo ano escreve *A fantasia organizada*, seu livro de memórias. Ainda em 1985 integrou a Comissão de Estudos Constitucionais, encarregada da elaboração do projeto de uma nova Constituição para o Brasil. Em 1986, foi indicado pelo presidente José Sarney para assumir o cargo de Ministro da Cultura, onde se tornou pioneiro na elaboração de projetos de lei de incentivos fiscais à cultura, tendo permanecido no posto até 1988.

Até o fim da década de 1980 e início dos anos 1990, nota-se mudanças no enfoque do pensamento do autor. Tal processo já havia tomado forma no final dos anos 1970, porém é destacado com clareza quando se coloca os holofotes sobre suas primeiras obras, escritos em momentos antecedentes a crise que se avistava com iminência na década de 1950. Furtado flertava até então com uma mudança qualitativa, um projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Entretanto, Furtado se vê frustrado, demonstrando tal descontentamento nas seguintes publicações, que passam de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina (1966)* ao *O Mito do Desenvolvimento (1974)*, onde afirmou sua tese sobre a insuficiência do consumo a longo prazo. Sugere, portanto que:

Minha hipótese básica é que o sistema não tem sido capaz de produzir espontaneamente o perfil de demanda capaz de assegurar uma taxa estável de crescimento, e que o crescimento a longo prazo depende de ações exógenas do governo... Se bem que esses dois grupos (as grandes empresas e as minorias

modernizadas) têm interesses convergentes, o sistema não está estruturalmente capacitado para geral o tipo de expansão de demanda requerido para assegurar sua expansão. (FURTADO, 1974, p. 104).

O pensamento furtadiano em sua desilusão conclui que o movimento voltado ao desenvolvimento é descontínuo, guiado aos solavancos e não supera o caráter dependente da economia. De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira:

A teoria econômica que agora usava tornava-se discutível na medida em que envolvia um duplo pessimismo: em relação à capacidade dos sistemas econômicos subdesenvolvidos terem progresso técnico capital-intensivo, mas poupador de capital ou pelo menos neutro (não envolvendo, portanto, redução da produtividade do capital), e em relação à capacidade da oferta criar demanda no longo prazo. (L.C BRESSER-PEREIRA e J.M. REGO, 2001 p. 40).

O otimismo que sustentava a ação de Furtado, dessa forma, transformava-se em frustração segundo Bresser-Pereira (2001), pois o economista notara que não poderia influenciar diretamente o destino do país que havia perdido a capacidade de desenvolver-se de maneira endógena.

2.2.4. QUARTA FASE: 1986-2005

Em 1991, Furtado lançou o terceiro volume de suas memórias, “*Os ares do mundo*”. Em 1992 lançou *Brasil: uma construção interrompida*, no qual discutia o desenvolvimento brasileiro numa época de internacionalização crescente da economia e esmiuçava-se sobre projeto neoliberal⁸ implantado no Brasil, a partir de 1990, que gerou uma ruptura na construção da nação sem que esta consolidasse a redução das disparidades sociais e regionais, frutos da sua história, garantindo a sua população emprego e garantia social, a despeito da lógica do mercado. Na sua visão, interrompeu-se a formação econômica do Brasil⁹.

Cabe destacar que nesse ínterim, Furtado continua acreditando na adição e divulgação do progresso técnico como meio para elevar a produtividade e

8 Segundo o autor, "a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos da sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas". (FURTADO, 1992 p.32).

9 Furtado afirma que “Um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo.” (FURTADO, 1992, p. 30).

consequentemente os ganhos sociais. Então pode-se concluir que o autor se manteve crente a técnica e desiludindo-se no problema do processo de assimilação. Para ele, o problema estava no processo social e político de assimilação ampla do progresso tecnológico. Sua descrença é em relação ao processo.

Em 1997, participou do seminário sobre sua obra intitulado “*O desenvolvimento: o que é?*”, realizado pelo Centro de Pesquisas sobre o Brasil da Escola de Altos Estudos Sociais de Paris, pela Universidade Pierre Mendès-France e pelo Instituto de Ciências Matemáticas e Economia Aplicada, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.

Na mesma ocasião, Furtado proferiu conferência sobre o tema “*O imperativo tecnológico e as desigualdades sociais*” e teve seu nome escolhido para batizar um prêmio internacional de trabalhos sobre desenvolvimento socioeconômico realizados em países do Terceiro Mundo. Ainda em 1997 tornou-se membro do Comitê de Bioética da UNESCO. Nesse mesmo ano lançou sua *Obra autobiográfica* em três volumes.

Em 31 de outubro de 1997, Furtado tomou posse na Academia Brasileira de Letras - ABL, após ter sido eleito, em julho, para a cadeira 11. Em seu discurso de posse, deixou registrado que considera o homem como força transformadora do mundo:

Faço essas lucubrações para enfatizar a responsabilidade que nos advém coletivamente, como seres humanos, na construção de um mundo cada vez mais interdependente. O homem é uma força transformadora deste mundo. Cabe-lhe, portanto, parte de responsabilidade na descoberta dos caminhos que percorrerá. O avanço das técnicas reduz o espaço de iniciativa individual e amplia o alcance das decisões coletivas. Daí a urgência de que nos entendamos sobre os valores universais e de que avancemos na construção do quadro institucional que assegure o acesso ecumênico aos direitos fundamentais de mulheres e homens. Em síntese, as ameaças criadas pelos avanços das técnicas puseram os homens diante da disjuntiva de ter de enfrentar os riscos de autodestruir-se ou de partir para a construção de um mundo solidário.

Em 1999, lançou mais um livro, “*O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*”, uma coletânea de sete ensaios escritos ao longo das suas últimas duas décadas. Nessa perspectiva de longa duração, Furtado escreveu suas obras num período diferente do curso tradicional do capitalismo, ou seja, quando os ganhos sociais se elevaram consideravelmente por meio de ações públicas. Na referida obra, ao se deparar com curso natural do capitalismo, ou seja, a elevação da exclusão social, Furtado inseriu em suas interpretações da econômica nacional suas crenças e desilusões, tornando-as parte da historiografia econômica do Brasil.

Em 2002, publicou *Em Busca de Novo Modelo – Reflexões Sobre a Crise Contemporânea*, e *Raízes do Subdesenvolvimento* em 2003, suas obras mais tardias. Vítima de um ataque cardíaco, faleceu em 2004, tendo sido homenageado em 2006, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, através da implementação da política de expansão da educação superior, que autorizou a criação do campus da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG em Pombal, cidade natal do economista, com a denominação de “Campus Celso Furtado”.

Em suma, quando se lança a uma leitura mais aprofundada em torno de sua renomada obra, é notório que seu autor pertence à categoria de historiadores econômicos. Mantendo o foco de forma mais pormenorizada na sua tese de doutoramento, pode-se afirmar que, nessa elaboração teórica, o autor escreve em um cenário social visando alcançar pontos da história e da economia, ou seja, esta obra tem um conteúdo mais abrangente, aberto, uma clara reflexo do momento acadêmico do autor, no qual era um estudante de graduação buscando encontrar-se em meio a vários caminhos teóricos, centralizando-se nas análises econômicas apenas mais adiante.

Os trabalhos que se seguiram expressam a mudança também de atuação profissional do autor, o qual se torna um economista profissional claramente influenciado pelos cargos políticos¹⁰ nacionais e internacionais que ocupara logo após a conclusão do doutorado. Dentro deste contexto, o autor publica em 1950 o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira*, onde já se percebe as sementes teóricas e as diversas hipóteses de trabalho que se condensarão para a elaboração de *A Formação Econômica do Brasil*.

Logo na leitura inicial do mencionado artigo, é possível perceber que se trata da alternância de ciclos no contexto desenvolvimentista da economia brasileira, dando grande destaque para aspectos como a concentração de renda, a morosidade na estruturação do mercado interno nacional e também aos elementos da economia cambial, referentes a amenização das perdas do setor de agro exportação, tudo isso inserido dentro da lógica do desenvolvimento capitalista da economia nacional.

A segunda parte desse artigo de dedica a entender e explicar sobre o processo de industrialização que se iniciava no Brasil, em outras partes o autor trata ainda da grande crise econômica de 1929 e do processo depressivo dos anos 1930, e conclui, trazendo a

10 Ver Ensaios Sobre Cultura e o Ministério da Cultura (org. Rosa Freire D Aguiar, 1ª Edição, Contraponto, 2012).

discussão para as inovadoras peculiaridades da economia brasileira e seus laços e trocas internacionais no período do pós guerra.

Na obra *A Unidade Colonial Exportadora Escravocrata*, publicada em 1954, Celso Furtado volta a debruçar-se sobre temas relevantes em sua tese de doutorado¹¹, voltando o olhar de forma mais incisiva para os aspectos históricos do crescimento econômico. Nessa obra, há um grande destaque para a importância que o autor dá para o crescimento da economia cafeeira e para as dificuldades do setor econômico industrial após a crise de 1930.

Francisco Iglésias (2009) afirma que muitos elementos dessa obra foram retomados em outros escritos de Furtado, por exemplo em 1956, em o fascículo *Uma Economia Dependente*, em que já é possível notar a difusão dos pensamentos que embalsamaram a obra *A Formação Econômica do Brasil*.

A influência keynesiana também é notória na abordagem histórica feita por Furtado, visto, por exemplo no seu fascículo de título *Perspectivas da Economia Brasileira*¹², publicada em 1957, escrito esse em que o autor usa conceitos e termos muito semelhantes ao de Keynes, daí pose-se afirmar que Furtado alcançou um alto nível de especialização das ciências econômicas.

2.3. A IMPORÂNCIA DE CELSO FURTADO NO PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Celso Monteiro Furtado foi um dos mais célebres e importantes economistas brasileiros, visionário da corrente desenvolvimentista nacionalista, além de um intelectual de extrema influência no século XX. Contribuiu de maneira singular à construção do pensamento econômico, tanto no Brasil quanto no exterior, além de deixar um legado imensurável, pois até os dias atuais, muitos intelectuais, economista, historiadores e políticos utilizam de suas obras como influência ao pensamento econômico do Brasil.

Efetou também de maneira contundente o estudo, análise e aplicação do pensamento estruturalista, tornando-se um dos responsáveis pela reflexão da problemática do subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina. O autor defendeu um estágio de intervencionismo como sendo algo necessário para o alcance do

11 Vem mais em FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. Editora Hucitec. 2001.

12 Ver mais em FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Setembro, 1957. Palestras proferidas no Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, ministrado no BNDE.

desenvolvimento por meio da industrialização, formulando a Teoria do Subdesenvolvimento¹³, originária dos debates entre Celso e Raúl Prebisch na CEPAL, como uma de suas maiores contribuições.

Tal teoria era uma nova perspectiva do modelo centro-periferia¹⁴, na qual descartava a tese ortodoxa de estágios evolutivos e defendia os interesses da periferia, visando ultrapassar a condição de subdesenvolvimento. Para tal, seria necessário a industrialização da economia de forma rápida, regida pelo Estado com elevado nível de inserção de capital. Essa teoria com base em dados históricos, buscava mostrar que o modelo ortodoxo e do livre comércio era falha e visava apenas tirar vantagens das nações menos desenvolvidas. Caberia ao Estado, portanto, o papel de regente da interação entre as economias centrais e periféricas, levando-as a condição ideal do desenvolvimento.

Contrariava a teoria ortodoxa liberal¹⁵ de que os países latinos eram nações agrário-exportadoras, em estágio evolutivo, e que iria evoluir conforme implementação dos modelos liberais de desenvolvimento. Ou seja, era totalmente contra o conceito de etapas e país em desenvolvimento, tomando como questão principal a inserção atrasada dos países latinos na etapa evolutiva na qual se encontrava o capitalismo e logo jamais poderiam alcançar os países centrais por meio dos mesmos métodos.

Era, portanto extremamente necessário a intervenção estatal como agente regular e capaz de dar direção ao capital estrangeiro, tendo em vista que o capital nacional era tido como insuficiente e fraco para financiar os investimentos necessários ao país rumo à decolagem do desenvolvimento industrial.

Promoveu, assim, o debate teórico diante de tais condicionantes e a relevância de suas ideias à elaboração de um projeto nacional. Captou a especificidade das sociedades, explicitando as diferenças das formações "clássicas", a citar as sociedades europeias e norte-americana. Mas dentro do quadro maior, de estudos sobre o Brasil e a América

13 Tal teoria foi denominada de Teoria da Dependência, e pretendia expandir a compreensão dos determinantes internos e externos no processo de subdesenvolvimento. Baseia-se em uma percepção integral do sistema capitalista, analisando as disparidades sociais desde sua estruturação, tornando possível a assimilação das diferenças de acumulação e as consequências impostas ao processo de industrialização dos países. (FURTADO, 1973, p. 17).

14 Formulada por Raúl Prebisch, o modelo centro-periferia afirmava que a renda média dos países latino-americanos era inferior à dos países industriais, tendo em vista as disparidades de produtividade das economias entre o que se viria a ser "centro", formado pelos países industriais e "periferia", formado pelos países exportadores de bens primários. (PREBISCH, 1949, p. 73).

15 No sentido de explicar o caráter ideológico da teoria ortodoxa liberal, Furtado a determina como "o desejo implícito de justificar a ordem social existente como aquela que permitia o uso mais racional dos recursos disponíveis." (FURTADO, 1963, p. 69).

Latina, Furtado se destacou de outros intelectuais por ter sido um dos poucos a agir diretamente na realidade, o que foi ressaltado tanto pelos seus interesses como sua experiência de vida permitiram ao exercer cargos de grande relevância, onde teve a chance de participar do surgimento da CEPAL e SUDENE. Em relação à união da estrutura do pensamento e da ação, afirma:

Nós, intelectuais, que lidamos com ideias, não desconhecemos a importância da ação. Não fui outra coisa na vida se não um intelectual, mas sempre consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação. (BRESSER-PEREIRA e REGO, 1995, p. 39).

Vera Alves Cêpeda¹⁶, ao concluir sua análise sobre Furtado, dialoga em referência a contribuição do autor:

Fechamos este artigo como o começamos: afirmando que na obra furtadiana pensamento e ação não se separam, mas assinalando que a dimensão política na obra desse autor transcende o nível do valor (que existe na dimensão das pretensões e concepção que Furtado atribui ao desenvolvimento – a faceta progressista, democrática e inclusiva), avançando no cerne de sua formulação lógico-explicativa. Sua filiação ao campo da economia política é assim ineludível, porém em sua obra a economia seria o caminho da política. (CÊPEDA, 2001, p. 116).

Ao abordar a questão regional do Nordeste e o desafio de promover ações efetivas para superar os índices e indicadores de subdesenvolvimento na região, a relevância dos estudos de Furtado não se encontra apenas no diagnóstico, mas também na identificação das causas dessa condição e nas proposições de superação. Os motivos que mantêm o Nordeste em condição de subdesenvolvimento resultam da interação entre problemas políticos e econômicos, destacando-se a questão da distribuição das terras e o latifúndio como forma de propriedade que gera dependência política do dono da terra, rompendo com a explicação da inviabilidade nordestina por motivos ecológicos ou ambientais, como a seca.

Em relação à "*Formação Econômica do Brasil*", ainda amplamente utilizada nas universidades e orientando diversos economistas e intelectuais em todo o mundo, percebe-se o cuidado especial com a influência da cultura em seu método. Furtado chamou a atenção para disfunções como os padrões de consumo das classes dominantes

16 Sinais Sociais | RIO DE JANEIRO | v.7 n°19 | p. 88-119 | maio > agosto 2012.

latino-americanas e suas consequências, além da transição de patamares manufatureiros para a industrialização e os fatores que mantêm o subdesenvolvimento.

Tomar a realidade social e concreta como ponto de partida em direção à teoria é o elemento destacado da obra de Celso Furtado, por economistas e historiadores da economia, não menos renomados do que Maria da Conceição Tavares, que afirma:

O método “histórico-estrutural” no pensamento econômico latino-americano deve-se a ele (PREBISCH) e a Furtado. E nós todos, seus discípulos, somos históricos estruturais, todos[...]. (TAVARES 1997 apud BIDERMAN, COZAC e REGO, 1997 p. 133-1334).

Segundo Bielschowsky:

Seu estruturalismo o orientou na proposta de subordinação da política monetária à política de desenvolvimento e na proposta de planejamento e de intervenção do Estado em suporte à industrialização. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.148).

A proposição de partir da concretude dos dados para pensar e estabelecer uma teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foi, sem dúvida alguma, o grande legado cepalino assumido por Celso Furtado, mas, foi, além de tudo, o elemento marcante e fundamental de sua obra, na medida em que, mais do que partir da concretude social para teorizar, o autor foi responsável por teorizar para poder agir

Assim, Furtado desenvolveu uma vertente própria dentro do pensamento econômico, destacando-se pelo apreço a sua produção, além da reflexão perante sua trajetória dentro de seus trabalhos intelectuais. Suas circunstâncias permitiram, ao nível do pensamento, uma fascinante articulação e movimentação entre as principais correntes de interpretação dentro da experiência brasileira na atividade do Estado e de organismos internacionais, que pode ser visto na obra cinebiografia *O Longo Amanhecer*, do diretor José Mariano, sobre o legado do economista e pensador.

Vê-se um relato da vida e do pensamento do autor, meses antes de sua morte em 2004. Francisco de Oliveira¹⁷, seu amigo e colaborador de longa data ressalta que “Celso Furtado está no panteão dos demiurgos do pensamento nacional, dos inventores do que a

17 O LONGO Amanhecer – uma biografia de Celso Furtado. Direção de José Mariani. Brasil. 2004. 1 DVD. 72 min.

gente pensa hoje sobre o Brasil”. Já Maria da Conceição Tavares¹⁸, afirma que Furtado é “o único grande pensador brasileiro do século XX”.

No documentário¹⁹, tem-se o debate sobre as últimas décadas, com o advento da globalização e interdependência entre as nações, onde a economia desenvolveu estruturas poderosas de intervenção na vida social que teria submetido as demais ciências, moldando o mundo as suas novas concepções. Nessa linha, o homem contemporâneo está dominado pelos preceitos econômicos modernos, não podendo viver, portanto, sem levar em consideração os caminhos moldados pelos economistas. Ou seja, todo processo da vida individual opera apenas para a reprodução do capital de forma mecânica.

A respeito desse fenômeno, Francisco de Oliveira²⁰ em seu depoimento diz que “os modernos cientistas sociais, entre os quais se incluem os economistas, não tem paixão por causa nenhuma. Eles são inteiramente solidários com os destinos nacionais”, enfatiza em seguida que “Os teóricos dos anos do único da modernidade eram todos pensadores apaixonados. Estavam de um certo lado da história. Celso, a esse respeito é um dos mais emblemáticos. Ele está decididamente no lado de alguma causa e não olha a história com a indiferença de um cientista normal”. Conclui também:

Tensão entre teoria e história, é o que sua obra tem. Está presente em todos os outros clássicos, mas nele é permanente: a história é teoria e a teoria é a história. É diferente de um economista hoje, que pega as variantes modela e acha que dali sai algum resultado. Não tem história. Não tem especificidade. (...) Se você pegar a formulação de qualquer economista que esta ai formulando política para o governo brasileiro hoje é igual a que se encontrará em qualquer país. Sumiu a história. (O LONGO amanhecer, 2004).

João Manuel Cardoso de Melo²¹, ao falar sobre Celso Furtado, sustenta que foi um reformista, isto é, acreditava que por meio das reformas profundas nas estruturas brasileiras, seria enfim possível vencer as condições do país que impediam o desenvolvimento. Entretanto, ainda no documentário "*O Longo Amanhecer*", nota-se a desilusão do intelectual frente à possibilidade do pleno desenvolvimento econômico anteriormente defendido. Por isso, o documentário paira sobre um aspecto denso, por

18 Idem.

19 Idem.

20 Idem.

21 Idem.

vezes triste, tanto nos depoimentos de Conceição Tavares quanto nas análises de Francisco de Oliveira, observando que tal oportunidade de desenvolver-se foi perdida.

Apesar de Celso Furtado ter finalizado suas contribuições ao debate do processo de desenvolvimento nacional de maneira pessimista, "*Formação Econômica do Brasil*" continua sendo um livro atual e dotado de otimismo, pois instiga o leitor a pensar sobre o Brasil de maneira não usual, projetando perspectivas positivas para os próximos decênios. Tornou-se certamente referência obrigatória para a interpretação da formação do Brasil moderno na história do capitalismo ocidental e tem no seio desta pesquisa o questionamento acerca do método discursivo utilizado pelo autor em contraposição ao período de elaboração da obra, bem como o seu legado para as gerações futuras que se debruçam sobre o debate voltado ao desenvolvimento dos países periféricos.

Para João Manuel Cardoso de Mello, *FEB* é única dentro das produções de economistas brasileiros e carrega um significado claramente universal:

A obra de Celso Furtado, para mim, é a única dentre a dos economistas brasileiros que tem um significado claramente universal. (...) Ferramentas básicas da análise econômica – a ideia de excedente econômico da Economia Política Clássica e a macrodinâmica keynesiana – são utilizadas para pensar articuladamente a história do capitalismo e a história econômica do Brasil. Como resultado surgem, de um lado, uma teoria do subdesenvolvimento e, de outro, uma interpretação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro (MELLO, 1999, pp. 191–192).

Dessa maneira, Furtado consegue realizar o feito de sustentar a relevância do seu discurso no campo da ação e no âmbito intelectual mesmo após sessenta anos desde a primeira edição de sua obra prima, sendo seus principais aspectos investigados nas seções que se seguem.

3. SOBRE A ANÁLISE DO DISCURSO – ASPECTOS TEÓRICOS

Utilizada massivamente no meio acadêmico, a análise de discurso é um campo linguístico interdisciplinar, usado para examinar as ideologias que dão molde à maneira pela qual a comunicação transpõe em várias instâncias. O objeto da Análise do Discurso, portanto é o discurso, ou seja, ela se interessa por estudar a “língua funcionando para a produção de sentidos”. Isto permite analisar unidades além da frase, ou seja, o texto. (Orlandi, 1999, p.17).

Para Orlandi, o que caracteriza o discurso é o modo como ele funciona. Mais especificamente, o funcionamento de um discurso é:

“A atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado com finalidades específicas.” (ORLANDI, 2009, p.197).

A análise do discurso é, portanto, o intermédio na relação entre língua, história e sujeito, considerando o discurso não como uma produção individual, e sim como algo que atravessa aquele que o enuncia. Assim, o discurso é um fenômeno melhor interpretado por meio do entendimento de suas características históricas de produção e de seu veículo de transmissão, levando em conta o homem e a língua em suas concretudes, não enquanto sistemas abstratos.

Ou seja, considera os processos e as condições por meio dos quais se produz a linguagem. Assim fazendo, insere o homem e a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade, forçando-os a refletir sobre “[...] o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (Orlandi, 1999, p. 16).

Dentro da Análise do Discurso tem-se a relativização da autonomia do objeto da Linguística, ou seja, a língua como sistema abstrato, fechada nela mesma e impõe-lhe a “ideia” de discurso, que é um objeto sócio-histórico e no qual está implícita a intervenção do linguístico.

Desta forma, busca-se conceber como a linguagem se materializa na ideologia²² e como se manifesta na língua. Busca apreender como a ideologia se materializa no discurso e como o discurso se materializa na língua, de modo a entender como o sujeito,

²² Conceito debatido posteriormente na seção 3.2.2.

atravessado pela ideologia de seu tempo, de seu lugar social, lança mão da língua para expressar o sentido.

Em *Formação Econômica do Brasil*, usada desde sua publicação em 1959 até os dias atuais na maioria das universidades e servindo como objeto de estudo e orientação para diversos economistas e intelectuais em todo o mundo, percebe-se o tato especial para a influência da cultura em seu método, que chamou a atenção para disfunções, como os padrões de consumo das classes dominantes latino-americanas e suas consequências, além da transição de patamares manufatureiros à industrialização e os fatores de conservação do subdesenvolvimento.

Tomar a realidade social e concreta como ponto de partida em direção à teoria é o elemento destacado da obra de Celso Furtado. A proposição de partir da concretude dos dados para pensar e estabelecer uma teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foi, sem dúvida alguma, o grande legado cepalino assumido pelo autor, mas, foi, além de tudo, o elemento marcante e fundamental de sua obra em questão e em seu discurso, na medida em que, mais do que partir da concretude social para teorizar, o autor foi utilizou de sua teoria para transgredir ao campo da ação.

O estudo sobre Análise do Discurso dentro de *Formação Econômica do Brasil*, dessa forma, busca compreender como um objeto simbólico produz sentidos e como este objeto está cheio de significância. Nesta busca, a análise traz à tona o funcionamento da linguagem, no qual o sujeito se constitui pela interpretação que faz. Ao interpretar algo, o sujeito se submete à ideologia e à ilusão de que tudo é transparente, literal, evidente, e de que te temos acesso direto ao sentido completo daquilo que está sendo enunciado.

Cabe a Análise do Discurso, portanto, compreender como opera o gesto de interpretação do sujeito, os mecanismos de interpretação e mostrar seus efeitos de sentido. A função do sentido dentro da Análise do Discurso, atrelada a linguagem, por sua vez, só faz sentido porque está inscrita na história.

Nesse interim, a história não é meramente uma evolução, uma cronologia. É um conjunto de práticas sociais organizadas a partir das relações com o poder. Em outras palavras, para a Análise do Discurso dentro de *Formação Econômica do Brasil* não basta somente rastrear dados históricos dentro do texto, mas sim entender de que forma este texto produz sentido levando em conta as relações existentes com o poder imersos dentro da obra.

3.1. SOBRE A QUESTÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO: ORIGEM E IMPORTÂNCIA

Em 1950, Harris escreve *Discourse Analysis*, texto que aponta para uma análise transfrástica da língua, rompendo com o modelo estruturalista até então atuante. Nesse mesmo período, alguns autores introduziam novos paradigmas dentro da análise da língua, dentre eles, Roman Jakobson, com a Teoria da Comunicação, percebendo os fatores de condição da produção linguística, no que concerne à comunicação; e Émile Benveniste, com a Teoria da Enunciação, investigando a natureza constitutiva da linguagem através do processo enunciativo.

Em especial, a Teoria da Enunciação de Benveniste redimensionou o olhar dado à língua. Para esse teórico, a linguagem só ganha possibilidade na enunciação e nesta o sujeito deixa rastros discursivos. Com base nesse pressuposto, formou-se as bases para que no final de 1960, Michel Pêcheux²³ pudesse propor a teoria da Análise do Discurso, na França, ápice de seus resultados de pesquisas realizadas durante o processo de doutoramento. Seus estudos trouxeram uma abordagem distinta ao pensar a Ciência da Linguagem, surgindo como uma discussão de questões que advogam contra o formalismo hermético da linguagem, questionando a negação dos fatores externos dentro do discurso.

De acordo com Denise Maldidier (1993), Pêcheux iniciou uma “aventura teórica” para desfazer a ideia de uma “fantasia da totalidade”. O autor consideraria o discurso como “uma dupla fundamentação da língua na História. Ele é pensado sob o modo de uma ruptura epistemológica com a ideologia subjetivista que reina nas ciências sociais e regula a leitura dos textos” (Maldidier, 1993, p. 109).

A linguagem, portanto, não seria mais concebida como apenas um sistema de regras formais com os estudos discursivos. A linguagem é então pensada em sua prática, atribuindo valor ao trabalho com o simbólico, com a divisão política dos sentidos, visto que o sentido é móvel e instável. O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser então o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma.

Na obra de Pêcheux, *Análise Automática do Discurso* (1969), é possível observar então, a interrupção dessa concepção, uma vez que o sujeito, em detrimento do

23 Pêcheux influência diretamente Furtado na constituição de seu discurso, sendo aprofundado posteriormente na seção 3.4.

homem é colocado no centro do debate. Por sujeito, não cabe entendê-lo como um sujeito qualquer, mas sim um sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia. Um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem.

O que a Análise do Discurso procura conhecer é o caráter histórico da linguagem, dado que esse campo de estudo é de abertura, o que implica assim uma gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico.

A Análise do Discurso francesa, encabeçada por Pêcheux, se constitui então como uma disciplina de confluência, uma vez que se insere em um ambiente de união, a saber a ligação com o materialismo histórico, como uma teoria das formações sociais; a ideologia; a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e por fim, a teoria do discurso, como determinação histórica dos processos semânticos. De acordo com Pêcheux, é importante entender que o discurso não pertence a própria palavra; não é dado em sua relação com o sentido literal do significante:

"[...] não pertence à própria palavra, não é dado em sua relação com a 'literalidade do significante'; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas." (PÊCHEUX. 1988, p.60).

Na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas. Neste ponto de vista, a análise de discurso jamais seria um instrumento para a explicação simples de textos ou a aplicação modelar de uma teoria. Na ótica explicitada pelo autor, o sentido não está claro, óbvio ou transparente, uma vez que é preciso considerar a opacidade da materialidade presente.

Eni Orlandi (2008) contribui ao debate da Análise do Discurso e defende a ideia do discurso como uma produção de sentidos dentro de um determinado contexto social, histórico e em certas condições de produção. Para Orlandi (2007), discurso não se trata de transmissão de informação. Não é simplesmente um processo linear, onde um fala e o outro assimila, não é sequencial, um fala o outro decodifica a mensagem. Para o analista de discurso, o objeto é o discurso.

Ademais, para Orlandi, o que caracteriza o discurso é o modo como ele funciona. Mais especificamente, o funcionamento de um discurso pode ser arrolado como uma “atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado com finalidades específicas.” (Orlandi, 2009, p.197).

A fim de compreender como os discursos funciona e as delimitações que os caracterizam, cabe abordar a tipologia discursiva proposta por Orlandi. É possível inferir que a forma como o discurso é produzido, proferido, recebido e interpretado está ligada a certo tipo de funcionamento discursivo. Ao propor a sistematização destes tipos, Orlandi utilizou dois critérios: paráfrase e polissemia.

A paráfrase, segundo Orlandi mostra-se como uma produção dos efeitos de sentido na memória do dizer. Um sempre retorna ao já dito na enunciação de um discurso que pela inscrição na história possibilita a realização e a ancoragem do dizer no interdiscurso. Pertence à ordem da memória discursiva. Por esse lado se há paráfrase, é porque existe produtividade na linguagem. Nessa formulação, o sujeito retoma um dizer e o reformula preso à simples variação e série.

Já na polissemia há a possibilidade do dessemelhante. A polissemia é da ordem da ruptura, da diástase. É espaço da capacidade inventiva da língua, onde o sujeito se movimenta com sua inscrição na história, onde o sentido não rompe com a historicidade. A polissemia abre caminhos com seus efeitos de sentido enunciados em processos de significação e ressignificação no contato com o simbólico nos discursos em seus funcionamentos e tipos abrindo espaço para a deriva, o deslizamento de sentido, o sentido diverso.

Partindo desses pontos estabelecidos, segundo Orlandi, é possível observar três tipos de discursos: o lúdico, o polêmico e o autoritário. O lúdico é aquele em que a polissemia está aberta, livre, e o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos. O polêmico é aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos. Por fim, o autoritário é aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor (Orlandi, 2007, p. 86).

Ainda segundo Orlandi, um discurso não se é concebido em sua totalidade como autoritário, lúdico ou polêmico. Há a simultaneidade entre os três. No entanto existe a preponderância de um sobre o outro. O autoritário não funciona em sua homogeneidade livremente, mas articula-se em sua monossemia da mesma maneira que o lúdico em sua polissemia e o polêmico funciona entre a polissemia e a paráfrase.

Orlandi (2007) afirma ainda que no acontecimento dos discursos lúdico, autoritário e polêmico a interação se dá por meio da dimensão histórica e social da linguagem ao passo que a polissemia mostra a multiplicidade dos efeitos de sentido. Através dessas formulações derruba-se a estagnação do discurso, ou seja, há uma tendência para determinado tipo.

Dessa forma, é possível inferir que captar o funcionamento de determinado discurso pode transparecer algo do não visível em uma distinta fala. Passa-se pelo caminho do indivíduo e do sujeito indivíduo, proposto por Orlandi (2008). Portanto, para entender o discurso é necessário saber sobre o sujeito. O discurso é o resultado de sentidos entre sujeitos, interpelados pela ideologia, chamados por dizeres não apreensíveis no engano da obviedade.

3.2. CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA E DA IDEOLOGIA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

3.2.1 A LINGUÍSTICA NA ANÁLISE DO DISCURSO

O linguista Dominique Maingueneau (2015, p.24) afirma que o discurso é comumente definido para os linguistas como “o uso da língua”. Ainda segundo o autor, “alguns acrescentam a isso uma dimensão comunicacional”.

Assim, a Linguística se apresenta como o pano de fundo a partir do qual emerge a Análise do Discurso. Seus conceitos servem de referenciais para esta teoria, ainda que o movimento desta ora incorpore o conhecimento da Linguística, ora o questione e, principalmente, ora o deixe de lado. Assim, funciona como uma estrutura na qual e por meio da qual a Análise do Discurso se configura enquanto processo e movimento.

Dessa forma, é possível arrolar a língua como parte de um campo marcado por dicotomias. Saussure assim pretende uma definição autônoma do que deve ser essa língua para a Linguística, delimitando o campo de atuação desta última e separando o objeto da Linguística do das outras ciências sociais. A língua, dessa forma:

“não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela (...). É ao, mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (...). A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação.” (SAUSSURE, 2006, p. 17).

Ao seguir a linha de separação entre o que é da ordem da língua e o que não é, Saussure (2006) estabelece ainda a distinção entre língua e fala. A língua, então, não é uma função de cada falante, mas algo que existe socialmente e independente da premeditação ou reflexão para a expressão de uma ideia. Precede a fala na medida em que ela é uma instituição social, de ordem própria, que acontece em determinada comunidade linguística e os indivíduos dessa determinada comunidade a assimilam passivamente. A fala, por sua vez, configura um ato individual que manifesta um intento comunicativo por parte do falante; ela é a realização da língua pelo falante, a colocação em prática do código que é socialmente compartilhado.

Dito isso, entende-se que a Análise do Discurso se propõe a questionar a concepção de língua como um ecossistema que possui um exterior no qual sujeitos apropriados a põem em funcionamento. Sujeitos estes que trabalhariam em um processo comunicativo uniforme no qual sentidos seriam codificados e decodificados por emissores e receptores, como se a língua fosse um simples código que não possui história e como se ela não se constituísse simultaneamente com o histórico-social.

A Análise do Discurso se situa, então, não na descrição da condução interna da língua enquanto simples estrutura, mas na relação entre o linguístico, enquanto materialidade linguística, e o histórico, enquanto processo permanente de produção de sentidos. Estabelece-se, então, um outro objeto de estudo, que não é a língua, mas o discurso, que conjuga aspectos linguísticos com aspectos histórico-ideológicos.

Os estudos de Pêcheux, que deram origem a ideia de Análise do Discurso abordada neste trabalho, une conforme exposto anteriormente, três saberes, sendo eles o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Esses saberes são interpostos por uma teoria da subjetividade que visa entender o sujeito inserido nesse processo por meio de uma base psicanalítica. Assim, dentro dos saberes citados, a Análise do Discurso trabalha com seus conceitos produzindo uma nova territorialização dos mesmos para a elaboração de novos pressupostos (Mariani, 1998, p.24).

Por consequência, entende-se que a linguagem não funciona como um código que se remete à transmissão de informações entre locutores ou ainda à comunicação entre locutores apropriados em situações também apropriadas; o sujeito não representa o ponto de partida do que diz sendo o ponto de partida dos sentidos, ou seja, o dizer não se inicia no sujeito; a ideologia não pode ser desconsiderada dos processos discursivos; não há, nos processos de linguagem, a possibilidade de haver somente um sentido, como se a literalidade fosse o ponto de partida para o trabalho semântico.

No lugar de língua funcionando como código de transmissão de informações ou sistema de signos²⁴, a Análise do Discurso propõe que a língua se configura como um lugar de inscrição do discurso, ou seja, a cadeia material na qual se inscreve o que é da ordem do discurso. O discurso, por sua vez, se materializa na língua, se inscreve nela determinando sua funcionalidade e seu funcionamento.

Dessa forma, a língua se transforma em um espaço material que somente adquire funcionalidade porque é afetada por algo que não é de origem somente de sua ordem, mas como cadeia material obtém o significado porque nela são inseridos sentidos de práticas sociais que se constituem historicamente.

Os sentidos do discurso não estariam, então, no sistema linguístico, mas no processo de produção simbólica perpetua, isto é, nas práticas sociais que formulam um trabalho de simbolização deslizando no tempo e no social, construindo, reconstruindo, interditando e reativando sentidos. O objeto central da Análise do Discurso, conforme elucidado, não se delimita a língua, mas abrange o discurso, que segundo Orlandi (2005) aparece como “objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto”.

O discurso, por sua vez, não é entendido como simples mensagem, nem fala. Debruça-se com a noção de um objeto teórico constituído por sentidos produzidos historicamente nas práticas sociais. Ele configura o lugar onde se pode observar a relação entre a língua, concebendo sua cadeia material na qual se inscrevem os sentidos e ideologia. O discurso funciona então como um lugar de mediação, uma vez que é nele que são produzidos os sentidos.

O sujeito, por sua vez, não pode ser visto como o controlador do dizer como se os sentidos do que ele transpõe se inaugurassem nele. Ao colocar a língua em funcionamento, entende-se um processo complexo no qual o sujeito e a língua se configuram simultaneamente. Dessa forma, o sujeito não é considerado um indivíduo singular. Este é considerado resultado de um processo de subjetivação que se dá, então na esfera discursiva.

Entra em cena a noção de ideologia, que na abordagem da Análise do Discurso, trata de um mecanismo invisível, imaginário que prova efeito de obviedade. O funcionamento ideológico se dá então num efeito de transparência da linguagem e do sentido. É a ideologia a responsável por provocar o efeito do obvio no discurso, retirando

24 Conceito desenvolvido por Ferdinand de Saussure (2010), onde afirma que o signo linguístico é a união de uma imagem acústica e um conceito, de um significante e um significado.

da linguagem seu caráter cerrado, apagando a materialidade do sentido, funcionando como se pertencesse ao discurso desde seu início, opondo-se a ideia de ser fruto do processo discurso que o sustenta e será mais aprofundada na próxima seção.

3.2.2. A IDEOLOGIA NA ANÁLISE DO DISCURSO

Um dos principais pontos dentro do debate acerca da Análise do Discurso infere-se especialmente por meio da discussão e da análise do conceito de *ideologia* que permeia seu centro e suas nuances significativas. Poucos conceitos se fundamentam em tamanha complexidade e polissemia, conforme afirma Michael Lõwy:

“[...]existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de acumulação incrível de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos.” (LOWY, 2018, p. 9)

Entretanto, cabe ressaltar que para fins de tensionamento, algumas questões pontuais serão abordadas nesta pesquisa a respeito do termo, em específico, dentro de sua utilização na Análise do Discurso e seus principais pontos de inflexão, tomando como ponto de partida os postulados por Marx e Engels, passando pelas teorizações de Althusser com fundamentação nos dizeres marxistas e culminando nas ideias de Pêcheux com a inserção do conceito de ideologia dentro da abordagem linguística-discursiva.

O ponto de partida aqui pode ser visualizado, assim, nos escritos de Marx e Engels, onde a ideologia divide a produção de ideias das condições sócio-históricas em que são produzidas. Em *A ideologia Alemã*, escrita entre os anos 1845 e 1846, os autores postulam sua crítica à filosofia pós-hegeliana e assentam as bases de sua concepção materialista da história. Visam explicar as maneiras de consciência a partir das relações sociais reais e não da autonomização dos conceitos, cuja produção idealista é vista como ideologia, isto é, uma construção ideal autonomizada da materialidade do modo de produção. Para os autores (2007, p. 32-33), o primeiro pressuposto de toda a história é que: “[...] os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” e para isso precisam, “[...] antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais”.

Com base nessa premissa, Marx e Engels se debruçaram sobre a missão de demonstrar que a ideologia emergiria, então, da divisão do trabalho e da rachadura entre as classes, originando, dessa maneira, uma abordagem densa referente ao termo. Tal

abordagem compreende o fenômeno como um objeto utilizado para servir as classes dominantes dentro da sociedade capitalista em detrimento das classes dominadas.

Marx descreveu a estrutura da sociedade como uma forma de organização lapidada por meio de juízos e níveis, ajustados por meio de delineamentos específicos. Dessa forma, no que tange a infraestrutura, é possível encontrar as unidades de forças produtivas e das relações de produção que dela se originam. Já na superestrutura, pode-se encontrar as leis, o estado e as ideologias que se originam desse segmento, constituindo assim o nível ideológico.

Por meio desse entendimento, é possível compreender que as ideologias não se desenvolvem por si só, mas sim, a partir sobre o escopo delimitado das bases de forças e relações de produção advindas da infraestrutura. Assim, pontuam que a essência do homem é formada pelo conjunto das relações sociais e que estas surgem do trabalho e da intervenção do homem sobre a natureza, estando, portanto, suas ideias, representação e da consciência diretamente relacionadas à atividade material e ao comércio material dos homens (Marx; Engels, 1999).

Para Marx e Engels, a ideologia é tida como uma consciência falsa da realidade, mas também como consciência. Dessa forma, a ideologia é vista como a linguagem da vida real e também como sua imagem inversa:

“o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se formam na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 1999, p. 21).

Para os autores, portanto, toda a forma social advém de um específico modo de produção dominante, de maneira que são os processos de produção que movimentam as forças produtivas, tendo em vista que o condicionante da produção no sistema capitalista é a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho. Dessa forma, as instituições tem a função primordial de assegurar a submissão as ideologias dominantes, conferindo assim a efetiva manutenção da reprodução do modo de produção dominante.

Assim, partindo das contribuições do materialismo histórico, em especial nos dizeres de Marx e Engels, no que diz respeito à superestrutura ideológica na sua ligação com o modo de produção e realizando um novo deslocamento mediante a análise dos escritos anteriormente expostos, Louis Althusser (1985) e Pêcheux (1988) mostram alguns pontos determinantes em que a ideologia representa no processo de inibição dos sentidos.

Althusser (1985) postulou uma teoria sobre a ideologia com fundamentação nas bases marxistas, expostas anteriormente nessa pesquisa. O autor, assim, intencionava compreender como os indivíduos agiam em suas práticas sociais seguindo como pano de fundo a premissa estabelecida por Marx, onde é possível obter que a base de qualquer relação social é conflituosa e manipulada por interesses ideológicos.

Expandiu o conceito do materialismo no formato marxista, não identificando-o somente como fruto do quesito econômico. Com a exposição da ideia de conflito social mediante o parâmetro da ideologia materializada em inúmeras instituições e práticas sociais, o autor alargou então a noção do materialismo.

Tal noção de aparelhamento ideológico é delineado no centro dos meios de produção da vida social, os quais se intitulam de Aparelhos Ideológicos do Estado²⁵. Por meio desse mecanismo, o agente social reconhece o seu lugar e se assujeita a um sujeito absoluto:

“O mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição social (...) é um mecanismo com duplo efeito: o agente se reconhece como sujeito e se assujeita a um sujeito absoluto” (ALTHUSSER, 1985, p.08).

Tomando tal premissa como base, Althusser expõe, a partir da fundamentação da psicanálise lacaniana²⁶, que a ideologia funciona por meio de uma estrutura com dupla relação de abstração, visto que “toda ideologia existe pelo sujeito e para o sujeito” (Althusser, 1985, p. 209).

Embora Althusser tenha grande importância na compreensão da ideologia como prática, indicando o seu mecanismo de funcionamento por aparatos simbólicos de interpelação, é no trabalho de Michel Pêcheux que a prática material do conceito de ideologia é mais profundamente explorada no seio da prática do discurso.

Cultivando o conceito de “condições de produção”, Pêcheux mostra que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores. Assim, temos que o indivíduo não está livre para escolher, numa determinada situação, o que falar, pois o seu dizer estará

25 São exemplos de Aparelhos Ideológicos do Estado: a igreja, o sindicato, a família, entre outras instâncias de valor simbólico e institucional que conferem significado para o agente social.

26 Segundo a teoria de Jacques Lacan, existe o outro da linguagem que possui uma posição dominante sobre o sujeito, isto é, o sujeito é atravessado e estruturado pela linguagem alheia e não possui autonomia sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas apenas ocupa um lugar social dentro de um processo histórico de onde enuncia.

sendo afetado por este “já existente”, que Pêcheux denomina de interdiscurso ou “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (1988, p.162).

Esses “já existentes” são sentidos que foram se construindo e se lapidando historicamente a partir da estruturação das relações de poder, que podem ser assumidos ou não pelo sujeito, a depender das posições discursivas que este poderá ou não ocupar e exercer em função do movimento da ideologia.

Pêcheux afirma ainda que a materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade linguística, que aparece nas formações discursivas. Segundo o autor, a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica consiste justamente nesse assujeitamento ideológico que conduz cada pessoa a acreditar que, a partir de sua livre vontade, pode se colocar, sob a forma discursiva, no lugar de uma ou outra classe social, antagonistas no modo de produção.

Conforme Orlandi, para Pêcheux não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido:

“Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.” (ORLANDI, 1999, p. 17).

Ainda de acordo com Pêcheux, essa interpelação do sujeito em sujeito ideológico, ou sujeito do discurso: “se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso (...), são reinscritos no discurso do próprio sujeito”. (1988, p.163).

Assim, essa unidade imaginária – sistema de evidências e de significações percebidas - que fornece a cada sujeito a “sua realidade”, só é possível através de uma submissão aos significantes da língua, o já inserido, o que equivale a dizer que a língua funciona no sujeito cada vez de modo diferente, pois esse assujeitamento não se dá da mesma maneira para interlocutor da língua. Com isso surge a ideia de que não há uma relação direta e automática do discurso com uma dada situação empiricamente descritível.

Assim, é possível alcançar de forma clara o conceito de ideologia almejado pela pesquisa, pilar fundamental da análise do discurso, que segundo postulado por Orlandi

não pode se definir como um conjunto de representações, mas sim como uma prática significativa, efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária:

“não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique”. (ORLANDI, 1988, p. 48).

O intuito da discussão iniciada nesta seção foi descrever de forma clara e debater acerca do encaixe conceitual do escopo do objeto ideologia no seio da Análise do Discurso. Assim, foi possível compreender ao longo da análise que a noção de ideologia se estabelece como algo próximo do processo complexo de fundação simbólica e discursiva da realidade social na sua dimensão inicial.

Sendo a ideologia, em suma, a relação entre indivíduos organizados socialmente, não sendo assim um movimento natural e essencial, tende ao infinito de sua existência, pois funciona pelo mecanismo inerente de oculta-la.

Esse mecanismo banal entre o ideológico e o inconsciente, que toma forma na constituição do sujeito por interpelação, torna por gerar, segundo Pêcheux, as denominadas verdades evidentes. Este é o último efeito da ideologia: a evidência, na produção do sentido e na constituição do sujeito.

3.3. ANÁLISE DO DISCURSO SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-ESTRUTURALISTA

O estruturalismo, tem sua origem no seio das Ciências Sociais, não sendo fruto diretamente das Ciências Econômicas, tendo seus conceitos enraizados na Antropologia e na Linguística. Entretanto, nessas disciplinas, acaba por compreender-se como um instrumento metodológico despido de abordagem histórica, não levando em consideração os processos envoltos a concepção do discurso.

Tal concepção dentro do campo da linguagem, torna por criar uma língua com características homogêneas, inertes, onde se inibe a análise da sua constância e de seus processos estruturais. Assim, aquilo que não for compreendido como dentro dos padrões da língua é posto aparte dos estudos linguísticos. Dessa maneira, a linguística se torna restrita, não fornecendo espaço suficiente para considerar situações reais.

Segundo Marini, outras questões fora do campo exclusivamente linguístico são deixadas à margem, como a construção da memória social, a formação da opinião pública, a censura, o senso comum, os modos de determinação e indeterminação na retransmissão do discurso do outro, a interdição de certos enunciados para sujeitos específicos em situações específicas ou a monótona repetição de outros:

Há ainda outras questões que não se situam apenas na ordem da língua e que são igualmente excluídas: a construção da memória social, a formação da opinião pública, a censura, o senso comum, os modos de (in)determinação na retransmissão do discurso do outro, a interdição de certos enunciados para sujeitos específicos em situações específicas ou a monótona repetição de outros (e não estamos aqui referindo-nos ao clichê), etc. (MARIANI, 1997, p. 15).

Diante do exposto acerca da concepção inicial do estruturalismo dentro do campo linguístico, pode-se entender e mitigar a origem do método histórico-estruturalista inaugurado por Raúl Prebisch e inserido dentro do discurso de Celso Furtado. Tendo isso em vista, compreender a importância da abordagem estruturalista de origem cepalina e o momento de seu surgimento se mostram prerrogativas ímpares ao seguimento da discussão.

Partindo desse pressuposto, tem-se nas ideias pioneiras de Raúl Prebisch um reflexo da preocupação que existia a respeito da análise dos países subdesenvolvidos. Esses países, de acordo com o autor, deveriam ser analisados de forma particular e não simplesmente submetidos às formulações teóricas referenciadas aos países desenvolvidos. De tal forma, foi formado um pano de fundo para um conjunto de contribuições analíticas voltadas a análise das estruturas, encabeçada por Prebisch, que posteriormente se tornaria um marco na linha de pensamento da CEPAL²⁷.

O enfoque então, estaria voltado para a busca de relações diacrônicas, processuais, históricas e comparativas. Assim, segundo Bielschowsky (2010) do ponto de vista do método científico se alinha mais com a perspectiva “indutiva” do que a uma “heurística positiva”.

Rodríguez (2009) complementa ainda que, a convergência metodológica indutiva permite a identificação de uma corrente de pensamento ímpar, que insere um caráter

27 São três textos fundamentais para compreensão do pensamento cepalino, sendo eles de autoria de Raúl Prebisch: *“O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”* (1949); *“Crescimento, desequilíbrio e disparidades: interpretação do processo de desenvolvimento econômico”* (1950); e *“Problemas teóricos e práticos do desenvolvimento econômico”* (1951).

científica ao modo de pensamento, fornecendo a revisão dos problemas da região da América Latina, desenvolvida no decorrer de mais de cinquenta anos.

A origem desse modo de pensar, advém da transição observada nas economias subdesenvolvidas da América Latina, que começaram a evoluir ainda mediante o modelo de crescimento primário exportador. No texto de *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*²⁸, Raúl Prebisch afirma:

“A realidade está destruindo na América Latina aquele pretérito esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de haver adquirido grande vigor no século XIX, seguia prevalecendo doutrinariamente até há bem pouco tempo” (PREBISCH, 1949, p. 99).

Prebisch tratou de observar a forma como se realizaria a transição entre o modelo primário exportador das economias latinas para o modelo urbano-industrial. Cabe salientar que, ainda no final da década de 1940, existia a ideia de que tal transição cessaria a condição de subdesenvolvimento da América Latina.

O autor comenta que em tempos diversos, antes da Grande Depressão, os países latinos cresciam impulsionados pelo aumento das exportações. Entretanto, tal modo já não era mais visto como alternativa, tendo em vista que a industrialização se tornara o principal modo de crescer:

"Em outros tempos, antes da grande depressão, os países da América Latina cresceram impulsionados de fora pelo aumento persistente das exportações (...). Já não se apresenta a alternativa entre seguir crescendo vigorosamente desse modo ou crescer para dentro, mediante a industrialização. Esta passou a ser o modo principal de crescer." (PREBISCH, 1949 pp. 52-53).

Dentre os trabalhos pioneiros de Prebisch (1949), tem-se a introdução do conceito de centro-periferia, onde induz que os países de centro são compostos pelos países desenvolvidos produtores de bens manufaturados, e os países periféricos encontram-se ainda em desenvolvimento ou em condição de subdesenvolvimento, produzindo em grande parte bens primários. A América Latina, objeto de análise do autor, é tido como pertencente à periferia da economia mundial.

28 Prebisch escreve “*O desenvolvimento económico da América Latina e alguns de seus problemas principais*” em 1949, como introdução ao Estudio Económico de la América Latina - 1949 e posteriormente publicado em Cepal, Boletín económico de América Latina, v. VII, n. 1, Santiago do Chile, 1962, publicação da ONU.

A fertilidade do método é melhor dimensionada quando se observa a interação entre o método indutivo e a abstração teórica formulada Prebisch, sendo essa a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico. Esse caráter é dotado de duplicidade, com a periferia posicionada em uma margem, frente ao centro posicionado em outra.

Tal posição dualística do centro e da periferia serviu para afirmar que a estrutura das economias subdesenvolvidas determina um padrão específico de inserção internacional como periferia do capitalismo mundial - via divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, a estrutura econômica subdesenvolvida é produtora de bens e serviços com uma demanda externa pouco diversificada; no que diz respeito ao mercado interno é importadora de bens e serviços com uma demanda doméstica em rápida expansão, além de ser assimiladora de padrões de consumo e tecnologias adequadas para o centro desenvolvido, porém, com frequência, pouco adequadas ou inadequadas por completo para a disponibilidade de recursos e o nível de renda da periferia.

O autor acrescentou ainda a noção de que a estrutura social e econômica da periferia latino-americana determina um modo particular de industrialização, de introdução e disseminação do progresso técnico e de crescimento, assim como um modo peculiar de absorção da força de trabalho e de distribuição de renda. Ou seja, em suas características mais determinantes, os processos de crescimento e de desenvolvimento econômico, em todas suas variáveis, seriam diferentes do que ocorrem nos países do centro.

Em suma, as inovações que se adicionam ao conceito de estruturalismo, podem ser encontradas em sua grande maioria nas especificidades do seu enfoque na análise econômica. Prebisch insere a sua concepção o conceito dualístico de um sistema único. Desse modo, o contraste entre as extremidades pode ser verificado entre as disparidades dos níveis de renda real médio e das estruturas produtivas e ocupacionais.

Assim, a abordagem ganha o termo “estrutural” mediante a necessidade de analisar preliminarmente as especificidades das condições das estruturas econômicas. Entretanto, se baseia em uma abordagem que insere e reafirma as mudanças que ocorreram com o passar do tempo. Dessa forma, a compreensão sobre determinado cenário sofre alteração mediante as transformações que ocorrem na história, compondo assim o objeto de análise da estrutura econômica.

À vista disso, realizar a diferenciação das condições históricas de desenvolvimento dos países é compreendido como o ponto principal da análise estruturalista. Justifica-se pela existência de um desenvolvimento desigual que influi na

diferenciação da produtividade, diversificação produtiva e nível de especialização. Cabe destacar que, conforme ocorre a interação entre as diferentes estruturas econômicas (centro-periferia), a reprodução das condições de desigualdade se acentua.

O método estruturalista, portanto, se dinamiza de forma a abordar as condições da periferia, de forma a destacar a possibilidade de mobilização, ou seja, de alternativas para o desenvolvimento por meio da superação da especialização e das diferenças singulares da periferia em relação ao centro.

Não foi mérito de Prebisch, no entanto, a reflexão das questões pertinentes ao método da análise estruturalista. Tendo Prebisch iniciado o movimento estruturalista voltado à América Latina, foi com Furtado que ocorreu o seu aperfeiçoamento, tendo sua principal consolidação na evolução do método estrutural em direção ao método histórico-estrutural.

Para melhor elucidar a diferença entre a contribuição dos autores, é pertinente afirmar que a dinâmica histórica tem um papel limitado em Prebisch. O passado, para autor, é de certa forma moldado para que se possa realizar a diferenciação frente ao presente. A origem da estrutura, bem como seu movimento e transição não são postas a análise profunda e carecem de localização frente a um espaço delimitado. Em suma, para Prebisch existe a comparação estática, enquanto que para Furtado, o movimento no tempo e no espaço adotam perspectivas muito mais longas, como é bem possível observar em *Formação Econômica do Brasil*.

Furtado sintetiza que ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforçou-se para adotar um enfoque histórico abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. Interessava-o captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso da economia brasileira. Esse atraso era fenômeno global, estava em tudo, não requeria prova. O que interessava, segundo Furtado, era desvendar o seu encadeamento na História:

“Ao invés de reduzir a realidade a um modelo, esforcei-me em adotar um enfoque histórico, abarcando o que cabia e o que não cabia no marco explicativo do economista. A visão de Prebisch era essencialmente sincrônica: assinalava uma descontinuidade estrutural no sistema capitalista, geradora de dinâmicas distintas nos segmentos central e periférico. Quando comparava o comportamento do sistema na época em que o centro principal era a Grã Bretanha com o da época em que esse centro passou a ser os Estados Unidos, ele se limitava a fazer a interface dos dois cortes sincrônicos. Interessava-me captar o desenrolar dos acontecimentos no tempo, o encadeamento dos fatores que perpetuavam o atraso clamoroso da economia brasileira. Esse atraso era fenômeno global, estava em tudo, não requeria prova. O que interessava era desvendar o seu encadeamento na História. Não observei a economia

primário-exportadora brasileira como “periférica”, e sim como de “tipo colonial”, o que me permitia reinseri-la em seu quadro histórico. A degradação da relação de trocas podia ser vista como decorrência natural da vinculação de uma economia de tipo colonial com a metropolitana, sendo um aspecto da tendência à concentração do poder econômico que caracteriza a evolução do capitalismo.” (FURTADO, 1985, p. 67-68).

De fato, *Formação Econômica do Brasil* é mais do que uma contribuição sobre história, representa também uma contribuição analítica de peso e relevância singular, sendo definido por Ricardo Bielschowsky (2010), como “um ensaio de interpretação histórico analítica”. Anos depois, *Formação Econômica da América Latina*, escrito no exílio político, demonstra o potencial de investigação comparativa do método histórico-estrutural. Assim, essa pesquisa parte para a investigação do contexto sócio-histórico no qual seu autor se insere, buscando compreender os elementos que foram essenciais para a construção do seu discurso.

3.4. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO NA INVESTIGAÇÃO DO DISCURSO EM CELSO FURTADO

A obra de Celso Furtado pode ser entendida no campo da produção científica como historicamente determinada, onde por consequência sua produção não pode ser englobada se retirada do largo debate sobre o desenvolvimento econômico e sobre as questões do subdesenvolvimento da época. É necessário buscar a compreensão das determinações históricas e sociais da construção e difusão da teoria de Celso Furtado e da CEPAL, a saber, questionar a origem do surgimento da teoria do desenvolvimento e quais são as condições que permitiram seu posicionamento hegemônico.

Destarte, dentro da quarta seção desta pesquisa, tem-se como principal objetivo contextualizar a posição histórica e social da produção intelectual de Furtado, tendo em vista a relação entre aspectos marcantes do capitalismo internacional e as particularidades do capitalismo dependente no Brasil e na América Latina, especialmente no que tange às transformações ocorridas após 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial.

A respeito de tais metamorfoses advindas após o término da Segunda Guerra Mundial, Ricardo Bielschowsky informa que as econômicas latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, ao mesmo tempo que se disseminava a ideia de que as exportações tradicionais tendiam a recuperar o terreno com a volta à normalidade no pós-guerra:

“Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, as econômicas latino-americanas estavam em pleno processo de industrialização e urbanização, potencializado pelo rápido de crescimento de 5,8% ao ano entre 1945 e 1954, e por uma folga na restrição externa que permitiu uma expansão das importações em 7,5% ao ano nesse mesmo período. Isso abria espaço ao fortalecimento da ideologia industrializante, que apenas vinha dando os primeiros passos na região. Ao mesmo tempo, disseminava-se a ideia de que as exportações tradicionais tendiam a recuperar o terreno com a volta à normalidade no pós-guerra, potencializando a restauração da ideologia liberal dominante até os anos 1930, fundamentada do ponto de vista acadêmico, na teoria da divisão internacional do trabalho baseada nas vantagens comparativas ricardianas”. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 24).

Assim, a partir da década de 1940, estabeleceu-se um enorme aparato de produção de conhecimento voltado para a aplicação de políticas públicas e para a construção social de ideias e valores que apresentavam o desenvolvimento econômico como uma finalidade inerente.

O termo desenvolvimento que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, obteve a característica de marcar a narrativa da história mundial e o pensamento político e acadêmico, ganhou força no Brasil, organizando o pensamento e o debate das ciências sociais no país, principalmente no campo econômico. Para Furtado (1974, p.14), “o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial”, poderia ser universalizado.

Nesse contexto, a teorização promovida no período que objetivava o desenvolvimento foi inicialmente produzida em órgãos governamentais estadunidenses, ou mesmo em outras instituições sob jurisdição americana, que orientavam as teorias sobre o desenvolvimento de outros países.

A disseminação do debate ocorreu por meio de diversos estudiosos e acadêmicos, entre sociólogos, economistas e cientistas políticos atuantes na época que poderiam ser classificados, de acordo com Moraes (2005) pelos teóricos da economia do desenvolvimento de formação neoclássica e keynesiano-neoclássica frente a um grupo que seria constituído pelos cientistas sociais de outras áreas formadas na tradição funcionalista.

Imersos na temática, ocorre o surgimento da análise econômica do desenvolvimento, advinda de uma abundância bibliográfica de origem neoclássica, com objetivo central de questionar e teorizar a respeito de possibilidades de desenvolver as regiões que passaram a ser denominadas de “subdesenvolvidas”.

Essas análises objetivavam compreender as desigualdades que constituíam as relações econômicas inerentes ao modo de produção capitalista e fornecer justificativas frente ao inconformismo das nações latino-americanas, que já se voltavam ao cenário da industrialização e visavam se integrar a expansão do capitalismo global desde a década de 1910, com vislumbre das ações integradas das jovens nações que surgiram com o processo de independência das colônias asiáticas e africanas no final dos anos 1940 e no decorrer da década de 1950.

De acordo com Celso Furtado, tinha-se por objetivo dentro da teoria do desenvolvimento econômico que permeava o debate do período:

“explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e se utiliza o produto social” (FURTADO, 2009, p. 25).

Dessa forma, a teoria do desenvolvimento não serviria apenas como suporte para justificar o subdesenvolvimento das ex-colônias latino-americanas, mas também como formulador de metas com base na elaboração de modelos econômicos atuantes que as nações deveriam seguir para superação do subdesenvolvimento, constituídas com base nos moldes das economias tidas como “desenvolvidas”.

É possível afirmar que *Formação Econômica do Brasil* fora antecipado na tese de doutorado defendida em 1948 “*Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*”, conferindo a Furtado o status de historiador econômico mesmo antes de ingressar na CEPAL. De fato, explica-se dessa forma como ocorreu a integração do estruturalismo e da história para a consolidação do método.

O viés acadêmico da tese de Furtado frente também as investigações em *FEB*, permite que seja realizado análise também de suas influências intelectuais no período. Entende-se eu o autor obteve influência em seu doutorado, em Sorbonne, de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Roberto Simonsen. Em Freyre, o autor absorve e destaca a importância do complexo escravocrata e latifundiário na constituição da identidade social brasileira. Em Caio Prado Jr., Furtado recolhe o contexto da colonização como acumulação de capital por parte das metrópoles com a retirada de excedente e limitação do mercado interno em alusão direta com a colonização americana. De Simonsen, Furtado abraça os conceitos de “ciclos” monocultores e suas sucessões.

Na tese de doutoramento de Furtado em 1948, o autor utiliza o termo “ciclo do pau-brasil” e “ciclo de açúcar”²⁹, mediante clara influência nos escritos de Simonsen. Em *Formação Econômica do Brasil*, no entanto, mesmo com a ausência de novos e melhores dados, Furtado eleva sua caracterização dos momentos históricos da produção nacional e utiliza termos como “*economia escravista de agricultura tropical*”, “*economia escravista mineira*”, “*economia de transição para o trabalho assalariado*” e “*economia de transição para um sistema industrial*”.

Dessa forma, Furtado segue sua abordagem e parte para analisar as estruturas socioeconômicas que se organizam no entorno da produção e que têm dinâmicas individuais de expansão e crise. Estas estruturas, no entanto, não cessam quando outra se inicia, elas convivem no tempo, embora não se integrem no espaço. Furtado utiliza da análise dessas estruturas para conseguir integrar o impulso do comércio exterior aos efeitos de multiplicação da renda e de encadeamento de novas atividades internamente, mediante as condições de cada estrutura econômica regional.

Furtado tem em seu mérito a inovação do método histórico-estrutural por meio da historização e periodização das estruturas. Ou seja, toda estrutura se constitui com base em história e a história é periodizada com base na mutação das estruturas ao longo do tempo, dando destaque as relações de poder que alavancam tais mudanças.

Afim de situar a interação entre as formas de estruturas e sua relação com o poder, o autor obteve influências de Raúl Prebisch e François Perroux. De acordo com Furtado, as ideias de François Perroux influenciaram a pesquisa em ciências sociais na América Latina pelo fato de que completavam a visão de ‘centro-periferia’ de Raúl Prebisch:

Foi essa visão do desenvolvimento que guiou a obra teórica de certos autores como François Perroux e Raúl Prebisch, a partir dos ensinamentos de Keynes e Schumpeter... Dessa visão macrossocial emergiu uma teoria das decisões que deveria valorizar consideravelmente o papel dos centros de poder. Se a luta contra o subemprego exigia, nos países industrializados, uma ação diretiva do Estado sobre o conjunto do sistema econômico, que dizer das modificações estruturais sem as quais seria difícil escapar aos obstáculos do subdesenvolvimento? A obra de François Perroux foi de importância considerável na formação de um pensamento ligado a uma problemática que permitia conceitualizar o subdesenvolvimento. Perroux havia trabalhado desde os anos 1940 na elaboração de uma teoria capaz de explicar as realidades de um mundo que se globalizava: ele tentou construir uma nova coerência teórica que assumia a desigualdade dos agentes, suas estratégias e o espaço geográfico, sublinhando, porém, a força organizadora do efeito de dominação. Certo, Schumpeter dera ênfase ao efeito de inovação, mas o circunscreveu a um quadro de referência estritamente econômico. Perroux conceitualizou o efeito

29 Em relação ao debate referente as críticas conceituais e estruturais vinculadas à utilização do termo “ciclo”, os comentários serão estendidos na seção 4.2.

mais completo de dominação, que excede necessariamente o econômico, e, além disso, estabeleceu uma relação entre as estruturas sociais e a organização do espaço. Observando desse ângulo as decisões dos diversos agentes sociais, ele pôs em destaque os fenômenos de macrodecisões, às quais atribuiu um papel preponderante na constituição da realidade econômica. A macrodecisão tem sua origem seja no Estado, seja em outra entidade dominante... François Perroux, tendo unido estreitamente o desenvolvimento à ideia de poder, conferiu a sua obra um alcance considerável, que continua a crescer... esse poder é o principal vetor da integração transnacional das atividades econômicas e está na origem das assimetrias que engendram o subdesenvolvimento. As ideias de François Perroux influenciaram muito a pesquisa em ciências sociais na América Latina pelo fato de que completavam a visão de ‘centro-periferia’ de Raúl Prebisch... O aprofundamento dessas ideias pelo grupo de economistas conhecido posteriormente como escola estruturalista latino-americana deu origem à corrente de pensamento... A partir da convergência das ideias de Perroux e Prebisch, vou me permitir apresentar algumas reflexões sobre o perfil emergente da realidade econômica mundial em rápida transformação. Certo, sou o único responsável pelo exercício de globalização que tentarei fazer, mas não estaria em condição de realizá-lo se não tivesse sido discípulo desses dois mestres (FURTADO, 1994, p. 299-301).

Ainda sobre a influência de Perroux, que fora professor de Furtado em Sorbonne, Furtado afirma que suas ideias eram em particular interessantes, pois permitiam abarcar muito mais do que o estritamente econômico:

“Segui com interesse as aulas de economia industrial de François Perroux, certamente um dos espíritos mais originais de sua geração. As pesquisas que nessa época realizava conduziram-no à ideia de ‘polo de crescimento’, de tanta repercussão alguns anos depois. Perroux procurava introduzir conteúdo econômico no espaço físico, passar da ideia de ‘economia externa’ à de ‘espaço estruturado’. E hierarquizava as decisões econômicas, distinguindo aquelas que expressavam uma vontade de poder. As ideias de Perroux eram particularmente interessantes porque permitiam abarcar muito mais do que o estritamente econômico... Perroux também começava a teorizar nessa época sobre o que ele chamou de ‘unidade Inter territorial’, ou seja, a empresa que se organiza horizontalmente em vários países, disso derivando maior autonomia de decisão. Seu estudo pioneiro reportou-se à grande empresa petroleira anglo-iraniana. Essa linha de pesquisa, em que conjuntamente com Byé ele foi pioneiro, contribuiria mais do que qualquer outra para modificar a visão das relações econômicas internacionais.” (FURTADO, 1985, p. 34-35).

Após abordar algumas das principais influências do autor durante o período em que se concebe *Formação Econômica do Brasil*, cabe destacar também que foi durante o período em que se dedicou a CEPAL no decorrer da década de 1950, que Furtado elaborou estudos e pesquisas que culminaram em publicações, dentre elas, em especial, na obra *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), onde o autor sistematiza a teoria do subdesenvolvimento, imputando a insuficiências da teoria clássica, marxista e keynesiana para a compreensão das economias subdesenvolvidas.

Dentro da seção “*Desenvolvimento*”, Furtado reconstitui a teoria que se pode extrair do modelo neoclássico, formulando-a da seguinte forma:

O aumento de produtividade do trabalho (que se reflete na elevação do salário real) é consequência da acumulação de capital, a qual, por sua vez, está na dependência da taxa antecipada de remuneração dos novos capitais e do preço de oferta da poupança [...]. Com efeito, as ideias de lucro, acumulação, desenvolvimento não cabem no modelo neoclássico se não como consequência do afastamento da posição de equilíbrio (FURTADO, 1961, p. 62).

Sob o holofote das proposições neoclássicas, o discurso do desenvolvimento procurou na história dos países “avançados” os fatores que teriam proporcionado a industrialização, associando, automaticamente, o processo de desenvolvimento à revolução industrial do leste europeu e nos Estados Unidos.

Todavia, Furtado leva em consideração a importância do entendimento dos modelos baseados na observação e análise do processo histórico e da estrutura social que moldava as economias desenvolvidas. No entanto, o autor supõe que o trabalho de explicar a teoria do desenvolvimento projeta-se não somente no plano abstrato, mas especialmente no plano histórico, conferindo destaque a necessidade do confronto do modelo explicativo com a realidade dada e as nuances de cada evento histórico de desenvolvimento, buscando elaborar uma teoria capaz de unir a análise econômica e o método histórico, tomando para seus estudos contribuições de diversos campos teóricos redefinidos em uma nova teorização plenamente precursora.

Furtado (2011) compreendia que por meio da abordagem despida de historicidade, as características da realidade social e política das nações latino-americanas eram ignoradas, limitando-se a uma análise dos fatores econômicos pertinentes, sobretudo, aqueles relacionados com o comércio exterior e com as finanças públicas. O autor complementa ainda que, “embora as variáveis econômicas possam ser definidas a partir de princípios gerais de economia, o comportamento dessas variáveis está condicionado por parâmetros institucionais, cujo conhecimento exige um estudo específico da realidade social” (2011, p. 119).

Desta maneira, é possível situar que Celso Furtado se posicionou como um dos grandes pensadores e precursores das teorias cepalinas, conceituando-se também como o intelectual que mais se debruçou sobre a pauta da formação econômica e social brasileira e sobre as condições específicas do desenvolvimento nacional.

A maneira singular do pensamento de Furtado é encontrada na interpretação do subdesenvolvimento como uma formulação do desenvolvimento, em outras palavras, como uma produção histórica do capitalismo. Para o autor, o subdesenvolvimento não pode ser analisado como uma fase do processo de desenvolvimento, como compreendia Rostow³⁰, mas sim como um processo que absorveria as consequências históricas que originariam diferentes resultados dos ocorridos nas economias desenvolvidas:

Não se trata de simplificação metodológica, mas de uma observação inadequada da realidade, de que podemos reproduzir a tendência anterior. A aceitação a essa doutrina se deve à confusão entre economia subdesenvolvida e “país jovem” e ignora a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento, considerando-o como um processo transitório (à lá Rostow). (FURTADO, 1979, p. 20).

Assim, para Furtado, “desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico” desconsiderando a “falha fundamental” da teoria do desenvolvimento que figura na abordagem dos países centrais, por onde se ignora a historicidade (FURTADO, 2011, p. 147).

Portanto, em síntese, compreende-se que Celso Furtado elaborou duras críticas à escola neoclássica, pautada nos modelos que desconsideravam a abordagem histórica das economias periféricas, considerando apenas o deslocamento dos processos históricos de industrialização dos países de centro.

Ainda nos moldes da análise furtadiana, para que os países periféricos pudessem alcançar o desenvolvimento, seria necessária uma ação racional, planejada e intencionalmente orientada pelo Estado para uma sociedade se desenvolver. Entende e reafirma a necessidade de uma maior presença do Estado com objetivo de promover o desenvolvimento econômico. O Estado, portanto, vem a ser o agente de investimento de que os países periféricos necessitam.

Portanto, para o autor, até o período em que se obtém a primeira edição de *Formação Econômica do Brasil*, o subdesenvolvimento poderia ser superado. Tal superação se daria por meio de estratégias de estabilidade de longo prazo da produção e

30 Walt Whitman Rostow, na obra *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto* publicada em 1960, estabelece a possibilidade de desenvolvimento econômico em cinco etapas. Trata-se de fases que um país deveria atravessar para atingir o desenvolvimento, o que permitiria classificar as sociedades de acordo com seus estágios econômicos específicos. A passagem de um estágio para outro envolveria alterações nos padrões de produção, a partir do manejo de três fatores principais: poupança, investimento e consumo (demanda).

da acumulação capitalista de forma que o crescimento seja traduzido em desenvolvimento econômico via Estado.

Cabe ressaltar ainda que, *Formação Econômica do Brasil* é formulado nas entrelinhas do intervalo democrático brasileiro, entre a Era Vargas (1930-1945) e o Regime Militar (1964-1985) e pode ser interpretado como uma conjectura favorável para a superação do impasse da formação nacional brasileira.

Ao enfatizar o momento histórico em que a obra de Furtado foi concebida, entende-se que *Formação Econômica do Brasil* possui característica singular ao fundir o momento da economia mundial, da economia brasileira e da trajetória política e intelectual do autor.

Formação Econômica do Brasil buscava, dentro do contexto em que se inscreveu, uma alternativa histórica ao Brasil contra os mecanismos de perpetuação da dependência oriundos da ordem mundial liderada pelos EUA e contra as estruturas regionais coronelistas do poder oligárquico condescendentes a um processo de modernização supressor.

Assim, Furtado mostra que a construção nacional como luta contra as desigualdades e como forma de construção da liberdade obtém clareza frente a dialética do tempo histórico. Em suas memórias, lembra e discursa que seu principal objetivo ao escrever *Formação Econômica do Brasil* era ordenar suas ideias de Brasil, em especial sobre o desenvolvimento capitalista e as origens da economia brasileira.

Dessa forma, a próximo capítulo da pesquisa irá se debruçar sobre o contexto em que *Formação Econômica do Brasil* foi inserido, o método implantado por Furtado, além de abordar e aprofundar-se em suas principais críticas e controvérsias, tanto referentes ao seu caráter teórico-metodológico quanto histórico-interpretativo. Em seguida, será realizada uma análise estrutural da obra, dividida em cinco partes.

4. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, O LIVRO

A obra escrita por Celso Furtado em 1959, *Formação Econômica do Brasil*, pode ser classificada como uma leitura que provoca o leitor a releitura. A riqueza de informações, elencadas de forma clara e direta, tem como principal objetivo conceder a sensação da descoberta a cada página.

O principal segmento a ser prestigiado é por certo, o econômico. Entretanto, tal característica não retira da literatura os preceitos culturais, políticos e sociais. Propõe, assim, pensar de maneira profunda sobre as formas de construir um projeto de modernidade ao Brasil.

No seu capítulo de introdução, Furtado (1959, p.14) afirma que procurou realizar “um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira”. Complementa ainda que “embora dirigindo-se a um público mais amplo” teve em mente “ao preparar o presente trabalho, os estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular”. Sugere também que a obra, que chama de um “simples esboço”, propunha um leque de temas que “poderia servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira”. De fato, o êxito para qual objetivava-se a escrito do autor fora alcançado.

Na intenção de “captar as inter-relações e as cadeias de causalidade que constituem a urdidura dos processos econômicos”, Furtado reconstruiu o passado para fornecer ao leitor uma explicação das raízes do subdesenvolvimento brasileiro. Nesta tentativa de reconstrução, apoiou-se em recursos analíticos como longa duração, comparação e descrição.

Afirmou ainda em suas notas introdutórias que sua obra é fundamentada na análise dos processos econômicos e não na reconstituição dos eventos históricos que estão por trás. Complementa ainda que, as referências bibliográficas, incluídas nas notas de pé de página, poderão apresentar interesse do ponto de vista de análise histórico-comparativa:

“Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos. Sem embargo, as referências bibliográficas, incluídas nas notas de pé de página, poderão apresentar algum interesse do ponto de vista de análise histórico-comparativa.” (FURTADO, 1959, p. 14)

Assim, dotado de infinita criatividade, na ausência de dados complementares a sua pesquisa, utilizou-se de hipóteses contrafactuais e deduções para preencher as lacunas

do passado. Destarte, inseriu a análise econômica para clarear os questionamentos referentes a formação do mercado interno nos diferentes momentos da história brasileira.

Para explorar a riqueza desta obra, apresenta-se inicialmente o contexto preliminar no qual *Formação Econômica do Brasil* foi escrita e publicada. Na sequência, explora-se a recepção da obra por diferentes pensadores sociais no Brasil e no exterior, bem como suas principais controvérsias e críticas. Por fim, expõe-se o conteúdo do livro com as devidas observações pertinentes a pesquisa que fornecerão a análise do discurso empregado em *FEB* a devida riqueza de detalhes propostas.

4.1. O CONTEXTO

Formação Econômica do Brasil foi elaborado por meio de um contexto histórico pautado sob uma ótica desenvolvimentista, especialmente marcada pelas sequelas arroladas por meio da Grande Depressão ocorrida na década de 1930. Dessa margem, surge, portanto, a necessidade de estudos e abordagens voltadas a área econômica que visava um projeto de modernização com capacidade de conferir ao cenário brasileiro infraestrutura, tecnologia e emprego.

De acordo com Rosa Freire D’Aguiar (2009, p. 11), com catorze anos, Furtado descobriu na história sua primeira grande paixão intelectual “quando o pai comprou uma biblioteca com enciclopédias e livros de conhecidos historiadores”, guiando seu interesse também na história do Brasil:

“Dois anos depois, na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, seu leque de leituras se ampliaria para historiadores como o medievalista belga Henri Pirenne, de importância determinante, e o português António Sérgio. E, em 1948, sua tese de doutorado “*L’économie coloniale brésilienne — xviè et xviiè siècle*”, defendida na Universidade de Paris, teria o duplo enfoque da história e da economia”. (D’AGUIAR, 2009, p.12).

Após mencionar os dez anos que separam sua tese e a redação de *Formação Econômica do Brasil*, Rosa Freire D’Aguiar afirma que existe um fio condutor em duas etapas que se ligam entre os dois pontos:

“[...]um artigo e um livro. O artigo é “*Características gerais da economia brasileira*”, seu primeiro estudo analítico sobre o assunto. Se a tese se limitara à fase açucareira da economia colonial, o artigo deu maior abrangência a ideias que ali constavam em filigrana. O livro é *A economia brasileira*, publicado em 1954, em pequena edição financiada pelo autor e logo esgotada. Compõe-se de seis ensaios em que se entrecruzam certos temas aprofundados em *Formação*, como o conceito de socialização das perdas e o da estrutura dual em que

convivem setores atrasados e modernos, gerando o fenômeno do subdesenvolvimento.” (D’AGUIAR, 2009, p. 11-12).

Informa ainda que em 1957, o editor propõe a Celso uma reedição de *A economia brasileira* (1957). No entanto, o autor desconsiderou tal possibilidade, mas não descartou reescrevê-lo “com mudanças e acréscimos, no ano letivo de 1957-8 que passaria na Inglaterra” (D’AGUIAR, 2009, p. 13). Assim sendo:

“Depois de nove anos como economista da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), baseado em Santiago do Chile e percorrendo o continente, ele recebera um convite de Nicholas Kaldor, então professor em Cambridge. Foi a oportunidade sonhada para retomar estudos e reflexões no campo da dinâmica econômica. Suas atividades acadêmicas nesse ano sabático incluíam também seminários semanais sobre a análise comparativa dos processos históricos do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, o comércio internacional, as taxas de juros. Cambridge, com sua grande biblioteca e sua sábia mistura de tradição e excelência, reunia na época expoentes da macroeconomia e discípulos de Keynes. Com alguns, como James E. Meade, Richard Kahn, Joan Robinson, Piero Garegnani, Amartya K. Sen, além de Kaldor, Celso fez boa camaradagem e mesmo amizade. (D’AGUIAR, 2009, p. 13).

Desta feita, a jornalista e tradutora contextualiza os principais marcos teóricos que perpassavam por Furtado no período em que *FEB* fora escrito, desde o apanhado a respeito do trabalho exercido na CEPAL, passando pelo curso ministrado por Kaldor, até o seminário sobre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos da América:

“No relatório final apresentado à Fundação Rockefeller, ao término da bolsa que recebeu durante o ano sabático, ele expunha que o trabalho que a cepal vinha fazendo fora criticado nos Estados Unidos, sem porém que os críticos tivessem apresentado soluções alternativas para os países subdesenvolvidos [...] O curso ministrado por Kaldor, “uma revisão crítica do processo de formação da moderna teoria do crescimento”, parecia-lhe fundamental para refletir sobre os limites e utilidade dessas teorias [...] O seminário sobre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos sem dúvida influiu no futuro capítulo 18 de Formação, em que o autor compara a formação econômica do Brasil e a americana”. (D’AGUIAR, 2009, p. 13-14).

Dito isso, Furtado não retorna com a reedição revista e alargada, conforme sugerido pelo editor de *A economia brasileira* (1957), mas sim com um livro inteiramente novo, alvo de inúmeras reflexões sobre seu país de origem: “*Formação econômica do Brasil*”. É de janeiro de 1959 a primeira edição: livro de capa dura azul-marinho, sobrecapa vermelha com letras amarelas, 291 páginas, publicado pela editora Fundo de Cultura.” (D’AGUIAR, 2009, p. 14).

Nesse interim, Celso Furtado pode ser integrado a um conjunto de autores que buscavam interpretar o caso brasileiro. Dentre os interpretes do Brasil, Francisco de Oliveira (2009) localiza Furtado ao lado de nomes como Caio Prado Jr., captando também sua influência na obra furtadiana, ao conjecturar que na construção da obra de Caio Prado Jr., o seu “sentido da colonização”, é associada em *FEB*.

Ainda segundo Arruda (1980), entre os trabalhos pioneiros na perspectiva evolucionista da economia brasileira, cabe lembrar de *História Econômica do Brasil*, de Roberto Simonsen, de 1937, que foi essencial para sustentar a reflexão de Furtado em *FEB*. Dessa forma, na intensa busca por interpretar a histórica econômica nacional, são apontadas características impares ao modelo colonizador introduzido no cenário brasileiro. Tal modelo seria, portanto, o responsável por caracterizar as estruturas nacionais como periféricas, inserida em uma dinâmica agrário- exportadora, fundada na grande propriedade rural concentradora de renda e dependente do mercado externo em comparação aos centros econômicos europeus.

O diagnóstico brasileiro como econômica dependente é ainda destacada como a principal razão da sua incapacidade de construir uma estrutura central com dinâmica própria. Assim, *FEB* se ajusta na elaboração de uma abordagem inovadora no seio da teoria econômica. Francisco de Oliveira consolida o pensamento de Furtado ao afirmar que é possível encontrar uma teoria de “centro” e “periferia” desde Adam Smith:

[...] possível encontrar uma teoria de “centro” e “periferia” desde Smith, o que não ocorre, e não por acaso: é que suas concepções são inteiramente homogeneizadoras, fazem tábula rasa da história, pois as “leis” do capital seriam aplicáveis urbi et orbi; daí a teoria de comércio internacional de Ricardo, por exemplo, que vê vantagens comparativas entre países diferentes, quando na verdade o domínio colonial e posteriormente das principais economias desenvolvidas determina de fora para dentro as “vocações” primárias das colônias. (OLIVEIRA, 2009, p. 46).

Destarte, o olhar profundo acerca das questões interpretativas brasileiras não se limita apenas ao campo teórico. Em sua obra, Furtado insere a temática da ação para supressão do atraso econômico nacional. Para o autor, a junção de elementos teóricos associados a história fornece a condição de desenhar uma política econômica voltada a superação do atraso brasileiro. Desse modo, os elementos inseridos por Furtado em sua obra são capazes de unir os questionamentos históricos e a aplicação da teoria econômica. Elabora uma abordagem capaz de dissertar sobre as interações estruturais necessárias para a superação do subdesenvolvimento brasileiro.

Sendo assim, Celso Furtado se mostra atento ao método de análise desenvolvido, arrolando-se em um conjunto de dados quantitativos, demonstrando preocupação em respaldar o máximo possível em suas observações, almejando assim, as intemperes econômicas do caso brasileiro. No entanto, o autor não se tornou isento de críticas e questionamentos acerca do conteúdo.

Em suma, foi realizada contextualização da obra escrita por Furtado na presente seção, que se consolida como consequência da necessidade de estudos e abordagens voltadas a área econômica nacional, socialmente determinadas pelo período do debate intelectual desenvolvimentista.

A seguir, tem-se o debate sobre as principais críticas e críticos do método adotado em *Formação Econômica do Brasil* (1958) nas últimas décadas, divididas entre as considerações teórico-metodológicas e outras de caráter histórico-interpretativo nos últimos anos, desde a sua primeira publicação, perpassando por suas edições comemorativas posteriores.

4.2. O MÉTODO EM CELSO FURTADO E SUAS CONTROVÉRSIAS

Desde foi lançado, *Formação Econômica do Brasil* (1959) foi alocado como grande estimulador de um amplo debate sobre as bases fundamentais da economia brasileira, se consolidando por certo, alvo de inúmeras resenhas e críticas de influentes intelectuais brasileiros e estrangeiros. Como se não bastasse, conforme afirma Ítalo Calvino (2007), “um clássico é uma obra que provoca incessantemente uma nuvem de discursos críticos sobre si, mas continuamente a repele para longe.”

De acordo com Rosa Freire D’Aguiar³¹, a obra principal de Celso Furtado culminou em explicar o Brasil aos brasileiros. Para além de um grande incentivador de pesquisas acadêmicas tributárias e debates intensos, gerou proporcional polêmica, a citar como exemplo, a da bibliografia:

“Conforme se perceberá pela fortuna crítica aqui reunida, há quem a reprove por não ser suficientemente extensa. Outros, ao contrário, minimizam a omissão do levantamento bibliográfico minucioso, levando em conta que o autor se interessava mais em analisar os processos econômicos do que em reconstituir os fatos históricos. No seu entender, não cabia dar crédito a todos os que tivessem contribuído para os estudos históricos, pois o objetivo era “avançar uma série de hipóteses interpretativas, aproximando acontecimentos

31 Jornalista e Presidente do Centro Internacional Celso Furtado, é também organizadora e responsável pelo capítulo de apresentação de *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos* (2009).

em áreas diversas e tempos distintos, como quem fixa uma imagem através de seus traços mais característicos” (D’AGUIAR, 2009, p. 19).

Ainda segundo Rosa Freire D’Aguiar (2009, p. 17), entre os estudiosos e intelectuais de ciências sociais, “houve certa perplexidade com o livro escrito por um economista que se arriscava na seara da história”. Em seguida, resume algumas das principais publicações voltadas a análise de *Formação Econômica do Brasil* (1959):

“Em abril de 1959 a crítica de Nelson Werneck Sodré inaugura o diálogo de Formação com os historiadores. [...] Em maio, o livro passa pelo crivo de uma crítica marxista na revista Estudos Sociais, dirigida pelo influente intelectual comunista Astrojildo Pereira. [...] Dois meses depois, a revista Síntese Política, Econômica e Social, recém fundada pelo sociólogo padre Fernando Bastos de Ávila, da PUC do Rio de Janeiro [...]”. (D’AGUIAR, 2009, p. 17).

Desta forma, a atual seção desta pesquisa voltara suas atenções aos apontamentos realizados por alguns dos principais críticos de *FEB* nas últimas décadas. Para melhor compreensão do debate, foi realizada a segmentação dos questionamentos em vertentes: uma teórica-metodológica, outra histórica-interpretativa e outra voltada a política econômica.

Dentre algumas das críticas metodológicas apontadas para Furtado, Renato Arena (2009), colaborador da revista *Estudos Sociais*, e Paulo Sá (2009)³², criador da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); elencaram a ausência de uma análise de teoria global que fosse capaz não somente de articular objetos da infraestrutura e da superestrutura, mas de incluir fatores subjetivos dos atores sociais.

Arena infere ainda no início de sua crítica que Furtado, ao iniciar sua obra afirmando que o livro pretendia ser somente um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira, busca salvar-se de críticas por imprecisões, ou mesmo “esquematismos ocasionais”. Em seguida, questiona se “em que medida poderemos aceitá-la, com escusa para a falta de rigor, ou coerência, na interpretação dos fatos históricos?” (ARENA, 2009, p. 350).

Ainda segundo Arena, a explicação histórico-estrutural de Furtado incorre em “animismos” bem como em certo “economicismo”, uma vez que ele aparenta “não dispor

32 As resenhas analisadas na seção 4.2. foram em sua maioria republicadas na edição *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos* (2009). Será citado apenas o nome do autor da resenha crítica encontradas na referida obra de 2009. Entretanto, no mesmo exemplar é possível localizar informações adicionais sobre os autores e o local original de publicação.

de outra teoria para explicar os fatos socioeconômicos, sua exposição é frequentemente parcial, unilateral, carente de coerência e de visão de conjunto” (ARENA, 2009, p. 351), onde por vezes trata as problemáticas socioeconômicas não conferindo-lhes “um retrato fiel da formação econômica do Brasil” (ARENA, 2009, P. 354).

Afirmou ainda que Furtado ofertou uma incoerência teórica, ao sugerir que o autor propôs implicitamente uma integração entre categorias marxistas e keynesianas sem explicação prévia das possibilidades de interação de paradigmas tão distintos:

“Ele está sempre oscilando entre o keynesianismo e o marxismo. Emprega, com frequência, os conceitos marxistas de classe e força de trabalho, sem explicar como pode concilia-los, com conceitos tão diferentes, se não apostos, quantos os de “remuneração de fatores de produção”, “produtividade marginal ao capital”, e outros que tais, de pura origem “. (ARENA, 2009, p. 356).

Entretanto, ainda ao final de sua resenha crítica, Arena afirma que a obra de Furtado, escrita “num estilo fácil e direto, e que, em que pese todas as deficiências mencionadas [...] merece a atenção de quantos se interessem pelos problemas nacionais (2009, p. 360).

Sá (2009, p. 364), por sua vez, afirma que “o livro merece ser lido, meditado, discutido”. No entanto, ao questionar a ausência de fatores subjetivos sociais, informa que “não é possível estudar a formação, qualquer formação, de um povo, sem considerar os elementos espirituais que nele fortemente influem”. Dessa maneira, classificou Furtado como um “economista que sabe economia”, e afirmou que *FEB* mantém ao logo de seu discurso um viés industrialista.

Para Ignacy Sachs (2009, p. 429), responsável pelo prefácio de *Formação Econômica do Brasil* em polonês, é de grande dificuldade “projetar no passado pré-capitalista categorias ligadas ao capitalismo”. Ressalta ainda a difícil tarefa de modelar “baseando-se em material histórico, [...] problemas metodológicos difíceis que resultam da impossibilidade de se analisar os antigos sistemas socioeconômicos à luz dos conceitos desenvolvidos na econômica moderna”.

Paul Singer, professor titular da Universidade de São Paulo, realiza uma conexão entre *Formação Econômica do Brasil* (1959) com *A economia brasileira* (1954), onde informa que a relevância do livro decorre especialmente no que se refere ao método empregado. Assim, para Singer (2009, p. 367) “a ciência econômica moderna tem dedicado o melhor dos seus esforços no sentido de desenvolver métodos de análise capazes de captar a dinâmica do processo econômico”.

Embora as análises anteriores tenham se limitado ao estudo da conjuntura econômica do momento; em *FEB*, Celso Furtado, procura compreender o desenvolvimento histórico:

“Não só porque está em jogo a destreza com que o autor aplica uma teoria relativamente nova a um material já algo trabalhado, mas também porque a própria validade histórica do método — a sua pretensão à universalidade — é de certa forma testada, na medida em que os resultados da análise cobrem, em maior ou menor grau, os fatos” (SINGER, 2009, p. 368).

Paul Singer (2009) reconhece a dedicação de Furtado de historizar as teorias nacionais e de reconstituir o passado nacional. Entretanto, apontou para uma dificuldade do autor de libertar-se das teorias que se propôs criticar.

Com isso, interpreta que foi capaz de compreender que o objetivo de Furtado viria a ser a aplicação de um modelo de desenvolvimento econômico ao passado do Brasil. Isso se deve, em especial, ao fato de o autor sempre procurar a conferência em relação ao funcionamento de uma série de leis deduzidas de premissas teóricas (implícitas) em que ele se baseia.

Dessa forma, retoma as categorias principais para o desenvolvimento que Furtado havia formulado em *A econômica brasileira (1954)*, reconhecendo que ele se vale em *FEB* de concepções teóricas que ele mesmo submeteu à crítica na obra de 1954. Para Singer (2009, p. 269-370), “não há contradição entre os dois livros, pois o segundo é uma tentativa de comprovar, com base na realidade histórica, o esquema teórico apresentado no primeiro”, mas há contradição no fato de que Furtado entende os percalços das formulações que “para serem universais, são tão abstratas”.

Em referência a base de dados aplicadas pelo autor em *FEB*, o autor Allen H. Lester (2009, p. 377), economista americano, por exemplo, questionou as estimativas de fluxo da renda inferidas na obra e mostrou-se impressionado com a “ingenuidade do autor em fazer estimativas estatísticas, a partir existentes, com lacunas típicas, especialmente para os primeiros anos”.

Para Manfred Wöhlcke, Furtado defendeu em *Formação Econômica do Brasil (1959)* a promoção de um capitalismo autônomo, haja vista que “sua obra foi escrita no momento mesmo em que se impunha o *capitalismo dependente*” (WÖHLCKE, 2009, p. 469).

No que se refere as características histórico-interpretativas, de acordo com Nelson Werneck Sodré (2009, p. 348), militar e historiador, Furtado desconhece a história e

“apresenta dificuldade em transmitir o saber e a precariedade de conhecimentos, fora do campo específico”. Ainda segundo o autor, é possível encontrar inúmeras deficiências dentro da obra relativas ao conhecimento em história de Furtado:

“Fazendo história, não domina as fontes e revela mesmo desprezo por elas. Quem cita Antonil pelas citações de Simonsen, e até mesmo Gama Barros, não teve a menor preocupação em estudar história.” (SODRÉ, 2009, p. 348).

Ainda na margem histórico-interpretativa, em relação ao processo de escravidão, Fragoso e Florentino (2001, p. 38) alegam que Furtado condensou o continente africano a um espaço sem complexidade designado apenas ao fornecimento de mão de obra. Os autores afirmam ainda que fora excluído os aspetos da reprodução física dos escravos e suas formações coloniais.

Para Francisco Iglésias (2009, p. 404), *Formação Econômica do Brasil* (1959) “procura explicar a formação de uma economia — de história, portanto —, foi escrito antes por economista que por historiador”. Já na tangente do que se refere a ausência de referências bibliográficas nos escritos de Furtado, o autor explica:

“[...] se elas são omitidas, não foi objetivo do autor a reconstituição sistemática: faz-se o levantamento apenas do que é indispensável para a compreensão do processo econômico. Como o autor não se detém em minúcias históricas, as quais estão fora do seu interesse, o que afirma não requer fundamentação que exija indicações bibliográficas (IGLÉSIAS, 2009, p. 405).

De acordo com Iglésias, a qualidade de *Formação Econômica do Brasil* se encontra na abstração de eventos, fatos históricos e na apreciação dos processos econômicos:

“[...] livro de história econômica (como qualquer outro de história, aliás), não será necessariamente reconstituição de fatos, como talvez pense o leitor ingênuo; pode ser análise de processos [...] nessa análise de processos econômicos chega-se a um grande despojamento, a um modelo ideal, a formas que têm por vezes aparência de abstratas” (IGLÉSIAS, 2009, p. 410).

Segundo Ruggiero Romano (2009, p. 433), professor da *École Pratique des Hautes Études*, Furtado compreendia os problemas eventuais alocados na interdisciplinaridade, sejam quais forem as disciplinas que se confrontam, sendo “[...] o da real integração entre elas; é o do enriquecimento da problemática de uma com a

problemática que subentende a outra; é o de conseguir moderar (ou exacerbar) vantagens ou desvantagens de uma e outra”.

Referindo-se aos questionamentos destinados à teoria econômica, Ignacy Sachs (2009, p. 430) indaga Furtado ao afirmar que o autor desconsidera o processo inflacionário como possibilidade única de financiamento para a indústria:

“Por outro lado, é difícil concordar plenamente com ele quando tenta provar que a industrialização do pós-guerra, apoiada numa inflação que atirava sobre os ombros das massas trabalhadoras o peso do seu financiamento, fora a única alternativa nas condições políticas existentes no Brasil, já que qualquer outra forma, que oneraria a burguesia brasileira, não seria aceita pela mesma. Obviamente Furtado não justifica a inflação, insistindo sobre os seus funestos efeitos sociais, mas aparentemente não extrai deste tema todas as suas ilações”. (SACHS, 2009, p. 430).

Segundo Hans G. Muller (2009, p. 391), professor emérito de história econômica da Middle Tennessee State University; os argumentos teóricos utilizados por Furtado “destacam-se, em geral, por sua simplicidade e coesão, bastante adequados a um livro com um propósito didático”. No entanto, assume que algumas “omissões” se tornam “indefensáveis”, citando como exemplo, no que concerne ao processo de industrialização brasileiro, o silêncio de Furtado em relação ao papel do capital estrangeiro na formação do capital industrial no Brasil e algumas objeções aos cálculos de multiplicadores:

“[...] que algumas das omissões são, assim, indefensáveis, como a contribuição do know-how estrangeiro e do capital tangível para o crescimento da indústria brasileira, o peso da remessa de lucros sobre o saldo da balança de pagamentos do país, a propensão a artigos supérfluos na capacidade manufatureira recém-constituída, dentre outras coisas. Além disso, alguns dos cálculos de multiplicadores parecem ser um tanto não ortodoxos”. (MULLER, 2009, p. 391-392).

Cabe ressaltar ainda as críticas a respeito das brechas deixadas por Furtado no que se refere ao pensamento sobre a transição do Brasil contemporâneo e ao caráter desigual da modernização dos países subdesenvolvidos do sistema mundial capitalista. Desta feita, cabe citar alguns apontamentos importantes de Fernando Novais, professor emérito da Universidade de São Paulo:

“Afigura-se insuficiente a simples vinculação do fenômeno [as diferentes formas de fluxo de renda] ao aparecimento do trabalho assalariado; este processo, na realidade, resulta, por sua vez, de uma convergência de fatores, que serão, posteriormente, ativados pelo próprio trabalho livre em expansão. De fato, pressupondo um certo grau de divisão do trabalho, a instauração do trabalho assalariado aciona o processo de mercantilização da produção e integração do sistema de trocas; em outras palavras, a mercantilização da força

de trabalho, fruto da produção mercantil, é condição para sua expansão e penetração em todo o organismo social. Ao mesmo tempo, o trabalho livre pressupõe o trabalhador desprovido de meios de produção abrindo caminho para a constituição da produção capitalista – fundamento da nova forma de repartição e multiplicação da renda analisada no texto. Nesta perspectiva, a investigação, para aprofundar a análise até as determinações mais internas do processo histórico, deveria esboçar as etapas de instauração das condições capitalistas de produção no Brasil (NOVAIS, 2009, p. 382).

Novais (2009) complementa que seria impossível investigar o processo de formação de uma economia capitalista no país sem que fosse inserido um elemento do processo mais geral de formação e desenvolvimento do capitalismo contemporâneo:

“Não resta dúvida de que este livro traz uma notável contribuição no sentido de explicar as relações da economia brasileira com o mercado mundial nas várias fases de sua história, mas as vinculações sistemáticas se inserem num outro nível. Assim, seria preciso analisar a posição das economias escravistas coloniais, e a do Brasil entre elas, geradas dentro do sistema capitalista numa fase de sua formação (a própria explicação da escravidão colonial somente nesta perspectiva adquire sentido), e o modo pelo qual, numa etapa superior de desenvolvimento, o capitalismo industrial promoverá a superação dessas estruturas outrora necessária e já agora obsoletas (NOVAIS, 2009, p. 382).

Werner Baer (2009, p. 456), economista americano e professor da Universidade de Illinois, por sua vez, divide sua análise em três vertentes e afirma que os maiores questionamentos sofridos pela obra de Furtado se encontram no “papel desempenhado pelos programas de defesa do café nos anos 1930 [...]”. Dessa forma, busca citar os principais pilares de suporte a teoria furtadiana, sendo elas:

“Furtado afirma que o programa de apoio ao café foi financiado pela expansão do crédito. Garantindo preços mínimos, foi possível manter o nível de emprego do setor cafeeiro e, indiretamente, em setores internos relacionados. Como a produção cafeeira continuava a crescer, a receita do setor pôde cair menos que seus preços”. (BAER, 2009, p. 463).

Assim, segundo Baer (2009, p. 457) “o capital injetado na economia para adquirir e em parte, destruir o café excedente, bem como a criação de renda resultante, contrabalançaram o declínio dos gastos de investimento”. Acrescenta em sequência:

“Furtado argumenta que a manutenção da renda interna e do poder de compra, a queda das importações e o conseqüente aumento de preços industriais relativos fizeram com que o mercado interno se tornasse o setor dinâmico da economia. Com uma capacidade excedente no setor industrial e uma pequena indústria de bens de capital, a demanda interna crescente estimulou uma maior produção industrial interna que, por sua vez, também contribuiu, inicialmente, para manter e, depois, elevar a renda interna. (BAER, 2009, p. 457).

Em seguida, Baer menciona um dos principais questionadores de *Formação Econômica do Brasil* (1959), Carlos M. Peláez³³, informando que suas críticas tentaram desarticular as teorias de Furtado:

“Ele afirma que a maioria dos fundos para a compra de estoques do setor cafeeiro originou-se de impostos de exportação sobre o café. Consequentemente, o programa de apoio não poderia ser considerado um mecanismo keynesiano anticíclico. [...] Além disso, uma vez que o governo seguia políticas monetárias ortodoxas, os créditos fornecidos pelo Banco do Brasil como apoio ao programa refletiam necessariamente um declínio de créditos para outros setores, havendo assim, pouca criação de crédito líquido. [...] Peláez afirma que o programa de apoio ao café foi prejudicial a industrialização do país, pois distorceu artificialmente as lucratividades relativas” (BAER, 2009, p. 464).

Em suma, Peláez mantinha em seus principais argumentos que a política de defesa do café não havia sido feita pela expansão de crédito – mas sim por meio de um empréstimo externo e, posteriormente, de impostos sobre a venda do café – e de que a recuperação da economia brasileira, durante o decênio de 1930, não se fez possível devido ao mercado interno, mas ao setor externo (PELAEZ, 1968).

Após publicar, em 1972, a *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, Peláez tinha por objetivo introduzir uma nova interpretação aos iniciais da industrialização brasileira a partir das questões fundamentais que se originam da tese estruturalista. Com a referida obra, aponta distorções para ele contidas na análise elaborada em *Formação Econômica do Brasil*.

Primeiramente, o autor defende que o programa de sustentação do café não foi financiado por emissões de moeda, como afirmou Furtado, mas sim por novos impostos. Dentre isso, sustenta que, embora as autoridades tenham concedido créditos ao plano de sustentação do café, esses créditos foram apenas uma diminuta parcela do financiamento do programa.

Dessa forma, após mencionar as principais críticas voltadas a *Formação Econômica do Brasil* (1959), é possível considerar que entre polemicas e contribuições, a obra ainda é dotada de grande atualidade, uma vez que convida o seu leitor a analisar o Brasil de forma distinta. Considera-se que a obra apresenta inúmeras tensões internas

33 Carlos Manuel Peláez destacou-se como um dos principais opositores à interpretação furtadiana ao publicar, em 1972, *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*, com objetivo de apresentar uma reinterpretação dos estágios iniciais da industrialização brasileira.

capazes de serem interligadas aos êxitos e dificuldades de construção de uma ciência social historicamente fundamentada.

Com base em uma análise econômica do passado nacional, Furtado busca explicar as diferenças entre os modelos de desenvolvimento primário-exportador e de industrialização por substituição de importações a partir das possibilidades da construção nacional sustentadas pelo mercado interno no contexto da expansão da civilização industrial.

Dessa forma, o fio condutor desta pesquisa passa a abordar a estruturação da obra, bem como os principais pontos de seu conteúdo e de seu discurso. Tem-se, dessa maneira, a finalidade de conferir uma compreensão mais ampla e integrada dos principais componentes que constituem a organização de *Formação Econômica do Brasil* (1959).

Tal processo é indispensável para interpretação do discurso empregado por Celso Furtado ao longo de seu livro, obra pioneira da historiografia econômica, alvo principal da presente pesquisa.

4.3. ESTRUTURA DA OBRA

Dividido em cinco partes, *Formação Econômica do Brasil* se debruça sobre os principais aspectos nacionais desde os primórdios da ocupação territorial do Brasil até a transição para uma economia industrial, abrangendo, assim, quatro séculos de história econômica. O livro escrito por Celso Furtado apresenta também uma introdução, local onde o autor deixa claro que seu objetivo é fornecer conteúdo a um grande público, abrangendo também a intenção de servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira:

“Embora dirigindo-se a um público mais amplo, o autor teve, de modo especial, em mente, ao preparar o presente trabalho, os estudantes de ciências sociais, das faculdades de economia e filosofia em particular. A assimilação das teorias econômicas requer mais e mais ser completada, ao nível universitário, pela aplicação dessas teorias aos processos históricos subjacentes à realidade na qual vive o estudante e sobre a qual possivelmente terá de atuar. Como simples esboço que é, este livro sugere um conjunto de temas que poderiam servir de base a um curso introdutório ao estudo da economia brasileira.” (FURTADO, 2003, p. 07).

Furtado esclarece também que omite quase que em sua totalidade a bibliografia histórica brasileira. Adiciona ainda que, as referências bibliográficas inserida nas notas de rodapé de página podem fornecer a leitor interesse na perspectiva da análise histórico-comparativa:

“Omite-se quase totalmente a bibliografia histórica brasileira, pois escapa ao campo específico do presente estudo, que é simplesmente a análise dos processos econômicos e não reconstituição dos eventos históricos que estão por trás desses processos. Sem embargo, as referências bibliográficas, incluídas nas notas de pé de página, poderão apresentar algum interesse do ponto de vista de análise histórico-comparativa.” (FURTADO, 2003, p. 07).

Tendo em vista as informações apresentadas pelo autor em suas notas introdutórias, as seções seguintes buscam realizar uma resenha com intuito de destacar os principais pontos expostos em *Formação Econômica do Brasil*³⁴ em suas diversas edições publicadas ao longo dos últimos sessenta anos. Para tanto, tal análise será subdividida em conformidade com a divisão em cinco partes de *FEB*, buscando dessa forma destacar os principais aspectos do discurso empregado por Furtado, tendo como finalidade verificar o alcance do seu principal objetivo: estabelecer uma linha de diálogo sobre o processo de formação e caracterização da economia brasileira com um público de características amplas e diversas.

4.3.1. PARTE I – FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Na parte primeira de *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado esboça alguns dos principais fatores que fundamentaram o processo de colonização nas américas e por consequência, constituíram a base do seu perfil econômico. O faz ao tomar como ponto de partida o contexto em que Portugal estava inserido, assim como todo o continente europeu naquele período.

Caracteriza a América como um conjunto de terras cuja utilidade não se limitou exclusivamente à fuga do controle otomano e restabelecimento do desenvolvimento europeu. Apresentava, portanto, vantagens políticas das mais diversas.

O autor busca citar as relações que Portugal mantinha com a Espanha enquanto potência colonial vizinha, e com a França, Inglaterra e Holanda. Em suma, segundo o autor, entende-se que o início da ocupação econômica do território brasileiro é uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias:

34 A análise realizada na seção 4.2. utilizou-se da 34ª edição de *Formação Econômica do Brasil* publicada em 2007.

“O início da ocupação econômica do território brasileiro é em boa medida uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias. Nestas últimas prevalecia o princípio de que espanhóis e portugueses não tinham direito senão àquelas terras que houvessem efetivamente ocupado. Dessa forma, quando, por motivos religiosos, mas com apoio governamental, os franceses organizam sua primeira expedição para criar uma colônia de povoamento nas novas terras - aliás a primeira colônia de povoamento do continente -, é para a costa setentrional do Brasil que voltam as vistas. Os portugueses acompanhavam de perto esses movimentos e até pelo suborno atuaram na corte francesa para desviar as atenções do Brasil.” (FURTADO, 2007, p.09).

Com o advento da descoberta das terras americanas, bem como a sua divisão entre Portugal e Espanha, Furtado observa que houve uma pressão internacional para que se tornasse efetiva a ocupação dessas novas terras, tendo as duas nações desbravadoras sofrido pressão sob pena de perda de domínio.

No entanto, ainda no contexto das pressões políticas, Portugal apresentava uma situação não favorável em comparação com a Espanha, que já detinha riquezas suficientes para proteger as regiões mais lucrativas, obtendo êxito na extração de metais preciosos, como ouro e prata, além de explorar a mão de obra nativa. No caso português, que havia de encontrar outra forma de financiar a colonização do território brasileiro, buscou e encontrou êxito na exploração agrícola, especificamente na economia açucareira.

O êxito de Portugal dar-se-á de diversas formas, entre elas, o vasto conhecimento em plantação canavieira, aliado a uma forte apreciação do açúcar no continente europeu, além de uma aliança importante formada com a Holanda que proporcionou um fomento ao desenvolvimento de engenhos na costa brasileira, voltado ao refino e distribuição do produto ao norte da Europa.

Para Furtado, a aliança firmada com a Holanda foi um fator preponderante para o êxito português devido à alta especialização holandesa:

“No comércio intraeuropeu, grande parte do qual financiavam, os holandeses eram nessa época o único povo que dispunha de suficiente organização comercial para criar um mercado de grandes dimensões para um produto praticamente novo, como era o açúcar.” (FURTADO, 2007, p. 33).

Ainda segundo Furtado, não apenas com seu prévio conhecimento comercial contribuiu a Holanda:

“Parte substancial dos capitais requeridos pela empresa açucareira viera dos Países Baixos. Existem indícios abundantes de que os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações

produtivas no Brasil bem como no da importação da mão-de-obra escrava. (FURTADO, 2007, p. 34).

No que se refere a questão da mão de obra, Portugal encontra um impasse. Transportá-la na quantidade suficiente do continente europeu até a colônia, exigiria uma inversão a níveis gigantescos. Atrela-se a isso, as condições de trabalho não favoráveis, que somente seria supridas com a oferta de salários mais elevados ante as remunerações europeias

A solução seria encontrada na exploração escravista africana. Cabe ressaltar o vasto conhecimento de Portugal com relação ao comércio de escravos vindos da África, que se tornara fator decisivo na solução dos problemas de mão de obra, além da mão de obra indígena, que fora importante durante o processo, porém não suficiente:

“Por essa época, os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes, nos tempos de d. Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável.” (FURTADO, 2007, p. 35).

Diante de tal solução a problemática da coroa portuguesa, Furtado aponta um entendimento voltado a questão, que remete à produção para o autoconsumo, onde “para subsistir sem trabalho escravo seria necessário que os colonos se organizassem em comunidades dedicadas a produzir para autoconsumo, o que só teria sido possível se a imigração houvesse sido organizada em bases totalmente distintas.” (FURTADO, 2007).

Dessa forma, as bases do capital da economia açucareira são voltadas a produção, formada em parte majoritária pela importação de equipamentos e mão de obra especializada, onde o engenho posteriormente tratava-se de reabastecer-se. Para Furtado, se o mercado externo adquirisse grandes quantidades de açúcar a um nível estável de preços, o sistema teria capacidade de crescer até ocupar todas as terras disponíveis.

A importação de escravos, dessa forma, dependia da demanda externa sobre o açúcar. Nas regiões onde o produto tropical ainda não era explorado, “a ideia de utilizar a mão-de-obra indígena foi parte integrante dos primeiros projetos de colonização” e teve sua maior expansão na produção de carne, cuja demanda se expandia mediante o crescimento da produção açucareira.

Assim, tem-se a criação de gado como forma de suprir o mercado consumidor interno, principalmente nas regiões do nordeste e posteriormente, nas condições favoráveis da região sul. Tal fator tornou possível a penetração e ocupação do interior da colônia que posteriormente servirão de base fundamental para o sucesso da ocupação portuguesa.

Portugal obteve êxito e não tardou para que superasse a Espanha em termos de estabilidade econômica. A decadência espanhola, foi motivada pelo grande fluxo de metais preciosos da América Latina – sua atividade mais lucrativa – causando deficits na balança comercial e inflação incontrolável, não permitindo que houvesse qualquer alternativa, senão o retrocesso econômico.

Sobre a ruína da economia espanhola, Furtado (2007) afirma que tal fator “prejudicou enormemente suas colônias americanas”. Tal prejuízo se intensificou devido “as exportações agrícolas de toda a imensa região em nenhum momento alcançaram importância significativa em três séculos de vida do grande império colonial.” Em suma “o abastecimento de manufaturas das grandes massas de população indígena continuou a basear-se no artesanato local, o que retardou a transformação das economias de subsistência preexistentes na região”.

Tomando conhecimento dos fatores fundamentais que ocasionaram a crise na economia espanhola, o autor (2007) afirma que tais pressupostos foram fundamentais para admitir que “um dos fatores do êxito da empresa colonizadora agrícola portuguesa foi a decadência mesma da economia espanhola, a qual se deveu principalmente à descoberta precoce dos metais preciosos.”

No entanto, embora fosse possível associar que a colônia portuguesa tivesse atingido seu momento de desenvolvimento intenso com a aliança holandesa, a absorção de Portugal à Espanha durante o conflito com a Holanda causou um embargo na relação.

Mediante as rusgas, Furtado (2007) afirma que os holandeses se utilizaram de sua organização extrema e do controle intenso dos canais marítimos, levando em consideração que “distribuir o açúcar pela Europa sem a cooperação dos comerciantes holandeses evidentemente era impraticável”.

Uma vez indispostos, os ibéricos ocuparam porções de terras brasileiras para adquirir experiência e competir com a colônia através da plantação canavieira nas Antilhas. Para Furtado, a Holanda retira o monopólio produtivo de Portugal:

‘A partir desse momento, estaria perdido o monopólio, que nos três quartos de século anteriores se assentara na identidade de interesse entre os produtores portugueses e os grupos financeiros holandeses que controlavam o comércio europeu. No terceiro quartel do século XV os preços do açúcar estarão reduzidos à metade e persistirão nesse nível relativamente baixo durante todo o século seguinte.’ (FURTADO, 2007, p.44).

Tal crise comercial causou impactos econômicos sem precedentes a Portugal – além da quebra do monopólio, queda da renda real e desvalorização da moeda portuguesa - forçando, assim, um estreitamento nas relações comerciais com a coroa inglesa.

Esclarecido o processo de decadência da coroa portuguesa, afim de se analisar sua relação com a colônia, cabe acrescentar a relação de dependência que Portugal estabelece com a Inglaterra, ainda que tal relação tivesse trazido importantes facilidades políticas.

. Assim, Furtado inicia sua análise a respeito das colônias de povoamento do hemisfério norte, que buscavam “artigos capazes de criar mercados em expansão”, sendo uma “preocupação dos novos núcleos coloniais”. Assim, entende-se que “era necessário encontrar artigos que pudessem ser produzidos em pequenas propriedades, condição sem a qual não perduraria o recrutamento de mão de obra europeia”.

Segundo o autor, as características climáticas das Antilhas tornavam possível a produção de um número determinado de artigos, “como o algodão, o anil, o café e principalmente o fumo - com promissoras perspectivas nos mercados' da Europa”. Furtado ainda complementa que:

“A produção desses artigos era compatível com o regime da pequena propriedade agrícola e permitia que as companhias colonizadoras realizassem lucros substanciais ao mesmo tempo que os governos das potências expansionistas - França e Inglaterra -viam crescer as suas milícias”. (FURTADO, 2007, p.51).

A produção açucareira nas Antilhas, controladas pela Holanda, Inglaterra e França, alcançaram seu sucesso em sua maioria motivado pela coerção. França e Inglaterra, por exemplo, conseguiam ganhar ainda com os conflitos em seus territórios, o que levou a população a migrar para a América. Além disso, havia sequestros e raptos. O crescimento populacional nas ilhas caribenhas, portanto, não foram impulsionados por desenvolvimento econômico da região, nem realizado de maneira voluntária. Furtado ainda afirma que essa parte da população recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos:

A colonização de povoamento que se inicia na América no século XV constitui, portanto, seja uma operação com objetivos políticos, seja uma forma de exploração de mão-de-obra europeia que um conjunto de circunstâncias tornara relativamente barata nas ilhas britânicas. Ao contrário do que ocorrera com a Espanha e Portugal, que se haviam visto afligidos por uma permanente escassez de mão-de-obra quando iniciaram a ocupação da América, a Inglaterra do século XVII apresentava um considerável excedente da população, graças às profundas modificações de sua agricultura iniciadas no século anterior. Essa população sobrando, que abandonava os campos à medida que o velho sistema de agricultura coletiva ia sendo eliminado, e que as terras agrícolas eram desviadas para a criação de gado lanígero, vivia em condições suficientemente precárias para submeter-se a um regime de servidão por tempo limitado, com o fim de acumular um pequeno patrimônio. A pessoa interessada assinava um contrato na Inglaterra, pelo qual se comprometia a trabalhar para outra por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, ao final do contrato, um pedaço de terra ou uma indenização em dinheiro. Tudo indica que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos”. (FURTADO, 2007, p.49).

Como consequência da penetração do comércio de produtos tropicais nas Antilhas, em especial o fumo, observando seu êxito e expansão da produção “cresciam as dificuldades apresentadas pelo abastecimento de mão de obra europeia”.

Entendia-se que a solução portanto, era encontrada na utilização da mão de obra africana escrava. Tal aparato apresentou ao processo de produção características não observadas anteriormente, tal qual, “uma intensa concorrência entre regiões que exploram mão-de-obra escrava de grandes unidades produtivas, e regiões de pequena propriedade e população europeia”. Sendo assim, a baixa geral de preços dos produtos tropicais produzidos nas Antilhas demonstra a fragilidade inerente ao modelo de colonização “ensaiado nas regiões tropicais”.

Como consequência, segundo Furtado, foi demonstrado que as colônias de povoamento da região foram simples experimentos de produção, voltados a medição da capacidade econômica dos artigos ali produzidos. Ultrapassada a incerteza, a inversão do modelo das grandes plantações escravistas se mostrou uma forma de negócio vantajosa, que modificou de forma significativa a produção brasileira:

“A partir desse momento se modifica o curso da colonização antilhana, e essa modificação será de importância fundamental para o Brasil. A ideia original de colonização dessas regiões tropicais, à base de pequena propriedade, excluía per se toda cogitação em torno à produção de açúcar. Entre os produtos tropicais, mais que qualquer outro, este era incompatível com o sistema da pequena propriedade.” (FURTADO, 2007, p.53).

No momento inicial da colonização agrícola nas terras americanas, era por certo o entendimento de que ao Brasil caberia o papel de monopólio da produção voltada ao açúcar. Levando em consideração os fatores políticos favoráveis a pequena propriedade por parte dos ingleses e franceses, futuramente, tal situação se via abalada por determinados fatores de origem econômica. Já na metade do século XVII, ocorrera a expulsão dos holandeses da Região Nordeste, fator este determinante na virada de chave da retirada do monopólio da coroa portuguesa:

“Senhores da técnica de produção e muito provavelmente aparelhados para a fabricação de equipamentos para a indústria açucareira, os holandeses se empenharam firmemente em criar fora do Brasil um importante núcleo produtor de açúcar. É tão favorável a situação que encontram nas Antilhas francesas e inglesas que preferem colaborar com os colonos dessas regiões a ocupar novas terras e instalar por conta própria a indústria.” (FURTADO, 2007, p.53-54).

Assim, devido aos problemas econômicos ocasionados pela Guerra Civil nas ilhas britânicas, para as colônias inglesas, a possibilidade de estabelecer uma linha de comércio sólida com a Holanda foi recebida com grande entusiasmo. Os holandeses não somente serviram como grandes facilitadores das rotas comerciais, fornecendo “a necessária ajuda técnica, como também propiciaram crédito fácil para comprar equipamentos, escravos e terra”.

Ocorrendo a inserção do modelo de negócio voltado a exportação de açúcar nas Antilhas, parte da população branca, em sua maioria pequenos proprietários de terras, migrou para as colônias do norte. A produção agrícola voltada a subsistência fora drasticamente reduzida, transformando as ilhas em grandes importadores de alimentos. Para Furtado (2007) essas diferenças de estrutura econômica teriam necessariamente de corresponder grandes disparidades de comportamento dos grupos sociais dominantes nos dois tipos de colônias.

Dessa forma, compreendendo o processo de inserção da produção e comercialização de açúcar nas Antilhas, cabe retomar os holofotes a colônia portuguesa, que durante o período em que ficou sob domínio da Espanha, perdeu seus principais entrepostos comerciais com o oriente e teve seu território ocupado pela Holanda. Dessa forma, coube a Portugal aliar-se a Inglaterra, tendo seus acordos marcado “profundamente estas duas nações e conseqüentemente o Brasil”.

Os privilégios então concedidos a coroa inglesa eram tamanhos que por vezes culminavam em influenciar o governo de Portugal. Em paralelo, a coroa portuguesa viu-

se obrigada a buscar soluções a problemática referente ao desmonte do mercado açucareiro. Posteriormente, com a descoberta do ouro no início do século XVIII no Brasil, os portugueses abriram mão da produção de manufaturas na Metrópole para exploração de metais preciosos no Brasil, passando assim a importar as manufaturas inglesas:

“Esse acordo significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil. Graças a esse acordo, entretanto, Portugal conservou uma sólida posição política numa etapa que resultou ser fundamental para a consolidação definitiva do território de sua colônia americana.” (FURTADO, 2007, p.66).

Com o início do processo de decadência da economia mineradora no final do século XVIII, estando a Inglaterra também em curso da Revolução Industrial, os ingleses observaram a necessidade de romper com os moldes mercantilistas e encontrar novos mercados para escoamento de suas manufaturas.

Em vista de inserir seus produtos na principal rota consumidora do mercado europeu, os ingleses firmaram então acordo com a França, em 1786, que pontuou fim ao privilegio gozado por Portugal sobre a venda de vinhos a Inglaterra:

“Minguara o mercado da economia luso-brasileira com a decadência da mineração e já não se justificava manter um privilégio que constituía um empecilho à ampla penetração no principal mercado da Europa continental que era a França.” (FURTADO, 2007, p.68).

Ao tomar em consideração que as perspectivas econômicas aparentavam ser mais promissoras ao Brasil em detrimento de Portugal, os ingleses transferiram assim seus privilégios com a coroa portuguesa para o Brasil, tendo com garantia a transferência do governo lusitano para sua colônia na América sob a proteção inglesa e com a condicionante de que “nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido” (FURTADO, 2007).

O fato positivo que pode ser pontuado na relação estabelecida entre Portugal e Inglaterra é o suporte político durante a pressão napoleônica sofrida, que conferiu a independência brasileira. No entanto, tal proteção se originou sob o suporte de custos altíssimos, que posteriormente resultaram em grandes dificuldades econômicas para a recém-nascida república brasileira:

“Essas dificuldades econômicas, por um lado, reduziam a capacidade de ação do poder central e, por outro, devido ao descontentamento, criavam focos de desagregação territorial. É pela metade do século que ocorrem alguns fatos que permitirão consolidar definitivamente o país, e que marcarão o sentido subsequente desenvolvimento.” (FURTADO, 2007, p.70).

Ao passo que o café eleva sua relevância no centro da econômica brasileira, eleva-se também a relação estabelecida entre as economias brasileira e americana, tendo essa se tornado o principal mercado importador dos produtos brasileiros. Tendo-se encerrado o passivo político da colônia portuguesa, o Brasil consegue, em 1842, libertar-se do acordo estabelecido com a Inglaterra, tendo como consequência uma estrutura econômica que não evoluirá nos últimos três séculos, baseada em uma economia primária de caráter exportador que se utilizava de mão de obra escrava advinda da África.

Furtado considerava que a ausência de tensões nas camadas internas seriam um dos principais responsáveis pelo atraso da industrialização em solo brasileiro “a estrutura econômica, baseada principalmente no trabalho escravo, se mantivera imutável nas etapas de expansão e decadência “(FURTADO, 2007, p.71).

4.3.2. PARTE II - ECONOMIA ESCRAVISTA DE AGRICULTURA TROPICAL – SÉCULOS XVI E XVII

Iniciando a segunda parte de sua obra, Celso Furtado dá partida a sua narrativa afirmando que os portugueses se empenharam com afinco para obter êxito na empresa açucareira. Para obter tal êxito, o autor afirma que foram concedidos desde benefícios tributários, até títulos aos senhores de engenho, aliado também a relevância da mão de obra indígena na consolidação das primeiras colônias agrícolas.

Furtado complementa ainda que, com o acúmulo de capital advindo da exploração da mão de obra indígena, fundou-se um caminho viável para a comercialização da mão de obra escrava:

“O fato de que desde o começo da colonização algumas comunidades se hajam especializado na captura de escravos indígenas põe em evidência a importância da mão-de-obra nativa na etapa inicial de instalação da colônia. No processo de acumulação de riqueza quase sempre o esforço inicial é relativamente o maior. A mão-de-obra africana chegou para a expansão da empresa, que já estava instalada. E quando a rentabilidade do negócio está assegurada que entram em cena, na escala necessária, os escravos africanos: base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado.” (FURTADO, 2007, p.77).

Dessa forma, entende-se que com o acúmulo de capital advindo a exploração da mão de obra indígena, fora possível a comercialização da mão de obra escrava, passando assim pelas dificuldades da fase inicial do empreendimento açucareiro, expandindo-a em grande escala até meados do final do século XVI, fomentando grande acúmulo de riqueza sob concentração dos grandes senhores de engenho.

Assim, segundo o autor, com uma média de investimentos que se aproximava da casa de uma 1,8 milhão de libras esterlinas ainda na etapa de produção e contando com mais de 20 mil escravos africanos, Portugal duplicou sua produção em solo brasileiro no último quartel desse mesmo século. Estima-se que a renda gerada na produção do açúcar poderia ultrapassar a casa de 2 milhões de libras, supondo que a população residente na colônia era de em média, de 30 mil habitantes, onde conseqüentemente, para o autor “tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.” (FURTADO, 2007, p. 78).

Furtado reforça sua tese ao citar que, as despesas ocorridas fora do eixo do engenho não somavam 5 por cento da renda que a atividade açucareira fomentava:

“Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para cada dez escravos houvesse um empregado assalariado - 1.500 no conjunto da indústria açucareira - e imputando um salário monetário de 15 libras anuais cada um, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro”. (FURTADO, 2007, p.79).

Por último, Furtado considera que o engenho realizava um certo montante de gastos monetários, principalmente na compra de gado e de lenha, despesas que “criavam um vínculo entre a região açucareira e os núcleos de povoamento existentes no Brasil” (FURTADO, 2007, p.79-80).

Os dados apresentados pelo autor no início de sua segunda parte, tendem a demonstrar a capacidade ímpar de capitalização da economia voltada a produção do açúcar no final do século XVI. Tal crescimento pode acontecer em decorrência da capacidade de absorver os mercados compradores, evitando assim uma crise de superprodução.

Dessa forma, com base nas informações contidas, é possível supor que “parte do capital investido na economia açucareira pertencesse aos comerciantes europeus e que

grande parte da renda gerada por esta atividade retornava a Europa como modernamente chamamos de renda de não residentes” (FURTADO, 2007, p.82), que permanecia assim, fora das margens territoriais da colônia.

Furtado (2007, p.83) segue sua análise questionando “que possibilidade efetiva de expansão e evolução estrutural apresentava esse sistema econômico, base da ocupação do território brasileiro?” e informando o leitor que, com o objetivo de responder tal questão, cabe observar mais de perto, nesse sistema, os processos de formação da renda e de acumulação de capital.

Dessa forma, explica que em contraste do que ocorreu nas ilhas do Atlântico, desde o princípio, o empresário do açúcar operou em grande escala de produção no território brasileiro, deduzindo, portanto, que ocorreu uma larga importação de equipamentos e mão de obra especializada advindos da Europa. A mão de obra indígena, segundo o autor (2007, p. 83), “deve ter sido utilizado, então, para alimentar a nova comunidade e nas tarefas não especializadas das obras de instalação”, aderindo a mão de obra indígena um papel de extrema relevância para a instalação dos engenhos.

Com a introdução da mão de obra escrava africana, não houve mudança no processo de produção, ocorreu somente à substituição de um trabalhador menos eficiente e difícil de capturar por outro mais eficiente e conhecido do povo europeu.

Dessa forma, estando a indústria açucareira instalada, seu processo de crescimento vai seguir sempre a mesma trajetória:

“[...]gastos monetários na importação de equipamentos, de alguns materiais de construção e de mão-de-obra escrava. A importação de mão-de-obra especializada já se realizava em menor escala, tratando o engenho de auto abastecer-se também neste setor, mediante treinamento daqueles escravos que demonstravam maior aptidão para os ofícios manuais. O mesmo não ocorre, entretanto, com a mão-de-obra não-especializada, pois a população escrava tendia a minguar vegetativamente, sem que durante toda a época da escravidão se haja tentado com êxito inverter essa tendência.” (FURTADO, 2007, p. 84).

Em uma economia voltada à exportação baseada no trabalho escravo, não há incidência de fluxo monetário, mediante parte da renda gerada ser transferida ao exterior através da importação de maquinário, materiais e mão de obra. Levando em consideração que os trabalhadores de tal cenário são escravizados, obtém-se distinção entre o custo de manutenção desta mão de obra e o produto gerado por ela, que se transforma no lucro do empresário. Dessa forma, o aumento monetário se revertia somente ao lucro empresarial, não sendo “objeto de nenhum pagamento” (FURTADO, 2007).

Como quase todos os fatores de produção pertenciam ao empresário a renda gerada no processo produtivo se revertia quase toda a ele e poderia ser medida através do volume de exportações. Dessa forma, se o mercado importador de açúcar conseguisse absorver todas as quantidades crescentes da produção a um determinado nível de preços, considerando a oferta de mão de obra flexível, seria possível a expansão da atividade produtora de açúcar até que se ocupasse efetivamente todo o território colonial:

“É evidente que, se o mercado externo absorvesse quantidades crescentes de açúcar num nível adequado de preços, o sistema poderia crescer - sempre que a oferta externa de força de trabalho fosse elástica - até ocupar todas as terras disponíveis.” (FURTADO, 2007, p. 88).

Dessa forma, Furtado (2007, p.89) assume que “as possibilidades de expansão eram ilimitadas por esse lado”. Assim, é possível supor que “o aumento da capacidade produtiva foi regulado com vistas a evitar um colapso, nos preços, ao mesmo tempo que se realizava um esforço persistente para tomar o produto conhecido e ampliar a área de consumo do mesmo.”

Assim, o autor afirma que a economia escravista se via dependente, portanto, da demanda externa e sua redução poderia facilmente ocasionar a decadência da atividade açucareira em solo colonial. Entretanto, observando que os custos dos empresários se pautavam em sua maioria em custos fixos, qualquer oscilação na capacidade produtiva poderia ocasionar perdas para o empresário açucareiro. Dessa forma, sob qualquer circunstância, ele mantinha a plena utilização dos fatores produtivos, solidificando a inalteração da atividade exportadora:

“As paralisações ou retrocessos nesse crescimento não tendiam à criar tensões capazes de modificar-lhe a estrutura. Crescimento significava, nesse caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente.” (FURTADO, 2007, p. 89).

Por tais razões, a economia açucareira nordestina se manteve sem alterações estruturais importantes por mais de três séculos, mesmo passando por momentos econômicos muito voláteis neste período. Furtado finaliza o raciocínio do seu questionamento inicial, afirmando que:

“[...]quando se desorganizou o mercado do açúcar e teve início a forte concorrência antilhana, os preços se reduziram à metade. Contudo, os

empresários brasileiros fizeram o possível para manter um nível de produção relativamente elevado. No século seguinte persistiu a tendência à baixa de preços. Por outro lado, a economia mineira, que se expandiria no centro-sul, atraindo a mão-de-obra especializada e elevando os preços do escravo, reduziria ainda mais a rentabilidade da empresa açucareira. O sistema entrou, em consequência, numa letargia secular. Sua estrutura preservou-se, entretanto, intacta. Com efeito, ao surgirem novas condições favoráveis [...]voltaria a funcionar com plena vitalidade.” (FURTADO, 2007, p. 91).

Dessa forma, no capítulo seguinte, o autor mira os holofotes na atividade pecuarista, tornando-a uma consequência direta da expansão da atividade açucareira:

“A formação de um sistema econômico de alta produtividade e em rápida expansão na faixa litorânea do Nordeste brasileiro teria necessariamente de acarretar consequências diretas e indiretas para as demais regiões do subcontinente que reivindicavam os portugueses.” (FURTADO, 2007, p. 92).

Assim, compreende-se que a economia açucareira era um mercado de dimensões relativamente grandes, com alta rentabilidade e um elevado grau de especialização. Tinha assim, o potencial de importação demasiadamente elevado, tornando inclusive a produção de alimentos para os trabalhadores um empecilho para os proprietários dos engenhos de cana. Em decorrência da elevada especialização no mercado do açúcar, surge um segundo mercado capaz de explicar o desenvolvimento de outras atividades econômicas nas demais regiões da colônia portuguesa na América.

Para compreender melhor tal fenômeno, cabe ressaltar que a atividade voltada ao açúcar tinha dimensões capazes de inferir no desenvolvimento de outras regiões da colônia. No entanto, esse potencial fora bloqueado para o exterior mediante decisões políticas de se evitar a formação de concorrência com o mercado da metrópole:

“Um conjunto de circunstâncias tenderam, sem embargo, a desviar para o exterior em sua quase totalidade esse impulso dinâmico. Em primeiro lugar havia os interesses criados dos exportadores portugueses e holandeses, os quais gozavam dos fretes excepcionalmente baixos propiciados pelos barcos que seguiam para recolher açúcar. Em segundo lugar estava a preocupação política de evitar o surgimento na colônia de qualquer atividade que concorresse com a economia metropolitana.” (FURTADO, 2007, p. 93).

Furtado (2007), então, informa o leitor a respeito do fracasso dos objetivos iniciais na colônia de São Vicente, onde está se transforma em uma colônia de povoamento que se dedicava a atividades com baixa rentabilidade, como a caça ao índio, onde os seus colonos “voltaram-se para o interior e se transformaram em sertanistas profissionais”.

. Como consequência da atividade desempenhada pelos colonos de São Vicente, ocorre o desbravamento do interior do território brasileiro desenvolvendo a habilidade exploratório-militar que ajudou na ocupação de vastas áreas centrais do continente sul-americano. Dessa forma, ocorre uma limitação da dinâmica econômica do açúcar, em relação à colônia de povoamento no Sul, que se deve em grande parte elevada quantidade de terras próximas ao núcleo canavieiro, que resultou na criação de um segundo sistema econômico dependente da economia açucareira ainda no Nordeste. De acordo com Furtado, ao contrário do que ocorrera nas Antilhas:

“[...]era relativamente pequena a porção do mercado da economia açucareira a que podiam ter acesso outros produtores coloniais. No setor de bens de consumo, as importações consistiam principalmente em artigos de luxo, os quais, evidentemente, não podiam ser produzidos na colônia. O único artigo de consumo de importância que podia ser suprido internamente era a carne, que figura na dieta mesmo dos escravos[...] Era no setor de bens de produção que o suprimento local encontrava maior espaço para expandir-se. As duas principais fontes de energia dos engenhos - a lenha e os animais de tiro - podiam ser supridas localmente com grande vantagem. O mesmo ocorria com o material de construção mais amplamente utilizado na época: as madeiras.” (FURTADO, 2007, p. 96).

Compreende-se que foi a divisão de duas atividades (açucareira e criatória) no Nordeste que impulsionou a criação de gado na região e promoveu, assim, a penetração e ocupação do interior do território brasileiro:

“A criação de gado - na forma em que se desenvolveu na região nordestina e posteriormente no sul do Brasil - era uma atividade econômica de características radicalmente distintas das da unidade açucareira. A ocupação da terra era extensiva e até certo ponto itinerante.” (FURTADO, 2007, p. 96).

Além das distinções inerentes ao modo de funcionamento dessa nova atividade econômica, a pecuária distanciava-se da atividade açucareira por obter também uma rentabilidade relativamente baixa, se comparada a atividade exercida na faixa litorânea do nordeste brasileiro, além de não necessitar de uma elevada quantidade de mão de obra, tendo sido o trabalho indígena o mais adaptável a tal modo de produção:

“O recrutamento de mão-de-obra para essas atividades baseou-se no elemento indígena que se adaptava facilmente à mesma. Não obstante a resistência que apresentaram os indígenas em algumas partes, ao verem-se espoliados de suas terras, tudo indica que foi com base na população local que se fez a expansão da atividade criatória.” (FURTADO, 2007, p. 89).

Para fins comparativos, estima-se que ainda no começo do século XVII a renda bruta gerada pela criação de gado era de aproximadamente 100 mil libras, enquanto a exportação do açúcar beirava os 2 milhões de libras. Tais dados reforçam a dependência da atividade criatória em relação a atividade açucareira.

Compreende-se, portanto, que o crescimento da atividade pecuária dependia fundamentalmente da expansão da atividade açucareira, da disponibilidade de terras e mão de obra para criação de gado. Segundo Furtado (2007, p.98) “dada a natureza dos pastos do sertão nordestino, a carga que suportavam essas terras era extremamente baixa. Daí a rapidez com que os rebanhos penetraram no interior[...]”.

Em suma, a economia açucareira estava no seu auge até a metade do século XVII, tornando a disponibilidade de terras na colônia praticamente ilimitada, tendo a adaptação da mão de obra indígena com a atividade pecuarista obtido grande êxito, viabilizando assim as condições básicas para o crescimento da atividade criatória.

Tendo Furtado (2007, p.99-100) analisado a economia criatória em conjunto, “sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população”, sendo necessário compreender que “[...] a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo”.

Assim, a importância inferida ao setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua etapa de decadência que se aproxima,

A seguir, Furtado começa a elaborar seu raciocínio a respeito da formação do complexo econômico nordestino, dando início ao capítulo onze, na segunda parte da sua obra. O autor inicia sua introdução ao elucidar a respeito das atividades produtoras tanto de açúcar, como de criação de gado, que permaneciam com sua forma tradicional, ou seja, não modificavam sua estrutura produtiva para reduzir seus custos ou aumentar sua produtividade, podendo ser observado tal imobilidade tanto nos períodos de expansão quanto de retração.

A atividade açucareira dependia da importação de equipamentos e mão de obra para manutenção de sua produção, já na atividade criatória havia um crescimento vegetativo da mão de obra e não necessitava de gastos monetários para reposição de capital ou expansão da criação. Devido a tais disparidades, ambas atividades se desenvolvem de maneiras distintas ao longo da crise no setor açucareiro no final do século XVII:

“Muito ao contrário do que ocorria com a açucareira, a economia criatória não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva. Assim, enquanto na região açucareira dependia-se da importação de mão-de-obra e equipamentos simplesmente para manter a capacidade produtiva, na pecuária o capital se repunha automaticamente sem exigir gastos monetários de significação. Por outro lado, as condições de trabalho e alimentação na pecuária eram tais que propiciavam um forte crescimento vegetativo de sua própria força de trabalho. A essas disparidades se devem as diferenças fundamentais no comportamento dos dois sistemas no longo período de declínio nos preços do açúcar.” (FURTADO, 2007, p. 102).

Mediante a queda do preço do açúcar, a elevação no preço dos escravos e a emigração da mão de obra especializada para a produção de ouro, a atividade voltada ao açúcar inicia um processo relativamente lento de declínio com a redução da rentabilidade e consequente desorganização no processo produtivo. Segundo Furtado (2007) “a rentabilidade do negócio açucareiro se reduz, mas não de forma catastrófica”, pois “os novos preços ainda eram suficientemente altos para que a produção de açúcar constituísse para as Antilhas o magnífico negócio que era [...]”.

No caso da atividade criatória, que possuía um aumento vegetativo da população animal e não havia um aumento na demanda pelo gado, acabou transformando-se numa atividade de subsistência com níveis extremamente baixos produtividade. Houve, assim, uma redução relativa da renda monetária que levou a produção de bens que antes eram importados, entretanto, tais artigos tinham características rudimentares. Assim, o couro passa a ter papel fundamental nessa economia de subsistência, pois era o único artigo que poderia gerar alguma renda monetária aos criadores:

“O couro substitui quase todas as matérias-primas, evidenciando o enorme encarecimento relativo de tudo que não fosse produzido localmente. Esse atrofamento da economia monetária se acentua à medida que aumentam as distâncias do litoral, pois, dado o custo do transporte do gado, em condições de estagnação do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam submarginais. Os couros passaram a ser a única fonte de renda monetária destes últimos criadores.” (FURTADO, 2007, p. 104).

Assim, entende-se que ao contrário do que ocorreu nas Antilhas, durante a estagnação da produção açucareira houve um aumento na população do Nordeste brasileiro, devido as reduções nas exportações, que não afetaram a atividade criatória, tornando-a uma atividade de subsistência gerando alimento para população e provendo seu crescimento vegetativo.

Dessa forma, a expansão da economia nordestina passou de um setor de alta produtividade para uma atividade de baixa produtividade onde a maior parte da população produz apenas o necessário para subsistir, ocorrendo um retrocesso no processo de divisão de trabalho, de especialização e técnicas de produção:

“[...] o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência - elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores - estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos.” (FURTADO, 2007, p. 105).

Isto posto, o autor informa que a economia açucareira atravessou um período delimitado por grandes dificuldades no século XVII, como as invasões holandesas, que ocasionaram enorme prejuízo para Portugal, com o efetivo desvio e escoamento de mercadorias e os grandes gastos militares para a retomada da colônia no Nordeste do Brasil.

Á vista disso, terminada a etapa militar, “tem início a baixa nos preços do açúcar provocada pela perda do monopólio” (FURTADO, 2007, p.107), em função da produção holandesa de açúcar iniciada nas Antilhas, consequência direta do conflito:

“Na segunda metade do século a rentabilidade da colônia baixou substancialmente, tanto para o comércio como para o erário lusitanos, ao mesmo tempo que cresciam suas próprias dificuldades de administração e defesa.” (FURTADO, 2007, p. 107-108).

De acordo com Furtado, quando a produção açucareira estava em seu apogeu, a coroa portuguesa buscou expandir seu domínio sobre o território americano, em especial, para a região Norte do Brasil, pois já buscava a manutenção do monopólio sobre a produção do açúcar. Com tal movimento, a coroa portuguesa objetivava eliminar quaisquer chances de concorrência, além de ocupar terras de forma permanentes para que a defesa de suas terras não se tornasse um empreendimento demasiadamente oneroso para a coroa:

“Em fins do século XVI praticamente todas as terras tropicais do continente - isto é, as terras potencialmente produtoras de açúcar - estavam em mãos de espanhóis e portugueses, por essa época unidos sob um só governo. O ataque

de holandeses, franceses e ingleses se fez em toda a linha que desce das Antilhas ao Nordeste brasileiro.” (FURTADO, 2007, p. 108).

No passado, a “experiência havia já demonstrado que a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera”. A ocupação, portanto, foi “seguida de decisões objetivando a criação de colônias permanentes”. Cabe ilustrar as informações alçadas por Furtado, ao abordar o exemplo do Estado do Maranhão, como uma das tentativas de se efetivar uma ocupação permanente ao norte, onde foram enviados trezentos açorianos com o objetivo de expandir a produção açucareira:

“Ao iniciar-se a etapa de dificuldades políticas e econômicas para o governo português, essas colônias da região norte ficaram abandonadas aos seus próprios recursos e as vicissitudes que tiveram de enfrentar demonstram vivamente o quão difícil era a sobrevivência de uma colônia de povoamento nas terras da América.” (FURTADO, 2007, p. 111).

Entretanto, os solos maranhenses “não apresentavam a mesma fecundidade que os massapés nordestinos para a produção de açúcar” (FURTADO, 2007). Destarte, não fora essa a maior dificuldade identificada pelo autor, mas sim a “desorganização do mercado do açúcar, fumo e outros produtos tropicais, na segunda metade do século XVII”, que paralisou os colonos do Maranhão na tentativa de iniciarem uma atividade que lhes viabilizassem um processo de desenvolvimento.

Com esse objetivo fracassado, restou aos colonos maranhenses mudanças nas suas atividades, dando início assim a captura de indígenas para comercialização como escravos. Tal atividade viabilizou as condições necessárias para a sobrevivência da população na região e “em sua caça ao indígena, os colonos foram conhecendo melhor a floresta e descobrindo suas potencialidades.” (FURTADO, 2007, p.110).

Dessa forma, iniciou-se a descoberta de novos produtos, como o cacau, baunilha, cravo, canela e resinas aromáticas, que começam a ser exportados pela colônia do Maranhão, utilizando-se da ajuda dos Jesuítas que passaram a utilizar da mão de obra indígena para extração desses produtos nas florestas, em troca de objetos de baixos valores. A atividade se tornou rentável para os colonos alocados no Maranhão:

“Dessa forma, a pobreza mesma do Estado do Maranhão, ao obrigar seus colonos a lutar tão tenazmente pela mão-de-obra indígena, e a correspondente reação jesuítica - de início simples defesa do indígena, em seguida busca de formas racionais de convivência e finalmente exploração servil dessa mão-de-

obra - constituíram fator decisivo da enorme expansão territorial[...]”.
(FURTADO, 2007, p. 111).

Por fim, ao observar mais ao sul da colônia portuguesa na América, os colonos da região do rio da Prata desenvolviam a atividade criatória e os seus couros representavam a única atividade que gerava uma renda monetária para população e “passaram a preocupar os governantes portugueses em forma crescente”.

Com a redução dos impostos arrecadados pela coroa portuguesa, e consequente dano ao erário devido à crise no setor açucareiro e o aumento relativo dos setores de subsistência, o governo português teve que reajustar o nível de importações da Metrópole e provocar uma desvalorização cambial de sua moeda. Tal desvalorização cambial favorecia o empresário do açúcar, pois seu produto ficava com um preço mais atraente no mercado internacional. No entanto, prejudicava todo o setor de subsistência da colônia que dependia de produtos importados básicos como, por exemplo, sal, vestuário e armas de fogo que passavam a se tornar cada vez mais raros de se encontrar.

Tais fatores influenciavam para a reversão cada vez mais drástica das formas de economia de subsistência, “com atrofiamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local, etc.” (FURTADO, 2007, p.113).

4.3.3. - PARTE III – ECONOMIA ESCRAVISTA MINEIRA – SÉCULO XVIII

Iniciando a terceira parte de sua obra, Celso Furtado confere ênfase em um questionamento de suma importância dentro do contexto no qual se inseria as colônias açucareiras: “Que poderia Portugal esperar da extensa colônia sul-americana, que se empobrecia a cada dia, crescendo ao mesmo tempo seus gastos de manutenção?” (FURTADO, 2007, p.117).

Para o autor, a economia da colônia sul-americana portuguesa sofria uma constante decadência, que tendenciava a elevação de custos frente aos ganhos, conforme fora esclarecido ao final da segunda parte de *Formação Econômica do Brasil*, mediante a intensificação da concorrência. O destino da colônia tornara-se rodeado de incertezas.

De acordo com a coroa portuguesa, a forma de reerguer-se seria ocasionada pela descoberta de novas fontes produtivas, em especial a descoberta de metais preciosos.

Segundo Furtado (2007, p.117) “retrocedia-se, assim, à ideia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir os ditos metais.”

Assim, Portugal passou a investir massivamente na busca por metais preciosos, observando cedo o capital gigantesco que, para a busca de metais, representava a experiência do interior que tinham os homens do planalto de Piratininga. Segundo Furtado (2007, p.117-118) “se estes já não haviam descoberto o ouro em suas entradas pelos sertões, era por falta de conhecimentos técnicos. A ajuda técnica que então receberam da Metrópole foi decisiva”.

Uma grande quantidade de portugueses migrou espontaneamente para a região dos minérios, demonstrando assim, grande interesse na região. Por outro lado, grande parte da mão de obra escrava viria da região Nordeste, modificando por completo a imagem econômica da coroa portuguesa:

“De Piratininga a população emigrou em massa, do Nordeste se deslocaram grandes recursos, principalmente sob a forma de mão-de-obra escrava, e em Portugal se formou pela primeira vez uma grande corrente migratória espontânea com destino ao Brasil. O fadado da colônia iria modificar-se fundamentalmente.” (FURTADO, 2007, p. 118).

O autor acrescenta que, ao observar as características da economia açucareira no que se refere aos índices migratórios “transferir-se de Portugal para o Brasil só tinha sentido para aquelas pessoas que dispunham de meios para financiar uma empresa de dimensões relativamente grandes”, acrescentando ainda que “na região açucareira, os imigrantes regulares limitavam-se a artesãos e trabalhadores especializados que vinham diretamente para trabalhar nos engenhos” (FURTADO, 2007, p.119).

Por outro lado, a economia mineradora, o cenário migratório modifica-se de maneira inédita, tendo em vista que para se iniciar a mineração não se fazia necessário um grande investimento, ao contrário da economia açucareira, visto que a exploração era feita em pequenas minas. Dessa forma, a população europeia no Brasil chegou a ser dez vezes maior durante o período minerador.

A respeito da mão de obra escrava, embora ainda fosse de extrema relevância, a forma como se estruturou era completamente diferente, uma vez que os escravos tinham mais liberdade para transitar em ambientes sociais diferentes e até mesmo por meio de seu trabalho mais empenhado comprar a própria liberdade:

“Os escravos em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população. Por outro lado, a forma como se organiza o trabalho permite que o escravo tenha maior iniciativa e que circule num meio social mais complexo. Muitos escravos chegam mesmo a trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. Esta simples possibilidade deveria constituir um fator altamente favorável ao seu desenvolvimento mental.” (FURTADO, 2007, p. 120).

Na questão dos homens livres, a diferença abordada entre as economias açucareira e mineradora se inclinava ainda mais, levando em consideração que as chances de ascensão social das classes baixas na economia voltada ao açúcar eram praticamente inexistentes, tornando-se mesmo em uma problemática, levando em consideração o fato de que essa margem da população acabava se tornando cada vez mais baixa pela queda da valorização do açúcar português, em contrapartida, se tratando da mineração o crescimento do nível das classes se tornava mais presente, pois conforme citado anteriormente o investimento não era alto e o lucro tinha uma garantia determinada:

“No que respeita ao ambiente em que circula p homem livre - nascido na Metrópole ou na colônia -, maiores ainda são as diferenças da economia mineira com respeito às terras do açúcar. Nestas últimas, abaixo da classe reduzida de senhores de engenho ou grandes proprietários de terras, nenhum homem livre lograva alcançar uma verdadeira expressão social. Ao estagnar-se a economia açucareira, as possibilidades de um homem livre para elevar-se socialmente se reduziram ainda mais. Em consequência, começou a avolumar-se uma subclasse de homens livres sem possibilidade de ascensão social, a qual em certas épocas chegou a constituir um problema.” (FURTADO, 2007, p. 120).

Sendo assim, enquanto os empresários açucareiros mantinham uma relação fixa com as suas terras e a incerteza dos lucros se fazia presente, os mineradores detinham de uma estrutura voltada ao constante movimento e sua alta lucratividade permitia que fossem usados todos os meios possíveis em prol de seu próprio desenvolvimento.

De acordo com Furtado “a combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente a especialização – marca a organização de toda a economia mineira” (2007, p.121).

É possível compreender que o período de maior lucratividade da fase mineradora deu-se logo em seu início, uma vez que o auto investimento de capital na mineração ocasionava sérios problemas de abastecimento nas regiões, havendo assim um aumento significativo nos preços dos alimentos e animais nas regiões mais próximas, o que fomentou uma difusão substancial em privilégio da economia provinda da mineração:

“Sendo a lucratividade maior na etapa inicial da mineração, em cada região, a excessiva concentração de recursos nos trabalhos mineratórios conduzia sempre a grandes dificuldades de abastecimento. A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração.” (FURTADO, 2007, p. 122).

A pecuária, com o advento da mineração, passa também por mudanças significativas. O gado do sul, que sempre se manteve em níveis de preços relativamente baixos, em comparação ao da região açucareira, valorizou-se de forma rápida dentro no cenário minerador, alcançando também preços exorbitantes. O gado nordestino, por sua vez, que vinha se desvalorizando com a decadência da economia açucareira, ganha relevância dentro do mercado da região mineradora. Segundo Furtado (2007, p.123) “esse deslocamento do gado nordestino teria que acarretar a elevação dos preços que pagavam os engenhos, razão pela qual provocou fortes reações oficiais e tentativas de interdição”.

Outra grande consequência da ascensão da economia mineira, viria afetar profundamente o sistema de transportes da colônia. Leva-se em consideração que devido a localização das minas, longe da região portuária e distribuída em meios a uma região montanhosa, a população era totalmente dependente de uma estrutura eficaz de transporte realizada por uma ampla tropa de mulas, parte fundamental de toda a economia mineradora, desde o abastecimento funcional até o encaminhamento do produto final ao destino. Devido à alta valorização deste meio de transporte nasceu um importante mercado paralelo de abastecimento.

Desse modo, de acordo com Furtado, a economia mineira, por meio de seus efeitos indiretos, proporcionou que:

“[...] se articulassem às diferentes regiões do sul do país. Ao contrário do que ocorrera no Nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, no sul do país a pecuária preexistiu à mineração. Com efeito, o advento da mineração ocorreu quando a economia de subsistência de Piratininga havia já atravessado século e meio de pobreza. Além disso, no Rio Grande e mesmo no Mato Grosso já existia uma economia pecuária rudimentar de onde saía alguma exportação de couros.” (FURTADO, 2007, p. 123).

Ou seja, a economia mineradora foi responsável por abrir um novo ciclo de desenvolvimento para as demais atividades econômicas atuantes do período. Foi responsável por elevar de forma considerável a rentabilidade de atividade pecuária, introduzindo a maior utilização de terras e rebanhos. Acrescenta-se também a fomentação

da interdependência das diferentes regiões, especializadas umas na criação, outras na prática de engorda e distribuição e outras constituindo os principais mercados consumidores.

Furtado (2007, p.124) explica que “a base geográfica da economia mineira estava situada numa vasta região compreendida entre a serra da Mantiqueira, no atual Estado de Minas, e a região de Cuiabá, no Mato Grosso, passando por Goiás”. A produção áurea nestas regiões não era padronizada, em decorrência do fato de que as regiões não produziam o minério por muito tempo, em razão de que mais fácil fosse a extração em determinada região mais rápido ela ficava escassa, com isso nem todas as regiões ganharam avanços significativos e duradouros:

“Em algumas regiões a curva de produção subiu e baixou rapidamente provocando grandes fluxos e refluxos de população; noutras, essa curva foi menos abrupta, tornando-se possível um desenvolvimento demográfico mais regular e a fixação definitiva de núcleos importantes de população. A renda média dessa economia, isto é, sua produtividade média, é algo que dificilmente se pode definir. Em dados momentos deveria alcançar pontos altíssimos em uma sub-região, e, quanto mais altos fossem esses pontos, maiores seriam as quedas subsequentes. Os depósitos de aluvião se esgotam tanto mais rapidamente quanto é mais fácil sua exploração. Dessa forma, as regiões mais "ricas" se incluem entre as de vida produtiva mais curta. (FURTADO, 2007, p. 124).

Em suma, considera-se que a exportação do ouro atingiu seu apogeu econômico nas décadas de 1750 e 1760, atingindo uma média aproximada de dois milhões de libras. Tal medição de renda não poderia ser alavancada como demasiadamente lucrativa se comparada com a economia açucareira. Em que pese não ultrapasse a prosperidade da economia pautada no açúcar, a mineração encontrava-se mais favorável ao desenvolvimento do mercado interno que, no entanto, não foi possível, Furtado acredita, que por falta de interesse da metrópole, sendo esta responsável até mesmo por proibir, via decreto, qualquer tipo de produção manufatureira interna, que ocasionou profundas consequências no processo de desenvolvimento da colônia.

Logo, Furtado apresenta os movimentos de regressão econômica e expansão da área de subsistência dentro do território brasileiro. O autor afirma que com o declínio da produção de ouro, ocorresse um forte processo de decadência:

“Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas - à exceção de alguma agricultura de subsistência -, era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. À medida que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam

descapitalizando e desagregando. A reposição da mão-de-obra escrava já não se podia fazer, e muitos empresários de lavras, com o tempo, se foram reduzindo a simples faiscadores. Dessa forma, a decadência se processava através de uma lenta diminuição do capital aplicado no setor minerador.” (FURTADO, 2007, p. 133).

O autor informa que conforme diminuía a produção, os grandes empreendedores perdiam seus investimentos e o suporte da mão de obra escrava ficava mais inacessível, com isso os investidores diminuía cada vez mais o capital investido e com o anseio de encontrar novas minas esses não queriam investir em outros meios que no momento poderiam ser considerados mais seguros, o que segundo o autor, indicava que “todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência”. (FURTADO, 2007, p.133).

Em alusão a um caso semelhante, ocorrido na Austrália, Furtado afirma que o desemprego causado pelo colapso da produção de ouro constituiu o ponto de partida para uma política protecionista que tornou viável a jovem industrialização da nação analisada:

“Houvesse a economia mineira se desdobrado num sistema mais complexo, e as reações seguramente teriam sido diversas. Na Austrália, três quartos de século depois, o desemprego causado pelo colapso da produção de ouro constituiu o ponto de partida da política protecionista que tornou possível a precoce industrialização desse país.” (FURTADO, 2007, p. 133).

Em nota de rodapé³⁵, o autor informa ainda sobre o caso australiano:

“A experiência da economia aurífera australiana é ilustrativa da flexibilidade de um sistema que tinha acesso a uma tecnologia mais avançada. Com a descoberta do ouro, a população da Austrália praticamente triplicou num decênio, passando de 438 mil em 1851 para 1.168000 em 1861. Em tais condições é fácil imaginar a drenagem de mão-de-obra da economia lanífera preexistente e a pressão sobre a oferta de alimentos. Estes dois setores trataram, contudo, de defender-se adotando técnicas mais avançadas e conseguiram acelerar seu desenvolvimento na etapa de grande expansão da produção de ouro. Os produtores de lã foram inclusive beneficiados pela baixa nos fretes de retorno provocada pelo grande movimento migratório.” (FURTADO, 2007, p. 133).

No entanto, retomando ao cenário brasileiro, a existência do regime escravocrata impediu que o colapso da produção mineradora gerasse maiores tumultos sociais. A maior

35 Furtado (2007) afirma que tal informação é baseada na observação de um autor australiano: *'As the diggings attracted labour squatters and farmers were forced to overhaul their productive technique and adopt labour-saving devices. Squatters.*

baixa deu-se para aqueles que tinham investido grandes quantidades de capitais em escravos e observaram a rentabilidade destes reduzir-se diariamente.

Em comparação direta ao regime produtivo açucareiro, que mantinha até certo ponto sua rentabilidade por meio de manutenção elevada do processo produtivo, na economia mineradora, a rentabilidade com o esgotamento das minas tendia a zero e a desagregação das empresas produtivas era total:

“Uns poucos decênios foram o suficiente para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros.” (FURTADO, 2007, p. 134).

Consequentemente, uma região que fora povoada mediante um sistema de alta produtividade, no qual sua mão de obra vinha a ser considerada escassa, transformou-se em uma massa populacional desarticulada, trabalhando com baixa produtividade em um modelo agrícola de subsistência. Assim, o autor passa a concluir que algumas décadas todo o sistema econômico proveniente do ouro havia sido desmontado.

4.3.4 – PARTE IV - ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO – SÉCULO XIX

Furtado buscar analisar a economia de transição para o trabalho assalariado, tomando como ponto de partida para o décimo sexto capítulo, o Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial. No último quartel do século XVIII, o cenário vigente é representado por um declínio nas economias, tanto açucareira quanto áurea, causando um grande impacto na economia como um todo. Assim, afirma que:

“O último quartel do século XVIII constitui uma nova etapa de dificuldades para a colônia. As exportações, que em torno de 1760 se haviam aproximado de 5 milhões de libras, pouco excedem em média, nos últimos 25 anos do século, os 3 milhões. O açúcar enfrenta novas dificuldades e o valor total de suas vendas desce a níveis tão baixos como não se havia conhecido nos dois séculos anteriores⁷³. As exportações de ouro, durante esse período, mediaram pouco mais de meio milhão de libras. Enquanto isso a população havia subido a algo mais de 3 milhões de habitantes.” (FURTADO, 2007, p. 138).

Compreende, portanto, que a renda per capita, ao final do século, provavelmente não ultrapassaria 50 dólares de poder aquisitivo atual - admitida uma população livre de 2 milhões -, sendo possivelmente o nível de renda mais baixo atingido em todo o período colonial brasileiro.

A economia brasileira possuía um conjunto sistêmico, cujo alguns se interligavam entre si e outros eram independentes. Tal conjunto circundava dois eixos fundamentais, a economia açucareira e a áurea. Articulada ao núcleo da produção açucareira, de forma cada vez mais frouxa, estava a pecuária nordestina.

Articulado ao eixo mineiro, encontrava-se o *hinterland* pecuário sulino, que se estendia de São Paulo ao Rio Grande. Esses distintos sistemas estavam ligados através do rio São Francisco, onde a “pecuária se beneficiava da meia distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens” (FURTADO, 2007, p.139).

Na região norte, dois centros independentes se desenvolviam, sendo um localizado na região do Pará, tendo como base uma economia focada no extrativismo, onde provinha da extração de produtos da floresta com utilização de mão-de-obra indígena, e outra localizada na região do Maranhão, que embora autônomo, possuía uma ligação sucinta com a região açucareira por intermédio da periferia pecuária.

Dessa forma, o único centro com independência total era o Pará. Assim, Furtado (2007, p.139) conclui que “os três principais centros econômicos – a faixa açucareira, a região mineira e o Maranhão – se interligavam, se bem que de maneira fluida e imprecisa, através do extenso *hinterland* pecuário”.

Dentre os sistemas observados, o autor informa que o que obteve maior avanço havia sido o da região do Maranhão, em especial, decorrente da atenção do governo português, em específico Pombal, pois o mesmo enfrentava uma batalha com os jesuítas, inimigos dos maranhenses³⁶. Em consequência, Pombal realizou um grande investimento, tornando o estado do Maranhão uma região apta a grandes exportações de algodão.

Tal movimento fora favorecido pela modificação no mercado mundial que ocorria paralelamente, mediante a guerra de independência dos EUA e logo em seguida pela Revolução Industrial que ocorria na Inglaterra. Dessa forma, a produção maranhense encontrou, assim, condições favoráveis a sua pequena colônia:

“[...]em cujo porto entravam um ou dois navios por ano e cujos habitantes dependiam do trabalho de algum índio escravo para sobreviver, conheceu excepcional prosperidade no fim da época colonial, recebendo em seu porto de

36 Segundo Furtado (2007, p. 139), os colonos do Maranhão eram adversários tradicionais dos jesuítas na luta pela escravização dos índios.

cem a 150 navios por ano e chegando a exportar 1 milhão de libras.” (FURTADO, 2007, p. 140).

Segundo Furtado, excetuando-se o núcleo econômico maranhense, todas as demais regiões da colônia ultrapassavam uma situação financeira caótica. Na região mineradora, a depressão se torna especialmente intensa e se estende pela primeira metade do século seguinte. Tal processo de recessão afeta indiretamente o setor pecuarista do sul, fazendo-o atravessar um período prolongado de dificuldades internas. Entretanto, uma série de fatores tornou o cenário propício à colônia ainda no começo do século XIX:

“O último quartel do século XVII e os primeiros dois decênios do seguinte estão marcados por uma série de acontecimentos políticos que tiveram grandes repercussões nos mercados mundiais de produtos tropicais. O primeiro desses acontecimentos foi a guerra de independência dos EUA, a cujos reflexos indiretos na região maranhense já nos referimos. O segundo foi a Revolução Francesa e os subsequentes transtornos nas suas colônias produtoras de artigos tropicais. Por último vieram as guerras napoleônicas, o bloqueio e o contra bloqueio da Europa, e a desarticulação do vasto império espanhol da América.” (FURTADO, 2007, p. 140).

Já em 1789, ocorre uma intensa crise no seio da colônia açucareira francesa, localizada no Haiti, originando um novo ciclo de progresso dentro da economia açucareira da coroa portuguesa:

“Nesse pequeno território estavam concentrados quase meio milhão de escravos que se revoltaram e destruíram grande parte da riqueza ali acumulada, modificando a situação do mercado do açúcar. Abre-se, assim, para a região açucareira do Brasil, nova etapa de prosperidade.” (FURTADO, 2007, p. 141).

Como efeito imediato, o valor das exportações de açúcar elevou-se ainda na etapa das guerras napoleônicas. A intensa atividade industrial inglesa durante os anos que se seguiram elevou a procura por algodão. Seguindo os passos do Maranhão, o restante do Nordeste passa a se dedicar a produção dos artigos. As dificuldades surgidas nas colônias de exploração espanholas também conferem momentânea facilidade e prosperidade ao mercado de produtos tropicais e couros:

“O valor total da exportação de produtos agrícolas praticamente duplica entre os anos 80 do século XVII e o fim da era colonial, aproximando-se dos 4 milhões de libras. Entretanto, essa prosperidade era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais.” (FURTADO, 2007, p. 142).

Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava.

Em seguida, Furtado vem a discorrer sobre o passivo colonial, a crise financeira e a instabilidade política, em especial, sobre a repercussão interna sobre os acontecimentos e instabilidades políticas advindas da Europa, que por um lado acelerou a evolução política do país, mas pelo outro, serviu de fio condutor para que fosse prolongado a etapa de instabilidades econômicas que se iniciaram com a decadência da economia mineira.

Em função da ocupação do reino de Portugal pelas tropas francesas, desaparece o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia, tornando assim, indispensável o contato direto desta com os mercados ainda acessíveis. Ocorre então o episódio de “abertura dos portos” e os tratados de 1810 que tornam a Inglaterra uma potência privilegiada, “com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais extremamente baixas, tratados esses que constituirão, em toda a primeira metade do século, uma séria limitação à autonomia do governo brasileiro no setor econômico” (FURTADO, 2007, p.143).

Com a abertura dos portos, atrelado a independência da colônia, o Brasil teve que conceder à Inglaterra vantagens que num futuro próximo o levaria a graves consequências:

“Por outro lado, os ingleses não se preocuparam em abrir mercados aos produtos brasileiros, os quais competiam com os de suas dependências antilhanas. Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar sérias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começava a governar o país.” (FURTADO, 2007, p. 145).

Cabe ressaltar a respeito do processo de independência da colônia que o Brasil conseguiu se colocar frente ao mercado europeu do qual dependia. No entanto houve uma incoerência entre os líderes da economia brasileira e os ingleses, devido ao acordo comercial que privilegiava somente a Inglaterra que possuía inúmeras vantagens econômicas sob o Brasil:

“O governo central, que enfrenta extraordinária escassez de recursos financeiros, vê sua autoridade reduzir-se por todo o país, numa fase em que as dificuldades econômicas criavam um clima de insatisfação em praticamente todas as regiões. As províncias do norte – Bahia, Pernambuco e Maranhão – atravessam um momento de sérias dificuldades econômicas. Os preços do açúcar caem persistentemente na primeira metade do século, e os do algodão, ainda mais acentuadamente. Na Bahia e em Pernambuco, e em especial no

Maranhão, a renda per capita deve haver declinado substancialmente durante esse período. Na região sul do país as dificuldades econômicas se acumularam como reflexo da decadência da economia do outro, principal mercado para o gado produzido no sul. As inúmeras rebeliões armadas do Norte e a prolongada guerra civil do extremo sul são o reflexo de empobrecimento e dificuldades.” (FURTADO, 2007, p. 146).

Dessa maneira, é no seio das tensões enfrentadas pelo governo brasileiro, frente a coroa inglesa, que surge uma nova fonte de riqueza para o país: o café. Assim, segundo Furtado “graças a essa nova riqueza forma-se um sólido núcleo de estabilidade na região central mais próxima da capital do país, o qual passa a constituir verdadeiro centro de resistência contra as forças de desagregação que atuam no Norte e no Sul.” (2007, p. 148).

Compreende-se, portanto, que o Brasil enfrentou inúmeros problemas de fundamentação grave em sua economia, acarretando em um longo processo de crise devido à queda brusca dos valores dos produtos frente ao contexto exportador somados a gestão de um governo sem experiência e uma nação ainda em processo de consolidação política:

“Observando atentamente o que ocorreu na época, comprova-se que a economia brasileira atravessou uma fase de fortes desequilíbrios, determinados principalmente pela baixa relativa dos preços das exportações e pela tentativa do governo, cujas responsabilidades se havia avolumado com a independência política, de aumentar sua participação no dispêndio nacional.” (FURTADO, 2007, p. 150).

Para que se efetivasse uma aplicação ao Brasil baseada no modelo que fora utilizado pelos Estados Unidos, sem que tal iniciativa se abastecesse somente a teoria, o autor explica que “o protecionismo surgiu nos EUA, como sistema geral de política econômica, em etapa já bem avançada do século XIX, quando as bases de sua economia já se haviam consolidado” (2007, p. 152).

Afim de melhor elucidar seu exemplo, o autor busca deixar claro que o processo de independência americano fora demasiadamente diferente o processo de independência vivido pela antiga colônia portuguesa. Esclarece que conforme citado nos capítulos V e VI, as peculiaridades da antiga colônia inglesa foram estabelecidas:

“A época de sua independência, a população norte-americana era mais ou menos da magnitude da do Brasil. As diferenças sociais, entretanto, eram profundas, pois enquanto no Brasil a classe dominante era o grupo dos grandes agricultores escravistas, nos EUA uma classe de pequenos agricultores é um grupo de grandes comerciantes urbanos dominava o país. Nada é mais ilustrativo dessa diferença do que a disparidade que existe entre os dois principais intérpretes dos ideais das classes dominantes nos dois países:

Alexander Hamilton e o Visconde de Cairu. Ambos são discípulos de Adam Smith, cujas ideias absorveram diretamente e na mesma época na Inglaterra. Sem embargo, enquanto Hamilton se transforma em paladino da industrialização, mal compreendida pela classe de pequenos agricultores norte-americanos, advoga e promove uma decidida ação estatal de caráter positivo - estímulos diretos às indústrias e não apenas medidas passivas de caráter protecionista⁸⁶ -, Cairu crê supersticiosamente na mão invisível e repete: deixai fazer, deixai passar, deixai vender”. (FURTADO, 2007, p. 153).

O método empregado pela metrópole inglesa se diferenciava por, em especial, preocupar-se em manter na colônia apenas os investimentos que não permitissem a abertura de um concorrente, mas que somasse, com o objetivo de reduzir o quantitativo de importações de origem estrangeira. Para as colônias que enfrentavam problemas para obter o recebimento de matéria-prima importada, a resolução foi encontrada sob forma de desenvolvimento para suprirem suas carências. Somado a isso, a questão naval fora de intensa importância, mediante sua localização privilegiada frente aos países europeus, incentivando assim o desenvolvimento de uma indústria voltada a construção de navios, alcançando seu ápice durante as guerras napoleônicas:

“A Guerra da Independência, cortando por vários anos todo suprimento de manufaturas inglesas, criou um forte estímulo à produção interna, que já dispunha de base para expandir-se. Logo em seguida teve início a etapa de grandes transtornos políticos na Europa, os quais criaram estímulos extraordinários para o desenvolvimento da economia norte-americana. [...] Para que se tenha ideia dessa prosperidade, basta ter em conta que de 1789 a 1810 a frota mercante norte-americana cresceu de 202 mil para 1,425 milhão de toneladas, e que todos esses barcos eram construídos no país” (FURTADO, 2007, p.154).

Apesar dos Estados Unidos se posicionarem confortavelmente no que tange ao aspecto econômico, grande parte das suas exportações ainda se encontrava dependente de itens básicos, como o algodão, grande responsável pelo avanço econômico ocorrido no curso da Revolução Industrial:

“O algodão, que chegou a representar mais da metade do valor das exportações dos EUA, constitui o principal fator dinâmico do desenvolvimento da economia norte-americana na primeira metade do século XIX. O seu cultivo permitiu a incorporação de abundantes terras férteis em Alabama, Mississipi, Louisiana, Arkansas e Flórida, as quais eram utilizadas em forma mais ou menos idêntica ao que ocorreria no Brasil com o café.” (FURTADO, 2007, p. 157).

Furtado compreender que para o Brasil obter índices de desenvolvimento semelhantes aos americanos, se fazia necessário uma demanda intensa de exportações. No entanto, a indústria brasileira não havia se desenvolvido o suficiente para abraçar tal

demanda. O país então, se via respaldado apenas pela produção e consumo interno, haja vista que os ciclos econômicos enfrentavam um grande e denso período de decadência. Na visão de Furtado:

“Condição básica para o desenvolvimento da economia brasileira, na primeira metade do século XIX, teria sido a expansão de suas exportações. Fomentar a industrialização nessa época, sem o apoio de uma capacidade para importar em expansão, seria tentar o impossível num país totalmente carente de base técnica”. (FURTADO, 2007, p. 159).

Para que fosse viável a industrialização no cenário brasileiro, fazia-se necessário a entrada em mercados já consolidados, de grande abrangência, como o contexto têxtil. Entretanto, com a queda brusca nos preços dos tecidos ingleses, o cenário dificulta a própria subsistência do ínfimo setor têxtil que já estava em curso no país. No entanto, Furtado reconhece que “dificultar a entrada no país de um produto cujo preço apresentava tão grande declínio seria reduzir substancialmente a renda real da população numa etapa em que esta atravessava grandes dificuldades” (FURTADO, 2007, p.160).

Por fim, relembra que os impasses inerentes a instauração de uma indústria têxtil modernizada no Brasil encontrariam grandes entraves, visto que, os ingleses repeliam por todos os canais a seu alcance a exportação de máquinas e afirma que “a causa principal do grande atraso relativo da economia brasileira na primeira metade do século XIX foi, portanto, o estancamento de suas exportações.” (FURTADO, 2007, p.160).

Ao levar em consideração possíveis margens de erro, o autor afirma que “durante esse período, a taxa de crescimento médio anual do valor em libras das exportações brasileiras não excedeu 0,8 por cento, enquanto a população crescia a uma taxa anual de cerca de 1,3 por cento” (FURTADO, 2007, p.160-161). Considera, portanto, que apenas o desenvolvimento do setor não relacionado ao comércio exterior – como indústria, serviços e localizados nas zonas urbanas - poderia contrabalancear o declínio no setor exportador.

Furtado segue sua abordagem referente as bases da economia brasileira por meio da análise dos seus ciclos econômicos, dando vez em seu vigésimo capítulo ao que o autor denomina como “gestão da economia cafeeira”. Informa que os ciclos econômicos anteriores não trouxeram benefícios ao Brasil e pontua que “havia decorrido três quartos de século em que a característica dominante fora a estagnação ou a decadência” (FURTADO, 2007, p.164).

Caracteriza que, a Revolução Industrial, importante marco europeu que revolucionou a indústria do mundo, surtiu pouco efeito no cenário brasileiro. A mão-de-obra africana se tornava escassa, tornando o contexto diagnosticado com sérios problemas econômicos e políticos:

“As novas técnicas criadas pela Revolução Industrial escassamente haviam penetrado no país, e quando o fizeram foi sob a forma de bens ou serviços de consumo sem afetar a estrutura do sistema produtivo. Por último, o problema nacional básico - a expansão da força de trabalho do país - encontrava-se em verdadeiro impasse: estancara-se a tradicional fonte africana sem que se vislumbrasse uma solução alternativa.” (FURTADO, 2007, p. 164-165).

O Brasil não estabeleceu nenhum fio condutor frente ao mercado de exportação. Assim, sem desenvolver técnicas particulares de produção, junto a uma política inadequada de governabilidade, viu-se refém de adentrar ao mercado externo:

“Estagnadas as exportações e impossibilitado o governo de aumentar o imposto das importações, o serviço da dívida externa teria de criar sérias dificuldades fiscais, as quais, por seu lado, contribuíram para reduzir o crédito público.” (FURTADO, 2007, p.165).

Para alcançar um índice de exportações que permitisse adentrar em uma nova etapa de desenvolvimento, fazia-se necessário um novo mercado. Para tanto, deixa claro a impossibilidade de tal opção, pois os produtos principais exportados pelo Brasil estavam seriamente defasados. Sobre o mercado açucareiro, afirma:

“[...] Já nos referimos à tendência declinante dos preços desses produtos. O mercado do açúcar tornara-se cada vez menos promissor. O açúcar de beterraba, cuja produção se desenvolvera no continente europeu na etapa das guerras napoleônicas, enraizara-se em interesses criados dentro de tradicionais mercados importadores.” (FURTADO, 2007, p. 166).

Sobre o setor exportador de algodão:

“A situação do algodão, segundo produto das exportações brasileiras no começo do século, ainda era pior do que a do açúcar. A produção norte-americana, integrada nos interesses do grande mercado importador inglês, beneficiando-se do rápido crescimento da procura interna¹⁰³, desfrutando de fretes relativamente baixos, organizada no regime escravista com mão-de-obra relativamente abundante e disposta de grande oferta de terras de primeira qualidade (que usava de forma destrutiva), dominava totalmente o mercado.” (FURTADO, 2007, p. 167).

Sobre o fumo, arroz, cacau e os couros:

“O fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos menores, cujos mercados não admitiam grandes possibilidades de expansão. No mercado dos couros pesava cada vez mais a produção do rio da Prata, e no do arroz a norte-americana, que passava por fundamentais transformações nos métodos de cultivo. O fumo perdera o mercado africano, com a eliminação do tráfico de escravos, sendo necessário orientar o produto para outras regiões. Finalmente o cacau, cujo uso apenas começava a vulgarizar-se, constituía tão-somente uma esperança.” (FURTADO, 2007, p. 168).

Isto posto, na metade do século iniciava-se um período favorável a introdução de um novo produto capaz de inserir animo ao cenário econômico brasileiro. Embora já tivesse sua produção sido iniciada no começo do século, passa então a assumir um importante papel, visto que qualquer índice de desenvolvimento durante este período ocorre estritamente por meio da produção do café:

“No primeiro decênio da independência o café já contribuía com 18 por cento do valor das exportações do Brasil, colocando-se em terceiro lugar depois do açúcar e do algodão. E nos dois decênios seguintes já passa para primeiro lugar, representando mais de 40 por cento do valor das exportações” (FURTADO, 2007, p. 169).

Inúmeros fatores favoreceram o desenvolvimento da indústria do café em solo nacional, como por exemplo, a utilização de recursos existentes de outros ciclos produtivos, como a região mineira que tinha mão de obra e o transporte que foram reutilizados do ciclo do ouro, contribuindo assim para uma expansão mais rápida e eficaz.

Na metade do século, os valores do café começaram a se reestabelecer no mercado, durante período em que o açúcar permanecia inerte, fazendo com que grande parte da mão de obra se transferisse da região norte para o sul do país. Soma-se a isso, o surgimento de uma nova classe empresarial no país, que ganha imensa relevância para a transformação do ciclo econômico no Brasil:

“Essa classe se formou inicialmente com homens da região. A cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país e os hábitos de consumo de seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração. O comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deu origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira”. (FURTADO, 2007, p. 169).

Furtado aborda em seguida a oferta interna potencial no que se refere a mão de obra. Informa que, por volta da primeira metade do século XIX a população de mão de obra escrava não alcançava a faixa de 2 milhões de indivíduos. Consequentemente, qualquer empreendimento em larga escala estaria por certo, comprometido. Complementa que, a taxa de mortalidade era maior que a taxa de natalidade destes escravos, acarretando na redução populacional, que atrelado a dificuldade de adquirir novos escravos, causou um grave problema econômico:

“Pela metade do século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse 2 milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar-se com a inelasticidade da oferta de trabalho.” (FURTADO, 2007, p. 173).

Ao apresentar índices de mortalidade superiores aos de natalidade, infere-se que as condições de vida destes escravos eram demasiadamente precárias. Os mecanismos possibilitadores de sustento na região do açúcar eram praticamente nulos, acarretando um grande tráfico interno de escravos, causando uma deficiência que agravaria a situação já calamitosa da econômica açucareira. Assim, para Furtado (2007, p.176) “eliminada a única fonte importante de imigração, que era a africana, a questão da mão de obra se agrava e passa a exigir urgente solução”.

A mão de obra disponível no Brasil, além da escrava, provinha de uma complexa relação entre proprietário de terras, trabalhadores livres e economia de subsistência:

“No caso brasileiro, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível - a terra - mediante a incorporação de mais mão-de-obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão-de-obra.” (FURTADO, 2007, p. 177).

No que se refere a mão de obra livre, não somente no sistema de subsistência existia mão de obra trabalhando sob baixa produtividade, e que podia ser considerada como reserva potencial de força de trabalho. Nas chamadas zonas urbanas se havia acumulado uma massa de população que não encontrava ocupação permanente, onde para o autor justificava-se sob o argumento de que:

“As dificuldades principais neste caso eram de adaptação à disciplina do trabalho agrícola às condições da vida nas grandes fazendas. As dificuldades de adaptação dessa gente e, em grau menor, daqueles que vinham da agricultura rudimentar do sistema de subsistência contribuíram para formar a

opinião de que a mão-de-obra livre do país não servia para a "grande lavoura". (FURTADO, 2007, p. 180).

Ainda sem soluções para a problemática, cogitou-se importar também a mão de obra asiática no regime de semisservidão, seguindo o exemplo que ocorrera nas Índias Ocidentais inglesas e holandesas:

“Pensou-se em importar mão-de-obra asiática, em regime de semi-servidão, seguindo o exemplo das índias Ocidentais inglesas e holandesas. Tão grave era, com efeito, o problema da oferta da mão-de-obra no Brasil, no terceiro quartel do século XIX, que a um homem da visão e da experiência de Mauá não ocorria melhor solução que essa da semi-servidão dos asiáticos.” (FURTADO, 2007, p. 180).

Sendo assim, Furtado parte para o segundo ponto tangente a questão da mão de obra: a imigração europeia. Explica que uma das formas encontradas para sanar os problemas elencados anteriormente pelos grandes produtores de café fora encontrado de maneira aparentemente mais acessível na imigração europeia para o Brasil, respaldando-se na experiência vivida pelos Estados Unidos. Para tanto, diferenciando-se do caso brasileiro, a imigração europeia para os Estado Unidos não tinha por objetivo a mão de obra em grandes plantações:

“A emigração europeia para os EUA nada tinha que ver com a oferta de mão-de-obra para as grandes plantações. Se bem que estivessem interligados os dois movimentos - a expansão das plantações e a corrente migratória europeia -, os mesmos constituem sem embargo fenômenos autônomos.” (FURTADO, 2007, p. 181).

Em território brasileiro, as colônias europeias criadas com esse intuito não obtiveram êxito. O governo, então patrocinador da empreitada, desde o transporte à instalação e manutenção da região, para de investir bruscamente ao não obter receita. Com isso, observava-se a desaceleração da economia local, revertendo-a a uma condição de subsistência:

“As colônias criadas em distintas partes do Brasil pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômico; tinham como razão de ser a crença na superioridade inata do trabalhador europeu, particularmente daqueles cuja "raça" era distinta da dos europeus que haviam colonizado o país. Era essa uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando, após os vultosos gastos, se deixava a colônia entregue a suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência.” (FURTADO, 2007, p. 183).

Furtado ilustra sua afirmação ao citar o caso da colonização alemã no Rio Grande do Sul, onde o governo imperial instalou sua primeira colônia em 1824, acarretando em um movimento de opinião contra a emigração para o império escravista da América, onde já em 1859 se proibia a emigração alemã para o Brasil.:

“[...]em São Leopoldo, e, depois da guerra civil, o governo da província realizou fortes inversões para retomar e intensificar a imigração dessa origem. Contudo, a vida econômica das colônias era extremamente precária, pois, não havendo mercado para os excedentes de produção, o setor monetário logo se atrofiava, o sistema de divisão do trabalho involuía e a colônia regredia a um sistema econômico rudimentar de subsistência.” (FURTADO, 2007, p. 183).

Tomando como base o grande empecilho sofrido pela economia cafeeira em relação a mão de obra, em 1842, o então senador Vergueiro dirigiu-se a Europa com a finalidade de contratar imigrantes para trabalharem em suas terras. Assim, tendo o governo financiado os custos de viagem, foram trazidas ao país oitenta famílias alemãs para trabalho direto nas terras do senador. Mediante o sucesso inédito de tal iniciativa, o exemplo fora replicado. Logo, a estrutura que vinha a se formar foi se caracterizando como um regime de semiescravidão:

“Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade. É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político”. (FURTADO, 2007, p. 185).

Entretanto, não demorou para o sistema fosse visto com olhos negativos por parte do governo alemão. No ano de 1867, um observador alemão apresentou à Sociedade Internacional de Emigração de Berlim uma exposição, na qual tinha por objetivo demonstrar que os alemães imigrados para as fazendas de café do Brasil eram submetidos a um sistema de escravidão mascarada.

Já no que tange a questão da valorização do café, Furtado observa que seu cultivo vai se tornando cada vez mais atraente. No entanto, em paralelo, ocorria uma intensificação no comércio americano de algodão, acarretando em uma grande demanda de escravos para a localidade. Sendo assim, já no início da década de 1880, os colonos passaram a utilizar-se de um sistema assalariado, no qual teriam por obrigação cuidar de

uma determinada quantidade de terra dos seus patrões, recebendo em troca um valor monetário equivalente:

“A evolução se inicia pelo sistema de pagamento ao colono. O regime inicialmente adotado era o de parceria, no qual a renda do colono era sempre incerta, cabendo-lhe a metade do risco que corria o grande senhor de terras. A perda de uma colheita podia acarretar a miséria para o colono, dada sua precária situação financeira. A partir dos anos sessenta introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida parte principal de sua renda. Sua tarefa básica consistia em cuidar de um certo número de pés de café, e por essa tarefa recebia um salário monetário anual. Esse salário era completado por outro variável, pago no momento da colheita em função do volume desta.” (FURTADO, 2007, p. 186).

Outro problema a ser resolvido seria relacionado aos custos da viagem. Assim, em 1870, o governo assumiu tais custos. Aos proprietários de terras, restava cuidar da manutenção dos colonos durante seu primeiro ano de estadia, tendo em vista que o pagamento dos salários era anual:

“A solução veio em 1870, quando o governo imperial passou a encarregar-se dos gastos do transporte dos imigrantes que deveriam servir à lavoura cafeeira. Demais, ao fazendeiro cabia cobrir os gastos do imigrante durante o seu primeiro ano de atividade, isto é, na etapa de maturação de seu trabalho. Também devia colocar à sua disposição terras em que pudesse cultivar os gêneros de primeira necessidade para manutenção da família. Dessa forma o imigrante tinha seus gastos de transporte e instalação pagos e sabia a que se ater com respeito à sua renda futura. Esse conjunto de medidas tornou possível promover pela primeira vez na América uma volumosa corrente imigratória de origem europeia destinada a trabalhar em grandes plantações agrícolas.” (FURTADO, 2007, p. 187).

Dessa forma, Furtado finaliza o seu vigésimo segundo capítulo afirmando que as bases para a formação de uma grande corrente migratória estavam lançadas (2007, p. 188).

Passando para o período do último quartel do século XIX e início do primeiro decênio de XX, Furtado pontua a respeito de outro grande movimento de população, sendo ele da região nordestina para a amazônica. A economia da região amazônica era baseada em especiarias, com destaque para o cacau como produto de maior valor. Entretanto, devido a carência na qualidade de produção, o item não obteve grande relevância no cenário econômico do Brasil. Outras especiarias da região também não tiveram êxito, em especial devido a carência na mão de obra:

“Desses produtos extrativos o cacau continuava a ser o mais importante. A forma como era produzido, entretanto, não permitia que o produto alcançasse maior significação econômica. A exportação anual média, nos anos quarenta do século XIX, foi de 2.900 toneladas, no decênio seguinte alcança 3.500 e nos anos sessenta baixa para 3.300. O aproveitamento dos demais produtos da floresta deparava-se sempre com o mesmo obstáculo: a quase inexistência de população e a dificuldade de organizar a produção com base no escasso elemento indígena local.” (FURTADO, 2007, p. 189-190).

A borracha, aqui em destaque, estava prestes a se tornar fundamental frente à nova economia mundial, devido uma forte tendência de industrialização e expansão mercadológica. Com finalidade de atingir essa demanda em ascensão, a borracha enfrentaria algumas problemáticas. A primeira seria como fazer a extração do látex (matéria-prima da borracha) de forma adequada para que sua extração seja suficiente para atender esta demanda, no entanto por ser um produto abundante na Amazônia. A segunda problemática era de maior necessidade, sendo ela a mão de obra:

“A borracha estava destinada, nos fins do século XIX começo do X, a transformar-se na matéria-prima de procura em mais rápida expansão no mercado mundial [...] Sendo a borracha um produto "extrativo" e estando o estoque de árvores então existente concentrado na bacia amazônica, o problema de como aumentar sua produção para atender a uma procura mundial crescente se afigurava extremamente difícil. Impunha-se, evidentemente, uma solução a longo prazo, porquanto era óbvio que a possibilidade de aumentar a produção de borracha extrativa na Amazônia não era muito grande. Uma vez demonstrado que uma ou mais das plantas que produzem a matéria-prima da borracha podiam adaptar-se a outras regiões de clima similar, a produção de borracha teria de desenvolver-se de preferência ali onde existisse um adequado suprimento de mão-de-obra e recursos para financiar o seu longo período de gestação.” (FURTADO, 2007, p. 191).

Em decorrência da onda econômica, o processo de extração deveria ser desenvolvido com urgência. Furtado afirma que esse processo se dividiu em duas etapas, em curto prazo uma solução de:

“[...] emergência para o problema da oferta do produto extrativo; a segunda se caracteriza pela produção organizada das bases racionais, permitindo que a oferta adquira a elasticidade requerida pela rápida expansão da procura mundial.” (FURTADO, 2007, p. 191).

Ainda na região cafeeira, a maior dificuldade a ser enfrentada continuaria a ser a mão de obra. Não existem dados disponíveis sobre a população, no entanto Furtado compara o os censos de 1872 e 1900, mencionando que a população se eleva de 329 mil para 695 mil habitantes.

Continuando no eixo das comparações, Furtado menciona que diferentemente dos imigrantes voltados a produção do café, que tinham estrutura tanto da parte do governo quanto dos cafeicultores para chegar e se estabelecer de forma segura para trabalhar, o nordestino que se dirigia a Amazônia, tinha de arcar com todo o custo relativo a transporte e moradia, endividando-se e se submetendo a um regime de servidão, atrelado a precariedade nas condições de trabalho, fazendo com que o índice de mortalidade na região fosse extremamente elevado:

“Excluídas as consequências políticas que possa haver tido, e o enriquecimento fortuito de reduzido grupo, o grande movimento de população nordestina para a Amazônia consistiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra.” (FURTADO, 2007, p.197).

Assim, ainda na temática referente as diversas formas de trabalho empregados no Brasil durante o período, Celso Furtado (2007, p.198) se debruça em seu vigésimo quarto capítulo sobre a questão da eliminação do trabalho escravo, afirmando que “mais que em qualquer outra matéria, nesta dificilmente se conseguem separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo”.

. A libertação dos escravizados, segundo o autor, era vista como prejuízo para a maioria dos senhores. Eram, portanto, vistos como riqueza, na qual com a libertação, se tornaria uma fonte de pobreza. Outros acreditavam que esse acontecimento traria a liberação de capital, pois não seria necessário dispor de uma grande quantia financeira para tal necessidade.

No caso das Antilhas, observa-se que não ocorrera grandes mudanças no cenário econômico com a abolição da escravidão, tendo em vista que a população recém liberta não detinha recursos suficientes para migrar para outra região. Dessa forma, tornavam por ficar em suas terras, revertendo-se em trabalhadores assalariados, tendo por base salarial o necessário apenas para sua subsistência. Considera-se assim que a situação não acarretava em grandes mudanças se comparado a situação de escravidão.

Já em situação diversa, onde a oferta de terras fosse abundante, os antigos escravos abandonariam as terras com o intuito de sobreviver a uma economia de subsistência, trazendo sérias dificuldades para o setor. Não sendo possível para os proprietários de terras que isso acontecesse, os mesmos acabariam por oferecer altos salários para manter a mão de obra, o que ocasionaria em uma perda considerável dos lucros.

No cenário brasileiro, ambas as situações não foram reproduzidas. No entanto, é possível afirmar que o ciclo açucareiro esteve mais próximo do primeiro cenário, enquanto o ciclo do café se aproximou da segunda suposição. Para fins ilustrativos, na década anterior a libertação do regime de escravidão, a indústria do açúcar passou por inúmeras transformações e aprimoramentos tecnológicos. A evolução do mercado açucareiro em Cuba, com pesados investimentos americanos, somada a evolução técnica e a queda na exportação, fizeram com que a busca por mão de obra ficasse bem contida. Sendo assim esse acontecimento não ocasionou efeitos significativos:

“Sem embargo, o último decênio do século se caracteriza por modificações fundamentais no mercado mundial do açúcar, como consequência da libertação política de Cuba. Inversões maciças de capitais norte-americanos foram feitas na indústria açucareira dessa ilha, a qual passou a gozar de uma situação de privilégio no mercado dos EUA. Tanto as inovações técnicas como as dificuldades de exportação contribuíram para reduzir a procura de mão-de-obra. Destarte, a contração da oferta, provocada pela abolição da escravatura, não chegou a ter consequências graves sobre a utilização dos recursos e muito provavelmente não provocou qualquer modificação sensível na distribuição da renda.” (FURTADO, 2007, p. 202).

Já na região cafeeira, a libertação ocasionou em uma redistribuição em favor da mão de obra. As reações foram diversas, e em algumas regiões, os produtores tiveram que oferecer um salário relativamente mais alto, como forma de manter sua mão de obra, tendo em vista que em outras situações ocorreu um escoamento para terras abandonadas, revertendo-se em economia de subsistência, sem graves consequências que pudessem afetar o cenário econômico:

“As vantagens que apresentava o trabalhador europeu com respeito ao escravo são demasiado óbvias para insistir sobre elas. Todavia, se bem não houve um forte incentivo para que os antigos escravos se deslocassem em massa para o planalto paulista, a situação dos mesmos na antiga região cafeeira passou a ser muito mais favorável que a daqueles da região açucareira do Nordeste. A relativa abundância de terras tornava possível ao antigo escravo refugiar-se na economia de subsistência. A dispersão, entretanto, foi menor do que se poderia esperar, talvez por motivos de caráter social e não especificamente econômicos.” (FURTADO, 2007, p. 204).

Destarte, Furtado observa o processo de abolição sob uma ampla perspectiva, comprovando que tal processo caracterizava-se como uma medida de caráter mais político do que econômico. Dessa forma, o autor compreendia que a escravidão tinha mais relevância como base de um sistema de caráter regional de poder do que como forma de organização voltada a produção. Entende que não fora observada no Brasil mudanças

substanciais que se revertessem na organização vigente da produção, ou mesmo na questão da distribuição de renda.

A segunda parte do século XIX, ganha destaque com ênfase no nível de renda e o ritmo de crescimento do Brasil. Assim, o autor inicia seu vigésimo quinto capítulo afirmando que a economia brasileira aparenta haver alcançado uma taxa relativamente alta de crescimento, com mérito especial à exportação:

“Um aumento de 214 por cento do quantum das exportações acompanhado de uma melhora de 58 por cento na relação de preços do intercâmbio significa um incremento de 396 por cento na renda real gerada pelo setor exportador”. (FURTADO, 2007, p. 206).

Segundo Furtado, o desenvolvimento em território nacional não ocorreu de maneira uniforme. Para fins de maiores esclarecimentos, dividiu o território em três grandes regiões. A primeira região abrange as regiões do nordeste, fundamentada economicamente pela produção do açúcar, algodão e economia de subsistência, criada para fornecer apoio as duas áreas de maior produção, começando no Maranhão seguindo até o Sergipe, excetuando-se a Bahia, por sua economia estar dirigida exclusivamente para a produção do cacau.

A população local da primeira região representa um terço do total do país. Se incluso a região baiana na equação, é possível aferir que chega a representar a metade do número de habitantes. De acordo com Furtado, “pode-se admitir que a população dos dois sistemas haja crescido com igual intensidade, e que a renda per capita do sistema de subsistência haja permanecido estável” (2007, p. 208), e acrescenta afirmando que, “pode-se admitir que tenha havido transferência de população do sistema exportador para o de subsistência e que a renda per capita naquele que haja sido mantido” (2007, p. 209).

A segunda região se localiza na região sul do Brasil, inserindo também o estado do Mato Grosso. Sua economia está baseada na produção interna de subsistência voltada ao mercado brasileiro. Para exemplificar, o autor cita as regiões do Paraná na produção de erva-mate e o Rio Grande do Sul com o desenvolvimento de um setor pecuário:

“O segundo sistema estava formado pela economia principalmente de subsistência, que se beneficiou indiretamente com a expansão das exportações. Encontrando um mercado dentro do país capaz de absorver seus excedentes de produção, alguns setores da economia de subsistência puderam expandir a faixa monetária de suas atividades produtivas. Na região paranaense, por exemplo, a grande expansão da produção de erva-mate para exportação trouxe um duplo benefício à economia de subsistência, em grande parte constituída de populações transplantadas da Europa no quadro de planos nacionais e provinciais da imigração subsidiada. Os colonos que se encontravam mais no interior puderam dividir seu tempo entre a agricultura de subsistência e a

extração de folhas de erva-mate, aumentando substancialmente sua renda. Os colonos mais próximos do litoral se beneficiaram da expansão do mercado urbano, expansão essa que tinha seu impulso primário no desenvolvimento das exportações [...] No Rio Grande do Sul coube o impulso dinâmico ao setor pecuário através de suas exportações para o mercado interno do país. Essas exportações; particularmente as de charque, que chegaram a constituir a metade das vendas totais do estado para os mercados interno e externo, no fim do século XIX.” (FURTADO, 2007, p. 209).

Furtado então compara esta região com a região nordestina e aponta diversas diferenças, tomando por base censos do período. Dessa forma, o autor explica que a população teve um aumento de três por cento, representando assim, durante o período analisado uma elevação de trezentos e trinta e dois por cento. Conclui que a taxa de crescimento se aproxima ao valor estimado de exportação, o equivalente a trezentos e noventa e seis por cento:

“O contraste entre a região de economia principalmente de subsistência, do sul do país, e a região nordestina transparece claramente nos dados demográficos. Entre os censos de 1872 e 1900, a população dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso aumenta 127 por cento, isto é, a uma taxa anual de 3 por cento, enquanto a dos oito estados nordestinos referidos cresce com a taxa de 1,2 por cento. Se se aplica a taxa de 3 por cento ao meio século que estamos considerando, obtém-se um crescimento de 332 por cento.” (FURTADO, 2007, p. 210).

No que se refere a terceira região, essa seria composta por toda a região cafeeira que atinge as regiões do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. A população desses estados tem um aumento gradativo de 2,2 por cento. Após realizar uma análise comparativa dos dados com outras regiões, Furtado elucida que:

“Como a quantidade de café exportado aumentou 341 por cento, e os preços do produto, 91 por cento, entre os anos 40 e o último decênio do século XIX, deduz-se que a renda real gerada pelas exportações desse artigo teria crescido à taxa anual de 4,5 por cento. Dado o crescimento da população, a taxa de aumento anual da renda real per capita seria de 2,3 por cento.” (FURTADO, 2007, p. 212).

Duas regiões de relativa importância para economia ficaram de fora da abordagem do autor e foram citados posteriormente nos parágrafos finais. A Bahia, que em 1872 era responsável por treze por cento da população total e a Amazônia, três por cento. No primeiro tinha como base o cacau e o fumo, que juntos entre os anos de 1840 e 1890 chegaram a alcançar um valor de exportação de 1.057 milhão de libras. Já a região

amazônica, teve uma alta neste mesmo período com a exportação da borracha de 0,4 por cento para quinze por cento.

Para Furtado (2007, p.216), “os dados apresentados no parágrafo anterior projetam alguma luz sobre o problema do atraso relativo da economia brasileira na etapa atual”. Destarte, tal atraso tem sua causa não somente no ritmo do desenvolvimento nacional do último século, mas sim no retrocesso que ocorreu nos últimos três quartos de século.

Afirma que o Brasil não foi capaz de se integrar as correntes que se alargavam no cenário do comércio internacional, etapa que proporcionou uma profunda transformação econômica aos países ditos como desenvolvidos, criando assim, disparidades intensas entre seus sistemas econômicos e os daquelas nações. Segundo o autor, a dinâmica no qual se insere o novo sistema é distinta. Cabe analisá-la devidamente, para que se torne possível compreender as transformações estruturais que levariam, na primeira metade do século XX, à formação no Brasil de uma economia de mercado interno.

Divide então sua análise em “dois grupos gerais: a renda dos assalariados e a renda dos proprietários”. Enquanto a renda oriunda do primeiro grupo é revertida quase que em sua totalidade para o autossustento, a segunda parte voltada ao autossustento é substancialmente menor e seu excedente é destinado para o aumento de capital.

A forma como se propaga o fluxo de renda criado pelo aumento das exportações é objeto de análise minuciosa do autor:

“Os gastos de consumo - compra de alimentos, roupas, serviços, etc. - vêm a constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes, etc. Estes últimos também transformam grande parte de sua própria renda em gastos de consumo. Destarte, a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora. Suponhamos agora que ocorra um aumento do impulso externo. Crescendo a massa de salários pagos, aumentaria automaticamente a procura de artigos de consumo. A produção de parte destes últimos, por seu lado, pode ser expandida com relativa facilidade, dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, particularmente em certas regiões em que predomina a atividade de subsistência. Desta forma o aumento do impulso externo - atuando sobre um setor da economia organizado à base de trabalho assalariado - determina melhor utilização de fatores já existentes no país¹³⁶. Demais, o aumento de produtividade - efeito secundário do impulso externo - manifesta-se fora da unidade produtora-exportadora. A massa de salários pagos no setor exportador vem a ser, por conseguinte, o núcleo de uma economia de mercado interno. Quando convergem certos fatores a que nos referiremos mais adiante, o mercado interno se encontra em condições de crescer mais intensamente que a economia de exportação, se bem que o impulso de crescimento tenha origem nesta última.” (FURTADO, 2007, p. 219).

Tendo isso em vista, observa-se que a recente rede de trabalho assalariado apresenta alguns problemas que durante a economia escravista não havia se manifestado com intensidade. Destarte, no vigésimo sétimo capítulo busca-se analisar a tendência ao desequilíbrio externo observados no Brasil em seu novo parâmetro econômico. Assim, a esse tipo de economia, uma das maiores problemáticas “consistiria na impossibilidade de adaptar-se às regras do padrão-ouro, base de toda a economia internacional no período que aqui nos ocupa.” (FURTADO, 2007, p.223).

Esse sistema tinha como princípio o pressuposto de que todo país deveria possuir uma reserva de metais em quantias suficientes para atender qualquer carência de sua balança de pagamento. O impasse seria de que todos os países deveriam participar desse rateio de acordo com sua participação no comércio exterior. O principal questionamento de Furtado no capítulo vem a ser sobre como tais regimentos poderiam ser utilizados em um país cujo a fonte de renda gira em torno de uma pauta de exportações voltado aos produtos primários:

“Ora, um país exportador de produtos primários tinha, como regra, uma elevada participação relativa no comércio internacional, isto é, seu intercâmbio per capita era relativamente muito maior que sua renda monetária per capita. Por outro lado, sua economia - pelo fato mesmo de que dependia muito mais das exportações - estava sujeita a oscilações muito mais agudas.” (FURTADO, 2007, p. 223).

Em uma economia no qual o número de importações fosse o mínimo necessário, sendo consideravelmente inferior ao valor de exportação, um desequilíbrio na balança seria facilmente ressarcido pelo comércio interno, sem gerar grandes consequências.

No entanto, quando a quantidade de importações é igual ou superior ao número de exportações, esse desequilíbrio abala o sistema, pois vem a exigir uma intensa retirada de circulação monetária do mercado interno. Assim sendo, os valores dos produtos exportados também sofrem uma queda considerável no preço. Além disso, deve ser considerado também as relações estabelecidas entre as exportações e as finanças públicas, pois estas têm como principal fonte de renda os impostos arrecadados sob essas transações:

“Numa economia do tipo da brasileira do século XX, o coeficiente de importações era particularmente elevado, se se tem em conta apenas o setor monetário, ao qual se limitavam praticamente as transações externas. Por outro lado, os desequilíbrios na balança de pagamentos eram relativamente muito mais amplos, pois refletiam as bruscas quedas de preços das matérias-primas no mercado mundial. Por último, caberia ter em conta as inter-relações entre o

comércio exterior e as finanças públicas, pois o imposto das importações era a principal fonte de renda do governo central.” (FURTADO, 2007, p. 225-226).

Furtado considera que o mais importante é entender que a quando a crise se instalou nos centros industriais, houve uma queda nos preços dos produtos primários, diminuindo abruptamente a entrada de divisas no país de economia dependente:

“Nas economias dependentes a crise se apresenta de forma totalmente distinta, tendo início com uma queda no valor das exportações, em razão de uma redução, seja no valor unitário dos produtos exportados, seja nesse valor e no volume total das exportações. É necessário que passe algum tempo para que a contração do valor das exportações exerça seu pleno efeito sobre a procura de importações, sendo, portanto, de esperar que se crie um desequilíbrio inicial na balança de pagamentos. Por outro lado, a queda dos preços das mercadorias importadas (produtos manufaturados) se faz mais lentamente e com menor intensidade que a dos produtos primários exportados, isto é, tem início uma piora na relação de preços do intercâmbio. A esses dois fatores vêm acumular-se os efeitos da rigidez do serviço dos capitais estrangeiros e a redução na entrada desses capitais'. Em tais condições, é fácil prever as imensas reservas metálicas que exigiria o pleno funcionamento do padrão-ouro numa economia como a do apogeu do café no Brasil. À medida que a economia escravista-exportadora era substituída por um novo sistema, com base no trabalho assalariado, tornava-se mais difícil o funcionamento do padrão-ouro.” (FURTADO, 2007, p. 228-229).

Pontua, em tom crítico, que o Brasil submeteu seu sistema econômico as regras monetárias vigentes no continente europeu que “que derivava de uma fé inabalável nos princípios de uma doutrina sem fundamento na observação da realidade” (2007, p.230), se estendendo pelas próximas três décadas do século XX.

Tendo isso em vista, debate acerca da defesa do nível de emprego e construção da renda sob o contexto no qual o Brasil agora passava a possuir um quantitativo de mão de obra suficientemente extensivo, com capacidade de suprir todas as necessidades do mercado voltado a produção do café. A consequente alteração salarial ocasionava, por meio da transferência de mão de obra a economia de subsistência, a transformação em economia exportadora. Sendo assim, os proprietários do ramo cafeeiro podiam reverter todo o lucro obtido em seu favor. Entretanto, segundo Furtado explica a situação favorável do Brasil diante da produção cafeeira não gerava nenhum incentivo aos cafeicultores no que tange a melhoria dos métodos voltados ao cultivo:

“Transformando-se qualquer aumento de produtividade em lucros, é evidente que seria sempre mais interessante produzir a maior quantidade possível por unidade de capital, e não pagar o mínimo possível de salários por unidade de produto. A consequência prática dessa situação era que o empresário estava sempre interessado em aplicar seu capital novo na expansão das plantações,

não se formando nenhum incentivo à melhora dos métodos de cultivo.” (FURTADO, 2007, p. 234).

Furtado analisa que tal situação ocorria especialmente devido a fartura de terras produtivas:

“É evidente que se esta fosse escassa, concluída sua ocupação os empresários seriam induzidos a melhorar os métodos de cultivo e a intensificar a capitalização para aumentar os rendimentos. [...] As condições econômicas em que se desenvolvia a cultura do café não criavam, portanto, nenhum estímulo ao empresário para aumentar a produtividade física, seja da terra, seja da mão-de-obra por ele utilizadas.” (FURTADO, 2007, p. 234).

O setor exportador cafeeiro não apresentou, devido à sua expansão, nenhuma tendência que indicasse o aumento da sua produtividade física. Os frutos do aumento de produtividade, ocasionavam as elevações ocasionais de preços. Tais elevações de preços se manifestavam por meio do ciclo econômico, sendo, portanto, de esperar que as crises agiam de forma exógena com impactos de grandes proporções:

“[...] o empresário devolvesse, na forma de lucros mais baixos, aquilo que ganhara em lucros extraordinários na etapa cíclica favorável. As flutuações dos preços de exportação se traduziriam, dessa maneira, em contrações e expansões da margem de lucro do empresário. Entretanto, assim não ocorria, por motivos mais ou menos óbvios. Já observamos que a contração cíclica trazia consigo, quase necessariamente, um desequilíbrio na balança de pagamentos, cuja correção se fazia por meio de reajustamentos na taxa cambial.” (FURTADO, 2007, p. 239).

Considerando que a melhoria da produtividade econômica obtida por meio da alta cíclica ficava sob posse dos empresários, as fases de maior prosperidade seriam dotadas de uma maior concentração de renda. Na etapa correspondente a decadência de tal ciclo, ocorria uma queda na produtividade econômica no setor exportador e é durante o período de baixa que os prejuízos tendiam a ficar em maior parte por conta dos empresários:

“Por sua própria natureza, a plantação de café significa uma inversão a longo prazo com grandes imobilizações de capital. [...] O abandono da plantação de café significaria para o empresário um grande prejuízo, dado o montante do capital imobilizado. [...] Dada a natureza da atividade econômica, a única forma de lograr, a curto prazo, aumentos de produtividade física seria cortando na folha de salários, o que não constituía uma solução do ponto de vista do conjunto da coletividade”. (FURTADO, 2009, p. 240).

Na economia dependente, a crise se apresentava como algo imensurável, imposto de fora para dentro. As contorções que realizava essa economia, para defender-se da

pressão esmagadora que vinha do exterior, não mantinham nenhuma similaridade com as ações e reações que se processavam na economia industrializada nos períodos de depressão e recuperação.

Assim, entende-se que o mais relevante em períodos instáveis seria a manutenção dos índices de empregabilidade, já que do ponto de vista coletivo, seria necessário a manutenção dos níveis de exportações:

“Explica-se, portanto, que a economia procurasse por todos os meios manter o seu nível de emprego durante os períodos de depressão. Qualquer que fosse a redução no preço internacional do café, sempre era vantajoso, do ponto de vista do conjunto da coletividade, manter o nível das exportações. Defendia-se, assim, o nível de emprego dentro do país e limitavam-se os efeitos secundários da crise. Sem embargo, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que o impacto da crise não se concentrasse nos lucros dos empresários, pois do contrário parte destes últimos seria forçada a paralisar suas atividades por impossibilidade financeira de enfrentar maiores reduções em suas receitas.” (FURTADO, 2007, p. 240-241).

Iniciando o vigésimo nono capítulo, o autor o intitula de “*a descentralização republicana e a formação de novos grupos de pressão*”. Dá seu ponto de partida por meio de uma análise sobre o processo de depreciação cambial. Informa que de um lado ocorria uma troca entre as economias baseadas no sistema de subsistência e exportação, onde o principal beneficiário em tal intercâmbio viria a ser o setor exportador. Por outro lado, infere que havia relevantes transferências dentro do próprio setor, visto que os assalariados transformavam em consumo seu capital, elevando assim, a demanda por tais produtos:

“Por um lado, havia transferências entre o setor de subsistência e o exportador, em benefício deste último, pois os preços que pagava o setor de subsistência pelo que importava cresciam relativamente aos preços que pagava o setor exportador pelos produtos de subsistência. Por outro lado, havia importantes transferências dentro do próprio setor exportador, uma vez que os assalariados rurais empregados neste último, se bem que produzissem boa parte de seus próprios alimentos, recebiam em moeda a principal parte de seu salário e consumiam uma série de artigos de uso corrente que eram importados ou semimanufaturados no país com matéria-prima importada.” (FURTADO, 2007, p. 242).

O resultado da baixa na distribuição de renda gerado pela depreciação cambial apresentava piores consequências devido ao funcionamento das finanças públicas, onde “o imposto às importações, base da receita do governo central, era cobrado a uma taxa fixa de câmbio” (FURTADO, 2007, p. 245). Consequentemente, o valor do ouro da receita caía, acarretando em um sério problema, afinal, o governo tinha por obrigação

importantes compromissos para quitar em ouro. Assim, o governo via-se obrigado a emitir papel moeda para que pudesse manter os serviços públicos essenciais:

“A redução do valor em ouro da receita governamental era tanto mais grave quanto o governo tinha importantes compromissos a saldar em ouro. Ao depreciar-se o câmbio, o governo era obrigado a dedicar uma parte muito maior de sua receita em moeda nacional ao serviço da dívida externa. E, em consequência, para manter os serviços públicos mais indispensáveis, via-se obrigado a emitir moeda-papel.” (FURTADO, 2007, p. 245).

De acordo com Celso Furtado “o sistema monetário de que dispunha o país demonstrava ser totalmente inadequado para uma economia baseada no trabalho assalariado.” (2007, p. 245). Observara-se que o governo imperial seria incapaz de inserir no país um sistema monetário adequado, além de se classificar-se como ineficiente no que tange as principais tensões que se iniciavam nas principais regiões do país, devido a:

“No Norte e no Sul as formas de organização social eram as mesmas, as classes dirigentes falavam a mesma linguagem e estavam unidas em questões fundamentais, como fora o caso da luta pela manutenção do tráfico de escravos. Nos últimos decênios do século as divergências começam a aprofundar-se. A organização social do sul transformou-se rapidamente, sob a influência do trabalho assalariado nas plantações de café e nos centros urbanos, e da pequena propriedade agrícola na região de colonização das províncias meridionais.” (FURTADO, 2007, p. 246-247).

Por certo, se de uma perspectiva, a descentralização republicana inseriu maior flexibilidade político-administrativa ao governo no campo econômico, em razão do benefício dos interesses agrícola-exportadores, por outro lado a ascensão política de novos grupos sociais facilitada pelo regime republicano, cujas rendas não derivavam da propriedade, ocasionaram a redução significativa do controle que antes era exercido pelo pequeno grupo agrícola-exportador sob o governo. Dessa forma, inicia-se um período marcado por grandes tensões entre os níveis estaduais e federal do governo, que se estende pelas próximas décadas do século XX.

4.3.5. PARTE V – ECONOMIA DE TRANSIÇÃO PARA UM SISTEMA INDUSTRIAL – SÉCULO XX

A última década do século XIX foi o palco de um cenário favorável ao aumento da produção do café em solo brasileiro. Em grande parte, tal momento ocorre devido a queda acentuada da produção em outros países, somados a descentralização republicana que fomentou a imigração para os estados, favorecendo consideravelmente os produtores

de café. Além disso, a inflação de crédito cooperou para proporcionar linhas crédito para a aquisição de novas terras:

“[...]proporcionou o crédito necessário para financiar a abertura de novas terras e elevou os preços do produto em moeda nacional com a depreciação cambial. A produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões.” (FURTADO, 2007, p. 251).

Entretanto, de acordo com o autor, era de se esperar que a elasticidade da oferta de mão de obra junto a abundância de terras voltadas ao cultivo, indicassem claramente a tendência a queda dos preços no longo prazo, ainda sob a continuidade das inversões em estradas de ferro, portos e meios de transporte marítimo que se iam avolumando no último quarto do século passado. Devido a tais fatores, a produção brasileira voltada ao café controlaria mais da metade da oferta global, onde se constatou a superprodução brasileira de café nos anos iniciais do século XX:

“As condições excepcionais que oferecia o Brasil para essa cultura valeram aos empresários brasileiros a oportunidade de controlar três quartas partes da oferta mundial desse produto. Essa circunstância é que possibilitou a manipulação da oferta mundial de café, a qual iria emprestar um comportamento todo especial à evolução dos preços desse artigo”. (FURTADO, 2007, p. 252).

Ao ser comprovada a primeira crise de superprodução, “pois de 1893 a 1899, a crise que se instalou nos EUA influenciou em uma crise mundial, a qual foi particularmente agravada nos dois últimos anos desse período” (FURTADO, 2007, p.253) os grandes produtores nacionais, observando com atenção o contexto extremamente favorável que havia se formado, retiveram parte da produção para acompanhar as demandas do mercado internacional, criando assim uma espécie mecanismo de defesa contra a baixa de preços. Em suma, a partir da crise de 1896, começaram a declinar os preços no mercado mundial, reduzindo o valor médio da saca de café exportada, elevando também os níveis de pânico social, ocasionando na adoção de uma política que pendesse a recuperação das taxas cambiais:

“O valor médio da saca exportada em 1896 foi 2,91 libras, contra 4,09 naquele ano. Em 1897 ocorreu nova depressão no mercado mundial, declinando os preços nos dois anos seguintes até alcançar 1,48 libra em 1899. Se os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio de depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897, tornou impraticável insistir em novas depreciações. Já assinalamos que essa excessiva pressão levou a uma crescente intranquilidade

social e finalmente à adoção de uma política tendente à recuperação da taxa de câmbio.” (FURTADO, 2007, p. 253).

Para Furtado (2007, p. 253) “nessa etapa em que se fazia impraticável apelar para o mecanismo cambial, a fim de defender a rentabilidade do setor cafeeiro, configura-se o problema da superprodução”. As sacas de café, que se acumulavam com o passar dos anos, pesavam sobre os preços praticados, convertendo-se em uma perda de lucratividade permanente de renda para os principais produtores do insumo. Sob tal perspectiva, é celebrado em fevereiro de 1906, na cidade de Taubaté, as bases da política de valorização do café, que consistia em:

“a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações.” (FURTADO, 2007, p. 253-254).

Os produtores brasileiros, mediante política de retenção de estoques, obtiveram considerada estabilização e eficiência até meados da terceira década do século XX. Ainda durante o período, entre os anos de 1925 e 1929 a produção de café aumentou em cem por cento. O Brasil conseguiu manter suas exportações estabilizadas, elevando o preço para o mercado mundial, revertendo sua lucratividade na fomentação de novas plantações.

Para Furtado, configurou-se um novo cenário denominado de “desequilíbrio estrutural” da oferta e procura, já que os produtores só exportavam dois terços da produção, mas continuavam investindo em expandir suas terras:

“A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. A procura, por outro lado, continuava a evoluir dentro das linhas tradicionais de seu comportamento. Se se contraía pouco nas depressões, também pouco se expandia nas etapas de grande prosperidade. Com efeito, não obstante a grande elevação da renda real, ocorrida nos países industrializados no decênio dos vinte, essa prosperidade em nada modificaria a dinâmica própria da procura de café, a qual cresce lenta, mas firmemente com a população e a urbanização”. (FURTADO, 2007, p. 257).

Furtado avança em sua análise, agora na busca pelo fator que tornou o processo que ocorrera dentro da economia cafeeira, classificado como equivocado, sem retirar seu contexto inegavelmente audacioso. Na opinião do autor, o equívoco da política adotada

seria em não observar que o produto cafeeiro não poderia ser comparado com um industrial, somados ao “erro” na política de valorização do produto sem a redução previa na produção. Além disso, para Furtado, outro equívoco cometido pelos produtores, foi o de não aquecer a redução dos preços, pois, optando por tal alternativa, manteriam consigo o *status* de semimonopolistas:

“O equilíbrio entre oferta e procura dos produtos coloniais obtinha-se, do lado desta última, quando se atingia a saturação do mercado, e do lado da oferta quando se ocupavam todos os fatores de produção – mão-de-obra e terras - disponíveis para produzir o artigo em questão. Em tais condições era inevitável que os produtos coloniais apresentassem uma tendência, a longo prazo, à baixa de seus preços. Manter elevado o preço do café de forma persistente era criar condições para que o desequilíbrio entre oferta e procura se aprofundasse cada vez mais. Para evitar essa tendência teria sido necessário que a política de defesa dos preços houvesse sido completada por outra de decidido desestímulo às inversões em plantações de café.” (FURTADO, 2007, p. 258).

Dentro desse cenário, Furtado inicia uma contextualização a respeito dos mecanismos de defesa nacionais frente ao contexto da consagrada crise de 1929. Antes de iniciar, o autor decide contextualizar o leitor a respeito da situação da economia cafeeira até o determinado período. Informa que a produção poderia ser encontrada em níveis altos e continuavam crescendo, mediante a expansão de terras cultiváveis por parte dos produtores. Em consequência, estimava-se que a produção máxima seria alcançada em 1933, ou seja, no ponto mais baixo da depressão, como reflexo das grandes plantações de 1927 e 1928. No entanto, era impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, afinal, o mercado internacional de capitais se encontrava em crise e o crédito fornecido pelo governo desapareceu com o sumiço das reservas.

Ora, em primeira instância, o mais viável a se fazer aparentava ser o abandono dos cafezais. No entanto, o maior problema seria decidir quem pagaria pela perda. Ou seja, abandonar as plantações sem conceder indenização aos produtores consistia em fazê-los sentir uma perda ainda maior. Sendo assim, a classe dirigente cafeeira decide pela baixa no preço do produto, a fim de assumir coletivamente tal perda.

Em sequência, optou-se pela estratégia lógica de destruição dos excedentes da produção cafeeira, já que a demanda do mercado se mantinha em níveis abaixo dos de produção. Além disso, durante toda a década de 1930, ocorre uma queda constante nos valores praticados pelo café, enquanto os produtos primários, como o açúcar e o cobre, tendem a aumentar:

“A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender. À primeira vista parece um absurdo colher o produto para destruí-lo. Contudo, situações como essa se repetem todos os dias na economia de mercados. Para induzirem o produtor a não colher, os preços teriam que baixar muito mais, particularmente se se tem em conta que os efeitos da baixa de preços eram parcialmente anulados pela depreciação da moeda. Ora, como o que se tinha em vista era evitar que continuasse a baixa de preços, compreende-se que se retirasse do mercado parte do café colhido para destruí-lo. Obtinha-se, dessa forma, o equilíbrio entre a oferta e a procura em nível mais elevado de preços.” (FURTADO, 2007, p. 266-267).

Furtado afirma que, apesar de a baixa nos preços ocasionar em desemprego nos Estados Unidos, durante o período de crise, essa situação não se repetia no Brasil, já que o prejuízo que se tinha na destruição dos excedentes da produção do café não superava a renda que se criava com essa estratégia:

“A diferença está em que nos EUA a baixa de preços acarretava enorme desemprego, ao contrário do que estava ocorrendo no Brasil, onde se mantinha o nível de emprego se bem que se tivesse de destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes.” (FURTADO, 2007, p. 271).

É possível compreender que as estratégias adotadas pelo Brasil foram eficazes de tal maneira que ultrapassaram as estratégias adotadas pelos países industrializados. Dito isso, em 1933, Furtado expõe que a renda nacional brasileira já se reerguia, enquanto que nos Estados Unidos os sinais de melhoras só começaram a aparecer por volta de 1934. Além disso, o Brasil não foi atingido por inversões líquidas negativas, ao contrário dos demais países:

“Explica-se, assim, que já em 1933 tenha recomeçado a crescer a renda nacional no Brasil, quando nos EUA os primeiros sinais de recuperação só se manifestam em 1934. Na verdade, no Brasil, em nenhum ano da crise houve inversões líquidas negativas, fato que ocorreu nos EUA e como regra geral em todos os países. Já em 1933 as inversões líquidas brasileiras alcançavam 1 milhão de contos, às quais cabia adicionar 1,1 milhão de estoques de café acumulados. Estava-se, portanto, a 2,1 milhões, valor que se aproximava do montante das inversões líquidas de 1929. Ora, os 2,3 de 1929 representavam 9 por cento do produto líquido desse ano, enquanto os 2,1 de 1933 constituíam 10 por cento do produto líquido deste último ano. O impulso de que necessitava a economia para crescer já havia sido recuperado.” (FURTADO, 2007, p. 272).

Semelhanças não ocorriam com a retenção de estoques financiada de dentro do país, se a base de tal financiamento fosse uma expansão de crédito. Assim, a “compra do

café para acumular representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas” (FURTADO, 2007, p. 191).

Em tais situações, “é muito mais importante criar procura efetiva, a fim de introduzir a utilização da capacidade produtiva ociosa, do que aumentar essa capacidade produtiva.” (FURTADO, 2009, p. 191).

Sendo assim, o incremento das importações promovido pela inversão em estoque de café, em condições normais, não excederia o valor desses estoques, com garantia cambial de cem por cento. Com o advento da crise de 1920, o domínio da produção de café perdeu uma garantia de cinquenta por cento da sua potência. Os investidores que abriram mão de injetar seus recursos no café, migraram para outros tipos de investimentos, sendo sua maioria captado pelos produtores de algodão.

Em breve apanhado da crise, o autor explica que não fora no ano consecutivo ao ápice do colapso de 1929 que se iniciou uma reação nos valores de importação. Afirmou que em 1937 ainda não haviam sido recuperados os valores que movimentavam a economia antes do agravante. A produção agrícola também reagiu e teve um crescimento sutil. O escritor busca esclarecer que, que a reação não veio exclusivamente por estímulo externo, pois se assim fosse o país não teria se recuperado tão rapidamente da crise.

Nas palavras de Furtado, o principal condutor dinâmico, nos anos sucessivos a grande crise, passa a ser o mercado interno:

“Contudo, o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno. A produção industrial, que se destinava em sua totalidade ao mercado interno, sofre durante a depressão uma queda de menos de 10 por cento, e já em 1933 recupera o nível de 1929. A produção agrícola para o mercado interno supera com igual rapidez os efeitos da crise. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns aumentar, sua taxa de rentabilidade.” (FURTADO, 2007, p. 283).

O reestabelecimento da economia aconteceu de forma rápida e estável, tendo a produção industrial uma evolução próxima a cinquenta por cento entre os períodos de 1929 e 1937 e a produção primária cresceu cerca de quarenta por cento:

“Na economia tipicamente exportadora de matérias-primas a concorrência entre produtores internos e importadores era quase inexistente. As flutuações na taxa cambial comprimiam a procura de um ou de outro setor, mas não determinavam modificações estruturais na oferta. Ao começarem a concorrer os dois setores, as modificações na taxa cambial passaram a ter repercussões demasiado sérias para que fossem abandonadas às contingências do momento” (FURTADO, 2007, p. 284).

Para Furtado (2007, p. 284), perdeu-se “um dos mecanismos de ajuste mais amplos de que dispunha a economia e ao mesmo tempo um dos instrumentos mais efetivos de defesa da velha estrutura econômica com raízes na era colonial”. Com consequências drásticas, a perda desse mecanismo corresponde a grande parte das modificações estruturais que continuarão a acontecer. Assim, ao tentar atravessar a crise de 1930, a economia do Brasil sacrificou partes essenciais de seu mecanismo, desajustando-se e ocasionando serias tensões com o início da economia de guerra da primeira metade da década seguinte.

Furtado resume então seu capítulo anterior fazendo referência ao fato de que a alta da taxa de câmbio, que diminuiu o poder de compra externa da moeda brasileira, barateou o preço relativo das mercadorias que eram produzidas internamente, promovendo assim o desenvolvimento industrial no Brasil na década de 1930:

“[...]a baixa do coeficiente de importação havia sido obtida, nos anos trinta, à custa de um reajustamento profundo dos preços relativos. A alta da taxa cambial reduziu praticamente à metade o poder aquisitivo externo da moeda brasileira e, se bem houve flutuações durante o decênio nesse poder aquisitivo, a situação em 1938-1939 era praticamente idêntica à do ponto mais agudo da crise. Esta situação permitirá um amplo barateamento relativo das mercadorias de produção interna, e foi sobre a base desse novo nível de preços relativos que se processou o desenvolvimento industrial dos anos trinta. “(FURTADO, 2007, p. 286).

Considera que a taxa cambial passa a ter um papel fundamental no nível de preços relativos, deixando o sistema econômico brasileiro refém das flutuações cambiais da época. Possíveis perdas ocasionadas pela baixa nos preços relativos de mercadorias importadas gerava desconfiança aos investidores ligados ao mercado interno, reduzindo assim as inversões na produção manufatureira local:

“A possibilidade de perdas de grandes proporções, ocasionadas pelo brusco barateamento das mercadorias concorrentes importadas, desencorajaria as inversões no setor ligado ao mercado interno. Não era por outra razão que as economias mais desenvolvidas se haviam submetido ao delicado e dispendioso mecanismo do padrão-ouro, que fazia solidários a todos os sistemas nacionais de preços. Já vimos que para uma economia tipicamente exportadora de matérias-primas o regime do padrão-ouro se apresentava impraticável.” (FURTADO, 2007, p. 287).

Tendo por finalidade, evitar problemas gerados pela flutuação cambial, como, por exemplo, um eventual prejuízo ao setor do café mediante valorização da moeda nacional,

ou mesmo o barateamento das mercadorias importadas gerando uma concorrência externa com o setor manufatureiro local, o governo brasileiro optou por fixar a taxa cambial:

“Criou-se, em consequência dessa política, uma situação algo paradoxal. No momento em que o mercado mundial se transformava de forma crescente em um mercado de vendedores, isto é, enquanto aumentava o número de compradores e diminuía a oferta de mercadorias, o Brasil fixava o valor externo de sua moeda em um nível de preços relativos que refletia a situação do decênio anterior, no qual havia sido necessário baixar o valor externo da moeda para recuperar o equilíbrio na balança de pagamentos. Essa situação iria favorecer enormemente as atividades ligadas ao mercado externo.” (FURTADO, 2007, p. 288-289).

Destarte, os grandes acúmulos monetários ocasionados pelos saldos positivados da balança de pagamentos, tendenciados pela guerra, empurravam a taxa de câmbio. Como explicitado anteriormente, a economia brasileira estava operando à plena utilização de sua capacidade produtiva e o desequilíbrio entre o nível de renda monetária e a oferta de bens e serviços se mantinha e a elevação do nível de preços tornou-se inevitável, refletindo nos custos do setor exportador.

Conforme informa o autor, nível geral de preços entre 1929 e 1939 subiu apenas trinta e um por cento, sendo que entre 1940 e 1944 ocorre aumento de oitenta e seis. Com isso, é possível compreender que a inflação já se alastrava pelo cenário nacional em tal período. Ademais, a renda criada no setor exportador não tinha contrapartida com a redução das importações. Acrescenta-se ainda que a economia continuava produzindo café numa quantidade muito superior a demanda interna e externa, gerando um estoque de aproximadamente um bilhão de cruzeiros em 1942 com deficit governamental chegando a um bilhão e meio de cruzeiros, gerando uma “uma magnífica base de operação para o sistema bancário expandir os meios de pagamentos, os quais aumentaram, entre 1942 e 1943, em cerca de 60 por cento” (FURTADO, 2007, p.290).

Ocorreu tentativas por parte do governo brasileiro para fomentar a proteção do setor exportador com a fixação da taxa cambial. Entretanto, tal tentativa gerou efeitos reverso, tendo em vista que a elevação no nível interno de preços ocasionou um aumento no custo de produção do setor exportador, excluindo-se assim, a rentabilidade excedente inerente ao processo de fixação da taxa cambial:

“A fixação da taxa cambial foi, conforme assinalamos, uma forma de proteger o setor exportador contra à pressão que as reservas cambiais acumuladas exerciam no sentido de valorização da moeda brasileira, e, portanto, de baixa dos preços em cruzeiros das mercadorias exportadas. Entretanto, concorrendo para manter elevado o nível da renda monetária, esse mecanismo de defesa

desencadeou outros processos que tiveram efeitos inversos. A rápida ascensão dos preços teve evidentemente que repercutir sobre os custos no setor de exportação. Desde o momento em que se fixou a taxa do câmbio, o setor exportador encontrou-se capacitado para reter a totalidade do aumento dos preços no mercado exterior”. (FURTADO, 2007, p. 298).

Entretanto, ainda nesse período, os preços de exportação se mantinham a frente do nível de preços interno, acarretando em um ganho para a exportação nacional. Enquanto os preços internos e de exportação se elevam com bastante rapidez de 1939 até 1949, os preços de importação se elevavam de maneira tímida. Gerou-se assim, um barateamento no valor dos produtos importados, encaminhando-se em direção contrária a política econômica de substituição de importações, que havia gerado o desenvolvimento industrial da economia brasileira nos anos 1930, onde de acordo com o autor “se reduzissem relativamente os preços de importação, o coeficiente subiria rapidamente, mas subiria criando novos desequilíbrios na economia” (FURTADO, 2007, p.299).

Dessa forma, segundo Celso Furtado, já no início de seu trigésimo quarto capítulo na quinta parte de *Formação Econômica do Brasil*, seria considerado natural que os desejos de importação demonstrados pela população tendessem a elevar-se acima das reais possibilidades de pagamento no exterior:

“Ao liberarem-se as importações no pós-guerra e ao regularizar-se a oferta externa, o coeficiente de importações subiu bruscamente, alcançando, em 1947, 15 por cento. Aos observadores do momento, esse crescimento relativo das importações pareceu refletir apenas a compressão da procura nos anos anteriores. Tratava-se, entretanto, de um fenômeno muito mais profundo. Ao restabelecer-se o nível de preços relativos de 1929, a população novamente pretendeu voltar ao nível relativo de gastos em produtos importados, que havia prevalecido naquela época. Ora, uma tal situação era incompatível com a capacidade para importar. Essa capacidade em 1947 era praticamente idêntica à de 1929, enquanto a renda nacional havia aumentado em cerca de 50 por cento. Era, portanto, natural que os desejos de importação manifestados pela população (consumidores e inversionistas) tendessem a superar em escala considerável as reais possibilidades de pagamento no exterior.” (FURTADO, 2007, p. 302).

Dessa forma, com o objetivo de controlar a deficiência do sistema econômico de exportação, duas providências poderiam ser tomadas, sendo elas “desvalorizar substancialmente a moeda ou introduzir uma série de controles seletivos das importações” (FURTADO, 2007, p. 302-303), tendo sido a última opção considerada mais adequada, com grandes influências no curto prazo. Como consequência, a quantidade de produtos importados deveria ser reduzida, beneficiando assim o setor industrial, que durante o

período de 1945 e 1951 cresceu cerca de cinquenta e quatro por cento e também para o conjunto da população, por meio de uma baixa relativa de preços:

“Entre 1945 e 1950, por exemplo, o nível dos preços de importação elevou-se em apenas 7 por cento, enquanto o nível de preços dos produtos manufaturados no país, preços de produtor, se elevava em 54 por cento. Compreende-se, assim, que as importações de equipamentos industriais tenham crescido em 338 por cento, entre 1945 e 1951, conquanto o total das importações aumentasse apenas em 83 por cento. O setor industrial não reteve a totalidade do benefício que a situação cambial lhe proporcionou. Ao aumentar a produtividade, as indústrias transferiram parte do fruto dessa melhora para o conjunto da população, através de uma baixa relativa de preços.” (FURTADO, 2007, p. 304).

Tal período não deve ser compreendido como uma redistribuição de renda em função de apenas de um setor, pois “o índice de preços de exportação e o de preços pagos ao produtor agrícola de setor exportador cresceram mais que o índice geral de preços da economia, durante todo o período que se inicia em 1939” (FURTADO, 2007, p. 307). Dessa forma, segundo Furtado:

“O benefício que usufruíram os empresários industriais através das importações a baixos preços dos equipamentos e das matérias-primas representa o fruto, não de uma redistribuição de renda no sentido estático, e sim de uma apropriação por aqueles empresários de parte substancial do aumento da renda real da coletividade, que resultou da melhora na relação de preços do intercâmbio externo” (FURTADO, 2007, p. 308).

Ainda, Furtado assegura que, caso a medida escolhida tivesse sido a desvalorização da moeda, as importações de manufaturas de consumo teriam se reduzido em menor quantidade. Conclui, portanto, que a política inserida resultou em um reajuste na renda:

“Se o reajustamento do coeficiente de importações tivesse sido feito, não através de controles seletivos diretos, e sim por meio de uma desvalorização monetária, é óbvio que as importações de manufaturas de consumo ter-se-iam reduzido em menor escala. Sendo assim a política adotada proporcionou um reajuste da renda.” (FURTADO, 2007, p. 309).

Furtado esclarece em sua linha de pensamento que o controle sob rigor que fora imposto as importações nacionais e a política cambial promoveram a aceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira. Aprofunda-se ainda mais, ao informar que o aumento na capitalização e a melhora nas expectativas dos empresários industriais em relação à rentabilidade de suas inversões, devido à taxa cambial fixa e a perspectiva de aumento relativo no nível de preços internos sobre o nível de preços externos, barateando

o custo dos equipamentos de produção – que eram importados – quando se elevaram os preços internos acima das expectativas, o custo relativo dos equipamentos baixou ainda mais.

Assim, a elevação crescente do nível de preços internos foi o mecanismo que promoveu a apropriação, pelos industriais, de uma parte crescente do aumento de produtividade econômica de que se estava favorecendo a economia com o crescimento na relação de preços do mercado internacional. Dessa forma, para Furtado (2007) “para que a inflação pudesse desempenhar um papel positivo, no sentido de intensificar as inversões e o crescimento da economia, foi necessário que houvesse algo a redistribuir, cuja origem independia dela”.

Em resumo, devido ao controle seletivo das importações junto a um crescimento na renda monetária em função do aumento dos preços de exportação, o nível geral de preços tende a aumentar, devido a oferta de bens de consumo crescer em velocidade inferior, se comparada a renda disponível para o consumo. A inflação, de tal forma, vem a ser o meio pelo qual a economia vem a compreender um excesso de procura monetária, respondendo através da elevação do nível de preços, promovendo a redistribuição da renda real na economia. Esta última, para o autor, vem a ser apenas forma de redistribuir a renda real com a finalidade de reestabelecer o equilíbrio:

“Pode-se conceber uma situação na qual todos os grupos sociais desenvolvam mecanismos de defesa, destinados a dificultar ou mesmo a impossibilitar a redistribuição de renda real, exigida pela introdução de um desequilíbrio no sistema. Uma tal situação, se levada ao extremo, poderá dar lugar a uma espécie de inflação neutra, isto é, uma inflação sem efeitos reais. Os preços se elevariam permanentemente sem nenhuma repercussão na forma como se distribui a renda real” (FURTADO, 2007, p. 315).

Em vista disso, Furtado pontua que aos apontamentos do processo inflacionário direcionam-se sempre para dois problemas, sendo eles “a elevação do nível de preços e a redistribuição da renda” (FURTADO, 2007, p. 317). Desta maneira, os aumentos nos preços de exportação refletem instantaneamente na renda monetária de grupos favorecidos, uma vez que o item exportado gera uma determinada quantidade de renda que eleva o poder de compra no exterior do referido grupo. Porquanto, no período, existia um sistema de controle de importações, a renda gerada pelas exportações não poderia ser revertida para ampliação, no curto prazo, da oferta de produtos de consumo, acarretando em procura monetária excedente:

“O incremento da renda disponível para consumo pressiona sobre a oferta, relativamente inelástica, de manufaturas, e cria um clima de antecipações extremamente favorável no setor industrial. Este recorre ao sistema bancário em busca de recursos para expandir suas atividades. O sistema bancário, cuja liquidez se havia elevado com a expansão da renda no setor exportador, cria os meios de pagamentos necessários para que a indústria e o comércio expandam suas atividades. A expansão da renda monetária no setor ligado ao mercado interno pressiona igualmente sobre o nível geral de preços. Como os preços de exportação independem do nível de procura monetária dentro do país, o processo inflacionário tende a anular o ganho na distribuição da renda proporcionado ao setor exportador pela melhora nos termos de intercâmbio”. (FURTADO, 2007, p.318).

Ainda perpassando pelo eixo do aumento dos preços de exportação, entende-se que os fatores de produção tendem a migrar do setor interno para o setor externo, provocando uma redução na oferta de produtos agrícolas, ocasionando em um novo aumento no nível de preços e conseqüentemente, no restante da economia.

Em síntese, da mesma maneira que a segunda parte do século XIX é marcada pela transformação de uma economia escravocrata de grandes plantações para um sistema econômico fundamentado pelo trabalho assalariado; a primeira parte do século XX vem a ser marcada pela crescente necessidade de um sistema cujo principal centro dinâmico vem a ser o mercado interno.

O autor vai deixando claro que a acumulação de capital ocasionada pelas exportações e a absorção de progressos técnicos a função do comércio internacional na economia do país vai se alterando. Num primeiro momento, a demanda externa é a fonte principal de determinação da procura de produtos, e uma redução relevante nessa demanda externa pode afetar diretamente a economia exportadora, conforme visto na economia do Brasil até a Primeira Guerra Mundial:

“Na primeira etapa a indução externa constitui o fator dinâmico principal na determinação do nível da procura efetiva. Ao debilitar-se o estímulo externo, todo o sistema se contrai em um processo de atrofiamento. As reações ocorridas na etapa de contração não são suficientes, entretanto, para engendrar transformações estruturais cumulativas em sentido inverso. Se se prolonga a contração da procura externa, tem início um processo de desagregação e a conseqüente reversão a formas de economia de subsistência. Esse tipo de interdependência entre o estímulo externo e o desenvolvimento interno existiu plenamente na economia brasileira até a Primeira Guerra Mundial, e de forma atenuada até fins do terceiro decênio do século XX.” (FURTADO, 2007, p. 323-324).

Na segunda etapa, a demanda externa é caracterizada pela redução progressiva do papel do comércio exterior como principal fonte do nível de renda, porém as exportações mantêm importância ímpar no processo de formação de capital:

“Numa segunda etapa do desenvolvimento, reduz-se progressivamente o papel do comércio exterior como fator determinante do nível da renda, mas, concomitantemente, aumenta sua importância como elemento estratégico no processo de formação de capital”. (FURTADO, 2007, p. 324).

Conseqüentemente, em uma economia agrícola extensiva, o aumento da capacidade produtiva é, em sua maioria decorrência da incorporação de mão de obra e recursos naturais. Entretanto, quando o sistema sofre uma mudança em sua estrutura, o investimento no setor industrial e serviços interligados gera uma demanda por equipamentos mecânicos, promovendo um intercâmbio com o exterior para absorver processos tecnológicos mais elaborados. Nesse ínterim, a importação de máquinas e equipamentos é de extrema importância para elevação da capacidade produtiva, ocasionando dependência tecnológica em relação ao mercado externo. De acordo com Furtado, na etapa intermediária do desenvolvimento, tem-se como forte característica:

“[...]modificações substanciais na composição das importações e por uma maior dependência do processo de ampliação da capacidade produtiva com respeito ao comércio exterior. A ampliação da capacidade para importar constitui, também nessa etapa, forte estímulo ao desenvolvimento da economia. Sem embargo, pelo fato de que a procura externa já não é o principal fator determinante do nível da renda, o crescimento pode continuar mesmo com estagnação da capacidade para importar. Em tais condições, entretanto, é de esperar que o desenvolvimento seja acompanhado de forte pressão inflacionária. Essa pressão é tanto maior quanto mais amplas sejam as transformações requeridas na composição das importações pelo desenvolvimento, transformações essas que refletem o grau de dependência do processo de capitalização com respeito à importação de equipamentos.” (FURTADO, 2007, p. 327).

Furtado insere que o desenvolvimento brasileiro depois da Primeira Guerra Mundial (1920-1957) se enquadra na categoria intermediária. Sendo assim, informa que o Brasil teve uma taxa média anual de crescimento de 3,9 por cento, baseado diretamente nas inversões ligadas ao mercado interno, reduzindo consideravelmente a importância relativa da demanda externa sobre o nível de renda do país.

Para exemplificar, pode-se citar que enquanto o produto real brasileiro aumentou em torno de trezentos por cento no período, as exportações cresceram apenas oitenta por cento. Compreende-se que as inversões ocorridas tinham por objetivo criar uma atividade produtora de bens que antigamente eram importados e passaram a ser produzidos no Brasil, atendendo sua demanda interna.

Para promover a transformação estrutural do processo produtivo no Brasil, seria preciso reduzir progressivamente a importância do setor externo na atividade de

capitalização, ou em outras palavras, a indústria brasileira de bens de capital teria de se desenvolver nas próximas décadas para que não haja prejuízo no nível de emprego e no ritmo de crescimento do país:

“Grande parte das inversões realizadas destinou-se a criar capacidade produtiva para atender a uma procura que antes se satisfazia com importações. Não obstante, à medida que crescia a economia com redução do coeficiente de importação, a composição desta se ia modificando, crescendo dentro da mesma a participação dos bens diretamente ligados ao processo de capitalização. Dessa forma, se uma redução brusca da procura externa já não afeta necessariamente o nível de emprego no país, seu efeito na taxa de crescimento é imediato. Mesmo que se tente manter o nível das inversões, mediante uma política de obras públicas, não se poderá evitar que a modificação na estrutura das inversões afete adversamente o ritmo de crescimento da economia.” (FURTADO, 2007, p. 327).

Pode-se compreender que o desenvolvimento econômico que ocorreu no Brasil já na primeira metade do século XX, se deu por meio da integração entre as diferentes regiões brasileiras. Em função a grande expansão da economia do café, que acabou virando a principal atividade do centro econômico nacional, atraindo a atenção das demais regiões interessadas na renda por ela gerada. Sendo assim, a região Sul passou a ser a primeira a ser beneficiada pela produção do café, visto que passou a produzir trigo, artigo este que antes era importado dos países vizinhos da América do Sul.

A região amazônica, nesse caso, obtém benefícios com a exportação de toda a sua produção de borracha para a região Sul, conferindo assim a abertura de novas linhas produtivas na região Norte. Assim, com a interação entre as diferentes regiões do Brasil, atrelado ao notório desenvolvimento da produção de café, acentua-se a discrepância no nível de renda das regiões, tendo sua maior concentração alocada nas áreas que abrigam os cafezais:

“Se, pela metade do século, a economia brasileira havia alcançado um certo grau de articulação entre as distintas regiões, por outro a disparidade de níveis regionais de renda havia aumentado notoriamente. A medida que o desenvolvimento industrial se sucedia à prosperidade cafeeira, acentuava-se a tendência à concentração regional da renda. É da natureza do processo de industrialização que as inversões só alcancem sua máxima eficiência quando se completam mutuamente, isto é, quando se coordenam funcionalmente em um todo maior. Numa economia de livre-empresa essa coordenação se faz um pouco ao acaso, e a probabilidade que tem cada um de fruir o máximo de vantagens indiretas é tanto maior quanto maior é o número de indivíduos que estão atuando simultaneamente.” (FURTADO, 2007, p. 329).

Para Furtado, o processo de industrialização da economia brasileira ocorreu quase que simultaneamente em todas as regiões. No entanto, ocorreu uma tendência natural de

concentração do processo na região sudeste. Acontece que, especialmente após a Primeira Guerra Mundial:

“O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. Em 1940 essa porcentagem havia subido para 34,9, e em 1950 para 38,6. A participação do Nordeste (incluída a Bahia) se reduz de 27,0 por cento em 1920 para 17,7 em 1940 e 17,0 em 1950. Se se considera, não o número de operários, mas a força motriz instalada (motores secundários), a participação do Nordeste diminui, entre 1940 e 1950, de 15,9 para 12,9 por cento.” (FURTADO, 2007, p. 330).

A consequência desta concentração se reverta na diferença entre a renda das regiões, que podem ser observadas com os seguintes dados:

“Em 1955, São Paulo, com uma população de 10.330.000 habitantes, desfrutou de um produto 2,3 vezes maior que o do Nordeste, cuja população no mesmo ano alcançou 20.100.000. A renda per capita na região paulista era, por conseguinte, 4,7 vezes mais alta que a da região nordestina.” (FURTADO, 2007, p. 330).

Assim como no começo do século XX cresceu a consciência de interdependência econômica, no final desse período, poderá ocorrer o temor de que o crescimento elevado de uma região é necessariamente a contrapartida da estagnação de outras. De acordo com Furtado, a tendência voltada a concentração regional da renda pode ser observada em contexto mundial, conforme os casos da Itália, da França e dos Estados Unidos da América. Uma vez que tal processo se inicia, nas palavras do autor “sua reversão espontânea é praticamente impossível”.

Pode ser relacionado à pobreza relativa de recursos naturais de uma determinada região, devido ao fato de quando duas regiões estão dentro de uma mesma economia, a região mais pobre em termos de recursos naturais tende a gerar uma produtividade menor por unidade de capital investido. Tendo isso em vista, os capitais gerados na economia menos favorecida tendem a migrar para a região com maior produtividade, visando sua maior rentabilidade sobre inversão de capital:

“Com efeito, coexistindo duas regiões dentro de uma mesma economia - integradas pelo mesmo sistema monetário -, aquela mais pobre de recursos naturais, particularmente de terras, tenderá a apresentar uma produtividade mais baixa por unidade de capital invertido. Em termos monetários, o salário de subsistência da população tende a ser relativamente mais elevado ali onde é mais baixa a produtividade do homem ocupado na produção de alimentos.” (FURTADO, 2007, p. 333-334).

Em decorrência das regiões distintas estarem inseridas dentro do contexto da mesma economia, não é possível encontrar viabilidade de correção de problemas por meio de tarifas e subsídios cambiais, tornando a industrialização da região mais pobre economicamente inviável. Furtado considera que uma das grandes preocupações para as décadas futuras será a solução de tal problemática, exigindo um aproveitamento mais racional dos recursos e fatores no conjunto da economia do Brasil, promovendo assim o crescimento econômico e uma melhora na distribuição da mão de obra disponível e consequentemente na renda da população.

O autor sugere que a causa principal dos problemas enfrentados pelo Nordeste estão nas formas de produção e utilização dos recursos estruturados na época colonial. A interação com a região Sul, por meio da cartelização da economia açucareira, prolongou o mecanismo perpetuador da decadência nordestina que fora iniciada no século XVII, por meio da continuidade do sistema mono produtor:

“O sistema de monocultura é, por natureza, antagônico a todo processo de industrialização. Mesmo que, em casos especiais, constitua uma forma racional (do ponto de vista econômico) de utilização dos recursos da terra, a monocultura só é compatível com um alto nível de renda per capita quando a densidade demográfica é relativamente baixa. Ali onde é elevada essa densidade - o que ocorre na faixa úmida do Nordeste - a monocultura impossibilita alcançar formas superiores de organização da produção.” (FURTADO, 2007, p. 334).

Vislumbrando o processo de integração das décadas seguintes, afirma que “se por um lado exigirá a ruptura de formas arcaicas de aproveitamento de recursos em certas regiões, por outro requererá uma visão de conjunto do aproveitamento de recursos e fatores no país” (FURTADO, 2007, p.335).

Dito isso, Furtado conclui o último parágrafo de sua obra afirmando que o Brasil, durante esse período, ainda poderá ser figurado como uma das grandes porções de terra em que existe uma grande diferença entre o nível de desenvolvimento e a constelação de recursos potenciais, necessitando de um eficiente aproveitamento dos recursos e fatores.

5. CELSO FURTADO: A FORMAÇÃO DE FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Dentro das referências teóricas que inspiraram Furtado durante o período em que redigiu *Formação Econômica do Brasil*, alguns destaques pontuados pelo próprio autor merecem ser mencionados. Sendo assim, desde a publicação de *A economia brasileira*, em 1954, até o pedido que recebera de seu editor³⁷ com a sugestiva intenção de uma reedição da obra, em 1957, Furtado afirmava com destreza que suas ideias estavam ainda com toques de imaturidade, “merecendo os problemas tratados uma análise muito mais detida” (FURTADO, 1954, p.16).

Alguns momentos de sua trajetória somam-se a tomada de sua decisão ao longo da carreira. Dentre tais momentos, cabe dar destaque ao período de nove anos em que atuou como economista na Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, com sede em Santiago do Chile. Após a sua saída da CEPAL, observou que o trabalho desenvolvido na Comissão sofrera duras críticas nos Estados Unidos, sem contrapropostas de alternativas viáveis aos problemas debatidos:

“Assim, eu tinha um interesse básico em examinar essa questão: que resposta tem o corpo do conhecimento econômico para os principais problemas ligados ao subdesenvolvimento de nossos países? Até que ponto o trabalho que estamos fazendo é inconsistente diante dos princípios fundamentais das teorias dos preços (alocação de recursos), do emprego (utilização da capacidade produtiva) e do comércio internacional?” (FURTADO, 1958, n.p.).

Agrega-se também a bagagem de Furtado, a influência de Nicholas Kaldor³⁸, que a partir dos estudos sobre como a renda nacional seria repartida nas teorias neoclássica e marxista, formulou modelos dotados de dinamismo, utilizando-se de categorias keynesianas, debatendo endogenamente a distribuição de renda das economias capitalistas (a proporção dos lucros e salários na renda). Buscava a formulação de um modelo que pudesse compreender a causa econômica fundamental sobre o crescimento

37 Episódio citado na seção 4.1.

38 Nicholas Kaldor faz parte do rol de economistas, incluindo ames E. Meade, Richard Kahn, Joan Robinson, Piero Garegnani, Amartya K. Sen, considerados como a primeira geração de economistas descendentes diretamente de Keynes. Concentrados no ambiente acadêmico da Universidade de Cambridge da década de 1950, contribuiu intensivamente para a formação da teoria pós-keynesiana.

de algumas economias em níveis superiores a outras, repartindo os resultados do progresso tecnológico entre empresários e trabalhadores.

A influência das teorias Nicholas Kaldor no pensamento de Celso Furtado é incontestável, uma vez que o economista britânico o convidou a estudar em Cambridge sob a sua supervisão e que a abordagem keynesiana do desenvolvimento econômico em seu modelo dinâmico. Suas atividades acadêmicas durante esse período, incluíam seminários sobre a análise comparativa dos processos históricos do desenvolvimento econômico, o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, e o comércio internacional. Tal dinâmica o influenciou de tal forma que:

“Kaldor tinha dado uma contribuição importante no sentido da dinamização do modelo keynesiano, introduzindo elementos de uma teoria institucional da distribuição, na linha do pensamento dos primeiros clássicos. Seu curso ajudou-me a retomar disquisições que me haviam ocupado quando me convenci de que o problema do subdesenvolvimento desbordava da área da ciência econômica tal qual esta era praticada. (FURTADO, 2014, p. 199).

Foi nesse ambiente acadêmico de Cambridge, ainda na década de 1950, que Celso Furtado iniciou suas pesquisas voltadas ao desenvolvimento econômico sucedido através do progresso tecnológico e do direcionamento de seus resultados à acumulação de capital, onde a influência da tecnologia moderna por intermédio do comércio internacional foi fundamental para a constituição atual das economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Dessa forma, morando fora do Brasil há mais de dez anos, ao retornar de Cambridge, Furtado carrega consigo uma nova obra, descrita como um “livro de capa dura azul-marinho, sobrecapa vermelha com letras amarelas, 291 páginas, publicado pela editora Fundo de Cultura”³⁹. No mesmo período, assumiu a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com assuntos voltados ao Nordeste. Posteriormente, quando fora lançado *Formação Econômica do Brasil*, encontrou-se com o então presidente, Juscelino Kubitschek, tendo por objetivo apresentar novas linhas para uma política voltada a região nordestina.

Segundo o próprio autor, se não estivesse fora do país, não haveria dado tamanha atenção ao atraso que se intensificava, adicionado ao fato da possibilidade de trabalhar

39 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos*. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p.14.

em uma equipe internacional, que lhe condicionou o ambiente ideal para encarar o desafio que viria ser decifrar o Brasil.⁴⁰

Dito isso, adiante será apresentado uma interpretação da obra *Formação Econômica do Brasil* e do discurso empregado por Celso Furtado sobre o modo de produção inserido no país nos períodos pré-industriais, tendo em vista todos os seus quadros de subdesenvolvimento, onde será possível observar três eixos fundamentais para sua definição, os quais serão aprofundados, respectivamente, em cada seção do referido capítulo.

Tal abordagem irá abranger a conjuntura geopolítica do país, marcada pela subordinação ao capitalismo global em desenvolvimento, a estrutura produtiva demarcada pelo dualismo econômico e, por fim, os fluxos de renda, que tendem à concentração e dependência externa. Assim, será ofertado também uma análise dos ciclos econômicos constatados na formação econômica do país.

5.1 – CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DA ECONOMIA COLONIAL NO BRASIL NOS SÉCULOS XVI E XVII

É notório a intenção do autor de inserir o Brasil na história global, envolvendo sua formação, bem como as práticas econômicas adotadas como parte importante de um desenrolar da expansão e do desenvolvimento europeu. Dessa forma, observar e analisar a lógica do processo de colonização torna-se extremamente importante dentro do discurso de Furtado para a melhor compreensão do funcionamento da economia brasileira nos períodos pré-industriais.

Furtado observa, por tanto, dentro da dinâmica dos ciclos econômicos⁴¹ por ele reorientados⁴², a falta de autonomia e dinâmica interna, em que a atividade econômica nacional faz parte de um processo histórico de consolidação do capitalismo enquanto um sistema mundial. Segundo o autor, não existe, portanto, personagens internos que

40 Celso Furtado, “A longa busca da utopia”. In *Economia Aplicada*, vol. 1, no 3, jul.-set. 1997

41 A ideia de que a economia brasileira advinha de uma sucessão de ciclos econômicos, conforme adotada em *FEB* não fora permissora, e já era aceita pelos historiadores. Ver mais em: Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. 23a edição. São Paulo, Brasiliense, 1994.390p. Afro-Ásia, Salvador, n. 17, 1996.

42A inovação na interpretação de Furtado encontra-se na interpretação dos mecanismos econômicos inerentes a cada ciclo, bem como na interpretação da transição da agricultura para a indústria. Ver mais em: COUTINHO, Maurício. *A teoria econômica de Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil*. Disponível http://www.eesp.fgv.br/_upload/seminario/48a049c82c0f8.pdf. Acessado em 18/11/2022.

comandem as práticas produtivas, consolidando assim um processo de subordinação que tem no capital uma espécie de automação.

De acordo com Teixeira (2006), Furtado centraliza seu estudo da econômica colonial agrário-exportadora com finalidade de demonstrar como a orientação voltada ao mercado externo, fundamentada no trabalho escravo, foi prejudicial, aprofundando o atraso do desenvolvimento econômico do Brasil devido a fatores, como:

“1) a produção extensiva de gêneros agrícolas, possibilitada pela abundância de terras e pelo fornecimento de mão-de-obra escrava, limitou muito o progresso técnico; 2) o direcionamento para o mercado externo, associado à escassa renda monetária que só seria ampliada no século XIX com o surgimento do trabalho assalariado, limitavam o desenvolvimento de um mercado interno que traria uma dinâmica própria à economia colonial, por meio dos mecanismos multiplicadores da renda presentes nas economias de mercado. Além disso, esta estrutura econômica precária e instável no tempo e no espaço, baseada na monocultura para exportação, na grande propriedade rural e no trabalho escravo promoveu grande concentração da renda entre as classes sociais e também do ponto de vista regional, ficando a renda concentrada no litoral e principalmente nos estados do Sudeste e Sul, que se desenvolveram muito à frente dos estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, trazendo assim fortes desigualdades sociais e regionais.” (TEIXEIRA, 2006, n.p.).

O comércio exterior, portanto, formava o eixo central da economia colonial, sendo um sistema autônomo originário de um prolongamento de outros sistemas maiores, como simples prolongamento de outros maiores (FURTADO, 1959, p. 95). Ainda segundo Teixeira, a principal contribuição de Furtado para a formulação da tese de subordinação da colônia ao comércio exterior estaria na análise das flutuações da economia colonial:

“Para Furtado, os períodos de alta do preço internacional dos gêneros agrícolas de exportação representam períodos de expansão econômica nas atividades da colônia voltadas ao mercado interno, como a pecuária e a produção agrícola para consumo interno. Isto porque a grande lavoura tinha alto coeficiente de exportação, e o seu crescimento implicava o aumento da demanda por produtos internos para abastecimento. Nos períodos de baixa do preço internacional, ocorreria o inverso: parte da mão-de-obra escrava da grande lavoura seria deslocada para a produção de subsistência. Desta forma, a produção interna poderia até aumentar, mas não o faria de forma mercantilizada: ficaria concentrada na produção de subsistência. Assim, o aumento da produção interna não era acompanhado por um crescimento da renda monetária e, portanto, não haveria uma mudança estrutural na dinâmica econômica da colônia, o que só passaria a ocorrer, para Furtado, com o surgimento do trabalho assalariado trazido pela imigração europeia e se consolidaria na década de 1930, com o centro dinâmico da economia se deslocando da agricultura para exportação para a indústria voltada ao mercado interno.” (TEIXEIRA, 2006, n.p.).

Dessa maneira, Furtado inicia a elaboração de uma relação complexa entre teoria macroeconômica e história para efetuar uma relação dinâmica entre estruturas, que ao longo do tempo vão se moldando e constituindo o capitalismo dentro do Brasil. O autor insere abstrações a um determinado cenário econômico, culminando em uma tentativa de reconstrução racional da história econômica brasileira. Para Coutinho, Furtado se destaca devido:

“A reconstrução nacional da história econômica brasileira feita por Celso Furtado ergue-se sobre os alicerces de um esquema dos fluxos de renda. [...] Sua contribuição inicia-se com a incorporação ao enfoque cíclico de uma nova explicação econômica, baseada em poucas variáveis e instrumentos de análise, que incluem, além do fluxo de renda, o contraste entre recursos abundantes e escassos, e um arcabouço dos mecanismos de ajustamento entre oferta e demanda”. (COUTINHO. 2008, p. 5).

“*Formação Econômica do Brasil*” (1959) pode ser arrolada como uma das análises pioneiras a respeito da superestrutura de poder que foi originada para conferir funcionalidade a “empresa agrícola colonial”, que viria a consolidar, nos séculos seguintes à ocupação portuguesa, a supremacia política e econômica das classes detentoras dos meios de produção sobre as classes subsistentes.

. A abordagem de Furtado, a princípio, voltou-se quase que completamente a sociedade que vigorava no Nordeste, palco principal das primeiras “empresas” produtivas mercantilistas. Após partir de tal ponto, o autor mostrou a ascensão das economias voltadas a extração do ouro e a plantação de café, vigorosas no Sudeste, somadas as suas relações com a estrutura produtiva instalada no “complexo Nordestino”.

Por certo, não fora tal episódio o constituinte do processo de formação da economia brasileira, mas sim, o início da formação da sociedade brasileira, contemplando não somente os fatores político-sociais, mas também os fatores econômicos. Ambos os elementos são os principais responsáveis pela organização da produção nacional que se solidificou no país, gerando atritos, como processo resultante dos inúmeros processos históricos internos e externo, que ao se cruzarem, formaram não somente a sociedade brasileira, como também as bases fundamentais da economia nacional.

Antes de destrinchar os fundamentos da ocupação territorial portuguesa na colônia, cabe destacar a não concordância de Furtado com a ideia da existência de um

modelo feudalista⁴³ durante o período abordado. Sua análise é fundamentada, dentre outras coisas, pelo histórico que viveu Portugal, posteriormente transferido também para a nova colônia. A ideia utilizada para sustentar a existência do sistema feudalista no período colonial brasileiro se deve, principalmente, às capitanias hereditárias que seriam reprodutoras de um modelo econômico no qual Portugal nunca vivenciou, mas o aderiu para efetivar a colonização das terras.

Entretanto, tal hipótese é questionada, uma vez que o sistema feudalista tinha como base política e social a servidão, poder descentralizado, isolamento cultural, agricultura de subsistência e atrofamento da riqueza. Observava-se assim, entrave direto com o modelo mercantil, de modo que o processo de transição de um modelo feudal para mercantil poderia consumir tempo demais:

“As capitanias eram simplesmente amplas concessões territoriais feitas a grandes capitalistas para que estes empreendessem a exploração agrícola do país. O objetivo da Coroa portuguesa era duplo: a) promover a efetiva posse da terra, b) criar riquezas que constituíssem objeto de comércio” (FURTADO, 2001, p. 83).”

De acordo com Furtado, Portugal não pode ser considerado como um local que recebeu por completo o modelo feudalista, grande parte em decorrência do contato já existente com os quase oitocentos anos de ocupação dos mouros, de 711 a 1492 d.C. Tal contato proporcionou a Portugal uma sociedade aberta a formação de cidades, que conseqüentemente concentravam atividades culturais e comerciais, incentivando o povo português a iniciativa econômica de circulação da riqueza, fato não existente dentro do modelo feudalista:

“[...] seu impacto foi muito restrito em Portugal, onde a presença moura, o intercâmbio social e as trocas econômicas, sobretudo com a costa africana, jamais cessaram durante o medievo lusitano, o que impediu “a formação de um sistema econômico fechado, autárquico, que teria que ser o fundamento mesmo da ordem feudal” (FURTADO, 2001, p. 21).

Assim, entende-se que Portugal era guiado por uma sociedade que mais se assemelhava a uma república mercantil que, mesmo feudal, fornecia um ambiente propício para o surgimento de uma burguesia ascendente vinculada ao lucro.

43 A formulação dessa tese mais expressiva é a de Nelson Werneck Sodré. Cf. Formação histórica do Brasil, ed. Brasiliense, São Paulo, 1962.

Tal burguesia emergente se posiciona então em oposição ao caráter agrário encontrado em Castela, uma vez que tal nobreza obtinha sua riqueza por meio da apropriação de territórios conquistados aos mouros, a burguesia emergente se formava nos portos, fortalecendo-se e ampliando o comércio marítimo com Flandres e Inglaterra, ao norte e com os portos do Levante a partir dos séculos XII e XIII.

É a formação e a dinâmica das classes sociais que fomentaram e conferiram direção as transformações ocorridas dentro de Portugal, onde tanto a Revolução de Avis quanto a expansão marítima se originam de processos políticos, sociais e econômicos amplos, e não de figuras individualizadas.

É sob essa ótica que se faz possível inferir que Furtado inicia sua abordagem a respeito da expansão marítima e da ocupação territorial na costa brasileira, sob o debate da constituição da nacionalidade portuguesa, suas tensões e modificações ao longo do período. Em entrevista, Furtado afirma:

“Na verdade, era necessário pensar o Brasil num contexto maior. Como imaginar nosso país sem entendê-lo como uma projeção do que acontecia na Europa? Na época do descobrimento, não havia Brasil; existia o continente constituído pelo Novo Mundo. Portanto, sempre me preocupei em compreender que lógica, que forças levaram a construção da primeira grande colônia agrícola em terras tão longe da Europa. Antes desse projeto português, não se pensava em colonizar, fomentar uma grande produção agrícola para exportação. Podia haver algo semelhante no Mediterrâneo, mas o espaço era muito menor.” (CAMARGO & LOYOLA, 2002, p. 16).

Assim, já no início do século XV, compreende-se que havia sido formado o cenário ideal para expansão do comércio europeu por vias marítimas, uma vez que as invasões turcas prejudicavam as rotas comerciais, tornando arduo a ligação com o Oriente Mediterrâneo, Índia e China.

Tendo se formado uma intensa pressão na busca de caminhos alternativos, devido a fatores como a posição geográfica, Portugal e Espanha encabeçaram tal exploração. No entanto, cabe ressaltar o caráter comercial e não colonial da expansão marítima portuguesa, que nesse ínterim, esbarravam-se nos mercadores árabes que detinham o monopólio do comércio no Oriente. Tendo seus lucros limitados, rebatia seu concorrente com ações militares e pirataria.

Após condução às Américas, Espanha e Portugal se diferenciam na maneira como ocupam o continente recém-descoberto. Para Furtado, a colonização portuguesa no Novo

Mundo significou também a transgressão de uma etapa mercantilista⁴⁴ para uma etapa produtiva⁴⁵, com exploração das terras não apenas via extração. Outrossim, “o ouro acumulado pelas velhas civilizações da meseta mexicana e do altiplano andino é a razão de ser da América, como objetivo dos europeus, em sua primeira etapa de existência histórica” (FURTADO, 1983, p. 6).

Mediante o fatídico fracasso em encontrar metais preciosos na colônia, Portugal decidiu explorar de maneira predatória o pau-brasil, a riqueza mais próxima ao litoral. Pressionada, a coroa portuguesa necessitava efetivar a ocupação nas novas terras, mediante ameaça de outras nações - tendo franceses, ingleses e holandeses como primeiros interessados - que iniciavam suas primeiras articulações para formar colônias de povoamento e extrair possíveis riquezas que as novas terras viriam a oferecer.

Refere-se, portanto, a tentativa de manter o máximo de resistência a serviço da defesa do patrimônio do reino português. Dessa forma, Portugal viu a possibilidade de prolongar em solo brasileiro as experiências ocasionadas no processo de expansão das Ilhas do Atlântico, mediante produção de açúcar em sistema de monocultura:

“Tem-se observado que a colonização portuguesa iniciada no Brasil com as donatárias representa a primeira experiência de fixação do homem europeu nos trópicos. As relações econômicas dos europeus com as terras tropicais e seus habitantes tinham sido, até então, de simples extração de riquezas – metais, produtos exóticos da terra, escravos. O instrumento desse sistema de relações econômicas era a feitoria. O português será o primeiro a empresas a criação de riqueza na terra” (FURTADO, 2001, p. 91).

Nesse ínterim, é possível observar com facilidade as diferenças entre as colonizações portuguesa e espanhola. De um lado, a Espanha aproveita-se das sociedades já existentes no local para exploração na procura por metais preciosos, financiados pelo governo; do outro lado, Portugal inicia a fundamentação de uma nova ordem social por intermédio da criação da nova empresa açucareira, que atrairia artesãos europeus, exploraria a mão de obra indígena e utilizara-se do trabalho escravo para fincar o cultivo de cana de açúcar e consolidar os grandes engenhos na colônia.

44 Tratava-se do capitalismo mercantil, também conhecido como período da “acumulação primitiva”. Neste, a concepção de riqueza estava diretamente ligada ao tamanho das reservas do tesouro do reino. Assim, quanto mais ouro e metais preciosos possuísse uma nação, mais rica seria. Sobre o período mercantilista ver, dentre outros, Hunt (1987) e Marx (1987, Livro 1, v. 2, cap. XXIV).

45 A economia política clássica, que atribuía à produção de mercadoria a origem da geração de riqueza encontrava-se em processo inicial, vindo à tona apenas no século XVIII com A riqueza das Nações, de Adam Smith.

Ainda na intenção de encontrar ouro na colônia, Portugal cria uma “empresa agrícola” no século XVI, utilizando-se dessa ocupação para inserir o Brasil no comércio internacional, do qual a metrópole já fazia parte, porém não sendo o público alvo da produção, que se voltava a exportação.

Lidando com a agricultura tropical, Portugal buscava a produção de itens que pudesse comercializar em grande escala, com elevadas margens de lucro. Para tanto, utilizou-se das melhores terras encontradas na colônia, tendo o modelo de monocultura feito parte da formação da sociedade brasileira, uma vez que excluía a possibilidade de cultivo para subsistência, ou mesmo a produção em escala reduzida.

Após algumas tentativas fracassadas de estabelecer e solidificar um modelo explorador lucrativo na colônia, os lusitanos obtiveram o tão desejado êxito na monocultura canavieira. Ainda no primeiro século, de acordo com Furtado (1959), alguns acontecimentos conferiram folego ao complexo açucareiro do Nordeste, como, por exemplo, a guerra de independência dos Estados Unidos (1776-1783) bem como, seguido da guerra da Secessão (1860-1865), da Revolução Industrial inglesa (na segunda metade do século XVIII).

Sistema produtivo já conhecido pelos portugueses, baseado na escravidão, passado o processo de tentativa de conversão da mão de obra indígena, pautando-se no exemplo consolidado pelos colonizadores espanhóis; o tráfico de negros vindos do continente africano acabou se mostrando a alternativa viável para solucionar o entrave referente a escassez da força de trabalho na nova colônia. Consequente, a estrutura econômica nordestina resistiu, entre períodos de altos e baixos, durante aproximadamente três séculos.

5.1.1. O CICLO DO AÇÚCAR

Em *Formação Econômica do Brasil*, durante o capítulo oitavo até o décimo segundo, Furtado explorou a chamada economia escravista de agricultura tropical. Sobre a divisão de *FEB*, de acordo com Alcides Goularti⁴⁶:

“*Formação econômica do Brasil* é dividido em cinco períodos. Nos três primeiros (ocupação territorial, economia escravista de agricultura tropical e

46 GOULARTI FILHO, Alcides. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. In: *Revista de Economia* (Curitiba), Curitiba, v. 23, n. 25, p. 123-137, 1999.

economia escravista mineira), o autor buscou as raízes do subdesenvolvimento.” (GOULARTI, 1999, p. 128).

A contribuição de Furtado dentro do diálogo acerca da economia agrícola tropical, tem seu ponto de partida com a inserção do enfoque cíclico de uma abordagem econômica jovem, que incluem os contrastes de fatores abundantes e escassos, o fluxo de renda e o eixo de ajustamento entre oferta e demanda.

A visão de Furtado sobre os ciclos econômicos passaria a inserir uma convergência entre a estrutura produtiva dualista, onde o setor escravista, exportador, de alta rentabilidade e concentração de terra e renda convive, articuladamente, com um setor de subsistência de baixa produtividade, baseado no trabalho servil. (GOULARTI, 1999).

Entende-se então, por base do discurso de Furtado que o ciclo do açúcar funcionava sob algumas premissas principais. Em primeiro lugar, é possível citar os proprietários de terras que tomavam empréstimos aos consolidados comerciantes de açúcar e importavam parte do equipamento e escravos. A quitação desses empréstimos, somados a aquisição de escravos e maquinário viria a consumir grande parte dos lucros com a exportação açucareira.

Em seguida, observa-se a incidência do lucro líquido – parte da receita excedente do negócio açucareiro, que viria a ser utilizado pelos senhores de engenho no consumo de mercadorias europeias ou na expansão da empresa açucareira (por meio da aquisição de escravos e equipamentos). De acordo com Goularti, em ambos os casos a acumulação detinha característica cêntrica e o vínculo se dava inteiramente com o exterior:

“Na agricultura tropical, o excedente era apropriado pelo senhor de engenho que concentrava 95% da renda, investindo-a parte na aquisição de equipamentos e escravos e outra parte na compra de mercadorias importadas; em ambos os casos a acumulação era cêntrica e o vínculo se dava com o exterior. Os escravos e a população livre não faziam parte do fluxo da renda.” (GOULARTI, 1999, p. 128).

Dessa forma, como não havia trabalho remunerado dentro do processo econômico, os lucros do empresário açucareiro representavam a única renda monetária do período. Em suma, pouco dinheiro escoaria entre a colônia. Os escravizados produziam seus mecanismos de subsistência, limitando sua produção ínfima ao excedente de tempo que restaria da produção de açúcar.

No apontamento de Goularti, a circulação monetária na colônia é “insignificante”, pulverizando qualquer chance de acumulação que pudesse gerar concorrência:

“Numa economia com alta concentração de renda e escravista, a circulação monetária é insignificante, inibindo a acumulação pulverizada geradora de concorrência. Como resultado, além do desinteresse de Portugal, havia uma carência de base técnica, com o uso de instrumentos rudimentares (o complexo do engenho manteve a mesma estrutura técnica por séculos) e, anacronismo à parte, baixo índice de competitividade.” (GOULARTI, 1999, p. 128).

Furtado considera que todos os custos implicados na economia açucareira são não-monetários. Podem influir diretamente sobre os lucros, na medida em que a compra de novos escravos é convertida em desembolso de capital. Dessa forma, a ausência de fluxos monetários nas atividades internas da economia açucareira colonial explica em sua aparência decadente. Por tanto, a abordagem proposta por Furtado é considerada dualística, tendo de um lado o setor açucareiro em contraposição ao setor de subsistência.

Tal dualidade se tornaria no principal inibidor de crescimento do mercado interno, respondendo, conseqüentemente, pelas dificuldades do processo de desenvolvimento brasileiro, ocasionando a ínfima capacidade de investir, crises fiscais e do balanço de pagamentos e a inflação.

Em suma, para o autor, ocorre uma relação de dependência e até mesmo, subordinação entre a economia colonial e o mercado externo, uma vez que a expansão da economia da colônia depende da dinâmica estabelecida entre a demanda por açúcar e do surgimento de novos competidores coloniais. Dessa forma, sendo a produção colonial competitiva e os preços internacionais do açúcar mantivessem a faixa de lucro elevado, novas terras seriam revertidas em grandes lavouras açucareiras. A terra, dentro do discurso de Furtado, é caracterizada como abundante, sendo ignorada a sua renda. O capital, com a inclusão dos escravizados, é, portanto, fator escasso. O progresso técnico é deixado a margem.

O sistema voltado a produção de açúcar se expande horizontalmente e encontra seu limite quando se depara com a elevação de custos, que se alarga a medida que as terras férteis se tornam mais distantes e as mais próximas ao litoral se tornam inférteis, somadas a diminuição do preço do açúcar em decorrência da oferta em excesso ou mesmo pela falta de regulação. A partir desses fatores, o ciclo açucareiro entra em forte decadência.

Entretanto, segundo Furtado, tal processo de decadência sofrido pelo modelo de monocultura açucareira não se reverte em diversificação econômica ou substituição de atividades. Ainda em seu momento de crescimento, a produção de açúcar já sofria com a

ausência de pagamentos em dinheiro. Além disso, a precariedade com que operava a produtividade voltada a subsistência já repelia qualquer demanda voltada a atividades fora das lavouras de açúcar.

Já em seu momento decrescente, sem condições de financiar a aquisição de novos escravos ou a expansão das lavouras, a economia açucareira se mantinha em declínio, fomentando um processo de decadência social intenso, ainda mais aprofundada pela ausência de circulação monetária. As *plantations*⁴⁷, portanto, eram grandes centros produtivos voltados à dinâmica da economia europeia, com ênfase apenas na sua metrópole.

Para Furtado, sobre as causas do subdesenvolvimento do Nordeste, “é difícil exagerar sobre o Nordeste do Brasil. Aí tudo escapa a explicações fáceis. [...] Desde seus primórdios, tudo se apresenta como indefinido, com os traços básicos que persistiriam por séculos” (FURTADO, 1997, p. 39). O novo cenário de desfazimento econômico da atividade produtiva açucareira no Nordeste, carregando consigo todo o seu complexo, se tornou ainda mais profundo com o advento da descoberta de ouro nas regiões Centro-Sul e Oeste da colônia.

5.1.2. O CICLO DO OURO

Passando para a terceira parte de *Formação Econômica do Brasil* (1959), em três capítulos, sua análise é centrada no entorno do esquema de fluxo de renda desenvolvido na economia mineira, onde, na visão do autor, tem sua compreensão facilitada pelo contraste com os fluxos de renda da economia açucareira do Nordeste, nos séculos XVI e XVII, e do café do Sudeste, nos séculos XIX e XX.

Apresenta um fluxo de renda distinto, já se baseia no trabalho escravo, porém, oferece oportunidades para o trabalho livre; em oposição ao que ocorrera com a atividade açucareira, estimulou os vínculos com setores econômicos fornecedores, fortaleceu a coroa português e as atividades urbanas e diversificou a economia. Ou seja, apesar de utilizar-se de trabalho escravo, a economia voltada ao ouro difere intensamente do modelo de *plantation* açucareiro.

47 Expressão que designa um sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão de obra escrava. Para melhor compreensão do conceito, ver Grigg, D. B., *The Agricultural Systems of the World*. Cambridge, Inglaterra. 1974 e Mintz, Sidney W., *The Contemporary Culture of a Puerto Rican Rural Proletarian Sugar-Cane Community*. Ph.D. dissertation, Columbia University. 1951.

Destarte, apesar de apresentar um fluxo de renda atípico, no sentido de estar mais bem definido pelas diferenças em relação aos outros ciclos produtivos da colônia, é também movido pela demanda externa, e padeceu de problemas semelhantes.

Retomando algumas características, de acordo com Furtado, citados anteriormente referentes ao setor açucareiro, este se estabelecia especialmente pela presença das grandes propriedades de terras; ínfima quantidade de mão de obra não escravizada; autossuficiência dos engenhos, tanto nos bens voltados à exportação, quanto nos bens voltados à subsistência; pouca interação econômica entre o setor exportar e o setor subsistente⁴⁸; baixo índice de transações monetárias nas atividades internas da colônia portuguesa; e fluxo monetário centralizado nas relações comerciais internacionais.

A economia nordestina funcionava por meio da centralização das grandes extensões de terras voltadas a monocultura, que era quase em sua totalidade autossuficiente. Já na economia mineira, em oposição, ascende a relevância da mão de obra livre que influencia massivamente na imigração de portugueses ao Brasil de distintas classes sociais.

A “empresa mineradora”, para tanto, não era autossuficiente. Tendo por base uma atividade econômica completamente extrativista, necessitava adquirir bens como alimentação e transporte. Ocorre assim, no esquema explicativo de Furtado, a ativação do mecanismo multiplicador de renda, decorrente das transações monetárias, o que levou ao desenvolvimento do mercado interno, mas não de modo sustentado, devido, sobretudo à leva considerável de imigrantes audaciosos, com a ambição de explorar metais preciosos, que entraram na região mineradora entre 1700 e 1765, baixa, ou mesmo nenhuma capacitação tecnológica:

“[...] o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira foi praticamente nulo. [...]o desenvolvimento manufatureiro havia sido praticamente nulo em todo período anterior de prosperidade e decadência da economia mineira. A causa principal possivelmente foi a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”. (FURTADO, 2007, p. 79).

48 Furtado afirma que existiram poucas transações monetárias entre os engenhos açucareiros e outros setores internos. No entanto, são consideradas transações residuais, sendo menos de 5% da renda gerada na economia.

O novo cenário econômico redefine o fluxo de renda da economia mineira. Enquanto que no setor do açúcar, as transações comerciais se limitavam ao exterior, a economia mineira, com o pagamento de novos produtos e serviços espalhava renda para fora da empresa extrativista. Viu-se a formação de um ambiente que tornava viável a maturação de um novo mercado consumir interno.

A economia mineira foi capaz de articular um prospero sistema de fluxos monetários entre a sociedade mineradora, as cidades e os produtores agrícolas. No entanto, era inevitável que as jazidas minerais se esgotassem, levando em consideração o baixo nível técnico empregado por alguns atuantes do processo de extração. Ocorre um processo de atrofiamento econômico-monetário sem precedentes, de um sistema constituído por população principalmente de origem europeia⁴⁹:

“Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia.” (FURTADO, 2007, ps. 85-86).

Dentre o discurso de Furtado, cabe ressaltar a relevância da demanda externa frente aos moldes de desenvolvimento econômico. Para exemplificar, segundo o autor, foi essa demanda externa – sua ausência, no caso – a responsável por regredir a economia mineradora ao se esgotarem as jazidas de ouro. Sem uma base industrial com trabalho remunerado, a economia se manteria a mercê de sua dinâmica com o mercado externo. Para Furtado, é com a advento da produção do café que o Brasil experimenta uma economia urbana diversificada, com a formação de um mercado de trabalho assalariado e uma base industrial.

5.1.3. O CICLO DO CAFÉ

O ciclo cafeeiro representa um desvio dentro do cenário econômico nacional. Na parte em que se debruça sobre a economia de transição para o trabalho assalariado, Celso Furtado aponta um período, entre os anos de 1775 e 1850 de grande estagnação econômica. Devido a decadência das minas, grande parte das atividades econômicas

49 Ver também GOULARTI FILHO, Alcides. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. In: Revista de Economia (Curitiba), Curitiba, v. 23, n. 25, p. 123-137, 1999.

paralelas observaram intensa queda de produtividade. Somente após o processo de independência é que a economia cafeeira passa a alavancar seus níveis de produção.

É possível captar a importância do café na economia nacional mediante seu pioneirismo como o primeiro produto de exportação controlado por brasileiros, fomentando a criação de um mercado interno na região Centro-Sul do país, dando suporte futuramente para o desenvolvimento da atividade industrial, comercial e financeira na região.

Para compreender a introdução do café dentro da dinâmica exportadora da economia brasileira, cabe fazer um breve retrospecto ao período de recessão das exportações de açúcar e algodão do Brasil. Na dinâmica açucareira, o açúcar de beterraba europeu vinha se mostrando um grande concorrente no comércio exterior. Nas Américas, o Brasil esbarrava na produção açucareira de Louisiana e Cuba, sendo essa última mais atraente ao mercado consumidor americano devido aos baixos fretes se comparados ao mercado brasileiro.

Já na dinâmica algodoeira, o cenário brasileiro se mostrava ainda mais decadente. A oferta se tornou intensa devido ao desenvolvimento da produção nos Estados Unidos, muito em decorrência do baixo custo de fretes, terras e mão de obra escrava em abundância. Com isso, os preços foram reduzidos, sofrendo alterações a partir do terceiro decênio do século passado. A queda no nível de preços fez com que a produção no Brasil despencasse, permanecendo apenas na economia de subsistência, em locais em que a produção de algodão era existente (FURTADO, 2007, p. 118).

A economia brasileira pode ser caracterizada por um elevado coeficiente de importação e fortes desequilíbrios na balança de pagamentos, em reflexo das bruscas quedas de preço das matérias-primas no mercado mundial.

Para se inserir novamente no cenário do comércio internacional, o Brasil necessitava com urgência de uma nova pauta exportadora. É importante considerar que o país, até então, não possuía técnicas próprias e praticamente não se formavam capitais para que pudessem ser desenvolvidas novas atividades. Em abundância, o cenário econômico nacional obtinha apenas um item: a terra.

As condições necessárias para a produção de café correspondiam precisamente com o cenário oferecido pelo Brasil: abundância de terras, clima tropical, e baixa necessidade de técnicas especiais de plantio e de investimento. Na região do Rio de Janeiro, com a chegada da corte portuguesa e a mudança de hábito social, tem-se os

primeiros territórios voltados a produção cafeeira. No entanto, não tardou para que a economia cafeeira trafegasse até São Paulo.

O mercado interno passou a ser um dos principais movimentadores da atividade econômica da população próxima aos grandes cafezais. De acordo com Furtado (2007, p. 121), o comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de elevada importância, e deu origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais, que acumulou capitais no comércio e transporte de gêneros e de café. Grande parte desses homens viria a constituir a chamada vanguarda da expansão cafeeira.

As estruturas econômicas anteriores (em especial o açúcar e o ouro), foram as grandes responsáveis pelas instalações, transportes e comercialização que foram utilizadas pelo café, assim como a disponibilidade de um estoque de mão de obra escrava ociosa. Soma-se ainda, um complexo de atividades importadoras e exportadoras de mão de obra escrava.

O término progressivo do tráfico de escravos levou a economia cafeeira a uma virada fundamental, na medida em que a expansão do negócio implicou a transição para um regime de trabalho livre assalariado ou semiassalariado. Consequentemente, a monocultura cafeeira representou a primeira atividade econômica dependente de um uso massivo de trabalho livre no Brasil.

É a partir do café que se teria originado um mercado interno brasileiro. Seu crescimento era elevado, apesar da tendência inerente do sistema em concentrar renda, já que o salário real se manteve praticamente estável durante todo o decorrer do seu processo de expansão:

“o setor cafeeiro pôde, na verdade, manter seu salário real praticamente estável durante a longa etapa de sua expansão. Bastou que esse salário fosse, em termos absolutos, mais elevado que aqueles pagos nos demais setores da economia, e que a produção se expandisse, para que a força de trabalho se deslocasse.” (FURTADO, 2007, p. 220-221).

Em suma, todo o conjunto de impulsionamento externo poderia ser revertido em investimento já que não havia pressão para aumento de salários. No entanto, o salário real do setor de subsistência aumentava mediante o aumento de produtividade e do fluxo monetário. Ou seja, o quantitativo de salários monetários se elevava mais intensamente do que o produto global.

Não havia assim, uma pressão por incremento dos custos de salário e uma grande oferta de terras cultiváveis. Consequentemente, não havia incentivos para que os grandes produtores de café investissem em um aumento de produtividade por trabalhador ou mesmo por hectare de terra cultivada, tornando o incentivo exclusivamente extensivo.

A implementação do novo regime de trabalho em solo brasileiro ocasionou na fomentação de uma economia monetária. Surgiu, portanto, uma nova dinâmica no fluxo de renda atrelada a uma estrutura social mais diversa, com raízes proporcionadas pela nova divisão de trabalho. Todavia, a nova dinâmica inserida na economia nacional não se reverteu em capacidade de desenvolvimento endógeno, com associação de diversificação de outras atividades produtivas, cimentando o Brasil no atraso, conforme aponta Furtado em sua obra:

“Não conseguindo o Brasil integrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial durante essa etapa de rápida transformação das estruturas econômicas dos países mais avançados, criaram-se profundas dissimilaridades entre seu sistema econômico e os daqueles países”. (FURTADO, 2007, p. 150).

Entendeu-se que a dinâmica ocorrida no Brasil ainda se contrapunha na condição de economia de subsistência. Em que pese havia ocorrido a inserção do trabalho assalariado, a abundante disponibilidade de mão de obra nos setores de baixa produtividade fomentava um determinado limite para os níveis de salários, gerando assim uma ligação dos salários dos setores dinâmicos com os rendimentos do trabalho na economia de subsistência, já que ocorreu uma grande transferência de trabalhadores dos setores de subsistência para o setor cafeeiro.

Ao isolar e analisar os ciclos econômicos do Brasil sob a ótica de Celso Furtado, cabe à próxima seção apontar algumas das principais características da abordagem econômica de Furtado dentro da amostra brasileira, cujas bases estabelecem as condições necessárias para a constituição de uma economia periférica dentro do cenário do capitalismo mundial.

5.2 – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ECONOMIA BRASILEIRA DENTRO DO DISCURSO DE CELSO FURTADO

Alguns elementos são fundamentais para a compreensão da abordagem econômica utilizada por Furtado no que concerne a análise da economia brasileira. Dentre tais fatores, é possível destacar as transações monetárias frente as transações em espécie, a relação estabelecida entre a produtividade e a retenção ou liberação de recursos, a

economia de subsistência em confronto com a economia excedente, e por fim, os preços relativos.

É importante ressaltar que alguns conceitos mencionados por Furtado dentro do âmbito econômico são singulares e não se associam diretamente com os conceitos aceitos pelos economistas em geral. Atentar-se a significância de tais conceitos dentro do discurso de Furtado mostra-se como a peça chave para compreender o alcance de sua abordagem econômica.

É possível considerar que Furtado aponta as economias coloniais como grandes depósitos de fatores de produção (recursos naturais, terra e trabalho) subutilizados ou mesmo inativos. Dessa forma, quando um conjunto de fatores produtivos alcança o *status* promitente, ou mesmo a descoberta de metais preciosos, estabelece-se uma ligação entre os fatores de produção e a economia global. Em suma, o comércio internacional adota o papel de ativar os recursos anteriormente subutilizados ou inativos, elevando a produtividade da economia até então ociosa.

Assim, compreende-se que a tomada de decisões dentro do eixo produtivo da colônia é influenciada diretamente pelos caminhos e desvios da demanda do mercado internacional em expansão. A articulação dos fatores produtivos, desta feita, só se torna dinâmicos quando subordinados aos interesses internacionais, não conferindo autonomia as escolhas de práticas produtivas por parte dos agentes econômicos internos. Para Furtado, cria-se um cenário de disparidade, que possivelmente ocupará posição central dentro das questões de política econômica no decorrer dos próximos anos:

“A solução desse problema [disparidade] constituirá, muito provavelmente, uma das preocupações centrais da política econômica no correr dos próximos anos. Essa solução exigirá uma nova forma de integração da economia nacional, distinta da simples articulação que se processou na primeira metade do século.” (FURTADO, 2007, p. 332-333).

Furtado busca fomentar uma relação entre a situação da economia colonial do Brasil, como uma economia pré-capitalista, e os limites inerentes para seu pleno desenvolvimento, inserindo também uma abordagem comparativa entre outras economias ditas coloniais⁵⁰. Constata, dessa maneira, a condição periférica da economia colonial brasileira, em confronto com o capitalismo global em expansão, tendenciada a

50 Furtado inicia tais apontamentos ao ressaltar a diferença entre as colônias de povoamento e de exploração já em *A Economia Brasileira* e no capítulo V de *Formação Econômica do Brasil*.

movimentos coordenados pela demanda internacional, fomentando assim uma corrente de especializações cíclicas que impediram uma diversificação da economia nacional, agravando quadros de desigualdade social e intensificação do *status* de subdesenvolvimento.

Furtado lançou as bases para uma análise comparativa para melhor compreensão das características estruturais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Para tanto, o autor não se limitou apenas a abordagem das colônias norte-americanas, abraçando também a comparação com os países da América Latina⁵¹, possibilitando explicações para o atraso econômico brasileiro.

Com isso, assim como nas economias latinas, o Brasil detinha um sólido setor exportador, que poderia fomentar um processo de unificação do mercado de trabalho e expansão dos níveis de renda. No entanto, tal possibilidade foi confrontada com a grande quantidade de mão de obra presente nos setores ociosos e de subsistência, somados ao quantitativo originado pela imigração vinda da Europa, que migrou para os setores dinâmicos, impossibilitando assim, uma elevação dos níveis salariais e o processo de homogeneização da sociedade em níveis de renda elevados. De acordo com Furtado:

“No Brasil, apesar da pujança da economia do café e do seu elevado nível de emprego, a dimensão continental do país levou a que se estabelecesse uma oferta ilimitada de mão-de-obra, a qual manteria e, até mesmo, acentuaria uma distribuição extremamente desigual da renda. Os fluxos migratórios inter-regionais atuavam como mecanismo de equalização do custo da mão-de-obra reforçando a rentabilidade das inversões capitalistas na região dinâmica. Contrariamente à Argentina, o Brasil constitui um caso exemplar de industrialização com oferta ilimitada de mão-de-obra.” (FURTADO. 2005, p.7)

Inúmeros fatores levaram outras nações a obter sucesso no processo de desenvolvimento autossustentado, como no caso americano, uma vez que a prática colonial desses países se manteve baseado na reprodução de práticas produtivas e culturais inspiradas pela Europa. No cenário brasileiro, viu-se a obrigação de passar por um processo de transição entre uma estrutura agrícola voltada a exportação ante ao desenvolvimento de um setor interno, fomentado tardiamente sob condições adversas. Furtado ressalta a importância da relação entre a liberação e a retenção de recursos subutilizados e suas posteriores consequências.

51 Em *Raízes do Subdesenvolvimento* (2003), Furtado realiza uma análise comparativa entre a economia brasileira e as economias argentina e uruguaia.

É possível compreender que o êxito obtido com a política de exploração das colônias ocasionou uma condição econômica difícil de ser ultrapassada, uma vez que a relação das economias coloniais com o mercado europeu limitou a possibilidade de diversificação das atividades e dos recursos produtivos, em paralelo ao desenvolvimento endógeno.

No caso das colônias de povoamento, ainda com as barreiras de expansão por meio da ligação com a economia global, foi reproduzido o modo de produção europeu, fomentando o desenvolvimento de classes trabalhadoras homogêneas, composta em especial, por pequenos proprietários de terras, voltados a atividades produtivas menos dependentes se comparadas as colônias de exploração. Nas palavras de Furtado, “[...]o que se podia produzir na Nova Inglaterra era exatamente aquilo que se produzia na Europa” (FURTADO, 2007, p. 22).

No caso brasileiro, as atividades produtivas caracterizavam o país em posição periférica dentro do cenário do capitalismo mundial, expandido pelo comércio internacional. A economia nacional, por sua vez, nos dizeres de Furtado⁵², participou do processo de expansão como ator coadjuvante, submetido às vontades da demanda externa. Assim, apesar de um grande crescimento da empresa agrícola brasileira, tal relação foi responsável por aprofundar o dualismo produtivo e a estrutura social concentradora do país, uma vez que o crescimento econômico se deu em quesitos de extensão, sem movimentos de modificações estruturais.

Serão analisadas as relações estruturais que guiavam o funcionamento dos mecanismos condutores dos ciclos econômicos no Brasil durante o momento pré-industrial e sua dualidade econômica, característica da sua posição periférica frente à economia global na construção teórica de Furtado. Cabe inserir também, a relação de tais elementos à analogia de outros países latino americanos e suas atividades produtivas e a conexão dos determinantes da expansão e contração da renda monetária por meio dos setores voltados à exportação do país, associados à formação do setor de subsistência do país⁵³.

Para que se possa analisar o discurso de Celso Furtado, cabe a constatação da utilização, por parte do autor, de inserção da economia colonial brasileira em um contexto

52 Furtado, 2007, p. 95.

53BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

de confronto com os principais fatores de êxito das economias centrais. Assim, o autor utiliza-se das bases históricas para interpretar as causas que culminaram nas diferentes estruturas econômicas periféricas, onde após a análise dos ciclos econômicos nacionais, insere uma abordagem comparativa com as formas de colonização realizadas em outras regiões das Américas, já que a constituição econômica do Brasil é melhor compreendida, na visão do autor, quando se comparada com as demais empresas coloniais instauradas no período.

As diferenças localizadas entre as diferentes formas realizadas, podem ser notadas ao se aprofundar nas estruturas produtivas de cada colônia desde o início, assim como o grau de subordinação e autonomia que lhe eram conferidos. Segundo Goularti e Moraes, o sucesso da colonização portuguesa não pode ser explicado de maneira isolada, decorrendo contrariamente aos movimentos internacionais:

“Para tanto a colônia portuguesa logrou, em seu entendimento, a resolução dos principais problemas econômicos (técnica de produção, criação de mercado, financiamento, mão-de-obra) relativos a grande empresa agrícola. O empenho do governo português em conservar suas possessões na América, nutrido também pela esperança de encontrar ouro, só pôde se sustentar pelos seus resultados, que amenizavam o fardo nas finanças do “pequeno reino”. O êxito português, todavia, não se explica isoladamente, decorre, pelo contrário de movimentos internacionais, ao que a história econômica comparada é o recurso central da exposição.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 67).

Com o objetivo de esclarecer tais apontamentos ao leitor, Furtado utiliza-se da análise comparativa para mostrar que as jovens economias que obtiveram êxito através do mercado interno, se tornariam aptas a alcançar um novo grau de desenvolvimento. No capítulo V de *Formação Econômica do Brasil*, Furtado utiliza-se de contraste para fortalecer sua reflexão sobre as colônias ibéricas, dado que "o principal acontecimento da história americana no século XVII foi, para o Brasil, o surgimento de uma poderosa economia concorrente no mercado dos produtos tropicais" (FURTADO, 2007. p. 46).

Desta feita, Furtado caminha pelo estabelecimento das colônias, dando ênfase a empresa colonial espanhola, destacando um cenário de subordinação e dependência. O grande destaque vai para a descoberta precoce de metais preciosos, conferindo ao episódio grande anseio pela extração do minério, acarretando desinteresse por parte da colônia espanhola em estabelecer um entreposto comercial entre as colônias. A base, portanto, da empresa colonial espanhola viria a ser a exploração da mão de obra.

A intensificação do fluxo de metais preciosos à Espanha, por sua vez, desencadeou uma série de transformações na base da estrutura de sua economia. Com o crescimento do poder estatal em paridade ao aumento de sua riqueza, ocorreu o aumento substancial dos gastos públicos, revertendo-se em intensificação do cenário inflacionário, culminando em déficit na balança comercial. Acrescenta-se ainda, os subsídios fornecidos pelo Estado que fomentaram a elevação de uma parte inativa da população espanhola, diminuindo a interação econômica dos grupos relacionados as atividades produtivas, colapsando a produção de manufaturas da empresa espanhola.

A derrocada da economia espanhola afetou diretamente as colônias, reduzidas a extração de metais preciosos e abastecimento da população local com manufaturas pouco complexas. Dessa forma, intensificou-se a economia de subsistência dentro do cenário espanhol, transformando-se também em uma das razões preponderantes do êxito das práticas produtivas adotadas por Portugal. Se debruça sobre a análise da empresa espanhola via percepção do dualismo econômico existente, também recorrente na economia brasileira e se atenta ao mecanismo explorador voltado integralmente ao setor lucrativo via exploração, descartando a alimentação de setores internos da colônia, assim como sua integração.

De acordo com Moraes e Goularti, os principais objetivos políticos e militares das novas potências em ascensão com a derrocada espanhola, sendo elas Holanda, França e Inglaterra; foram determinantes na distinção entre as colônias portuguesas e espanholas na América, onde “a pequena propriedade foi um traço marcante, pois buscava-se, ao colonizar ilhas caribenhas, a densidade populacional que permitisse incursões contra o rico domínio espanhol.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 68).

No que tange a análise comparativa ocorrida na colonização empreendida nas Antilhas e na América do Norte, Furtado observa que estas se desenvolvem como elemento de um sistema maior – o fator dinâmico de sua economia se dá do lado de fora dela: são as Antilhas, colônias produtoras de artigos tropicais:

“Essa colonização, promovida por Inglaterra e França, principalmente, em boa medida, também era tratada como negócio, já que as companhias de colonização lucravam com os assentamentos, em que pese os elevados custos de transporte e a dificuldade inicial em acertar os produtos agrícolas que forneceriam lucratividade e que fossem compatíveis com o minifúndio. Chegou-se, todavia, com a produção de algodão, anil, café e fumo, adequados ao clima das Antilhas, a resultados duplamente satisfatórios, para a lucratividade das companhias colonizadoras e para a formação das milícias das potências expansionistas. Essa condição reforçava o recrutamento de mão de obra, que chegou a usar prisioneiros e, assim como portugueses

a africanos, a promover sequestros de europeus.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 69).

Obtém-se a caracterização de uma sociedade integralmente distinta das que predominavam nas colônias agrícolas voltadas a exportação, com uma produtividade média inferior, porém, com uma baixa concentração de renda. Tal processo fomentou um fluxo de renda também distinto do ocorrido nas colônias de exploração de produtos tropicais. Tais diferenças estruturais dentro da composição econômica da colônia correspondia também as grandes disparidades de comportamento dos grupos sociais inseridos nos dois tipos de colônias analisadas pelo autor:

“Ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações, em que parte substancial dos gastos de consumo estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações, nas colônias do norte dos EUA OS gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população, sendo relativamente grande o mercado dos objetos de uso comum.” (FURTADO, 2007, p. 61).

Ao revisitar a estrutura econômica brasileira em comparação dualística, é possível observar que as principais partes do sistema implantando nos Estados Unidos estão separadas, sendo a parte dinâmica exportadora localizada nas colônias do Norte e a economia de subsistência, nas Antilhas. Tal separação é fator fundamental para compreender o desenvolvimento posterior de ambas as partes.

Assim, nas colônias americanas, viu-se uma economia dinamizada de dentro para fora, com a produção voltada ao abastecimento do mercado interno. Internamente, não havia uma separação entre uma pauta de produção exportadora e para o mercado interno, que somados a abundância de terras e regime de servidão temporária, atraía uma grande parcela de europeus. Em suma, a mão de obra das colônias norte-americanas pode ser considerada outro traço bastante distinto em comparação à problemática das empresas coloniais espanhola e portuguesa:

“Diferente das colônias ibéricas, a principal fonte do contingente humano deslocado às colônias do hemisfério norte seria a população daquelas mesmas potências. A exemplo disso, Furtado destaca a relativa facilidade com que a Inglaterra utilizou de emigrantes das ilhas britânicas para povoar suas colônias, tanto da Nova Inglaterra como na Antilhas. Essa disponibilidade de pessoas, dispostas ao duro traslado e às condições de trabalho oferecidas, era consequência de movimentos internos, como o êxodo rural causado pelos cercamentos e as perseguições religiosas e políticas nas ilhas britânicas. Ou seja, outro traço bastante diferente da constante escassez de mão de obra vivida por portugueses e espanhóis.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p 69).

Consolida-se assim, uma população com características homogêneas, com baixa concentração de renda, constituindo um mercado consumidor de manufaturas. Com isso, grandes diferenças se arrolavam entre as formas sociais das diferentes colônias, uma vez que nas empresas coloniais exportadoras, o grupo dominante mantinha suas atividades produtivas ligadas aos interesses da metrópole, diferentemente do que ocorria nas colônias do norte dos Estados Unidos, onde os grupos dominantes obtiveram autonomia elevada frente a um sólido mercado interno, não os deixando suscetíveis às flutuações do comércio global. Para Furtado:

“[...] surgia uma economia similar à da Europa contemporânea, isto é, dirigida de dentro para fora, produzindo principalmente para o mercado interno, sem uma separação fundamental entre as atividades produtivas destinadas à exportação e aquelas ligadas ao mercado interno. Uma economia deste tipo estava em flagrante contradição com princípios da política colonial e somente graças a um conjunto de circunstâncias favoráveis pôde desenvolver-se.” (FURTADO, 2007, p. 61).

Segundo Moraes e Goularti (2019, p. 69), “O capítulo VI, Consequências da penetração do açúcar nas Antilhas, conclui a comparação na primeira parte do livro”. Tal artifício não deixa de lado, por exemplo, a não prevalência do minifúndio ao longo de todo o território ao norte dos Estados Unidos. Segundo os autores:

“Na Virgínia bem como nas Antilhas, as dificuldades para o abastecimento de mão de obra europeia levavam, pelo interesse frio das companhias interessadas no comércio das colônias, a introdução do trabalho de escravos africanos. Ao passo em que os preços internacionais de produtos tropicais eram reduzidos, punha-se em xeque a viabilidade da pequena propriedade, a essa época, já sofrendo com a concorrência de grandes plantações escravistas. Modificava-se, assim, esse aspecto da colonização antilhana, trazendo um grande impacto para o Brasil e seu monopólio do açúcar.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 70).

A introdução do dualismo dentro da abordagem estrutural da formação da economia brasileira torna-se um artifício utilizado por Furtado também na análise da estrutura dos ciclos econômicos da colônia portuguesa. Segundo Bielschowsky (1996, p. 168), a análise comparativa de Furtado pode ser considerada “um artifício expositivo habilmente empregado pelo autor para reforçar a caracterização da formação da estrutura econômica subdesenvolvida no Brasil”.

É passado para a análise dos ciclos econômicos brasileiros, retomando questionamentos sobre os determinantes da expansão e contração da renda monetária a partir dos setores exportadores e a identificação da formação do setor de subsistência na

colônia agrícola. Mira-se os holofotes ao setor açucareiro, baseado na mão de obra escrava, que fomentava um cenário propício a dinamização do desenvolvimento econômico, ante a disponibilidade de terras cultiváveis, de elevada rentabilidade atrelada a mão de obra barata. No entanto, o sistema alimentado na colônia portuguesa tendia a uma elevação dos níveis de concentração de renda na mão de um pequeno grupo de grandes proprietários de terras, que revertiam seus lucros ao exterior.

A renda monetária da colônia, portanto, era praticamente nula, uma vez que os níveis de consumo interno eram extremamente baixos. Este quadro não enseja, conseqüentemente, a possibilidade de reprodução da renda através de seu efeito multiplicador, uma vez que este se dá de forma interna, não havendo nenhuma possibilidade de que o crescimento, associado ao desenvolvimento econômico, se desse com base no impulso externo. Furtado trata da seguinte maneira a questão do fluxo de renda na colônia escravista açucareira:

“A renda que se gerava na colônia estava fortemente concentrada na mão da classe de proprietários de engenho. Do valor do açúcar no porto de embarque apenas uma parte ínfima (não superior a 5 por cento) correspondia a pagamentos por serviços prestados fora do engenho no transporte e no armazenamento. Os engenhos mantinham, demais, um certo número de assalariados: homens de vários ofícios e supervisores do trabalho dos escravos. Mesmo admitindo que para dez escravos houvesse um empregado assalariado – mil e quinhentos no conjunto da indústria açucareira – e imputando um salário monetário de 15 libras anuais cada um, chega-se à soma de 22.500 libras, que é menos de 2 por cento da renda gerada no setor açucareiro. Por último cabe considerar que o engenho realizava um certo monte de gastos monetários, principalmente na compra de gado (para tração) e de lenha (para as fornalhas). Essas compras constituíam o principal vínculo entre a economia açucareira e os demais núcleos de povoamento existentes no país. [...] a inversão em bois seria da ordem de 75.000 libras e os gastos de reposição de cerca de 25.000. Supondo mesmo que os gastos com lenha e outros menores chegassem a dobrar esta cifra, os pagamentos feitos pela economia açucareira aos demais grupos de população estariam muito pouco por cima de 3 por cento da renda que a mesma gerava. Tudo indica, destarte, que pelo menos 90 por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantação de cana.” (FURTADO, 2007, p. 79-80).

Em que pese houve um aumento populacional mediante processo de ocupação das áreas férteis, a atividade açucareira escravista não foi capaz de desenvolver um mercado consumidor que interagisse com os sistemas de produção. Tal movimento torna nulo as vantagens as se obter com o respectivo crescimento demográfico como elemento fundamental do desenvolvimento econômico:

“Não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo desse lugar a um processo de desenvolvimento de autopropulsão. O crescimento em extensão tinha a virtude de ocupar grandes áreas, nas quais se concentrava uma população relativamente densa. Entretanto, o mecanismo interno da economia, que não permitia que se articulassem o sistema de produção e o de consumo, anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento estimulante de desenvolvimento econômico”. (FURTADO, 2007, p. 90).

Ainda no modelo escravista de produção açucareira, observa-se uma reação distinta no que se refere as crises, se comparadas às economias de trabalho assalariado. Com o advento da modificação do perfil fundiário das colônias antilhanas, junto a necessidade de realocação de capitais dos holandeses expulsos do nordeste brasileiro, por volta da segunda parte do século XVII, surge nas Antilhas um clima propício, originando “[...]uma potência na produção de açúcar, quebrando o monopólio brasileiro e transformando aquelas ilhas[...]” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 70).

Confrontando-se com uma redução da demanda externa, o empresário açucareiro não conferia vantagens mediante a redução dos seus níveis de produção, já que seus custos eram quase em sua totalidade, fixos. Dessa forma, o desaquecimento da produção se dava de maneira lenta, uma vez que o empresário se via compelido apenas de frear seus dispêndios na forma de repor o maquinário e sua força de trabalho.

Partindo do ponto do novo mercado concorrente, a economia escravista açucareira do Brasil, mostrava ser capaz de manter sua estrutura, mesmo diante de desequilíbrios externos, resistindo em mais de três séculos às mais bruscas depressões, recuperando-se sempre que as condições do mercado externo melhorassem novamente, sem ocasionar em nenhuma modificação estrutural significativa. Como consequência da projeção e resistência da economia açucareira, tem-se na atividade pecuária a incumbência de fornecer alimentos e utilizar-se da tração dos animais para conferir a introdução de uma rede de transportes dentro da colônia. A atividade característica do “complexo nordestino”, apresentava características distintas da grande empresa agrícola, especialmente em níveis de produtividade, capaz de gerar pouca renda monetária.

Funcionaria como um amenizador das tensões econômicas e sociais do complexo econômico brasileiro, pois “tinha a capacidade de transformar-se em *locus* de economia de subsistência de vastas populações que migravam do litoral para o interior nos momentos mais críticos da reprodução do sistema produtivo litorâneo.” (ARAÚJO, 2008, p. 62).

Em consequência, ocorreu uma redução brusca de produtividade média do sistema do “complexo nordestino” em sua totalidade. Tal processo ocorreu de maneira lenta e se estendeu até meados do último quarto do século XVII a começos do século XIX. A renda real per capita da população declinou assiduamente. De acordo com Araújo:

“todavia, a articulação entre a produção açucareira e criatória, se por um lado evitou a falência total do complexo nordestino, por outro lado, contribuiu para a não superação de uma forma de produção do sistema capitalista em bases arcaicas para mais modernas. Para, além disto, preservou a produção por extensão (incorporação de terras tanto no litoral quanto no interior), isto é, conservando todas as características dos seus primeiros passos no século XVI [...]” (ARAÚJO, 2008, p. 62-63).

Furtado então, considera que o momento ocorrido no “complexo nordestino” foi representante de um “processo de involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, fazendo com que a produtividade média do setor pecuário declinasse à medida que este crescia” (FURTADO, 2007, p. 106). Para Araújo (2008, p. 63) “[...] todo esse processo ocorrera sobre a égide do capital mercantil, constituindo-se este último num dos entraves ao desenvolvimento da região e contribuindo para retardar a elevação da mesma ao estágio capitalista superior”.

Utilizando do mesmo procedimento analítico, Furtado aborda a ascensão da economia mineradora escravista. Nas palavras de Moraes e Goularti, o ciclo econômico pautado na extração de ouro nas minas é caracterizado por uma integração no plano internacional:

“Nesse contexto o chamado ciclo do ouro é caracterizado por uma integração, no plano internacional, da economia mineira brasileira a forte expansão da manufatura e das finanças da Inglaterra, graças a concentração de reservas. A economia do Brasil se beneficiava com a expansão demográfica e Portugal assumia papel secundário no esquema, dependente da Inglaterra. (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 71).

De acordo com Furtado, a ocupação das áreas ao Centro-Sul do Brasil acarretou na formação de uma economia de subsistência mais ampla, em proporções inéditas dentro da colônia portuguesa. Para Coutinho, a economia mineradora contribuiu diretamente para elevação do grau de monetização e de integração dentro da economia colonial:

“A firma mineradora não desfrutava de autossuficiência. Totalmente concentrada na atividade extrativa, adquiria alimentos para os escravos, pagava transporte, demandava bens e serviços diversos. Se admitirmos que essas aquisições envolviam dinheiro, teria ocorrido aumento geral do grau de

monetização da economia, um resultado crucial, já que, no esquema explicativo de Furtado, a ativação do mecanismo multiplicador de renda depende da existência de transações monetárias. O núcleo minerador chegou até mesmo a articular atividades econômicas em outras regiões; é o caso das tropas de muars do extremo Sul, da compra de gado bovino do Sul e do Nordeste, assim contribuindo para elevar o grau de monetização e de integração da economia em todo o território colonial.” (COUTINHO, 2008, p. 364-365).

Em que pese foram fundamentados novos parâmetros à economia colonial, a nova riqueza fomentada pela extração mineira acarretou na elevação de preços de maneira geral, tanto nas regiões centrais, como nas regiões vizinhas as minas. A atividade criatória, por sua vez, assumiu papel de destaque, proporcionando alta rentabilidade em regiões mais distantes. Diferentemente do que ocorrera na empresa açucareira, a mineração, auxiliada pela pecuária, efetivou a integração da economia na região do Centro-Sul.

De acordo com Furtado (2007, p.126) “o desenvolvimento endógeno – isto é, com base no seu próprio mercado – da região mineira foi praticamente nulo”, tendo como causa principal não somente a rentabilidade do investimento em mineração, ou mesmo a proibição da prática de atividades manufatureiras por parte da metrópole, mas sim “a própria incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras em escala apreciável” (FURTADO, 2007, p. 127).

Com o esvaziamento das jazidas de ouro, de maneira rápida, todo o complexo econômico estabelecido na região sofreu uma rápida decadência. O que se seguiu, foi uma movimentação de retorno a economia de subsistência, com uma grande massa populacional inserida em intenso declínio, com encolhimento vertiginoso da economia monetária.

Durante o último quartel do século XVIII, a Inglaterra já se posicionava frente à Revolução Industrial. Segundo Moraes e Goularti (2019, p. 71), “abria-se uma nova fase de desenvolvimento daquela potência que não mais se enquadravam as políticas protecionistas de outrora”. Ainda de acordo com os autores, as vantagens que a Inglaterra detinha em função de Portugal, foram transferidas para sua colônia:

“As vantagens que a Inglaterra tinha em relação a Portugal, todavia, transferiram-se a sua colônia, quando da mudança da sede da Coroa. E essa tutela inglesa permaneceu mesmo após a Independência do Brasil, em 1822. É bem verdade que a Inglaterra operou nos bastidores do processo, interessada em que não fosse reconhecido ato de agressão da colônia em relação ao reino de Portugal, caso em que a Inglaterra deveria intervir militarmente, conforme acordos de proteção com os portugueses. Com isso, ingleses priorizavam a

manutenção dos privilégios que dispunham com o governo brasileiro, àquela altura oferecendo mais vantagens do que Portugal. Pelo acordo de 1827, Inglaterra firmava essas vantagens, como a tarifa de 15% ad valorem para as importações brasileiras provenientes do país anglo-saxão, reduzida em relação aos 24% cobrados dos demais. Mais tarde, como forma de retirar a diferenciação à Inglaterra a tarifa foi reduzida aos demais parceiros comerciais.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 72).

Observa-se uma estrutura econômica que “permanecia baseada no escravismo e na grande propriedade rural. A produção de café, somente na segunda metade do século XIX, seria elemento transformador do sistema econômico nacional.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 72).

O início das atividades produtivas nos cafezais gerou ao país a possibilidade de se reintegrar ao comércio global novamente. Um fator positivo para a implementação da produção de café no Brasil, foi o grau de capitalização mais baixo que o da indústria açucareira. Tal fato motivou não somente a formação de uma nova classe empresária dirigente, mas também uma alteração na concentração demográfica, com a imigração da mão de obra da região norte para a região sul do país. Após período de fundamentação e de implementação de técnicas de cultivo, o setor cafeeiro se tornou capaz de financiar a si próprio, expandindo suas terras férteis. Em que pese demonstrasse um terreno fértil para os grandes empresários locais, esbarrou na problemática da mão de obra.

Furtado se concentrou, primeiramente na análise da distribuição da população em expansão entre atividades de subsistência e a atividade voltada à exportação, bem como no exame do fluxo de renda ocasionado a partir do setor dinâmico do período. Segundo Moraes e Goularti (2019, p. 75):

“Assim é em extensas passagens no capítulo sobre a *Gestão da Economia Cafeeira*, onde Furtado compara a formação das classes dirigentes nas economias açucareiras e cafeeira, traçando um preciso perfil dos tipos sociológicos, e nos 3 capítulos reservados a análise de *O Problema da Mão de Obra* e nos seguintes, analisando fluxos migratórios, crescimento da população e da renda das grandes regiões brasileiras.”

Observando o contexto no qual se inseria a economia brasileira durante o período de surto do café, o problema da mão de obra foi o fio condutor para grande parte análise de Furtado. Assim, Furtado busca explicar os principais aspectos relacionado a problemática, sejam elas, as causas econômicas para a importação em massa de imigrantes europeus com fim da escravidão, bem como os motivadores econômicos para não absorção da força de trabalho residente.

A justificativa informada pelo autor caminha pela interpretação de que a absorção da mão de obra existente no país, fundamentada no seio da economia de subsistência, demandaria altos investimentos, tanto financeiros quanto políticos, vista que a grande parte da população dispersa se encontrava fixada a um sistema de organização social subordinada aos grandes proprietários de terra da região (FURTADO, 2007, p. 106).

Posteriormente, com as adaptações e inúmeras modificações às novas estruturas trabalhistas advindas da empresa cafeeira, a escravidão se dissolveu lentamente. Ocorreria ainda um impulso motivado pela ideia de que a escravidão desacelerava o desenvolvimento econômico. Já na segunda metade do século XIX, a economia cafeeira gerou um crescimento exorbitante no nível de exportações, de 214%.

A região nordestina, no entanto, não foi capaz de integrar-se ao mercado externo, configurando-se como a região menos favorecida pelo crescimento advindo da nova atividade de monocultura. Já na região Sul, com incremento significativo de renda, o trabalho assalariado garantiu sua estabilidade, atraindo novos adeptos.

Nesse ínterim, a nova rede de trabalho assalariado em solo brasileiro ocasionou problemas com o exterior. Em destaque, tem-se a adaptação ao padrão ouro, expondo as grandes fragilidades de uma economia pautada na exportação de produtos de pouca complexidade. No entanto, a manutenção de estáveis índices de empregabilidade e aumentos no salário médio refletiam de maneira positiva na economia, como em produtividade e em nível de exportações, o que conferia uma defesa a permanência do nível de emprego.

Em suma, entende-se que o autor busca analisar através das principais características do processo de formação econômica brasileira as causas do seu subdesenvolvimento. Dentro da sua análise, utiliza-se da dualidade existente entre os setores modernos e de subsistência, atrelado a carência de diversificação do aparelho produtivo, somados a sua constatação da falta de fomentação a um mercado interno consumidor, capaz de gerar um desenvolvimento endógeno.

Ao utilizar-se de tais mecanismos, Furtado infere que se não fosse a estagnação ocorrida de três quartos de século, sustentava-se a não formação de uma economia de subsistência com enorme contingente de mão de obra ociosa. Como consequência, a elevada produtividade advinda do setor cafeeira teria sido capaz de elevar a pressão salarial, fomentando um mercado interno ativo, culminando em uma estrutura produtiva diversificada, com elevado padrão tecnológico em toda a estrutura econômica, semelhante ao cenário ocorrido nos Estados Unidos.

Segundo Moraes e Goularti (2019, p. 74) “enquanto, nos EUA, figuras como Alexandre Hamilton implementaram políticas de estímulo direto ao setor industrial, no Brasil, as mesmas bases teóricas smithianas levavam o Visconde de Cairu a uma defesa ferrenha do *laissez faire*⁵⁴.”

Ainda dentre as grandes disparidades entre a economia brasileira e americana, havia a disseminação de conhecimento técnico das manufaturas “haja vista que o bloqueio da metrópole ao desenvolvimento de atividades manufatureiras nas colônias inglesas era muito mais frouxo e, em alguns casos, mesmo fruto de incentivo.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 74).

Para Moraes e Goularti, outro ponto de destaque é concedido produção de ferro voltado a indústria naval americana e a exportação de algodão para a Inglaterra no ápice da Revolução Industrial:

Por sua vez, dado o desenvolvimento inicial de manufaturas, especialmente na produção de ferro e, ainda mais, na construção naval, as circunstâncias da Guerra de Independência dos EUA e, posteriormente, das guerras napoleônicas estimularam enormemente a produção interna, com efeito, houve forte acumulação de capital. Todavia, a razão maior para o extraordinário desenvolvimento dos EUA, no século XIX tem ainda outro mote, a integração da economia americana à própria revolução industrial pela enorme exportação de algodão, chegando a representar mais da metade do total exportado por aquele país. Isso porque, além do fluxo de renda, a produção algodoeira incorporava grandes extensões de terras, em um movimento de interiorização, e a abertura de importantes fluxos migratórios de mão de obra europeia, em moldes semelhantes ao que o café causava no Brasil, só que divergente em inúmeros outros aspectos.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 74-75).

O processo de independência dentro do quadro brasileiro, teria sido marcada por um momento de retração, sendo consideravelmente desfavorável a renda nacional. No Brasil, não havia sido fomentado um mercado interno sólido, composto por uma base técnica e empresarial, fomentadora de investimentos à industrialização. No cenário americano, obtivera-se uma fase de industrialização e de extraordinário dinamismo, características da sua estrutura ao fim de sua etapa colonial.

Furtado chega, então a conclusão de que o bloqueio sofrido pelo Brasil ante seu desenvolvimento industrial seria advindo, conforme citado anteriormente, da ausência de um mercado interno estruturado, base técnica e empresarial, ante um grupo social que

54 Expressão de origem francesa que simboliza o liberalismo econômico, na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência, taxas nem subsídios, apenas com regulamentos suficientes para proteger os direitos de propriedade.

fomentasse o processo de industrialização da economia. Flutuações nas exportações comprometiam a embrionária indústria têxtil, mediante o ínfimo nível de consumo interno. Tal processo acarretava no comprometimento da capacidade de importação de tecnologia, solidificando ainda mais os entraves ao problema da industrialização nacional.

A caracterização econômica do Brasil, por sua vez, pode ser arrolada, de acordo com Furtado, como em posição periférica do capitalismo em constante evolução. Na ótica do autor, mesmo quando inserido no comércio global e destituído da mão de obra escrava, o desenvolvimento é bloqueado mediante a estruturação econômica no período pré-capitalista. Assim, o longo período marcado pela subordinação ao mercado internacional acarretou na concentração de um grupo de mão de obra ocioso, incapaz de dinamizar a economia em função de seu reduzido poder de compra. Posteriormente, esse grupo ocioso viria a ajudar na manutenção dos níveis de salários, cimentando um baixo índice de desenvolvimento endógeno.

Em *A economia brasileira*, Furtado caracteriza a o sistema econômico nacional não como um sistema econômico em si, mas sim “parte dependente de um sistema”:

“É neste sentido que a economia colonial não constitui, propriamente falando, um “sistema econômico” e sim parte dependente de um sistema. Mas, como não existe mobilidade total de fatores entre a colônia e a metrópole, seria impróprio considerar a economia colonial para todos os efeitos parte integrante da metropolitana. Para que cresça aquela, de maneira geral é necessário que cresça esta última. Entretanto, a recíproca não é verdadeira”. (FURTADO, 1954, p. 63).

É possível inferir dentro do discurso utilizado por Furtado, que a economia brasileira se encontrava em uma condição pré-capitalista, pouco dinamizada, intensamente conectada a uma estrutura dualista e centralizadora de renda, componentes importantes na metodologia aplicada pelo autor para a fundamentação da análise do processo de subdesenvolvimento nacional, debatidos mais profundamente no decorrer do capítulo sexto⁵⁵.

5.3 – CARÁTER GERAL DA OBRA: *FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL*

Dentro do processo de estruturação da obra prima de Furtado, é possível observar dentro da abordagem referente a formação da economia brasileira algumas preocupações

55 O sexto capítulo do referido trabalho discute sobre os principais aspectos da teoria do subdesenvolvimento e do caráter precursor de *FEB* à análise de Celso Furtado.

e apontamentos formulares por parte do autor. Dentre elas, cabe destacar a análise do processo interno de acumulação, constituição e utilização da renda.

Formação Econômica do Brasil, por sua vez, fundamentou-se em um esquema de fluxos de renda, adaptado a cada grande momento dos ciclos econômicos brasileiros. Segundo Coutinho (2008, p. 12), os principais instrumentos de análise econômica utilizados por Furtado são “os ajustamentos entre as estruturas de oferta e demanda, o fluxo de renda e o mecanismo multiplicador”.

Mediante a perspectiva da renda, Furtado aborda o processo de formação de capital de cada grande ciclo exportador do Brasil, abrangendo sempre uma grande escala, pois as condições individuais, como a localização, clima, dificuldade de mão-de-obra, tornavam por condicionar as práticas produtivas à reunião de grandes montantes de investimento.

Na conferência da empresa açucareira, o capital inicial era de origem externa, sendo resumidos em equipamentos de mão de obra especializada advindos do continente Europeu. A mão de obra indígena era acessória. Com o estabelecimento da empresa agrícola, os gastos monetários eram revertidos na importação de equipamentos, pequenos insumos e na aquisição de mão de obra escrava.

A importação de mão de obra especializada ia se reduzindo ao longo do tempo, uma vez que o treinamento dos escravos que mostravam maior aptidão aos trabalhos requerentes de técnica mais profunda ia se intensificando. Assim, atingindo determinado grau de especialização, o nível de investimentos criava impeditivo ao incremento de fluxo de renda monetária.

De acordo com Coutinho (2008, p. 14), “o fluxo de renda monetária pode ser considerado o horizonte da análise permanente de Furtado”. Ainda segundo o autor:

“Sua versão do fluxo de renda admite dois traços peculiares: a distinção entre renda monetária e não-monetária, e a ênfase no comércio internacional. Com efeito, as transações e os pagamentos de fatores de natureza não-monetária são mantidos à parte do fluxo circular, simplesmente porque eles não ativam o mecanismo multiplicador, na versão de Furtado. As despesas não-monetárias podem até mesmo ser contabilizadas como custos, como no caso da subsistência dos escravos – o que significa que ela tem valor, podem ser expressas em dinheiro e afetam a rentabilidade dos negócios. Ainda assim, escapam do fluxo de renda.” (COUTINHO, 2008, p. 14).

Furtado aponta as consequências ocasionadas entre os processos de inversões realizados numa economia industrial e numa economia exportadora-escravista. No cenário industrial, a inversão responde a remuneração dos fatores produtivos, gerando

renda monetária. Os pagamentos aos fatores de produção, que posteriormente criarão renda circular, se somado, reconstituem o valor inicial da inversão (FURTADO, 2007, p. 90).

A inversão na economia exportadora apresenta características divergentes. A grande maioria dos recursos aplicados são resultantes de pagamentos realizados ao exterior. O montante restante se refere a utilização da mão de obra escrava. Assim, o custo de produção sintetiza-se em sua grande totalidade em custos fixos.

Nas palavras de Furtado, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão de obra, e o valor do produto do trabalho da mesma era lucro para o empresário. Tais inversões aumentavam o ativo do empresário, mas não criavam um fluxo de renda monetária, como no caso da economia industrial:

“Ora, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra, e o valor do produto do trabalho da mesma era lucro para o empresário. Sendo assim, a nova inversão fazia crescer a renda real apenas no montante correspondente à criação de lucro para o empresário. Esse incremento da renda não tinha, entretanto, expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento. A mão-de-obra escrava pode ser comparada às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos. Demais, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, etc. Essas inversões aumentavam o ativo do empresário, mas não criavam um fluxo de renda monetária, como no caso anterior.” (FURTADO, 2007, p. 86-87).

Furtado demarca a condição de não criação de renda monetária interna como um dos fatores preponderantes para a ausência de desenvolvimento endógeno do país. Para tanto, não observa apenas sob o preceito do investimento, uma vez que não seriam apenas as inversões que não criavam um fluxo de renda monetário, sendo também o consumo, resumido apenas as importações, que provocavam os pagamentos feitos exclusivamente ao exterior, ocasionando “vazamento do fluxo de renda” (COUTINHO, 2008, p. 14).

De acordo com Coutinho (2008, p. 14), “do mesmo modo, as exportações crescem de modo limitado à renda interna, porque a ausência de pagamentos em dinheiro inibe a atuação do multiplicador”. Tal ferramenta configura como peça importante dentro da análise de Furtado:

“[...] o traço peculiar reside na distinção entre rendas monetárias e não-monetárias. A bem da verdade, as rendas não-monetárias não contam como renda, para efeitos macroeconômicos. Elas não ativam o mecanismo multiplicador, que representa o motor dos modelos de crescimento presentes em Formação Econômica do Brasil.” (COUTINHO, 2008, p. 14).

Reduzindo o centro da análise ao ciclo econômico açucareiro, dentro da ótica dos fluxos de renda, no que concerne aos gastos dispendidos com consumo, investimento e receitas, são advindos dos empréstimos efetuados junto aos comerciantes de açúcar. Assim, entende-se que grande parte das receitas aferidas com o comércio açucareiro retorna como pagamento aos empréstimos.

O lucro líquido restante é revertido no consumo de mercadorias importadas, ou na expansão dos negócios. Assim, tanto as inversões quanto os lucros transformam-se em gastos no exterior. O fluxo de renda na economia açucareira ocorria, portanto, entre os grandes senhores de engenho e o exterior. Sem o fator do trabalho assalariado, os lucros dos empresários representavam a única renda monetária existente dentro da economia açucareira. Com pouca circulação de dinheiro na colônia, o fluxo de renda era resumido a simples cálculos contábeis. Furtado considera que os escravizados são responsáveis pela produção de seus meios de subsistência e por outras atividades não monetárias.

O mecanismo utilizado por Furtado apresenta duplo caráter. Por um lado, tem-se o setor dinâmico, com altos índices de produtividade, e do outro, tem-se o setor de subsistência, com baixos índices de produtividade e excedente. Para Coutinho (2008, p. 14), “as abstrações de Furtado, constroem-se sobre uma série de fatos estilizados”. Os mais relevantes são fundamentos sobre a dualidade entre “transações monetárias e em espécie, economia excedentária e de subsistência, setores de atividade econômica líderes e atrasados”. Dentro do sistema econômico açucareiro, o autor ressalta:

“No modelo de plantation canavieira de Furtado, toda a renda monetária concentra-se nas transações internacionais. As transações ocorridas no mercado interno são não monetárias ou absolutamente residuais. A mão-de-obra é escrava e, portanto, não paga. A unidade produtiva principal, o engenho de açúcar – a planta industrial e as lavouras em torno -, constitui o setor de alta produtividade. As atividades econômicas restantes são consideradas “de subsistência”. A expansão da produção é extensiva, não há progresso técnico na agricultura. A terra é o fator livre, ou quase livre, e o capital (incluindo os escravos) o fator escasso. O multiplicador de renda não atua, simplesmente porque não há pagamento de fatores no território nacional – os lucros convertem-se em despesas de importação” (COUTINHO, 2008, p.7).

A economia de subsistência, por sua vez, viria a ser “uma mera designação de setores de baixa produtividade”, podendo sim, produzir excedente. De acordo com

Coutinho (2008, p. 14) “[...] trata-se de um fato estilizado que poupou Furtado de considerações suplementares sobre preços relativos”. Dentre a análise dos setores líderes e dos setores atrasados, esta é atrelada a “capacidade de gerar crescimento econômico, e não à tecnologia dominante, ao tipo de força de trabalho utilizada, ou a outras características dos setores de atividades econômicas”. (COUTINHO, 2008, p. 14-15).

Assim, dentro da econômica açucareira, existia a possibilidade de crescimento econômico, porém, este era atrelado ao crescimento das exportações. A expansão econômica da colônia se tornava dependente da demanda externa e dos movimentos da economia internacional dentre outras colônias. Dessa forma, enquanto houvesse propulsão à produção nacional e os preços internacionais se mantivessem lucrativos, a produção açucareira se expandiria horizontalmente.

Entretanto, tal crescimento econômico baseado no impulso dos mecanismos externos não se revertia em um processo de desenvolvimento endógeno. Não existia assim, uma articulação direta entre os sistemas de produção e de consumo, demonstrando a ausência de dinamismo e autonomia no modelo de exploração agrícola. Nas palavras de Coutinho:

“No seu auge, as plantations de cana-de-açúcar e de café representaram setores de alta produtividade, a despeito da irrelevância do progresso técnico na explicação de seus desempenhos. Constituíam setores de alta produtividade porque os preços internacionais eram elevados e o território detinha vantagens comparativas nessas lavouras. Ao transitar para a economia industrial, Furtado mostrou-se mais propenso a levar em consideração a produtividade física e o progresso técnico.” (COUTINHO, 2008, p. 15).

Para Furtado, a crise na economia açucareira não confere diversificação econômica, muito menos a substituição de atividades produtivas. Ainda em sua fase expansiva, a ausência de pagamentos em dinheiro, associados ao baixo índice de produtividade na economia subsistente, bloqueavam os fomentos de demanda de atividades fora do eixo agrícola-exportador.

Entretanto, a crise açucareira, acompanhada do atrofiamento de um setor monetário diminuto, não apresentou as características intensas das crises econômicas de maior escala global. A empresa exportadora, diante das características apresentadas, era capacitada para preservar e expandir sua estrutura. O sistema açucareiro entrou em letargia, afetando todo o conglomerado social ao seu redor.

A economia mineira apresentou um sistema regido pela demanda externa, entretanto, seu fluxo de renda apresenta divergências frente a economia açucareira. Tendo um ciclo de duração curto se comparado ao período de domínio econômico regido pelo açúcar, a economia mineira baseou-se em perímetro bem menor. Em algumas regiões do Centro-Sul do país, observava-se que a produção oscilava em diferentes ritmos, acarretando em fluxos e refluxos de densidade populacional e renda. O fluxo de renda remetido ao exterior, por meio do pagamento de tributos, se intensificou de maneira considerável, devido ao trabalho da coroa portuguesa em arrecadar impostos, facilitados pela redução do território extrativista. Distinto do ciclo do açúcar, a mineração diversificou as atividades paralelas à atividade principal e incrementou as transações monetárias. Com isso, o efeito multiplicador foi capaz de alavancar a renda:

“Os escravos eram autorizados a trabalhar apenas nas minas, e não nas atividades de subsistência paralelas. Ao contrário da firma açucareira, a firma mineradora não era autossuficiente. Dependia de outros setores, especialmente para a provisão de alimentos. Na verdade, o ciclo do ouro estimulou a urbanização e a economia urbana. Admite-se, portanto, a existência de atividades econômicas relevantes fora do núcleo minerador” (COUTINHO, 2008, p. 6).

Apesar do ciclo aurífero obter uma renda média em níveis inferiores as constatadas na economia açucareira, sua difusão era mais intensificada, fomentando assim o incremento do mercado interno. Entretanto, o desenvolvimento do mercado interno não levou a um crescimento endógeno. Segundo o autor de FEB, a falta de capacitação técnica da população economicamente ativa restringiu o desenvolvimento desse segmento, mesmo com a incidência de transações de ordem monetária.

Com o escoamento populacional advindo do esvaziamento dos grandes centros mineradores, a economia de subsistência se espalhou pelo território brasileiro. Não houve assim, possibilidade de dinamização econômica, restando apenas a agricultura de subsistência de baixa produtividade. De acordo com Coutinho (2008, p. 11), a “constituição de um mercado de trabalho assalariado é um ponto central no esquema de Furtado”. Dessa forma, o ciclo do café se tornou um ponto chave dentro do arcabouço teórico furtadiano.

O avanço do cultivo de café foi de grande magnitude dentro da região Centro-Sul do país. Os acontecimentos que culminaram no fim do tráfico negreiro induziram a economia a um momento decisivo, uma vez que a medida foi acompanhada pela transição

para um regime de trabalho assalariado. Dessa maneira, a nova fomentação a um mercado de trabalho pautado no trabalho remunerado demandou também uma política fomentadora de mão de obra imigrante por parte do governo. Em que pese se formavam as bases para uma nova estrutura econômica, a dependência da dinâmica externa não fora fator revogado pelo novo ciclo cafeeiro.

Entretanto, formava-se um novo esquema de fluxo de renda, devido a nova estrutura de trabalho assalariado. Dessa forma, compreende-se que parte dos lucros originados com a exportação de café eram revertidos aos pagamentos de bens de consumo importados destinados aos fazendeiros. Outra parte da renda, por sua vez, seria convertida em moeda nacional, dispendida em forma de salários e insumos para as *plantations* de café. Os salários e as demais despesas ativam o mecanismo multiplicador, tornando a economia interna mais dinâmica:

“As exportações de café garantem a disponibilidade de divisas internacionais. Parte dessas divisas são destinadas aos bens de consumo dos fazendeiros, que são importados. [...] Outra parte dos rendimentos é convertida em moeda nacional, e gasta em salários ou em outros insumos para a lavoura cafeeira. [...] Os salários e outras despesas em dinheiro no mercado interno ativam o mecanismo multiplicador, dinamizando a economia interna. O ciclo do café dinamizou a urbanização e a expansão das atividades econômicas urbanas em geral”. (COUTINHO, 2008, p. 7).

Dessa forma, entende-se que o principal impulsionador do crescimento interno teve sua origem no mercado cafeeiro. No entanto, a atividade dependia da demanda externa, tendo seu nível de atratividade dependente dos preços sustentados pelo comércio global. Os salários, por sua vez, devido à abundância de terras e mão de obra, mantiveram-se sem alterações durante o ciclo. Assim, de acordo com Coutinho, o modelo econômico fomentado pela produção cafeeira pode ser considerado como um modelo de crescimento com oferta ilimitada de trabalho:

“No ciclo cafeeiro, a oferta de mão-de-obra foi garantida por uma dotação inicial de imigrantes, seguida pelo influxo de trabalhadores brasileiros dispersos no “setor de subsistência”, os quais viam na nova ocupação uma oportunidade de elevação do padrão de vida. A permanente disponibilidade de mão-de-obra nos setores de baixa produtividade estabelecia um teto para os níveis salariais, deste modo conectando os salários nos setores dinâmicos aos rendimentos do trabalho na economia de subsistência” (COUTINHO, 2008, p.7 e 8).

Tal movimento de congelamento dos salários foi arrolado por Furtado como um dos principais fomentadores do não desenvolvimento endógeno da economia brasileira.

A mão de obra importada, atrelada aos grupos sociais subsistentes que não obtiveram sucesso em outras empreitadas produtivas, contribuíram para manutenção dos baixos salários, reprimindo assim, um maior desenvolvimento do mercado interno. Para o autor, “[...] como a população crescia muito mais intensamente no setor monetário do que no conjunto da economia, a massa de salários monetários – base do mercado interno – aumentava mais rapidamente que o produto global” (FURTADO, 2007, p.220).

No entanto, apesar dos baixos salários dispendidos na economia cafeeira, o aumento do salário real monetário médio do conjunto econômico brasileiro pode ser arrolado como um ponto impar do respectivo ciclo. Tal fato se deve ao grupo social que antes ocupava o setor de subsistência com fluxo de renda monetário quase nulo, passando a obter renda monetária, menos que a níveis baixos. Dessa forma, compreende-se que os empresários cafeeiros detinham grande parte dos lucros provindos das lavouras. Os incrementos de produtividade tinham influencia apenas nas variações dos preços das sacas de café, não sendo decorrentes de aperfeiçoamento técnico da produção.

O Brasil, até determinado período, viu-se convertido em um “produtor quase monopolista”. Favorecido pelas circunstâncias externas, fomentou políticas protecionistas que garantissem a rentabilidade e afastasse a ameaça de superprodução. Segundo Coutinho, tal política consistiu basicamente “na formação de estoques reguladores financiados por empréstimos externos, associada a um manejo adequado da liberação dos estoques no mercado, de modo a evitar-se uma queda de preços drástica” (COUTINHO, 2008, p. 8).

Com o advento da Grande Crise de 1930, fundou-se o inevitável a economia cafeeira, com uma queda brusca dos preços pagos aos produtores:

“Embora concebida como uma medida de proteção dos cafeicultores, e não como o resultado de ponderações das vantagens gerais para a economia brasileira, a política governamental acabou por evitar um declínio mais drástico na renda. Financiada por expansão monetária, já que o mercado internacional de empréstimos se encontrava fechado e as finanças públicas estavam em colapso, acabou por favorecer a expansão econômica, ao invés de pura inflação, uma vez que havia abundância de recursos ociosos. Na visão de Furtado, a política cafeeira pós-30 desempenhou o papel da construção de pirâmides, do celebre exemplo de Keynes.” (COUTINHO, 2008, p. 8).

O processo de industrialização nacional, por sua vez, foi recebido como consequência direta do desenvolvimento fomentado via mercado interno e pelas políticas protecionistas adotadas no processo de expansão cafeeira. Nas palavras de Coutinho, “[...] a industrialização deve ser vista como a resposta às restrições às importações, as quais

levaram ao processo de substituição de importações – um processo de ajustamento da estrutura de oferta sob severas restrições na capacidade de importar”. (2008, p. 8).

Desta feita, o processo de industrialização iniciado em solo brasileiro e o ciclo cafeeiro compartilhavam algumas características semelhantes, como um fluxo de renda inteiramente monetário. Tendo suas transações efetivadas em dinheiro, inclusive o pagamento de fatores, suas divergências eram localizadas na dependência da demanda externa por parte da empresa cafeeira e da demanda interna por parte da economia industrializada.

De acordo com Coutinho, “cabe destacar que o dinamismo do processo de industrialização depende tanto da demanda interna quando da capacidade de a economia adaptar sua estrutura de oferta e superar os diversos obstáculos com que se depara” (2008, p.9). Tais obstáculos são identificados como deficiências de infraestrutura e o tamanho reduzido de mercado consumidor em comparação com as economias centrais. Ainda assim, “o crescimento da produção industrial interna deve ser visto como uma resposta as mudanças de preços relativos, que por sua vez foram subprodutos dos movimentos drásticos da taxa de câmbio que sucederam o colapso das exportações.” (COUTINHO, 2008, p. 9).

Para Moraes e Goularti, o processo de industrialização demarcavam o agravamento de situações de desequilíbrio, com destaque para a inflação:

“[...] o próprio processo de industrialização, observado nas décadas anteriores, em boa medida espontâneo, levava ao agravamento de situações de desequilíbrio, cuja inflação era emblemática. Nos países desenvolvidos havia uma baixa elasticidade-renda para os produtos primários, com baixo crescimento da demanda, que, por sua vez, levava a restrições na capacidade de importação numa economia ainda dependente desse tipo de exportação. A configuração do meio rural limitava a oferta de alimentos e o sistema tributário inadequado restringia o fornecimento dos serviços públicos demandados pelo setor urbano-industrial em expansão, encetando uma série de problemas das economias periféricas.” (MORAES E GOULARTI, 2019, p. 75-76).

No cenário nacional, a grande dimensão do mercado consumidor impeliu o processo de substituição de importação a níveis mais elevados, como à produção interna de bens de consumo duráveis, intermediários e de equipamentos. Na visão de Moraes e Goularti, “a substituição de importações era mecanismo por quê se desenvolvia a indústria, decorrente da interação dinâmica da economia periférica, com seus problemas e com seu déficit crônico na conta corrente, diante do impulso industrializante.” (2019, p. 76).

De acordo com Coutinho, na visão de Furtado, a estrutura industrial tende-se a tornar-se integral mediante “as relações interindustriais menos dependentes das importações”. No entanto, isso não viria a significar o fim da estrutura subdesenvolvida, atrelada a uma economia dualística e heterogênea, mas apontaria para rumos de uma economia dinamizada, menos dependente do antigo padrão de exportações.

Adotando por certo, um tom otimista, Furtado é guiado pelos “destinos imediatos do processo de industrialização” brasileiro dentro dos capítulos finais de *FEB*. Conduz à ideia de que finalmente o Brasil viria a completar sua etapa de amadurecimento, fundamentando sua “estrutura industrial”. (COUTINHO, 2008, p.15).

Considera-se que dentro do modelo dualista apresentado por Furtado, em suma, a redução da atividade dinâmica aumenta a importância relativa do setor de menor produtividade, exemplificado com o exemplo do *complexo nordestino*, onde o alargamento do capital a custos baixos na pecuária gerava uma hipertrofia na economia de subsistência.

Deflagrava-se também, a concentração de renda nas etapas de prosperidade dos ciclos econômicos, seguidas por perdas de caráter coletivo nas etapas de depressão. A disponibilidade abundante de mão de obra nos setores de subsistência acarretou em um empecilho ao desenvolvimento, mediante paridade do custo de remuneração de mão de obra, fomentando um resfriamento nos níveis salariais.

É criado o quadro perfeito para a falta de fluxo de renda monetária interna, uma vez que nem as inversões e nem o consumo interno eram capazes de gerar um fluxo de renda monetário expressivo. Assim, na visão de Furtado, a economia estabelecida na colônia não constituía um sistema em si, mas parte dependente de um sistema global maior.

Compreende-se por meio da análise apresentada, que o método histórico-estruturalista utilizado por Furtado, por sua vez, preocupou-se com os determinantes históricos, econômicos e sociais que condicionaram a heterogeneidade estrutural, impactando negativamente na distribuição de renda, no avanço da produtividade e nas condições de oferta do cenário brasileiro. O estruturalismo se empenhou em conferir destaque a importância dos parâmetros de natureza não-econômica dos modelos macroeconômicos:

“O nosso estruturalismo, surgido nos anos 50, empenhou-se em destacar a importância dos parâmetros não-econômicos dos modelos macroeconômicos. Como o comportamento das variáveis econômicas depende em grande medida

desses parâmetros que se definem e evoluem num contexto histórico, não é possível isolar o estudo dos fenômenos econômicos de seu quadro histórico (FURTADO, 2002, p.72).”

Deste modo, a análise do processo de formação de renda e da acumulação de capital dos diversos ciclos econômicos, conferiu a Furtado a reconstrução, por intermédio de comparações através do tempo e do espaço, a formação do mercado interno, destacando as semelhanças e diferenças entre os ciclos do ponto de vista do potencial de distinção da divisão do trabalho, de sua capacidade de integração regional e do crescimento da renda média no longo prazo.

Isso tornou possível o apontamento das diferenças entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas⁵⁶, dando destaque ao movimento de dependência e seus apontamentos para a economia brasileira. Assim, com sua abordagem econômica voltada ao passado, Furtado explicou as disparidades entre os modelos de desenvolvimento primário-exportador e de industrialização por substituição de importações a partir dos caminhos para a construção nacional baseada no mercado interno consumidor como fator central da expansão industrial.

56 A citar como exemplo, quando põe em oposição analítica as economias do Brasil e dos Estados Unidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar o discurso presente na obra "Formação Econômica do Brasil" de Celso Furtado, iniciando com uma descrição das fases da carreira do autor. Por exemplo, são mencionados os artigos traduzidos em 1954 e sua entrada no programa de doutorado da Universidade de Sorbonne, onde concluiu sua tese sobre a economia colonial do Brasil. Também é relatada sua estadia no Chile em 1949, onde ingressou na Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, instituição que foi de fundamental importância para a obra analisada neste estudo. Além disso, é mencionado seu retorno ao Brasil em 1950 e sua integração ao grupo misto CEPAL-BNDES, onde elaborou teses de grande relevância que serviram de base para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Em resumo, é feita uma breve exposição de cada evento marcante na vida e obra do autor.

A Análise do Discurso reconhece que a linguagem não é neutra, mas sim atravessada por relações de poder e ideologia. Por isso, o discurso não é apenas um meio de comunicação, mas sim um espaço onde são produzidos sentidos e valores, que podem ser usados para reproduzir ou subverter as relações de poder e ideologia vigentes na sociedade, elementos discutidos no decorrer da análise da trajetória do autor e da constituição da obra. Ela se beneficia das contribuições tanto da linguística quanto da ideologia. A partir da linguística, a disciplina se apoia na teoria da enunciação e na semântica do discurso, que permitem compreender como o sentido é produzido em um determinado contexto social e histórico. Já a ideologia, fornece os conceitos para analisar como os discursos são utilizados para reproduzir e naturalizar as relações de poder existentes na sociedade.

Do ponto de vista do método, a Análise do Discurso se baseia em uma perspectiva estruturalista. Isso significa que ela entende a linguagem como um sistema de signos que está intrinsecamente ligado ao contexto social e histórico em que é produzido. Assim, a análise do discurso procura entender como os discursos são organizados em estruturas e como essas estruturas são influenciadas por fatores históricos e sociais. É importante destacar que a Análise do Discurso é uma abordagem interdisciplinar, que tem sido aplicada em diversas áreas, como na política, na mídia, na literatura, entre outras. Ela se tornou uma ferramenta importante para a compreensão dos processos de produção e

reprodução ideológica que perpassam a linguagem, o que a torna relevante para a compreensão das relações de poder e ideologia na sociedade.

No quarto capítulo desta dissertação, realizou-se uma análise da estrutura da obra magna de Celso Furtado. Ela é dividida em cinco partes, que correspondem a cinco períodos da história econômica brasileira: a época colonial, a economia açucareira, a época do ouro, o ciclo do café e a época da industrialização substitutiva. Furtado analisa a estrutura fundiária, a concentração de renda e a relação de subordinação ao capital internacional em cada período, destacando a importância da intervenção do Estado e do planejamento. Ao mesmo tempo, ele critica a visão tradicionalista que apresenta alguns períodos como épocas de prosperidade e destaca os efeitos negativos do modelo de exploração e dependência externa em diversos momentos da história econômica do Brasil.

Em seguida, no quinto capítulo da pesquisa, aborda-se o processo de construção da obra de Furtado, que traz uma análise aprofundada da economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII, bem como uma visão ampla da economia brasileira em sua totalidade. Furtado apresenta uma compreensão histórico-estruturalista da economia, em que a produção econômica é influenciada pelas forças sociais e históricas de uma dada sociedade. No contexto da economia colonial do Brasil, o autor destaca a importância da mão de obra escrava e da comercialização de índios como fonte de trabalho, o que impulsionou o desenvolvimento das colônias e a produção de bens de exportação, em especial o açúcar. Contudo, a invasão holandesa, a redução da produção açucareira e a emergência de novas demandas produtivas internacionais levaram à uma transição econômica e ao surgimento de novos ciclos econômicos, como o do ouro, do café e da borracha, que se desenvolveram em diferentes momentos da história brasileira.

As características gerais da economia brasileira, apresentadas por Furtado, incluem a dependência em relação aos países desenvolvidos, a desigualdade social, a concentração de renda e a insuficiência de investimentos em educação e infraestrutura. O autor aponta a necessidade de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social do país, e destaca a importância de investimentos em áreas como a agricultura, a indústria e a tecnologia.

Além disso, o livro se destaca pela sua abordagem multidisciplinar, que incorpora elementos da economia, da história, da sociologia e da política, e pela sua perspectiva crítica em relação aos modelos econômicos dominantes. Para tanto, fez-se uma contextualização sobre a teoria e processo histórico envolvidos à temática, compreendendo

que é uma corrente de pensamento que surgiu em meados do século XX, em um contexto histórico de reconstrução do mundo pós-Segunda Guerra Mundial.

Furtado também foi um dos primeiros economistas a aplicar a teoria da dinâmica sistêmica centro-periferia, de Raúl Prebisch, para a análise da economia brasileira. Ele argumentou que o Brasil era uma economia periférica, cujo desenvolvimento estava condicionado pelos países centrais. A análise de Furtado ajudou a estabelecer o conceito de "dependência econômica", que foi fundamental para o pensamento crítico sobre o desenvolvimento econômico na América Latina. O legado de Furtado na CEPAL vai além da sua abordagem teórica. Ele defendeu a criação de políticas públicas que dessem prioridade à justiça social e à redução da pobreza, e teve um papel fundamental na promoção do desenvolvimento econômico como uma ferramenta para melhorar a qualidade de vida da população. Seu trabalho e compromisso com a construção de uma economia mais justa e equilibrada são referências para a CEPAL e para todo o campo do desenvolvimento econômico.

Na questão da análise do discurso da obra de Celso Furtado, verifica-se que, para o autor, tratava-se de uma questão de precisão e reposicionamento conceitual: o Brasil não seria um país pobre ou rico, como as visões anteriores aventavam, mas sim subdesenvolvido, uma condição teórica em que conviveriam ilhas de abundância material em meio à pobreza, resultantes dos desequilíbrios estruturais historicamente constituídos no país, cabendo sua transformação através da sociedade organizada. É possível atrelar o pensamento de Celso Furtado, à época de Formação Econômica do Brasil, ou seja, a transição entre os anos 1950 e 1960, com o que se chamaria de uma burguesia industrial progressista. A crise política dos anos 1960, fantasiada como “econômica” por elementos do mesmo setor social por muitos anos no debate econômico, ao longo das décadas posteriores, deu o verdadeiro caráter progressista do referido grupo, qual seja, nenhum. Frente à superação do conflito distributivo e reestruturação da posse dos meios produtivos, o que representaria na visão furtadiana e na narrativa de *Formação Econômica do Brasil*, o ápice da superação do subdesenvolvimento, tais forças movimentaram-se pelo retrocesso político e pela manutenção das condições de reprodução do sistema. *Formação Econômica do Brasil* poderia ser visto como uma narrativa épica da superação do subdesenvolvimento pelo Brasil, tivesse o fato acontecido. Como o livro termina sem apresentar esse clímax épico, o resultado da obra de Furtado para a reflexão do leitor traz um sentimento duplo, de frustração (o subdesenvolvimento não foi superado) e conscientização política (o subdesenvolvimento

do Brasil precisa ser superado pelos brasileiros). Não parece ser à toa o deslocamento do discurso de Furtado da questão teórica para a prática em política pública, especialmente, em direção à margem desse mesmo setor social conservador, que, em resposta, o coloca cada vez mais no gueto da heterodoxia do pensamento econômico. Furtado faz sua escolha política nos anos 1960 e assume plenamente as consequências dele, a partir de então. Isso denota o brilhantismo de *Formação Econômica do Brasil*, ao deixar a questão da superação do subdesenvolvimento em aberto no tocante à narrativa. O poder retórico da obra parece emanar dessa fonte. Há um lugar, assim, para "*Formação Econômica do Brasil*" como obra literária, devido à singularidade de seu estilo de escrita sóbrio e quase seco, que foi reconhecido para além das áreas correlatas e circundantes do tópico. Ao longo de mais de seis décadas de sua publicação, este livro conseguiu abarcar todos esses predicados, evidenciando um todo maior do que a soma de suas partes.

É importante destacar que esta pesquisa não esgotou todas as possibilidades de escrutínio da obra de Celso Furtado sob a perspectiva da análise do discurso. Há ainda muitos aspectos a serem explorados, como por exemplo, a relação com outras perspectivas teóricas, e o debate sobre políticas públicas implementadas no país, entre outros desdobramentos. Nesse sentido, o presente trabalho pede para ser entendido como um primeiro passo para a compreensão mais ampla da obra de Celso Furtado e do desenvolvimento socioeconômico brasileiro. De fato, a obra de Furtado transcende a mera descrição dos processos históricos e econômicos do Brasil, propondo uma reflexão crítica e propositiva sobre o desenvolvimento do país. Ao identificar as raízes históricas e estruturais do subdesenvolvimento brasileiro, Furtado aponta caminhos para superar esse cenário e promover uma transformação social e econômica.

Por fim, é importante sublinhar que *Formação Econômica do Brasil* se destaca como uma obra fundamental não apenas para a compreensão da história e economia brasileiras, mas também para a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento que possam levar o país a superar suas condições primárias e alcançar um patamar de desenvolvimento mais elevado.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. Aparentos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO, Tarcísio, VIANNA, Salvador, MACAMBIRA, Júnior. 50 Anos de Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRUDA, J. J. de A. O Brasil no comércio colonial. São Paulo: Editora Ática, 1980.

BIELSCHOWSKY, R. “Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino”, Revista de Economia Política, vol. 9, no 4, out.-dez. 1989.

_____. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2000.

_____. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL, uma resenha. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

BRESSER-PEREIRA, L.C. “O processo histórico do desenvolvimento econômico: ideias básicas”. Texto para Discussão EESP/FGV 157, dezembro 2006. PERROUX, F. A economia do século XX. Lisboa: Herder, 1967. PERROUX, F. Considerações em torno da noção de polo de crescimento. Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, 1977.

CALVINO, I. Por que ler os clássicos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAMARGO, A.A. & LOYOLA, M.A. Celso Furtado Entrevistado por Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola. Editora Eduerj, Rio de Janeiro, 2002.

CEPÊDA, V. A. Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático. São Paulo: USP, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo. São Paulo.

_____. Entre a Economia e a política: os conceitos de periferia e desenvolvimento em Celso Furtado. Sinais Sociais. v. 07, p. 88-119, issn: 1809-9815, 2012.

_____. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia. In: Luiz Carlos Bresser Pereira; José Márcio Rego. (Org.). A grande esperança em Celso Furtado. 01 ed. São Paulo: Editora 34, 2001, v. , p. 167-184.

_____. Entre a Economia e a política: os conceitos de periferia e desenvolvimento em Celso Furtado. Sinais Sociais. v. 07, p. 88-119, issn: 1809-9815, 2012.

_____. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. Março de 2003. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311541490.CEPEDA_O_pensamento_pol%C3%ADtico_de_CF.pdf> Acesso em: 12/03/2022.

_____. Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e estado democrático. 2000. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamentos de Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP).

_____. O pensamento político de Celso Furtado - desenvolvimento e democracia. In: Luiz Carlos Bresser Pereira; José Marcio Rego. (Org.). A grande esperança em Celso Furtado. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 167-184.

CIRO BIDERMAN, LUIS FELIPE L. COZAC E JOSÉ MARCIO REGO (orgs.). Conversas com economistas brasileiros. São Paulo: Editora 34, 1996.

COUTINHO, Maurício Chalfin. Lições de economia política. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. A teoria econômica de Celso Furtado: Formação Econômica do Brasil. Disponível em http://www.ceesp.fgv.br/_upload/seminario/48a049c82c0f8.pdf. Acessado em 17/12/2022.

D'AGUIAR, R. F. (Org.). Celso Furtado: diários intermitentes, 1937-2002. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, C. "A longa busca da utopia". In Economia Aplicada, vol. 1, no 3, jul.-set. 1997.

- _____. A economia brasileira. Rio de Janeiro: A noite, 1954.
- _____. A fantasia desfeita. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: Elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais. São Paulo: ABPHE, Hucitec, 2001 [1948].
- _____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. Formação econômica do Brasil: edição comemorativa: 50 anos. Organização de Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- _____. Obra Autobiográfica. 1o . ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. Relatório final de C. Furtado a Erskine W. McKinley, Fellowship Adviser, The Rockefeller Foundation, 22 de julho de 1958.
- _____. Retorno à visão global de Perroux e Prebisch (Tradução de Retour à la vision globale de Perroux et Prebisch. Paris: Institut de Science Economique Appliquée, 1994). Cadernos do Desenvolvimento, v. 7, n. 10, p. 296-304, 2012 [1994].
- _____. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- GOULARTI, Alcides. O pensamento de Celso Furtado: crenças e desilusões. In: Revista de Economia (Curitiba), Curitiba, v. 23, n. 25, p. 123-137, 1999.
- GRIGG, D. B., The Agricultural Systems of the World. Cambridge, Inglaterra. 1974.
- HAYAMI, Y.; GODO, Y. (2005). Development Economics: From the Poverty to the Wealth of Nations, New York: Oxford University Press.

HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

IGLÉSIAS, F. História e Literatura: ensaios para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Ed. Perspectiva; Belo Horizonte: Cedeplar-UFMG, 2009.

_____. Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. Breve historia contemporánea del Brasil. Mexico: FCE, 1994.

_____. A industrialização brasileira. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

KEYNES, John M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Atlas, 1982.

LESTER, A. H. The American Economic Review, vol. 50, no. 1, 1960, pp. 209–210. JSTOR, Disponível em: www.jstor.org/stable/1813490 Acesso em: 22/07/2022.

MARIANI, B. Linguagem e história (ou discutindo a linguística e chegando à análise do discurso). In: Caderno de Letras da UFF, Niterói, RJ, v. 12, 1997.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política vol. 1 tomo 1. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MELLO, J. M. C. de. Entrevista. In: MANTEGA, G.; RÉGO, J. M. (Org.). Conversas com economistas brasileiros II. São Paulo: Editora 34, 1999.

MENDONÇA, Marina Gusmão. A formação intelectual de Celso Furtado. In: Celso Furtado e os Desafios do Desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2010.

MINTZS, Sidney W., The Contemporary Culture of a Puerto Rican Rural Proletarian Sugar Cane Community. Ph.D. dissertation, Columbia University. 1951.

MORAES, F., GOULARTI, A. Formação Econômica do Brasil e sua contribuição aos estudos de história econômica comparada. Revista Catarinense de Economia. Volume 3, 2019.

NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777- 1808). 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, F. Deslocamento do Centro Dinâmico em Celso Furtado. In: ARAÚJO, T. P.; VIANNA, S.T.W.; MACAMBIRA, J. (orgs.). 50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

PAULA, J. A. de. Celso Furtado, a história e a historiografia. Cadernos do Desenvolvimento, v. 10, n. 17, p. 144–165, 2015.

PELÁEZ, Carlos Manuel. A balança comercial, a Grande Depressão e a industrialização brasileira. Revista Brasileira de Economia, n. 22, p. 15-47, 1968.

_____. História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil. Rio de Janeiro: APEC, 1972.

PERROUX, F. O conceito de polo de crescimento. In: FAISSOL, Esperidião (Org). Urbanização e Regionalização. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 1978.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. Cadernos de Estudos Lingüísticos, n. 19, p. 724, jul./dez. 1990. Or. Délimitations, inversions, déplacements. L'Homme et la Société (63/64), p. 53-69, 1981.

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. 2. ed. Campinas: Pontes, 1997a.

_____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997b.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia. 23a edição. São Paulo, Brasiliense, 1994.390p. Afro-Ásia, Salvador, n. 17, 1996.

_____. História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PREBISCH, R. El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas. In: GURRIERI, A. La obra de Prebisch en la Cepal México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

RICUPERO, B. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. In: LIMAS, M. C.; DAVID, M. D. (Org.). A atualidade do pensamento de Celso Furtado. São Paulo: Francis, 2008. p. 19–26.

ROSTOW, Walt Whitman. The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blinkstein. 32ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, 2010

SCHUMPETER, Joseph A. The theory of economic development. Cambridge, Harvard University. 1957.

SIMONSEN, R. História econômica do Brasil (1500/1820), 3a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Nacional, 1974.

SUNKEL, O.; PAZ, P. El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 6. ed. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

TAVARES, M. C. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, Unicamp, IE, 1998. In: 30 anos de Economia – Unicamp, no 8. Originalmente apresentada como tese para o concurso de professor titular à FEA/UFRJ, 1978.

_____. Desenvolvimento Regional e Poder Regional. Disponível em <http://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/392>. Acesso em: 12/12/2022.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves. Capital e Colonização: A Constituição da Periferia do Sistema Capitalista Mundial. In: Estudos Econômicos, vol. 36, n. 3. São Paulo, 2006.